



In triangle XYZ , side XZ is a diameter of the

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIIS

XI

2011

CONIC

Congresso de
Iniciação Científica
da FARN

**“A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E
O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE”**

27 a 29 de Outubro



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte



In triangle ΔABC , $\angle C = 90^\circ$, $\angle A = 30^\circ$, $\angle B = 60^\circ$. The diameter of the circle is 2 .

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIIS

XI

2011

CÔNICO

Congresso de
Iniciação Científica
da FARN

“A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E
O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE”

27 a 29 de Outubro

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (11: 2011: Natal,RN).

Anais Congresso de Iniciação Científica da FARN: “A Região
Metropolitana de Natal e o Desenvolvimento do Rio Grande do
Norte”, Natal (RN), 27 a 29 de outubro de 2011. – Natal: FARN,
2011.

2 v. (i, 274 f.; ii, 351 f.)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Desenvolvimento do RN – Resumos. 2. Iniciação Científica –
Resumos. I. Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio
Grande do Norte. II. Título.

RN/FARN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO
NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler da FARN – Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FARN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Direção Geral da FARN – Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Direção Geral Adjunta – Profª. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Planejamento – Prof. Alcir Veras da Silva
Assessoria de Comunicação – Jornalista Graciema Maria Carneiro
Secretaria Geral – Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus – José Mendes Pinheiro Filho
Biblioteca – Maria de Lourdes Teixeira da Silva

ÁREA ACADÊMICA

Diretoria Acadêmica – Profª. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Núcleo Didático-Pedagógico – Profª. Angela Maria Guerra Fonseca
Coordenação dos Cursos de Administração e Administração com Habilitação em
Marketing – Profª Catarina da Silva Souza
Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação e Licenciatura em
Computação – Profª. Livia Maria Martins da Silva
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Coordenação do Curso de Direito – Prof. Walber Cunha Lima
Coordenação do Curso de Educação Física – Marcilio Souza Vieira
Coordenação do Curso de Enfermagem – Rejane Millions Viana Meneses
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Jordana Celli Bulhões Campos
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Profª. Ana Maria da Silva Souza

ÁREA ADMINISTRATIVA

Diretoria Administrativa – Profª Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade – Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Dickson Pessoa de Lima
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO X CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação
Alúcio Alberto Dantas

Representante da Direção Geral
Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação
Graciêmia Maria Carneiro

Biblioteca
Maria de Lourdes Teixeira da Silva

Curso de Administração e Marketing
Catarina da Silva Souza

Custo de Ciências Contábeis
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Curso de Direito
Walber Cunha Lima

Curso de Educação Física
Marcilio Souza Vieira

Curso de Enfermagem
Rejane Millions Viana Meneses
Cléa Maria da Costa Moreno

Curso de Fisioterapia
Robson Alves da Silva
André Luiz Silva Davim

Curso de Informática
Lívia Maria Martins da Silva
Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha

Curso de Nutrição
Carina Leite de Araujo Oliveira

Curso de Psicologia
Jordana Celli Bulhões Campos

SECRETARIA EXECUTIVA

Alcir Veras da Silva
Ana Maria da Silva Souza
Angela Maria Guerra Fonseca
Carina Leite de Araujo Oliveira
Alan Dias Barros
Catarina da Silva Souza
Daniela Quaresma de Souza
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Fernando de Araújo Conceição
Fernando Roberto Brandão da Silva
Gabriel Nuno da Silva
Graciema Maria Carneiro
Helena Maria da Silva Barroso
Jordana Celli Bulhões Campos
José Mendes Pinheiro Filho
Leidson Barbosa de Souza
Lineu Rodrigues de Paiva
Livia Maria Martins da Silva
Maria de Lourdes Teixeira da Silva
Marcelo de Oliveira Souza
Marcelo Mauricio
Marciele Oliveira de Souza
Marcilio de Souza Vieira
Maria do Socorro Silva
Niciania Maria da Silva
Nivaldo Antonio Portela de Vasconcelos
Paulo Sergio Santa Rosa Castim
Rejane Millions Viana Meneses
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Vania de Vasconcelos Gico
Walber Cunha Lima

EDITORAÇÃO GRÁFICA
Bibliotecária Marciele Oliveira de Souza

APRESENTAÇÃO

Todos os anos, renovo a satisfação de apresentar os Anais do Congresso de Iniciação Científica da FARN, desta feita na sua 11ª edição. Aqui, encontram-se os resumos dos trabalhos de iniciação científica apresentados durante o Congresso, o qual obteve grande sucesso.

Foram três dias de intensa movimentação acadêmica, com palestras, teatro, exposições, mesa-redonda, debates, comunicação livre de trabalhos científicos, enfim, uma demonstração prática da atuação competente de professores e alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parabenizo os autores dos trabalhos constantes neste compêndio, tanto alunos quanto professores orientadores, pois foram muitas horas de estudos para que chegassem aos resultados e às conclusões de suas pesquisas.

Cada vez mais a FARN, que em breve será um Centro Universitário (UNI-RN), se fortalece na iniciação científica, na certeza de que essa meta é da maior importância para o crescimento da qualidade acadêmica da Instituição.

Natal, novembro de 2011.

Daladier Pessoa Cunha Lima
Diretor-Geral da FARN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	Ana Maria da Silva Souza Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara Cásio Carlos Barreto Catarina da Silva Souza Célio Guedes da Silva Franklin Marcolino de Souza Iris Linhares Pimenta	José Padilha Chrispim Neto José Nicolau de Souza Juliana Oliveira Juliana Perez Ruggino Jacobini Karina de Oliveira Costa Bezerra Marcílio Rodrigues de Oliveira Maria Lourdes de Araújo Risia Kaliane Santana de Souza
CONTABILIDADE	Daniele da Rocha Carvalho Dinarte Paiva Júnior Lídia Melo Batista Márcio Carvalho de Brito Marcos Aurélio de Oliveira Santiago Paulo de Tarso Silva Braga Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos	
DIREITO	Alexandre Gomes Alexandre Mendes Ana Paula Cacho Anderson Brito Andrea Mussato Assis Maia Benício Sá Erick Alves Evandro Zaranza Everton Rocha Fábio Fidelis Fernando Gaburri Francisco Nobre Gabriela Simonetti Gilmar Melo Henrique Batista Humberto Lucena José Eduardo Juliana Rocha	Karen Vasconcelos Larissa Matos Lenice Moreira Luis Eduardo Marcelo Barros Marcelo Lauar Marcelo Maurício Marcelo Torres Marco Jordão Mario Maia Matusalém Dantas Micheline Cachina Paulo Renato Pedro Lima Petrucia Souto Rasland Luna Ronaldo Alencar Sandresson Lopes Sheyla
INFORMÁTICA	Alexandre Damasceno Aluizio Rocha Cristiane Clébia Joseane Alves Kaio Alencar Livia Maria Martins da Silva Ricardo Wendell Rômulo Fagundes Ytalo Rosendo	
PÓS-GRADUAÇÃO	Aluísio Alberto Dantas	

SUMÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

O VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO.....	24
ESTRATEGIAS DE FIDELIZAÇÃO NA COMPAL LTDA.....	25
ANÁLISE DO PONTO DE EQUILÍBRIO DA EMPRESA AQUÁRIO NATAL NO MÊS DE MAIO/2011.....	26
COMO OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PODEM AJUDAR NA MENSURAÇÃO DE CUSTOS E RECEITAS NO AQUARIO NATAL.....	27
RESPONSABILIDADE SOCIAL AMBIENTAL: NA INDÚSTRIA MOVELEIRA.....	28
ANÁLISE DO EMPREGO DO SETOR EMPRESARIAL EM NATAL.....	29
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO NA EMPRESA J.M.T SERVICE.....	30
CLIMA ORGANIZACIONAL E SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO NO SUPERMERCADO SERVE BEM.....	31
MOTIVAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS.....	32
RESPONSABILIDADE SOCIAL UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO.....	33
PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E SUAS OCORRENCIAS NAS EMPRESAS DA CIDADE DO NATAL/RN.....	34
ANÁLISE DA DIFERENÇA ENTRE O MODELO REGULATÓRIO TRADICIONAL E O MODELO CONTEMPORÂNEO.....	35
ANÁLISE FINANCEIRA: AVALIAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA EM CLÍNICA MÉDICA NO MUNICÍPIO DE NATAL-RN.....	36
QUALIDADE EM SERVIÇOS E SATISFAÇÃO DOS CLIENTES: UM ESTUDO NO SUPERMERCADO SERVE-BEM.....	37
A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO ORIENTADO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECOMNÔMICO DOS MICROEMPREENDEDORES.....	38
CLIMA ORGANIZACIONAL E SUA INFLUENCIA NA SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS: UM ESTUDO NA EMPRESA PRODUTOS CURIMATAÚ.....	39

IDENTIFICAR O GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE DA COMERCIAL FRAZÃO.....	40
ANÁLISE DE RISCOS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS: UM ESTUDO NA NORDESTE FOMENTO MERCANTIL.....	41
FINANÇAS PESSOAIS: ESTUDO DO COMPORTAMENTO ECONÓMICO E DA TOMADA DE DECISÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FARN.....	42
DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS NA AGÊNCIA RIBEIRA, DO BANCO DO BRASIL, NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2010	43
ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE INVESTIMENTOS DOS ALUNOS CONCLUINTEs DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FARN.....	44
ELEVAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CLIENTE COM O DIFERENCIAL DA ATIVIDADE LOGÍSTICA: UM ESTUDO NA EMPRESA REVEST PORCELANATO E ACABAMENTO.....	45
ANÁLISE DO DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA GÁS TOTAL LTDA, SEDIADA NA CIDADE DE NATAL, NO 1º SEMESTRE DE 2011.4.....	46
GESTÃO DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO NA RECEPÇÃO DA PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE DR. PAULO GURGEL.....	47
ANÁLISE DE ESTOQUE E LOGÍSTICA DA EMPRESA FIO A FIO BEACH.....	48
ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES NA EMPRESA AGAÉ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.....	49
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO REALIZADO NA EMPRESA NAZÁRIA DISTRIBUIDORA.....	50
ANÁLISE E MELHORIA NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS NA EMPRESA COMJOL.....	51
RESILIÊNCIA ORGANIZACIONAL. UM ESTUDO EM GERENTES DE RELACIONAMENTO DA NATURA NO RN.....	52
PLANO DE MARKETING PARA A YOLLA VILLAGE.....	53
AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO: O ESTUDO DE CASO NA EMPRESA IDEAL FARMA.....	54
PROPOSTA DE GESTÃO DE ESTOQUES PARA EMPRESA MULHER RENDEIRA.....	55

GESTÃO FINANCEIRA: A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA NO PROCESSO DECISÓRIO PARA CRIAÇÃO DE VALOR.....	56
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE POSTAGENS E ENTREGAS AOS CLIENTES DA ECT/RN.....	57
ESTRATÉGIA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO NO YÁZIGI.....	58
A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIRO EM UMA GRÁFICA EM NATAL-RN.....	59
ESTUDO DE VIABILIDADE UTILIZANDO A MATRIZ SWOT: ANÁLISE DO SETOR HOTELEIRO DE NATAL-RN.....	60
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA MARCA VINCULADA A LINHA SURFWEAR NO MERCADO DE NATAL-RN.....	61
ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO FÍSICA DOS PRODUTOS DA EMPRESA RIOGRANDENSE DISTRIBUIDORA LTDA.....	62
ESTUDO DE CASO: ESTUDO DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DO SINCOR/RN.....	63
O AEROPORTO E A CRIAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS.....	64
VISÕES DIFERENTES PARA GESTÃO DOS RECURSOS COMUNS.....	65
CULTURA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA MIRANDA COMPUTAÇÃO.....	66
LOGÍSTICA REVERSA.....	67
POLITICA DE SEGURANÇA E SAUDE OCUPACIONAL.....	68
FLUXO DE CAIXA.....	69
ZPE MACAÍBA E OS INVESTIMENTO EMPRESARIAIS PARA O ESTADO.....	70
ESTUDO DE CASO: A PARONIZAÇÃO DOS PROCESSOS E ROTINAS NAS LOJAS RENNER SA – SHOPPING MIDWAY MALL.....	71
SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE COMPRAS COLETIVAS EM COMÉRCIO ELETRÔNICO: UM ESTUDO COM CONSUMIDORES DE NATAL-RN.....	72
O PROJETO MARINA NATAL.....	73

INVESTIMENTOS E PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO RN: UM PANORAMA ATÉ 2014.....	74
DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS FUNÇÕES GERENCIAIS.....	75
ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE.....	76
SATISFAÇÃO DO CLIENTE NA EMPRESA BAMBOO FLAT.....	77
ESTRATÉGIA EMPRESARIAL.....	78
PLANO DE MARKETING PARA A EMPRESA TLT PRESTADORA DE SERVIÇO E MÓVEIS LTDA.....	79
A PONTE FORTE-REDINHA E CENÁRIOS ECONÔMICOS DE NATAL....	80
ECONOMIA NO RIO GRANDE DO NORTE: PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO E DE SEUS MUNICÍPIOS.....	81
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.....	82

SUMÁRIO DE CONTABILIDADE

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DESPESA COM PESSOAL: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RUI BARBOSA/RN NO PERÍODO DE 2005 A 2010.....	84
A CONTRIBUIÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO DA SET/RN, PARA UMA MAIOR TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DAS CONTAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO NORTE.....	85
APURAÇÃO DO PIS E COFINS DE UMA EMPRESA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO COM TRIBUTAÇÃO NO LUCRO REAL.....	86
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE NA IMPLANTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS ALTERDATA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA CIDADE DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, NO ANO DE 2011.....	87
APLICAÇÃO PRÁTICA DAS IFRS NO AMBIENTE CORPORATIVO: ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	88
O IMPACTO DO BANCO DE HORAS NA REDUÇÃO DE CUSTOS DO HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO NA CIDADE DO NATAL/RN.....	89
O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DO GOVERNO DIGITAL – PROJETO SPED.....	90
PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL: ESTUDO DE CASO NA 16ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN.....	91
SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE: ESTUDO DE CASO APLICADO EM UMA EMPRESA FARMACÊUTICA, LOCALIZADA EM NATAL/RN, NO MÊS DE SETEMBRO DE 2011.....	92
UMA ANÁLISE SOBRE O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO QUARTO ANO DE CONTÁBEIS SOBRE O SETOR PESSOAL.....	93
ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA INCIDENTE SOBRE O VAREJO DE COMBUSTÍVEL NA CIDADE DO NATAL.....	94
UMA ANÁLISE DO IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO 1º E 4º ANO DA FARN.....	95

TÍTULO DO TRABALHO: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DE MODALIDADE PRESENCIAL, DAS IES DE NATAL/RN, A RESPEITO DOS ATRIBUTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS DOCENTES.....	96
UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO SPED NA EMPRESA COMERCIAL JOSÉ LUCENA LTDA.....	97
PROPOSTA DE MODELO DE SISTEMA DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO FUNDAMENTADO NO BALANCED SCORECARD PARA A EMPRESA DM CONTABILIDADE.....	98
DESPERDÍCIO DE MATÉRIA-PRIMA E OS CUSTOS DE PRODUÇÃO...	99
IMPACTO PROVOCADO PELOS RESTOS A PAGAR NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO DE 2000 A 2010.....	100
A INFLUÊNCIA DA ADOÇÃO DAS IFRS NO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES: UM ESTUDO NO BRASIL.....	101
ASPECTOS INERENTES DO ENSINO DA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO, NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS IES DO RIO GRANDE DO NORTE.....	102
GESTÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS EM UMA CORRETORA DE SEGUROS EM NATAL.....	103
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: A INFLUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA CRM NA GESTÃO FINANCEIRA NO SETOR DE CONTAS A RECEBER DAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO.....	104
PERFIL DOS ESTUDANTES DA FARN BENEFICIADOS COM O PROUNI E COM O FIES: A MASSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO.....	105
"O ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTROLADORIA NAS IES NORDESTINAS".....	106
O PAPEL DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO CONTROLE SOCIAL PARA O COMBATE DA CORRUPÇÃO.....	107
ABORDAGENS NA ANÁLISE DE CRÉDITO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	108
GESTÃO DE INVESTIMENTO: UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FARN.....	109

MICROCRÉDITO COMO AGENTE DE ALAVANCAGEM PRA O EMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	110
CONTROLES INTERNOS – ANÁLISE DE CONFORMIDADE DOS PROCESSOS DE ESTOQUE: ESTUDO DE CASO DA OTICA ALVES LTDA, EM NATAL/RN.....	111
ORÇAMENTO FAMILIAR: AVALIAÇÃO DA GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FARN.....	112
TIPOS DE RISCOS ENFRENTADOS PELAS MPE`S: UM ESTUDO DE CASO NA PRIME CONSULTORIA EM MULTIRISCOS S/S LTDA.....	113
PERFIL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIENCIAS CONTABEIS DA IES DA REGIAO METROPOLITANA DO NATAL.....	114
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CONSTRUTORA DE PEQUENO PORTE.....	115
MAPEAMENTO DOS CUSTOS PARA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS EM UM SUPERMERCADO DE BAIRRO NO MUNICIPIO DE NATAL/RN.....	116
APLICAÇÃO DO TESTE IMPAIRMENT PARA PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS.....	117
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE E A EDUCAÇÃO CONTINUADA NO RN.....	118
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTABILIDADE: COMPRA OU ALUGUEL DE LICENÇAS DE SOFTWARE.....	119
FLUXO DE CAIXA: UMA ANÁLISE DOS PRAZOS ESTABELECIDOS PELAS MONTADORAS DE VEICULOS NO FLUXO DE CAIXA DA G&F AUTOMOTIVA LTDA.....	120
CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS EM UMA INSTITUIÇÃO.....	121
SISTEMA DE CUSTOS PARA UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE ENFERMAGEM: PROPOSTA DE MODELO PARA UMA ESCOLA DE NATAL/RN.....	122
GESTÃO DE CUSTOS EM CLÍNICAS MÉDICAS.....	123
MÉTODOS DE CUSTEIO UTILIZADOS EM HOTÉIS: UM ESTUDO DE MULTICASO NA CIDADE DE ARACAJU/SE.....	124
EVASÃO E ELISÃO FISCAL – OS LIMITES DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	125

A IMPORTÂNCIA DOS ÍNDICES CONTABÊIS NO EXERCÍCIO DA CONTABILIDADE.....	126
NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS: PERCEPÇÃO DOS CLIENTES QUANTO AS NOVAS REGRAS.....	127
ANÁLISE DO ENTENDIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DA CIDADE DE NATAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SOBRE AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE AOS PADRÕES INTERNACIONAIS.....	128

SUMÁRIO DE DIREITO

O PARTO ANÔNIMO E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA.....	130
LABORATÓRIO VIRTUAL DE ARGUMENTOS JURÍDICOS.....	131
MÓDULO PARA APRIMORAR ARGUMENTOS JURÍDICOS.....	132
MOBBING NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O TERROR E DANO VELADO.....	133
A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL.....	134
TRANSEXUALIDADE: CIRURGIA DE ADEQUAÇÃO AO SEXO E OS PROBLEMAS JURÍDICOS DECORRENTES.....	135
O PRINCIPADO E O DIREITO INTERNACIONAL ROMANO.....	136
ABORTO DE BEBÊS ANECÉFALOS.....	137
USUCAPIÃO FAMILIAR.....	138
O PROBLEMA DA REINserÇÃO SOCIAL DO PRESO, DEVIDO AO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.....	139
A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MASSA AOS OLHOS DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	140
A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E A PERDA DE UMA CHANCE.....	141
A PERSPECTIVA DO PARTICIPANTE E DO OBSERVADOR DO DIREITO.....	142
O FENÔMENO DA TERCEIRIZAÇÃO COMO MODALIDADE FLEXÍVEL DE EMPREGO: ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS.....	143
JUSNATURALISMO MODERNO E POSITIVISMO JURÍDICO – RELAÇÕES ENTRE PARADIGMAS DO DIREITO.....	144
SAMBA: RITMO DO DIREITO NO PAÍS DA CONTRADIÇÃO.....	145
CNJ: EM BUSCA DE UMA JUSTIÇA LIMPA, PLENA E EFICAZ POR MEIO DA ATIVIDADE CORREICIONAL.....	146

O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA RÚSSIA EX-SOVIÉTICA.....	147
INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO - UMA ANÁLISE DA CRÍTICA RETÓRICA.....	148
A CONSTITUIÇÃO EM UMA ÓPTICA SÓCIO-ECONÔMICA: A MUTAÇÃO IDEOLÓGICA NA DÉCADA DE 90.....	149
ASSÉDIO MORAL - UM CASO CONCRETO (AMBEV) TRT 21ªREGIÃO	150
DESPROPORÇÃO PUNITIVA DO DIREITO PENAL: ANÁLISE SOBRE O ASPECTO ECONÔMICO POR TRÁS DAS PENAS.....	151
RENATO RUSSO CANTANDO A SOCIEDADE.....	152
O PEQUENO PRÍNCIPE E OS DIREITOS HUMANOS.....	153
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA X REALIDADE DO APENADO....	154
TRÁFICO DE PESSOAS SOB A ÓTICA DO TRABALHO ESCRAVO INTERNACIONAL.....	155
O DIREITO DE RELIGIÃO.....	156
GESTÃO PÚBLICA DE DESASTRES NUCLEARES: POLÍTICAS DE CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS RADIOATIVOS EM SOLO BRASILEIRO.....	157
JEREMY BENTHAM: FILÓSOFO OU JURISTA?.....	158
DIREITO, ESTADO E LITERATURA: A PROPÓSITO DO LIVRO "ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA" DE JOSÉ SARAMAGO.....	159
A MÍDIA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO A INFLUÊNCIA DA DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PENAL E NO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	160
DIREITO PENAL DO INIMIGO: UM ESTUDO DE CASO.....	161
A FALÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	162
PRISÃO CIVIL POR NÃO PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA E A SUA CONSTITUCIONALIDADE AMPARADA PELA CF E O ECA.....	163
O SIGNIFICADO DO SINDICATO PARA OS TRABALHADORES E SUAS FUNÇÕES: POLÍTICA, NEGOCIAL, COMPOSITIVA E SOCIAL....	164

TEORIA NATALISTA DA PERSONALIDADE: SENTENÇAS CONTRÁRIAS OU CONFLITO APARENTE NO ART. 2º DO CÓDIGO CIVIL?.....	165
QUID PRO QUO.....	166
PROBLEMAS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO.....	167
CONTRATAÇÃO DIREITA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM FACE DE UMA SITUAÇÃO EMERGENCIAL OU CALAMITOSA.....	168
ALTA MÉDICA PROGRAMADA: UM PROCEDIMENTO PERVERSO.....	169
ESTUDO DO CONFLITO ENTRE BECCARIA E FOUCAULT.....	170
A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A ATIVIDADE DOS CATADORES À LUZ DO DIREITO TRABALHISTA BRASILEIRO...	171
A PUBLICIDADE COMO LIMITAÇÃO DO PODER DE DECISÃO DO JUIZ.....	172
A DESVIRTUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO GARANTISTA.....	173
A PENA DE MORTE NAS PRISÕES BRASILEIRAS.....	174
A UTILIZAÇÃO DO DIREITO PENAL COMO INSTRUMENTO ATEMORIZADOR DAS CLASSES 'SUBALTERNAS'.....	175
ABORTO EM ANENCÉFALOS.....	176
A CONCEPÇÃO DE CRIME SOB A ÓTICA DA SOCIOLOGIA CRIMINAL E DO DIREITO PENAL.....	177
A INVISIBILIDADE DA MÃE BIOLÓGICA QUE ENTREGA SEU FILHO EM ADOÇÃO.....	178
AS DESAPROPRIAÇÕES PARA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO RN	179
TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIRAS.....	180
DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL INDIRETA: UM INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS.....	181
ACESSO À JUSTIÇA E O PAPEL DOS OPERADORES DO DIREITO.....	182
TRABALHO ESCRAVO NO NORTE E NORDESTE BRASILEIROS.....	183

A DUPLA JORNADA DE TRABALHO DOS TECNICOS DE RADIOLOGIA E A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO À SAÚDE: LIMITAÇÕES À AUTONOMIA DA VONTADE.....	184
O USO DE DROGAS E A PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS: ANÁLISE DOS PROCESSOS DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE NATAL/RN.....	185
AUSÊNCIA DA ERGONOMIA E O DEVER DE INDENIZAR.....	186
NOVA USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO POR ABANDONO DO LAR – RETROCESSO OU AVANÇO?.....	187
PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO.....	188
DESAPOSENTAÇÃO: UMA NOVA APOSENTADORIA PARA UM VELHO PROBLEMA.....	189
PROCESSO DE TOMBAMENTO DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL	190
A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES VIÁRIOS POR ASSALTOS OCORRIDOS DURANTE O PERCURSO.....	191
PARALELISMO ENTRE OS PRINCÍPIOS BÍBLICOS E RELIGIOSOS COM O ORDENAMENTO JURÍDICO.....	192
A DONA DE CASA NA NOVISSIMA LEI Nº 12.470.....	193
A ARBITRAGEM COMO INSTRUMENTO DE DISSOLUÇÃO DE CONFLITOS: UM ESTUDO DE CASO NO RN.....	194
REPERCUSSÕES DO DIREITO HEBRAICO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	195
AVISO PRÉVIO: HISTÓRICO E A NOVA LEI.....	196
A RELAÇÃO DA MULHER CAMPONESA COM AS QUESTÕES AMBIENTAIS: A RELEVÂNCIA DESSE ESTUDO PELO DIREITO.....	197
PAÍS COM A MAIORIA DA POPULAÇÃO COMPOSTO POR POBRES, LEIGOS E COVARDES, FAZ UM STF, RICO, DONO DA VERDADE E TEMIDO DITADOR.....	198
A QUESTÃO DA MACONHA NA ORDEM CONSTITUCIONAL ATUAL...	199
REDIRECIONAMENTO FISCAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO COMPARADO.....	200

REDIRECIONAMENTO FISCAL E EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	201
A INFLUÊNCIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL PREVISTA NO ECA.....	202
DIREITO DOS ANIMAIS: UMA CAUSA URGENTE.....	203
A NOVA LEI DO AVISO PRÉVIO E SUAS REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	204
A TEORIA CONCRETISTA ENQUANTO FUNDAMENTO LEGITIMADOR DA POSIÇÃO DE “LEGISLADOR POSITIVO” DO STF..	205
APLICAÇÃO TEÓRICA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL À LUZ DO STJ.....	206
O DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO: DE 1934 ATÉ 1988.....	207
ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIFERENÇAS ENTRE O CPC DE 1973 E DO PLS 166/2010.....	208
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: AONDE ESTÁ O ESTADO?.....	209
A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA E O PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA: PONDERAÇÕES RELEVANTES.....	210
PSICOPATIA: DESVIOS DA MENTE.....	211
VÁRIAS FACES DE WITTGENSTEIN: USOS E MAUS USOS NA APLICAÇÃO DE WITTGENSTEIN AO DIREITO.....	212
O VALOR PROBATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL SOB O ENFOQUE DOCTRINÁRIO.....	213
ALIENAÇÃO PARENTAL.....	214
EMENDA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA O TRIBUNAL DO JURI TER COMPETÊNCIA DE JULGAR OS CRIMES RELACIONADOS À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	215
REFLEXÕES ACERCA DAS ALTERAÇÕES OCASIONADAS PELA LEI 12.403/2011.....	216
OS LIMITES DOS ATOS DISCRICIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	217

A "LACUNA" COMO CARÁTER NÃO-LÓGICO DE FINALIDADE, FECHAMENTO E UNIDADE PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO-NORMATIVO BRASILEIRO - UMA ANÁLISE IN CONCRETO DO PROCESSO ADPF54.....	218
OVERRULING, TÉCNICA DE COMBATE AO ENGESSAMENTO JURISPRUDENCIAL BRASILEIRO: SUA APLICABILIDADE COMO EXCEÇÃO AO § 1º NO ART. 518 DO CPC.....	219
A DEFICIÊNCIA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL EM FACE DA PSICOPATIA.....	220
OS FUNDAMENTOS DE UMA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL EM SANTO AGOSTINHO.....	221
O DIREITO PENAL ISLÂMICO E O CASO DA IRANIANA SAKINEH MOHAMMADI ASHTIANI SOB A ÓTICA TAMBÉM DO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	222
MEDIDAS CAUTELARES E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL....	223
ADOÇÃO INTERNACIONAL.....	224
QUEM SÃO “TODOS”? O ENSINO OFERECIDO AOS DEFICIENTES VISUAIS (CEGOS) NO UNIVERSO DA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, PROFESSOR CELESTINO PIMENTEL.....	225
DEFESA DE PAGAMENTOS DE HONORÁRIOS À DEFENSORIA PÚBLICA QUANDO ESTA ATUA NA QUALIDADE DE CURADOR ESPECIAL NAS DEMANDAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM CRIME DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.....	226
A RELEVÂNCIA DO CONVÍVIO FAMILIAR NA VIDA DO ADOLESCENTE INFRATOR.....	227
OS RESQUÍCIOS DA TEORIA CAUSAL NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1940.....	228
EDUCAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	229
A LEGITIMIDADE DA TEORIA DO VALOR DO DESESTÍMULO ENQUANTO IMPRESCINDÍVEL FERRAMENTA PARA PROTEÇÃO DOS CONSUMIDOR.....	230
A NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INSTÂNCIA COLEGIADA EM AÇÕES PENAIS QUE COMPROMETAM A IMPARCIALIDADE DO JUÍZO SINGULAR.....	231

DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE CAPACIDADE SOBRE A PERSPECTIVA DO NEGÓCIO JURÍDICO, NA MODALIDADE DE CONTRATO, DO DIREITO ROMANO A ATUALIDADE.....	232
O ERRO JUDICIAL DE MACAÉ E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS IRREGULARIDADES PROCESSUAIS PENAIS.....	233
BATALHA ENTRE GIGANTES: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DO CONFLITO ENTRE APPLE VERSUS SAMSUNG COM ENFOQUE NO TRADE DRESS.....	234
UM FAZ DE CONTA QUE ACONTECE: UMA ANÁLISE DO DIREITO DO TRABALHO DENTRO DO JOGO WORLD OF WARCRAFT.....	235
DEU A LOUCA NOS JOVENS: UMA ANÁLISE POLÍTICA DO DIREITO À MANIFESTAÇÃO FRENTE AOS DEVERES SOCIAIS.....	236
A NOÇÃO DE JUSTIÇA PARA EPICURO.....	237
AS RECENTES REFORMAS DO CÓDIGO PENAL E SEUS EFEITOS NO SISTEMA PRISIONAL.....	238
O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E SUAS INTERPRETAÇÕES JURISPRUDENCIAIS.....	239

SUMÁRIO DE INFORMÁTICA

CRIMES VIRTUAIS NO BRASIL.....	241
A CARÊNCIA DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS: PARALELAS AO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO FARN.....	242
A UTILIZAÇÃO DO IMC (INTELLIGENT MANAGEMENT CENTER) NO GERENCIAMENTO DE REDES CORPORATIVAS.....	243
INK2CANVAS - CONVERTENDO SVG EM HTML5 NO INKSCAPE.....	244
SISTEMA ACADÊMICO PARA O NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE NATAL – SANTE.....	245
SISTEMA DE APOIO A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA.....	246
ANÁLISE E IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA PARA GERÊNCIA DA REDE DE COMPUTADORES, UM ESTUDO DE CASO NA LIGA DE ENSINO DO RN.....	247
ESCALABILIDADE DE APLICAÇÕES UTILIZANDO BANCOS DE DADOS NOSQL.....	248
CASO DE USO. GERENCIA INTELIGENTE DE DOCUMENTOS COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL.....	249
O UTILIZAÇÃO DA COMPUTAÇÃO GRÁFICA APRESENTANDO NOVOS RECURSOS.....	250
CONEXÃO DE PROVEDOR RÁDIO FREQUÊNCIA VS TELEFONIA MÓVEL.....	251
ESTUDO DE CASO DA METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE UTILIZADA NO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE DA FARN.....	252
ALTA DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS UTILIZANDO POSTGRESQL.....	253
ASPECTOS DE SEGURANÇA NO E-COMMERCE.....	254
SEGURANÇA EM REDES WIRELESS.....	255
SISTEMA WEB PARA ACADEMIA FITNESS.....	256
COMPUTAÇÃO NAS NUVENS. A VISÃO DOA ALUNOS DE BSI DA FARN.....	257

COMPUTAÇÃO NAS NUUVENS: A VISÃO DOS ALUNOS DE BSI DA FARN.....	258
ESTUDO DE CASO DA SURVEYMONKEY.....	259
CONTRIBUIÇÕES DO APRENDIZADO DE INFORMÁTICA PARA TERCEIRA IDADE.....	260
COMPUTAÇÃO NAS NUUVENS NO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO BRASILEIRO.....	261
ORIENTAÇÃO A ASPECTOS NA ARQUITETURA DE SOFTWARE.....	262
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL - ESTUDO DE CASO DA CONIMPE ENGENHARIA.....	263
ALTA DISPONIBILIDADE COM WINDOWS 2008 SERVER.....	264
COMO OS ALUNOS DA FARN ELIMINAM O SEU LIXO ELETRÔNICO..	265
ANÁLISE DO CENÁRIO NATALENSE DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - UMA PERSPECTIVA SOBRE O DESEMPENHO EM PROJETOS.....	266
BALANCEAMENTO DE CARGA.....	267
USABILIDADE EM SITES DE COMPRAS COLETIVAS.....	268
O OLAP CONCEITOS, VANTAGENS E APLICAÇÃO DO CONCEITO: CASO DE USO DA CDA NATAL.....	269
ANÁLISE DE QUANTITATIVA DOS SISTEMA DE PROXY DA LIGA DE ENSINO DO RN.....	270
ANÁLISE DA SEGURANÇA DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DO NATAL.....	271
IDENTIFICAÇÃO POR RADIO FREQUÊNCIA.....	272

SUMÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO

TI VERDE – SUBSTITUIÇÃO DE DESKTOPS TRADICIONAIS POR NETTOPS OU THIN CLIENTS.....	274
--	-----

ADMINISTRAÇÃO

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIIS

XI

2011

CONIC

Congresso de
Iniciação Científica
da FARN

**“A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E
O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE”**

27 a 29 de Outubro



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

O VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO

Autor(es):

Luanna Soares Macêdo dos Santos: Discente do Curso de Administração da FARN

Pedro Araújo dos Santos Neto: Discente do Curso de Administração da FARN

Ailton Araújo de Oliveira: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho busca a compreensão do valor do dinheiro em relação ao tempo, ou seja, o quanto ele pode valorizar-se ou desvalorizar-se com o passar do tempo.

(METODOLOGIA) Sintetizar informações e dados relativos de uma pesquisa.

(RESULTADOS) A inflação é obviamente um problema, ela faz com que o padrão monetário represente valores econômicos cada vez menores; Outro problema é que, mesmo em moeda estável, valores monetários em datas diferentes têm diferentes valores econômicos, ou seja, o valor econômico associado a desembolsos (ou receitas) ocorridos em épocas diferentes, geralmente têm valor econômico diferente, ainda que correspondam à mesma quantia monetária e não haja inflação.

(CONCLUSÃO) Com tudo isso deduz-se que valor de uma quantia monetária recebida, ou paga, varia no tempo e quando fazemos uma análise econômica, esse é um aspecto importante, pois esse valor variado no tempo é o que chamamos anteriormente de valor do dinheiro no tempo.

ESTRATEGIAS DE FIDELIZAÇÃO NA COMPAL LTDA

Autor(es):

Sybelle Raquel Silva de Medeiros: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Instituição de Ensino: FARN

Homero Henrique Rocha de Medeiros

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Natal sempre foi considerada uma cidade calma,mas com o passar dos tempos começou a ser vista de outra forma. Atualmente,no mercado do Rio Grande do Norte,ainda existe um certo receio em realizar novos investimentos tendo em vista as incertezas que rondam a economia,todavia,as perspectivas são as melhores,levando em consideração os investimentos que serão realizados pela escolha da cidade do Natal para sediar a copa do mundo de 2014. Por onde se anda,dá para notar construções ou reformas.O mercado de Natal abriu espaço para muitos e muitos destes são comerciantes,construtores e construtoras,entre outros vieram para cá com a certeza que seria um bom investimento e o retorno não seria em tão longo prazo. Por isso,a satisfação do público-alvo ganhou importância nas empresas visando a possibilidade de fidelização de clientes. A satisfação do cliente pode ser medida através de varias ações que as empresas precisam executar.

(METODOLOGIA) Segundo Kotler (1999), os profissionais de marketing de ontem achavam que a habilidade mais importante era conseguir novos clientes; os vendedores passavam a maior parte do tempo correndo atrás de novos clientes,em vez de cultivar o relacionamento com os já existentes. Comemoravam cada novo cliente como se fosse um troféu e serviam seus atuais com menos entusiasmo. Para começar a entender os clientes,de acordo com Sabatino (2003), as empresas necessitam inicialmente construir uma base de dados onde serão armazenadas as informações sobre eles. Com essa base pronta é possível dar inicio á exploração dos dados,ou seja,torna-se possível ter uma visão do perfil de cada cliente ou grupo de clientes. E daí partir para a criação de um programa de fidelidade. Um programa de fidelidade,conforme, Sabatino(2003) está extremamente atrelado ao processo de valorização dos clientes,pois quando se tem a preocupação em acompanhá-lo para entende-lo e a intenção de recompensá-lo por sua fidelidade,demonstra-se que realmente existe o interesse e a necessidade de valorizar o cliente e a relação com a empresa. Atualmente, conforme Kotler (1999), o principal é manter os clientes atuais e desenvolver cada vez mais o relacionamento com a empresa.

(RESULTADOS) O resultado parcial da pesquisa que foi feita através de um questionário de múltiplas escolhas,enfatiza os seguintes objetivos específicos,identificar os hábitos de consumo dos clientes e identificar as percepções dos produtos e serviços. Notou-se que os hábitos de consumo dos clientes está voltado na maioria das compras para materiais semi-novos e locação de equipamentos. E o que mais atrai o cliente até a empresa é o preço o atendimento e a qualidade dos produtos. Já na percepção dos produtos e serviços muitos já são clientes a mais de 6 anos e dizem que não tem do que reclamar dos serviços e produtos oferecidos pela empresa.

(CONCLUSÃO) Portanto conclui-se que a empresa tem uma clientela fixa e para continuar mantendo estes clientes ela tem que oferecer sempre algo a mais e está pronta para ouvir os clientes e ir se adaptando ao mercado,pois uma empresa que já tem nome no mercado não pode se acomodar.

ANÁLISE DO PONTO DE EQUILÍBRIO DA EMPRESA AQUÁRIO NATAL NO MÊS DE MAIO/2011

Autor(es):

Thayana Almira Gurgel do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN

Renato Pinheiro Rosa: Discente do Curso de Administração da FARN

Sandro de Souza Grilo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcos Aurelio de Oliveira Santiago

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo tem por objetivo analisar o ponto de equilíbrio da empresa Aquário Natal no mês de maio de 2011. A importância do estudo é ressaltada pela necessidade gerar de informações de caráter financeiro para o empresário tomar decisões, analisar a margem de segurança do empreendimento, bem como poder avaliar a alavancagem operacional. O ramo de atuação da empresa, turístico, obriga ao empresário a buscar alternativas, com o público local, para compensar a sazonalidade e a adversidade dos fatores climáticos. O mês escolhido pela pesquisa é considerado um período de baixa estação. A empresa não possui concorrente no mercado, fato relevante para o sucesso do empreendimento, se gerido com eficiência.

(METODOLOGIA) A empresa objeto de estudo está situada na Avenida Projetada, Praia da Redinha, em Extremoz, no Rio Grande do Norte. Trata-se de uma pesquisa descritiva e o método de abordagem é o estudo de caso. Os dados primários foram colhidos dos demonstrativos contábeis da empresa, fornecidos por uma dos sócios do empreendimento. Os dados foram analisados em planilha do Excel. Utilizou-se da Demonstração Marginal para calcular o ponto de equilíbrio do empreendimento no mês de maio 2011, além da margem de segurança e o grau de alavancagem operacional.

(RESULTADOS) A pesquisa apresentou que a empresa Aquário Natal possui três públicos: adultos, crianças e estudantes. Sendo o adulto, responsável por 72,34% das entradas, crianças por 14,79% e estudantes por 12,87%. 2011. O ponto de equilíbrio no mês do estudo e atingido com um total de 5.053 entradas, distribuídas proporcionalmente de acordo com o percentual de cada público. A receita operacional alcançada no mês de maio foi de R\$ 78.990,00 e a calculada para o ponto de equilíbrio R\$ 54.252,07, indicando que o empreendimento alcançou no período uma margem de segurança de 31,32 %. Com essa capacidade operacional, o grau de alavancagem calculado foi de 3,19, ou seja, a cada 10% de aumento na receita ocorrerá um aumento de 31,92% nos lucros

(CONCLUSÃO) A pesquisa conclui que, mesmo em um mês considerado de baixa estação, a Empresa apresentou resultado operacional positivo, demonstrando viabilidade financeira. Ressalta-se, também, que embora não encontre concorrência direta no Estado, deve preparar-se para enfrentar os desafios de um mercado competitivo.

COMO OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PODEM AJUDAR NA MENSURAÇÃO DE CUSTOS E RECEITAS NO AQUÁRIO NATAL

Autor(es):

Thayana Almira Gurgel do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN

Sandro de Souza Grilo: Discente do Curso de Administração da FARN

Arivaldo Silva Rocchigiani Neto: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo geral do presente trabalho é apresentar como a implantação de um sistema de informação pode ajudar na mensuração de custos e receitas no Aquário Natal. Tendo em vista que existem vários tipos de públicos, diferenciação dos valores e por se tratar de um ponto turístico, períodos de alta e baixa estação, além dos fatores climáticos, o Aquário Natal necessita ter um sistema de contabilidade bastante eficiente pois, toda a contabilidade é feita manualmente em uma agenda. O sistema de informação na contabilidade caracteriza-se por registrar todas as transações ocorridas na organização constituindo-se num grande “banco de dados”. Seus dados são úteis à administração, além de representarem um instrumento gerencial para o processo decisório e de controladoria.

(METODOLOGIA) De acordo com Lakartos (1999) A metodologia utilizada para atingir o objetivo da proposta em estudo, foi realizada uma pesquisa do ponto de vista básica, pois procura um progresso nesse caso na melhora dos sistemas de informação da empresa, quanto à abordagem do problema é qualitativa, do ponto de vista de seus objetivos ela é exploratória e do ponto de vista dos procedimentos técnicos é formativa. O conceito de planilha eletrônica é um tipo de programa de computador que utiliza tabelas para realização de cálculos ou apresentação de dados. Cada tabela é formada por uma grade composta de linhas e colunas. O nome eletrônica se deve à sua implementação por meio de programas de computador.

(RESULTADOS) Os resultados apresentados nas análises apontaram de uma maneira geral que o sistema utilizado pelo Aquário Natal precisa passar por algumas modificações para que possa mensurar melhor os dados e auxiliar na mensuração dos mesmos como, por exemplo, o comissionamento dos guias que levam alguns tipos de cliente específicos. Para Matsuda (2007), Sistemas de Informação são processos administrativos que envolvem processos menores que interagem entre si. O sistema é dividido em subsistemas que podem ser: produção/serviço venda distribuição, materiais, financeiro, recursos humanos e outros, dependendo do tipo de empresa. O departamento de informática da empresa cruza esses subsistemas, o que leva a uma abordagem sistemática integrativa, envolvendo questões de planejamento estratégico da empresa. Os sistemas de informação possuem várias ferramentas para apoio gerencial em diversos setores como: Vendas, CRM, Marketing, Contabilidade etc. Os sistemas de informação auxiliam a contabilidade gerencial na tomada de decisão, pois contem mecanismos que monitoram, recolhem, organizam e transferem as informações necessárias para a realização das melhores ações, como: análise de Custo x Volume x Lucro. Os custos estão relacionados com os gastos que a organização terá para a produção de seus produtos e serviços. Existem dois tipos de custos: os fixos que são aqueles que independem da produção e os variáveis são os que mudam de acordo com o centro de direcionador de custos.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o Aquário Natal é uma empresa de referência do Estado, possui vários tipos de gastos, com valores altos e com isso necessita de um sistema de informação capaz de mensurar todos os gastos, receitas e despesas para que com isso torne mais eficaz o trabalho de seus gestores na tomada de decisão. Foi optado a inclusão de planilhas eletrônicas pelo baixo custo de aquisição e facilidade na otimização dos resultados.

RESPONSABILIDADE SOCIAL AMBIENTAL : NA INDÚSTRIA MOVELEIRA

Autor(es):

Francisco Cleonez de Oliveira: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN
João Vitor da Silva Azevedo: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN
karine Wanderley de Araujo: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN
Kataryna Patricia Silva dos Santos: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A superfície da terra está em constante processo de transformação e o planeta registra drásticas alterações ambientais. O meio ambiente é uma temática atual emergente que requer o envolvimento e a participação de todos os segmentos da sociedade civil. O setor moveleiro, por sua vez, pela pressão da legislação e de consumidores conscientes de mercado, tem procurado tomar medidas para tornar sua produção mais ambientalmente correta. As atividades industriais foram por muito tempo foram considerados como uma das mais poluentes pela sociedade. Hoje se procura uma gestão de minimização de impactos ambientais por eles gerados com a otimização do uso dos recursos naturais, energia e reutilização e tratamento de resíduos. As estratégias de proteção ambiental melhoram a imagem frente ao público de consumidores diminuïrem o custo de produção, aumentando os lucros e se aproximando do ideal de desenvolvimento sustentável. Este trabalho tem como objetivo mostrar à atuação das indústrias de móveis em relação à gestão ambiental dada a importância do setor moveleiro na economia.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa considerada mais indicada para esse trabalho foi: a pesquisa exploratória. Foram colhidos dados secundários junto a empresas como também consulta bibliográfica e livros, internet e revistas para o enriquecimento da pesquisa. Foi utilizado também o método de duas indústrias dos pólos moveleiros de destaque nacional, são elas: Florense LTDA e Rimo Indústria Moveleira.

(RESULTADOS) Na maioria das indústrias brasileiras as empresas já adotam algum procedimento associado às questões ambientais nas suas atividades, variando de acordo com a estrutura de cada empresa. As empresas preocupam-se com redução de custo por meio da reciclagem e do reaproveitamento de matéria prima do produto, que resultam em benefício competitivo para elas. Nos últimos 20 anos desenvolveram projetos e programas de gerenciamento com objetivo de garantir ao mercado produtos de qualidade que respeita o meio ambiente. Além do certificado ISO 14001 a preocupação da empresa também recai sobre a responsabilidade social, fator que influência a decisão de compras dos consumidores. Fábrica de Móveis Florense LTDA, localizado no município de Flores da Cunha, RS (1953), é pioneira na conquista do Certificado de Gestão Ambiental (GA) ISO 14001, a empresa adotou procedimento que vai desde o controle da origem, forma de extração e produto das matérias-primas até a destinação final dos resíduos (100% reaproveitado), passando por todos os processos produtivos. A Indústria Rimo, o respeito ao Meio Ambiente também é um compromisso, ela também tem o certificado ISO 140001. A matéria-prima utilizada na fabricação dos produtos provém de madeira reflorestada ou de manejo sustentável, que garantem a longevidade das espécies na natureza. O processo é desenvolvido com cuidado para que tudo seja realizado de forma sustentável, sem agredir o meio ambiente. Os materiais químicos utilizados na produção, também são manuseados com responsabilidade e recebem a destinação apropriada.

(CONCLUSÃO) A indústria de móveis em grande maioria, trabalham em um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) procurando controlar seus impactos significativos sobre o meio ambiente e lutando por aperfeiçoamento que levam a garantia de certificado como ISO 14001. A norma reconhece que as organizações podem estar preocupadas tanto com sua lucratividade quanto com a gestão de impacto ambiental. As indústrias reduzem significativamente os gastos das empresas como redução de custos proveniente de resíduos, reciclagem energia de calor para reduzir contas de energia. Conclui-se que o comprometimento das indústrias em relação ao meio ambiente é de importante necessidade, visto que a percepção publica faz com quer a indústria tenha uma vantagem competitiva, levando ao sucesso.

ANÁLISE DO EMPREGO DO SETOR EMPRESARIAL EM NATAL

Autor(es):

Adma Gabryely Bezerra de Moura: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo analisa o emprego que ocorre nas atividades empresariais da cidade de Natal-RN e parte do pressuposto que as características que orientam a dinâmica do mercado de trabalho relacionado ao setor privado apresentam sinais de adequação às condições da gestão empresarial, principalmente em função de avanços nas relações sociais de produção e de tecnologia do processo de produção e de distribuição de bens e serviços. Com o objetivo de descrever e analisar o comportamento atual e futuro da força de trabalho demandada pelo setor empresarial de Natal – RN, o estudo avalia o desempenho histórico do emprego formal das empresas de Natal; descreve as características da mão de obra contratada pelas empresas; analisa a demanda do emprego potencial esperado pelas empresas e identifica a necessidade de tipologia de mão de obra qualificada nas empresas de Natal.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa direta, bibliográfica e documental, cujos dados estão fundamentados em relatórios do IBGE e do IPEA. A pesquisa direta constou de entrevistas realizadas com empresários e dirigentes de empresas localizadas em Natal. As informações foram catalogadas e transformadas em estatísticas quantitativas e parâmetros qualitativos relacionados aos objetivos pesquisados.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma que mais da metade das empresas pesquisadas pretendem ampliar o número de funcionários, gerando emprego e ampliando a força de trabalho, considerando a política de crescimento apoiada em novas habilidades e competências do quadro funcional, inclusive com a diretriz de qualificação profissional dentro da organização e relaciona a entidades de classe, com destaque para o Sistema 'S', principalmente Sebrae, Senac e Senai. Os resultados pesquisados estão compatíveis com os indicadores publicados pelo IBGE, os quais confirmam que em dois anos, 4 em cada 10 novas empresas saem do mercado brasileiro, cuja razão principal é dada pela baixa competitividade empresarial decorrente da baixa produtividade da força de trabalho. O IBGE constata que, no Brasil, mais de 90% do pessoal assalariado nas chamadas empresas de alto crescimento não tinham educação superior em 2009 e 9,6% possuíam esta formação, o que significa que 9 em cada 10 empregados tinham, no máximo, o ensino médio. Estas informações de nível de escolaridade e sexo estão, pela primeira vez, no estudo Demografia das Empresas, que revela, ainda, que, entre 2006 e 2009, o pessoal assalariado nestas organizações saltou de 1,7 milhão para 4,7 milhões de pessoas, um aumento de 174,1%, o que representou mais 3 milhões de novos empregos. Elas responderam por 59,6% dos 5 milhões de novos empregos gerados pelas empresas neste período. As empresas de alto crescimento ocuparam 16,6% dos assalariados em empresas, sendo 17,8% dos homens e 14,5% das mulheres. Além disso, empregaram 17,2% do pessoal assalariado com nível superior e 16,5% das pessoas sem nível superior. Nestas empresas, 69,0% dos empregados eram homens (64,5% no conjunto das empresas) e 31,0%, mulheres (35,5% no conjunto das empresas). Além disso, 90,4% do pessoal assalariado nas empresas de alto crescimento não tinham nível superior e 9,6% possuíam esta formação, relação próxima à verificada pelo conjunto das empresas (90,7% e 9,3%, respectivamente).

(CONCLUSÃO) A pesquisa confirma que a qualificação profissional é uma expressiva característica do capitalismo contemporâneo exigido pelo nível de competitividade das empresas brasileiras, quaisquer que sejam as condições produtivas, tamanho da empresa e o tipo de ocupação profissional nessa empresa. O desempenho do trabalhador qualificado na empresa contribui para o aumento da produtividade, redução de custos e conseqüentemente para melhoria nos níveis de competitividade da empresa que prioriza a qualificação profissional, em detrimento das empresas que não a focalizam. As pessoas que formam a força de trabalho, além de participar de forma decisiva da atividade de produção e de distribuição de bens e serviços, geram renda e formam a população consumidora e demandadora dos referidos bens e serviços ofertados na economia.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO NA EMPRESA J.M.T SERVICE

Autor(es):

Ana Priscila Bezerra de Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: JMT SERVICE é uma empresa especializada em locação e terceirização de mão de obra em geral, que está no mercado há 06 anos. Com muita determinação e coerência, os sócios buscam incluir na empresa um conjunto de princípios que a tornam diferente e especiais para seus colaboradores, parceiros e clientes. Tem como objetivo a excelência no serviço prestado, e garantir qualidade dos serviços. No entanto, para que as organizações obtenham destaque é fundamental que todos os setores trabalhem em conjunto. Visto que o setor de recursos humanos dá início a esse processo de recrutamento, seleção e integração, sendo o ponto principal para qualquer empresa, pois é a partir desse processo que as empresas têm a chance de ter um profissional capacitado podendo corresponder às suas expectativas.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA: Referente à tipologia da pesquisa, foi realizada uma avaliação formativa na forma de estudo de caso, aonde foram constatadas as necessidades de mudanças no processo de recrutamento, seleção e integração de pessoas na JMT SERVICE. Foi definido o estudo da presente proposta e sua área de abrangência, o setor administrativo, operacional e recursos humanos da empresa. Com relação à coleta de dados do estudo, optou-se pela observação e entrevista do processo de recrutamento, seleção e integração de pessoas. Também foi usado na coleta de dados, no método da entrevista. Para o tratamento e análise dos dados da pesquisa foram analisados os conteúdos para dados qualitativos, no intuito de aperfeiçoá-los e melhorar todo o processo.

(RESULTADOS) RESULTADOS: Com relação aos resultados no processo de recrutamento, seleção e integração, foram verificados alguns pontos que possivelmente precisará passar por modificações. No que se refere ao recrutamento foi visto que a empresa recebe os currículos de possíveis candidatos na portaria da empresa, e também através das indicações de funcionários e contratos, mesmo sem ter vaga disponível naquele determinado momento a empresa recebe e armazena os currículos no seu banco de dados. Com relação à seleção, existem duas formas de seleção, uma que é realizada pelo gerente do setor operacional, que por sua vez, só seleciona os candidatos para a vaga já existente. No administrativo, o processo é realizado pelo gerente da empresa, ou por um dos sócios, que também só seleciona os candidatos quando tem alguma vaga disponível no escritório. Como foi observado esse processo não é realizado por uma só pessoa, e também não existe na empresa um modelo de seleção a seguir. Na integração foi visto que, os candidatos à vaga para o operacional não passavam por nenhuma integração na empresa, esse novo colaborador é encaminhado para o contrato aonde irá prestar os serviços, sendo assim, cabe ao contrato realizar esse processo. Em relação à integração no administrativo foi observado que também não existe um nenhum tipo de integração com o novo colaborador na empresa.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO: Diante dos resultados, será elaborado e aplicado um novo método com o objetivo de ganhar eficiência e eficácia no serviço prestado, melhorando a qualidade nos serviços e diminuindo a rotatividade no quadro de funcionários.

CLIMA ORGANIZACIONAL E SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO NO SUPERMERCADO SERVE BEM

Autor(es):

Jessica Maria Fonseca Pereira: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O clima organizacional interfere no processo de toda e qualquer organização de modo geral, à medida que envolve todos os processos da organização, interfere nos resultados desses processos, isso demonstra que é preciso analisar os membros da organização em relação à satisfação no trabalho, vontade, motivação, comportamento, produtividade, análise de desempenho, competência, gerenciamento de conflitos, dentre outros. Desse modo, comporta-se de maneira absolutamente significativa para as empresas, onde é preciso ser levado realmente a sério, já que a partir dele, grandes problemas que estão acontecendo na organização, podem ser resolvidos com simples mudanças percebidas em uma análise de clima organizacional. Esta proposta de estudo tem como objetivo Diagnosticar o Clima Organizacional da Empresa e a sua influência na satisfação dos funcionários.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva em forma de estudo de caso, cujo universo será de 88 funcionários, sendo uma pesquisa censitária. A pesquisa realizada é composta de análise de publicações anteriores sobre o tema (pesquisa bibliográfica), observação e coleta de informações através de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas. Os dados serão analisados e apresentados por meio de planilha Excel de forma quantitativa e qualitativa confrontando com a teoria estudada.

(RESULTADOS) Por tratar de um projeto de pesquisa monográfica em andamento, pretende-se responder os seguintes objetivos; identificar o perfil dos funcionários; diagnosticar o clima organizacional; verificar a relação do clima organizacional com a satisfação dos funcionários; descrever os aspectos positivos influenciadores do clima organizacional; descrever os aspectos negativos influenciadores do clima organizacional. Os aspectos que podem influenciar o clima organizacional escolhidos para análise são: Remuneração; Organização/natureza do trabalho do trabalho; Liderança e Relacionamento entre o grupo de trabalho.

(CONCLUSÃO) Conforme os autores pesquisados, a gestão de pessoas está relacionada com os mais variados espaços da organização, como por exemplo, contratação incluindo recrutamento e seleção de pessoas, treinamento e desenvolvimento, banco de talentos, comunicação com empregados, sistemas de gestão da qualidade, dentre outros. Ocorre também devido a questões fundamentais como, expectativa sobre as relações de trabalho, grupos, equipes, cultura organizacional, clima favorável ao desenvolvimento da produtividade dos funcionários, dentre outros. Define-se como clima organizacional, as impressões gerais ou percepções dos empregados em relação ao seu ambiente de trabalho; embora nem todos os indivíduos tenham a mesma opinião, pois não têm a mesma percepção, o clima organizacional reflete o comportamento organizacional, isto é, atributos específicos de uma organização, seus valores ou atitudes que afetam a maneira pela qual as pessoas ou grupos se relacionam no ambiente de trabalho. No dia-a-dia das organizações podemos encontrar alguns sinais de que o clima vai bem ou mal. Na prática, o clima organizacional depende das condições econômicas da empresa, da estrutura organizacional, da cultura organizacional, das oportunidades de participação pessoal, do significado do trabalho, da escolha, preparo e treinamento da equipe, do estilo de liderança, dentre vários outros fatores internos ligados diretamente a toda funcionalidade das empresas.

MOTIVAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

Autor(es):

Alexandre Rodrigues Ferreira Antas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Nas últimas décadas a QVT (qualidade de vida no trabalho) vem se fortalecendo, deixando de apenas trabalhar com as dimensões físicas das pessoas, mas também trabalhando o lado intelectual, emocional, profissional, espiritual e social. Esse conjunto de fatores quando em harmonia, conduz a um melhor desempenho dos profissionais gerando não só um bem estar na saúde física e emocional dos mesmos, mas também contribuindo para o fortalecimento organizacional. Hoje, em algumas organizações a QVT já se transformou em vantagem competitiva nas organizações, onde o ambiente de trabalho e a saúde emocional e física já fazem parte das estratégias internas. Empresas como o Google, Facebook já são pioneiras quando se falam em programas de QVT. Um programa de qualidade de vida tem a finalidade de desenvolver estratégias para propor um ambiente que motive e dê assistência ao funcionário e a empresa, fazendo com que se crie uma conscientização de que o bem estar e a saúde estão diretamente ligados à produtividade. O presente trabalho tem como objetivo principal Identificar o nível de motivação dos funcionários d uma prestadora de serviços e suas influências na qualidade de vida.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A pesquisa apresenta-se como exploratória descritiva. Cuj a coleta de dados ocorreu no período de agosto/2011 com sete funcionários da empresa, por intermédio da aplicação de um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Os aspectos motivacionais são representados em quatro níveis: remuneração, relacionamento com os colegas, organização no trabalho e liderança. No quesito remuneração, os funcionários estão muito desmotivados (71%) quando comparam seu salário com a capacidade profissional e com o quanto trabalham. Quanto ao relacionamento com colegas os funcionários estão satisfeitos (71%). A análise do quesito organização no trabalho obteve um resultado bem fragmentado com respostas de variados tipos, como referente ao grau de interesse em que as tarefas, despertam obteve-se, (14,3%) muito desmotivada, (28,6%) desmotivadas, (28,6%) indiferentes e mais (28,6%) motivadas com esse. No quesito liderança, obtém que em torno de 57% dos entrevistados estão indiferentes com as ações do chefe e o item indiferente é um indicador que algum problema está ocorrendo. Quanto aos aspectos referentes a Qualidade de Vida, identificou-se que há uma insatisfação quanto a qualidade de vida no trabalho, quanto as ações educativas e quanto ao ambiente físico do trabalho com indicações acima de 60%. Identificou-se também que não se utiliza a área de lazer e não há incentivos por parte da empresa para a prática de atividades fora do ambiente de trabalho.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) No aspecto motivacional verifica-se que há motivação quanto ao relacionamento com colegas mas os demais itens, remuneração, organização do trabalho e liderança precisam ser ajustados no sentido de proporcionar um ambiente de trabalho mais interessante para o funcionário. A mesma situação verifica-se quanto a Qualidade de Vida no Trabalho, coincidentemente o relacionamento com colegas é um dos pontos cruciais para um ambiente mais ameno, tendo em vista que a empresa não focaliza os aspectos relevantes para a qualidade de vida no trabalho.

RESPONSABILIDADE SOCIAL UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO

Autor(es):

Elen Daniella de Sousa: Discente do Curso de Administração da FARN
Kênia Mayara Dantas do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN
Gleciane Alves Dantas: Discente do Curso de Administração da FARN
Fernanda Martins da Silva Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho em estudo tem como objetivo principal esclarecer algumas definições de responsabilidade social corporativa um conceito em evolução, onde traremos informações benéficas para contribuir com o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) A RSC é um termo que sempre vai está em evolução, isso porque abrange diversas opiniões a seu respeito dependendo sempre da situação em que a organização encontra-se, e a maneira como a mesma realiza suas atividades e os problemas por ela enfrentados. A RSC engloba diferentes tipos de contextos, como por exemplo, as relações sociais, econômicas e éticas.

(RESULTADOS) O termo RSC possui várias definições, dependendo conseqüentemente da sua aplicação e da forma como é tratada dentro da organização e perante as suas formas de atuar na sociedade.

(CONCLUSÃO) Concluímos que um dos maiores problemas das empresas atualmente diz respeito ao confuso emaranhado conceitual e prático entre responsabilidade social empresarial, filantropia e ação social de empresas. Ações sociais são doações ou projetos que beneficiam somente determinados grupos de pessoas, já a responsabilidade social empresarial é a forma de gestão ética e transparente que tem a organização com suas partes interessadas, onde a responsabilidade social deixa de ser um modismo ou marketing, e passa a ser um fator decisivo para o desenvolvimento e crescimento das empresas.

PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E SUAS OCORRENCIAS NAS EMPRESAS DA CIDADE DO NATAL/RN

Autor(es):

Vanessa Lima da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A área gestão de pessoas já faz algum tempo que passou de um simples departamento de pessoal para uma agente de transformações na empresa, provocando mudanças e oferecendo sustentação a mesma. A empresa que opta pela gestão estratégica de pessoas certamente obterá resultados e benefícios a sua saúde organizacional, aumentando a produtividade, garantindo a sobrevivência do negócio e propiciando satisfação aos empregados. Para isso, as empresas contam com ferramentas de gestão capazes de fomentar resultados satisfatórios. A visão estratégica da gestão de pessoas pode ser planejada e praticada a partir dos subsistemas de gestão de pessoas sugeridos por Chiavenato (1999): aplicar, recompensar, desenvolver, manter, monitorar e agregar pessoas. Esses subsistemas são responsáveis por atender as necessidades das empresas. No entanto, a gestão de pessoas atualmente visa o trabalhador como ser humano tendo os seus direitos, demonstrando que as pessoas estão sendo valorizadas na organização. A gestão de pessoas vai estar sempre se aperfeiçoando com mudanças a cada dia, para garantir bons resultados com pessoas capacitadas e inteiradas ao ambiente de trabalho. O presente trabalho tem como objetivo principal Identificar as práticas de gestão de pessoas adotadas pelas empresas da cidade do Natal/RN. Pois se sabe que o discurso das empresas é o de valorização do capital humano, mas até que ponto as práticas de gestão de pessoas e conseqüentemente de seu uso estratégico estão sendo vivenciadas pelas empresas?

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta-se como exploratória descritiva. Cujas coleta de dados ocorreu no período de agosto/2011 com alunos concluintes do curso de Administração, por intermédio da aplicação de um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas adaptado de pesquisa anteriormente realizada com o mesmo fim na cidade de São Paulo.

(RESULTADOS) Obteve-se que empresas pertencem ao setor de serviços (58%), a estrutura de RH está fundamentada no Departamento de Pessoal (54%). Identificou-se que 58% das empresas praticam as atividades de Recrutamento, Seleção e Departamento Pessoal, enquanto 54% utilizam Treinamento e Desenvolvimento, 50% Cargos e Salários / Remuneração, 31% utilizam de Benefícios, 23% Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, 12% Avaliação de Desempenho, 8% utilizam Pagadoria e 4% Desenvolvimento Organizacional. Das empresas que terceirizam atividades no setor de Recursos Humanos, 50% utiliza recrutamento e Seleção como atividade terceirizada, 29% utilizam Treinamento e Desenvolvimento, 21% Alimentação e folha de pagamento e 14% Transporte. As práticas de recrutamento e seleção são as mais utilizadas, enquanto que o treinamento e desenvolvimento são praticados de forma convencional. A gestão de carreira é pouco utilizada pelas empresas, onde apenas 8% pratica a avaliação de desempenho. Quanto a política de RH, 12% opinaram que no tocante a seleção de pessoal segue políticas pré-estabelecidas, com normas e procedimentos claros, 19% são indiferentes.

(CONCLUSÃO) Dos subsistemas Aplicar, recompensar, desenvolver, manter, monitorar e agregar pessoas. Verificou-se que os três primeiros são os mais utilizados, a estrutura de RH ainda são centralizados e representados pelo Departamento de pessoal. De forma geral não há uma aplicação estratégica da gestão de pessoas.

ANÁLISE DA DIFERENÇA ENTRE O MODELO REGULATÓRIO TRADICIONAL E O MODELO CONTEMPORÂNEO

Autor(es):

Thayana Almira Gurgel do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN
Renato Pinheiro Rosa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo geral do presente trabalho é analisar os dois modelos de regulação sobre as empresas, no que tange as questões socioambientais e responsabilidade social. Com o objetivo de analisar as diferenças existentes entre os dois modelos, a transformação de um modelo em outro e os benefícios e críticas em relação à política praticada pelas empresas para o meio ambiente.

(METODOLOGIA)) A metodologia utilizada para atingir o objetivo da proposta em estudo, foi pesquisas bibliográficas com base em livros, análises e estudos de caso sobre o assunto abordado.

(RESULTADOS) Segundo o Modelo Regulatório Tradicional, começa a existir uma preocupação e questionamento por parte de ONGs, mídia, políticos, consumidores, mercado, stakeholders nacionais em geral, em relação à responsabilidade das empresas no que se refere às questões socioambientais. Porém, o estado é quem regula diretamente as organizações. No modelo Regulatório Contemporâneo, a pressão destes atores nacionais e de stakeholders internacionais também, cresce muito. Tanto, que se tornam os principais agentes de regulação sobre as empresas. Fazendo assim com que um modelo de gestão, preocupado com o meio ambiente e tendo responsabilidade social, fosse cada vez mais adotado. Os clientes estão mais exigentes e procuram comprar de empresas que tenham política socioambiental, e com isso as empresas passam a usar a logomarca de responsabilidade socioambiental em suas embalagens visando atrair esses consumidores. Com a mudança no modelo regulatório, o estado continua tendo um papel importante na regulação das empresas. Quando se estabelece alguma política (restrição de uso de alguma substância), por exemplo, utilizam-se alguns tipos de instrumentos de gestão para sua implementação.

(CONCLUSÃO) A análise mostra que o Modelo Regulatório Contemporâneo é o ideal, pois mostra a participação da sociedade, pressionando e cobrando das organizações, responsabilidade e providências em relação à conservação do mundo e da saúde do homem. Desta forma, uma mudança nos processos das organizações está acontecendo. Eles estão adotando políticas e ações boas para a natureza, mesmo sabendo que no Brasil ainda é difícil o funcionamento destas leis devido á questões políticas, empresariais etc.

ANÁLISE FINANCEIRA: AVALIAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA EM CLÍNICA MÉDICA NO MUNICÍPIO DE NATAL-RN

Autor(es):

Caroline Santos de Medeiros: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a evolução do mundo contemporâneo, a importância das finanças nas organizações não é mais novidade. O seu conteúdo conceitual e seus métodos de avaliação ganharam uma proporção maior nos processos de tomadas de decisões. O administrador financeiro se tornou peça fundamental para o sucesso, sendo assim cada vez mais exigido dentro das empresas. O administrador responsável pela área financeira, com as informações circulando cada vez mais rápido, deve manter-se sempre atualizado no mundo dos negócios, tanto no ambiente interno como externo, sem restringir-se apenas aos instrumentos e técnicas da administração financeira. Pois segundo Assaf Neto (2009): “O processo de tomada de decisões reflete a essência do conceito de administração. Reconhecidamente, administrar é decidir, e a continuidade de qualquer negócio depende da qualidade das decisões tomadas por seus administradores (...)”. O que deixa bem claro que o administrador tem e deve tomar decisões com fundamentações e não na base do achismo. As finanças junto com informações e dados da contabilidade analisam o desempenho interno da empresa e o comportamento do mercado para o processo de decisões da mesma.

(METODOLOGIA) O procedimento utilizado foi uma revisão bibliográfica sobre o tema Gestão Financeira, que foi embasada nas obras de Eugene F. Brigham e Michael C. Ehrhardt: Administração Financeira (2010), Alexandre Assaf Neto e Fabiano Guasti Lima: Curso de Administração Financeira (2009), Stephen Ross, Randolph W. Westerfield, Jeffrey F. Jaffe: Administração Financeira (2008), Alexandre Assaf Neto: Finanças Corporativas e Valor (2009), Antônio Barbosa Lemes Júnior, Cláudio Miessa Rigo, Ana Paula Mussi Szabo Cherobim: Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas trabalhistas (2005), dentre outras. Além disso, realizou uma pesquisa exploratória descritiva. Na coleta de dados, serão aplicados 06 questionários com os sócios da empresa, com perguntas abertas e fechadas. Os dados serão tratados qualitativamente e quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel. Sendo o tipo de pesquisa um estudo de caso.

(RESULTADOS) Preliminarmente foi observado, através de questionário aplicado com os sócios da empresa em estudo, que não existe cultura organizacional sobre a importância do gerenciamento das informações financeiras. Também foi previamente observado que a empresa não entende e nem utiliza as informações financeiras no planejamento estratégico, nem na tomada de decisão. Eles não analisam os indicadores financeiros, geralmente na maioria das vezes fazem tudo na base da intuição; A contabilidade é feita por uma empresa terceirizada, e as informações financeiras são utilizadas só para os fins de prestações de contas, com os devidos órgãos responsáveis pelas fiscalizações. A empresa não avalia seus resultados.

(CONCLUSÃO) Foi identificado preliminarmente que o nível de utilização dos indicadores financeiros no processo de tomada de decisão pela empresa, quase não existe; A contabilidade gerencial é feita por uma empresa terceirizada e o processo de tomada de decisões, com base na administração financeira, não é utilizada. Sabemos da relevância da gestão financeira, do controle e principalmente que um gestor financeiro, capacitado e habilitado, são fundamentais para redução dos riscos e o sucesso das organizações.

QUALIDADE EM SERVIÇOS E SATISFAÇÃO DOS CLIENTES:UM ESTUDO NO SUPERMERCADO SERVE-BEM

Autor(es):

Luana Caroline Delmiro de Góis: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A cada dia abrem-se novos empreendimentos de serviços, sejam para vender roupa, sapato, utensílios para o lar, supermercado, loja de carro. A concorrência está se tornando cada vez mais forte, as empresas estão investindo em equipamentos de alta tecnologia, estruturas, cursos e treinamentos para seus funcionários, a fim de que o cliente esteja satisfeito em todos os aspectos. A satisfação do cliente não está apenas, em ir à loja e comprar o que se estar desejando ou necessitando. Nesse quesito também se inclui, a loja ter estacionamento próprio, você ser bem atendido do momento que entra até a hora que sai do estabelecimento. Não havendo esses quesitos, o cliente pode se disponibilizar a buscar outros empreendimentos para satisfazer suas necessidades. Sabendo que vai ser mais bem atendido, não encontrando o produto em outra loja, voltará para onde foi mal atendido, mas só irá porque o produto que se quer, só tem nessa determinada loja, tornando-se uma compra por falta de opção no mercado fornecedor. O presente trabalho tem como objetivo identificar o nível de satisfação dos clientes quanto a qualidade dos serviços prestados pelo supermercado Serve-bem.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada neste trabalho é formada de análise de publicações anteriores sobre o tema (pesquisa bibliográfica), observação e coleta de informações através de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas. Cujas amostra é calculada numa estimativa de 9% de aproximadamente 116 clientes por dia Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva em forma de estudo de caso. Cujos dados serão analisados de forma quantitativa e qualitativa, confrontando-se os resultados com a fundamentação teórica do tema.

(RESULTADOS) Por tratar de um projeto de pesquisa monográfica em andamento, pretende-se através da aplicação dos instrumento de coleta de dados obter subsídios para responder os seguintes objetivos: verificar a percepção do cliente quanto à qualidade dos serviços ofertados e identificar os pontos positivos e negativos referentes a prestação dos serviços.

(CONCLUSÃO) As conclusões parciais obtidas são de aspectos bibliográficos, pois a pesquisa está em andamento. No tocante ao aspecto do serviço, concluiu-se que se trata de uma ação intangível, que envolve características como empatia, confiança, segurança e atenção. Prestação de serviço tem uma peculiaridade especial; a confiança. Por meio do serviço constrói-se uma relação de confiança com o cliente e a qualidade no atendimento está diretamente ligada a qualidade no relacionamento que se estabelece com o cliente. Zelar por essa relação, observando os seus aspectos é algo recomendável para os profissionais preocupados em satisfazê-los e possivelmente no futuro fidelizá-los. A satisfação é uma função de desempenho e expectativas percebidos. Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se o desempenho alcançar as expectativas, o cliente ficará satisfeito. Se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficara altamente satisfeito e encantado.

A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO ORIENTADO COMO ETRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECOMNÔNICO DOS MICROEMPREENDEDORES

Autor(es):

Davyson Lourenço Corsino: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O ambiente econômico financeiro do Brasil de hoje, conta com a participação do microcrédito, antes só praticado em países europeus. Essa modalidade de crédito visa estimular os pequenos comerciantes formais e informais a se capitalizarem para garantir a sobrevivência de seus negócios e proporcionar uma melhor qualidade de vida para suas famílias. Com o crescimento da economia brasileira nos últimos anos, os pequenos negócios surgiram de forma acelerada, criando assim, uma demanda de pequenos comerciantes formais e informais desprovidos de recursos financeiros suficiente para desenvolver suas atividades de maneira sustentável. De olho nessa crescente demanda, as instituições de microcrédito diversificam seus portfólios, desenvolvendo novos produtos voltados para esse público específico. O marco histórico que difundiu o microcrédito pelo mundo foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh, pelo professor Muhamad Yunus com a criação do grameen Bank que foi primeiro banco do mundo especializado em microcrédito. Para Yunus, o microcrédito é uma ferramenta direcionada as camadas mais pobres da população caracterizadas pela absoluta falta de acesso ao crédito. Seu pioneirismo incentivou vários países a desenvolverem o microcrédito adaptando-o às necessidade de cada região onde é praticado.

(METODOLOGIA) Procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica, exploratória a cerca do tema microcrédito, essencialmente fundamentada em obras de autores como, PARENTE, Silvana: Microfinanças: saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência e Educação para o Desenvolvimento, 2002. p. 59; YUNUS, Muhammad: What is microcredit. Grameen Banking for the Poor, 2003; e experiência de outras instituições de microcrédito no Brasil, como também, o seu caráter descritivo através de pesquisa de campo com uso de questionário que está sendo aplicado junto aos empreendedores de uma carteira de crédito do Santander Microcrédito. Dados estes que serão tratados através da tabulação simples, com o uso do Excel e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(RESULTADOS) Através da pesquisa de campo em andamento pretende-se responder a questões quanto ao perfil do empreendedor e o tipo de negócio, a existência de ferramentas que o ensinam como administrarem o crédito, como também os motivos considerados mais relevantes na utilização do crédito, destacando a importância do microcrédito como ferramenta de alavancagem nas micro e pequenas empresas atendidas pela Santander Microcrédito. Dados estes, que estão sendo tratados como uso do Excel.

(CONCLUSÃO) Com base nos dados levantados nesta pesquisa, pretende-se contribuir para o desenvolvimento dos clientes que utilizam microcrédito como ferramenta de alavancagem de suas atividades empreendedoras, esclarecendo a cerca do uso e gestão destes recursos, possibilitando um entendimento estratégico que influencie a correta tomada de decisão nos pequenos negócios. Dessa forma, tais resultados também servirão como base na elaboração de estratégias de desenvolvimento da Santander Microcrédito.

CLIMA ORGANIZACIONAL E SUA INFLUENCIA NA SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS: UM ESTUDO NA EMPRESA PRODUTOS CURIMATAÚ.

Autor(es):

Jéssica Barbosa da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Observa-se hoje em dia uma grande falta de confiança quanto à segurança no trabalho, conseqüentemente, o clima nas empresas sofre impacto por causa dessas mudanças, tornando-se uma preocupação a mais para os gestores, sobretudo, para a área de recursos humanos, que tem como um de seus principais compromissos garantir um clima adequado a execução dos objetivos das empresas e para os colaboradores que nela trabalham. Devido às rápidas mudanças que vem acontecendo no mundo globalizado, onde todos têm acesso rápido à informação, as empresas vêm tentando conhecer melhor a vida organizacional, se esforçando em entender como colaboradores expostos a vários estímulos naturais do ambiente de trabalho têm percepções semelhantes da vida organizacional. Clima organizacional é um conceito importante de ser estudado para o entendimento de como o ambiente de trabalho influencia o comportamento e as atitudes dos colaboradores e o desempenho de uma organização. O presente trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: Até que ponto o clima organizacional influencia a satisfação dos seus funcionários na empresa Produtos Curimataú?

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada neste trabalho é formada de análise de publicações anteriores sobre o tema (pesquisa bibliográfica), observação e coleta de informações através de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas a ser aplicado com os 56 funcionários da empresa produtos Curimataú. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva em forma de estudo de caso. Cujos dados serão analisados de forma quantitativa e qualitativa, confrontando-se os resultados com a fundamentação teórica do tema.

(RESULTADOS) Por tratar-se de uma pesquisa monográfica em andamento, pretende-se como resultado responder as seguintes questões: Identificar o perfil de funcionários; Diagnosticar o clima organizacional; Verificar a relação do clima organizacional com a satisfação dos funcionários; Descrever os aspectos positivos influenciadores do clima organizacional; e Descrever os aspectos negativos influenciadores do clima organizacional na referida empresa. Os aspectos que podem influenciar o clima organizacional escolhidos para análise são: Remuneração; Organização/natureza do trabalho do trabalho; Liderança e Relacionamento entre o grupo de trabalho.

(CONCLUSÃO) As conclusões parciais obtidas são de aspectos bibliográficos, pois a pesquisa está em andamento. Conclui-se que, gestão de pessoas é um conjunto de forças humanas voltadas para as atividades gerenciais, produtivas e estratégicas em um ambiente organizacional. Comportamento organizacional aplica o conhecimento obtido sobre as empresas, os grupos e o efeito da estrutura sobre o comportamento, para fazer com que as organizações trabalhem de forma mais eficiente. De acordo com Chiavenato (2002) clima organizacional refere-se especificamente às propriedades motivacionais do ambiente organizacional, ou seja, àqueles aspectos da organização acarretam em diferentes tipos de motivação nos seus funcionários. Um clima organizacional pode ser considerado favorável quando oferece a satisfação das necessidades dos colaboradores e o aumento do moral, já um clima insatisfatório é aquele que propicia a frustração do colaboradores por não terem suas necessidades atendidas.

IDENTIFICAR O GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE DA COMERCIAL FRAZÃO

Autor(es):

Edjane Galdêncio de Castro: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A satisfação do cliente é uma forma das empresas se manterem no mercado, a partir da conquista e fidelização de seus clientes, estes tornarão parceiros comerciais. O consumidor atual está cada vez mais exigente no que diz respeito à qualidade em serviço ou produto oferecido pelo mercado. Trabalhar o fator qualidade não é fácil, pois depende de pessoas e equipamentos para dar andamento as suas atividades. Com isso é primordial que as empresas priorizem em treinamento de pessoal e possuam equipamentos de ponta para auxiliarem nos serviços prestados ao cliente. É preciso que as empresas compreendam que o cliente insatisfeito espalha informações negativas acerca do que lhe foi passado, podendo ser em serviço prestado ou produto adquirido, conseqüentemente a imagem da organização será prejudicada. A satisfação do cliente é alcançada a partir de diversas ações que a empresa precisa executar, assim, oferecer produtos e serviços de qualidade, além de preços significativos ao que está sendo oferecido, são fatores que podem influenciar na satisfação.

(METODOLOGIA) Este trabalho de pesquisa se caracteriza como estudo de caso, sendo realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa de maneira exploratória e descritiva, Os métodos utilizados serão através de questionários e observação, este último se dá pelo fato de estar diante dos fatos diariamente. O universo da pesquisa a ser trabalhado será composto por todos os clientes que adentrarem a empresa no período de uma semana, A amostra foi calculada com uma estimativa de erro de 6% e uma confiabilidade de 95%, perfazendo um total de 142 clientes que serão pesquisados durante os 06 (seis) dias da semana. A análise de dados se dará de forma qualitativa- uma vez que já existem dados relatados, estes serão analisados e apresentados de forma mais estruturada. E quantitativa- já que serão a partir de procedimentos estatísticos.

(RESULTADOS) Percebeu-se no momento da aplicação dos questionários certo interesse da parte dos clientes, estes ficaram satisfeitos com a preocupação da Empresa em saber o que realmente o cliente pensa acerca de seus produtos e serviços, como também um fator principal neste ramo, o preço estabelecido pela mesma. Embora tenha recebido diversas críticas, mas a finalidade da pesquisa é justamente tentar corrigir os respectivos erros que acontecem com freqüência na perspectiva de solucioná-los.

(CONCLUSÃO) A pesquisa em estudo ainda não foi concluída, uma vez que seus dados ainda estão sendo estudados e analisados, para assim passá-los de forma concisa aos seus diretores. E estes possam fazer as devidas correções com intuito de satisfazer e cativar aos seus clientes.

ANÁLISE DE RISCOS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS:UM ESTUDO NA NORDESTE FOMENTO MERCANTIL.

Autor(es):

Diogo Henrique Marques Costa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os riscos é a tradução de uma ameaça, um perigo para todos aqueles que estão sujeito a ele e o percebe como tal, existem os riscos que são assumidos, recusados, avaliados e muitos deles calculados. O estudo realizado destina-se ao risco de crédito que é um problema que está presente no dia-a-dia de qualquer empresa, tanto empresas de serviços comercial ou industrial, como empresas financeiras. O risco de crédito nada mais é que o estudo dos riscos de perda em que as empresas e os clientes correm quando há incapacidade de uma contrapartida em uma operação de concessão de crédito. Vimos que existe várias formas de conseguir capital de giro em uma empresa,como exemplo pode-se citar a Factoring,um mercado que está a cada dia em evolução e deixando de lado o velho preconceito.A palavra Factoring pode ser traduzida como uma forma de comércio onde é negociado títulos de dívidas(mais comuns cheques e duplicatas)num cenário no qual envolve três elementos,tais quais:o consumidor, é a pessoa que emite o cheque ou duplicata,o empresário que faz a venda de um produto ou presta um serviço e a factoring que compra o título e fica com todo direito sobre o mesmo. Foi pesquisado na Nordeste Fomento as ferramentas utilizadas para concessão de crédito,desde as pequenas operações a as que tinham um valor alto agregado.

(METODOLOGIA) O trabalho desenvolvido foi de natureza descritiva,logo que, os dados depois que colhidos foram analisados,baseado em Andrade (2001, p.121)"fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados". Consistiu também em uma pesquisa bibliográfica, pois ocorreram diversas leituras em revistas,livros,jornais,sites,entre outros. Por fim, utilizamos a técnica da pesquisa de campo,onde buscou os maiores números de informações para os objetivos e conclusões a cerca do que foi estudado.Baseado em Lakatos e maroni (2001, p.186) "é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta.

(RESULTADOS) Após a realização da pesquisa,observou-se que é de imensa importância para a análise de crédito a tecnologia da informação,logo é responsável pelo cruzamento de dados nominalmente.Todos os que fazem o trabalho pra conceder crédito,estão aptos pra exercerem a função,pois detém alto conhecimento na área,está antenado nas mudanças locais e globais e nas tendências futuras.Outro ponto primordial é a sincronia dos envolvidos no processo,logo observa-se uma ótima interação,agilidade na tomada de decisão e um ótimo relacionamento com os clientes.

(CONCLUSÃO) Depois de uma observação nos dados e no que foi visto na Nordeste Fomento,é de grande responsabilidade as tomadas de decisões ocorrentes no ambiente,pois interferem diretamente na vida de muitas pessoas.Ainda falta ajustes a serem feitos,pois não há um plano de carreira e em alguns momentos pode desmotivar os seus colaboradores.Mas um fato que chamou mais atenção foi o investimento na tecnologia,logo é uma ferramenta primordial na tomada de decisão.

FINANÇAS PESSOAIS: ESTUDO DO COMPORTAMENTO ECONOMICO E DA TOMADA DE DECISÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FARN

Autor(es):

Hiana Joice Gomes Sobral: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Vivemos em uma sociedade onde as pessoas diariamente recebem propostas que as estimulem ao consumo descontrolado, isso é visivelmente exposto nos meios de comunicação. É preciso haver uma conscientização por parte das pessoas para que as mesmas saibam o que é necessário para a vida. Um bom planejamento pode-se fazer mais pelo futuro do que muitos anos de trabalho; isso é a diferença entre sonhadores e realizadores. Quando existe planejamento, as pessoas passam a gastar de acordo com as possibilidades e ainda conseguem fazer uma economia, juntando um dinheiro na poupança. Ninguém gosta de controlar gastos, mas é importante saber que todas as pessoas têm gastos controlados, se não é pela vontade, é pela impossibilidade de crédito, que são as tão temidas inadimplências, que causam tantos desconfortos aos mesmos. Em uma década em que consumir nunca é demais, é necessário um grande equilíbrio na hora de realizar gastos para não acarretar problemas nas finanças pessoais, como dívidas impagáveis e exclusão do sistema de crédito, o que implicaria na piora da qualidade de vida, ou seja, uma pré-disposição a sintomas como depressão, insônia e etc. Embora possamos localizar nesse sistema capitalista boa parte das razões do endividamento pessoal crescente, é importante evidenciar que há pessoas que vivem de forma equilibrada, tendo as mesmas condições e oportunidades daqueles que fizeram de suas finanças pessoais uma bola de neve. Neste sentido, queremos investigar os elementos que fazem a diferença entre pessoas endividadas e pessoas com equilíbrio em suas contas. Tendo como problemas: Dentre os professores pesquisados, qual o nível de educação financeira e como controlam ou não seus gastos? .

(METODOLOGIA) Considerando-se como pesquisa exploratória, pois embora o tema abordado seja de suma importância e de grande influência para as pessoas. A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Pode-se ser citada como descritiva, visto que tem como intuito descrever as estratégias envolvidas no processo de formação de preço no mercado de crédito consignado, através de uma entrevista estruturada direcionada ao gestor da organização. O universo (população) da pesquisa será os professores do curso de administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN. Será realizada uma pesquisa de campo que se dará por meio de entrevista com os professores, conforme informações supracitadas. Os dados serão tratados no programa Excel e interpretados de acordo com os resultados coletados de acordo com os entrevistados.

(RESULTADOS) De acordo com os resultados preliminarmente, observou-se que a maioria (80%) dos professores tem renda pessoal de até 12 salários mínimos e destina a maior parte desta, a despesas domésticas como condomínio, combustível, mensalidades escolares como também investimentos para fazer crescer seu patrimônio. Observou-se que o principal objetivo financeiro é aumentar o patrimônio em longo prazo. Verificou-se que o critério no momento de investir são suas principais necessidades pessoais e apenas 30% dos professores consultam a opinião de especialistas para a tomada de decisão.

(CONCLUSÃO) Espera-se que as vantagens decorrentes desse estudo e de uma boa administração financeira pessoal possam ser realçadas. Que o hábito de poupar e estabelecer objetivos sejam aderidos desde então. Conclui-se, de um modo geral, que o fundamental consiste na tomada de decisões no presente que tragam benefícios no futuro. Sacrificar algumas vontades e retardar o consumo de alguns objetos de desejo são hábitos que devem ser praticados com a convicção de que haverá ampla recompensa no futuro, pelo desfrute ainda maior dessas vontades e desejos.

DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS NA AGÊNCIA RIBEIRA, DO BANCO DO BRASIL, NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2010

Autor(es):

Pâmella Furlan: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcos Aurelio de Oliveira Santiago
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A participação financeira dos colaboradores de uma organização em seus lucros e resultados é discutida e definida teoricamente no bojo do modelo administrativo denominado Administração Participativa. O estudo tem por objetivo avaliar a distribuição da PLR do Banco do Brasil, na agência Ribeira, localizada no bairro do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Norte, no segundo semestre de 2010. Os seguintes objetivos específicos foram determinados: identificar as variáveis que interferiram na distribuição da PLR, analisar o acordo de trabalho daquela unidade e quantificar os valores recebidos pelos funcionários lotados naquela unidade.

(METODOLOGIA) A pesquisa é classificada como qualitativa e descritiva, o procedimento metodológico utilizado foi a análise documental. Os dados primários foram colhidos através dos demonstrativos financeiros e das informações gerenciais disponibilizados nos sistemas do BB. Os dados secundários, que fundamentarão, a pesquisa foram obtidos através de consultas às instruções normativas do Banco do Brasil que tratam do procedimento da distribuição da PLR. Adicionalmente, foram realizadas pesquisas pela internet, documentos dos sindicatos dos bancários, em especial o acordo coletivo de trabalho.

(RESULTADOS) Através da análise dos dados, os seguintes resultados foram observados: 1 - as variáveis que interferiram na distribuição da PLR, no segundo semestre de 2010, foram: A: existência de um contrato firmado entre o Banco do Brasil e a FENABAN - de acordo com este módulo o pagamento pelo banco a título de "PLR" deve ser de até 15% do lucro líquido. B: existência de um módulo denominado Banco. Nesse, o pagamento é feito pela parcela linear de 4% do lucro líquido, distribuída linearmente entre todos os participantes do Programa e uma parcela variável equivalente à diferença entre o valor correspondente à quantidade de salários, denominado de "salário paradigma", definido pelo Banco e a soma do módulo FENABAN; C: data de admissão e licenças (saúde, maternidade, adoção e acidente de trabalho) - não houve funcionários da Agência enquadrados nesses itens, caso houvesse, receberiam a PLR de forma integral; D: licença (interesse, para concorrer ou exercer mandato eletivo, para acompanhar pessoa enferma da família), faltas (não abonadas ou não autorizadas) e desligamento dos quadros do Banco (aposentadoria a pedido ou demissão sem justa causa) foram as variáveis que implicariam o recebimento proporcional aos dias trabalhados - não foram registrados casos da espécie. No caso demissão por justa causa o funcionário não faria jus a PLR. 2 - Observou-se que existe uma parcela variável na distribuição dos lucros vinculada ao cumprimento do Acordo de Trabalho – cumprimento de metas. O acordo de trabalho é acompanhado através do sistema SISBB, utilizando a metodologia do BALANCED SCORECARD. Para receber 100% da parte variável a agência deveria registrar um placar igual ou superior a 400 pontos, de um total de 600. A agência obteve 477 pontos. 3 – Os valores distribuídos, segundo as funções exercidas foram: gerente avançado - R\$ 5.537,00; assistente – R\$ 5.328,25; escriturário - R\$ 3.717,86 e caixa – R\$ 3.700,00 (PLR).

(CONCLUSÃO) O estudo apontou que os funcionários da Agência Ribeira receberam os valores máximos distribuídos pelo Banco a título de PLR no segundo semestre de 2010, em virtude da inexistência de afastamentos e pelo cumprimento do acordo de trabalho. Observou-se que, embora todos façam parte de uma mesma unidade, envidando esforços para atingimento das metas, Banco do Brasil distribui os valores de acordo com os nível de responsabilidade exercido pelos funcionários.

ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE INVESTIMENTOS DOS ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FARN.

Autor(es):

Emanuelle Nascimento de Melo Paiva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Vive-se em tempos de mudanças aceleradas em que a economia se altera rapidamente e tais mudanças vêm afetando significativamente o modo de vida da população, principalmente numa sociedade organizada em torno do consumo e que a todo dia recebe-se através da propaganda e marketing mensagens de compra e de associações de valores a produtos de consumo, que nada têm a ver com a real necessidade de cada um. Agregam-se a estas mudanças, estilos de vida mais independentes, que ofereçam uma maior possibilidade de escolha, vinculadas a um mercado de intensa competitividade, fazendo com que os diversos profissionais repensem em sua postura diante dos grandes desafios impostos no mundo contemporâneo. Tendo como problemática de como os alunos concluintes do curso de administração da Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – Farn se comportam em relação aos investimentos do mercado financeiro. Tendo como objetivos específicos: verificar o perfil dos entrevistados na perspectiva de comportamento de investimentos; contextualizar a importância na escolha dos investimentos face ao portfólio oferecido; determinar se o orçamento familiar têm influência na decisão de investir; e dar sugestões para mudança de comportamento na percepção dos investimentos.

(METODOLOGIA) Com o intuito de chegar a uma resolução da problemática escolhida para estudo, o tipo de pesquisa a ser utilizada será descritiva e bibliográfica. A pesquisa descritiva caracteriza-se como um estudo que procura determinar status, opiniões ou projeções futuras nas respostas obtidas. Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, o delineamento a ser adotado será exploratória. A pesquisa bibliográfica elege uma problemática de pesquisa e, a partir disso, estabelece um escopo para ser pesquisado na literatura. A amostra, por sua vez, é um subconjunto - representativo ou não - do universo em estudo. De acordo com Vergara (2000) a amostra é uma parte do universo (população) que foi escolhida segundo algum critério de representatividade. De acordo com os conceitos apresentados pode-se definir como universo da pesquisa os alunos concluintes em 2011.2 do curso de administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte-FARN. O tratamento e análise dos dados refere-se a seção na qual explicita-se como se pretende-se tratar os dados coletados, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto. (VERGARA, 2000: p. 57) Após a coleta, os dados serão devidamente tabulados e analisados sob a ótica estatística. Os dados serão tratados de forma quantitativa, isto é, utilizando-se procedimentos estatísticos, analisando e apresentando-os de forma mais estruturada.

(RESULTADOS) De acordo com resultados obtidos e analisados preliminarmente observa-se a falta de conhecimento pela maioria dos entrevistados dos tipos de investimentos existentes e os riscos de cada um. Sendo observado que o orçamento influencia decisivamente para a escolha de opções de investimentos. Quando perguntado sobre o comportamento de consumo para escolha de algum tipo de investimento a maioria afirma que tem influenciado muito o apelo pelo consumismo imediato em detrimento da busca de investimentos para um consumo a longo prazo.

(CONCLUSÃO) Espera-se que com os resultados finais obtidos se responda de maneira contundente o quão é importante um comportamento de investimentos sendo de fundamental importância para a atividade pessoal com o uso consciente do dinheiro, melhorando assim a perspectiva futura das pessoas e das famílias.

ELEVAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CLIENTE COM O DIFERENCIAL DA ATIVIDADE LOGÍSTICA: UM ESTUDO NA EMPRESA REVEST PORCELANATO E ACABAMENTO

Autor(es):

Ane Caroline do Nascimento Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As empresas que hoje em dia, tem a preocupação com o diferencial competitivo, certamente terão que se preocupar com o setor de logística de sua empresa. Em épocas passadas havia a necessidade de alimentos e outras commodities, porém seu local de produção era distante e sua disponibilidade era falha dos locais consumidos. Com essa simples demonstração venho enfatizar o que fica claro, cada ano que passa em todas as empresas seus diretores se preocupam o quanto a logística é importante, sua função estratégica na empresa, para a redução dos custos, armazenagem correta dos produtos adquiridos para venda, na determinação de roteiros, consolidação de fretes, previsão de vendas em curto prazo, localização do estoque, entre outros e o mais importante levar satisfação ao cliente, garantindo processos logísticos corretos, sem falhas, entregas no prazo previsto, sem avarias nos produtos, satisfazendo seu consumidor, fazendo com que ele volte mais e mais vezes, aumentando ainda mais os lucros das organizações. O presente trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: Como elevar o nível de satisfação do cliente com o diferencial da atividade Logística aplicada na Revest Porcelanato e Acabamento Ltda?

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada neste trabalho é formada de análise de publicações anteriores sobre o tema (pesquisa bibliográfica), observação e coleta de informações através de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas a ser aplicado com em média 18 funcionários da empresa Revest Porcelanato e acabamento. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva em forma de estudo de caso. Cujos dados serão analisados de forma quantitativa e qualitativa, confrontando-se os resultados com a fundamentação teórica do tema.

(RESULTADOS) Por tratar-se de uma pesquisa monográfica em andamento, pretende-se como resultado apresentar as seguintes questões: Identificar o perfil dos clientes; Diagnosticar os processos logísticos no ambiente da empresa; Diagnosticar o processo da entrega do material adquirido pelo cliente; Diagnosticar como está sendo efetuada a armazenagem e estocagem dos produtos; Verificar determinação de roteiros; Determinar as necessidades e desejos dos clientes em relação aos serviços logísticos; Verificar a reação do cliente ao serviço prestado; Estabelecer níveis de serviços ao cliente.

(CONCLUSÃO) As conclusões parciais obtidas são de aspectos bibliográficos, pois a pesquisa está em andamento. Conclui-se que: A logística é de suma importância para a organização, pois ela desenvolve quatro atividades básicas da empresa, como a de aquisição, armazenagem, movimentação e entrega dos produtos. O termo logístico, de acordo com o Dicionário Sacconi, e tem como definição "Ramo da ciência militar que trata da obtenção, distribuição, manutenção e reposição de material e pessoal". De acordo com Ballou (1998), a logística empresarial estuda como a administração pode prover melhor nível de rentabilidade nos serviços de distribuição aos clientes e consumidores, através de planejamento, organização e controle efetivo para as atividades de movimentação e armazenagem que visam facilitar o fluxo de produtos. E a satisfação do cliente tem a tentativa de entender suas expectativas, e pode dizer que é assegurar que o serviço desenvolvido e entregue para atender todas as necessidades, e se atender as expectativas, os clientes ficaram satisfeitos, com isso será mais provável que usem ou comprem novamente o serviço ou produto

ANÁLISE DO DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA GÁS TOTAL LTDA, SEDIADA NA CIDADE DE NATAL, NO 1º SEMESTRE DE 2011.

Autor(es):

Jordania Giselle de Araujo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN
Marcos Aurelio de Oliveira Santiago
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A demonstração de fluxo de caixa de uma empresa proporciona informações que permite ao administrador avaliar mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira e sua capacidade de pagamento (Resolução CFC Nº 1.185/09 e Nº 1.296/10). O administrador necessita de uma visão geral sobre todas as funções da empresa que é relatado no fluxo de caixa. Observou-se que a empresa Gás Total LTDA não elabora o demonstrativo de fluxo de caixa. A elaboração desse demonstrativo e a oportunidade de dar prosseguimento na elaboração do mesmo podem ser de grande relevância para a empresa, uma vez que poderá utilizar as informações para melhorar o processo de gestão. Portanto, o fluxo de caixa é uma das ferramentas que pode auxiliar os administradores de determinada empresa nas tomadas de decisões. Estudar o fluxo de caixa é poder fazer uma análise da liquidez da empresa, identificar fatores e prever futuros problemas financeiros. O demonstrativo poderá auxiliar a empresa Gás Total na tomada de decisões financeiras, além de permitir ao administrador planejar, dirigir, controlar e organizar os recursos da empresa.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizada neste estudo é a pesquisa documental. A pesquisa documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. Para a execução da pesquisa será realizada a coleta de dados primários e secundários. Os dados principais para a elaboração deste trabalho serão colhidas das informações contábeis fornecidas pela empresa Gás Total. Os dados secundários que fundamentaram a pesquisa serão obtidos através de consultas bibliográficas e consultas a internet. Os dados colhidos serão compilados em planilhas eletrônicas do Excel. Serão analisadas as entradas e saídas de caixa mensais. Iremos separar as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Analisaremos os dados das contas caixa e bancos.

(RESULTADOS) A pesquisa sobre fluxo de caixa da empresa Gás Total Ltda. irá mostrar as atividades operacionais como tributos pagos, despesas comerciais e administrativas, valores pagos a fornecedores e empregados. As atividades de investimentos relataram as máquinas e imóveis que a empresa Gás Total possui ou adquiriu no 1º trimestre de 2011. Já nas atividades de financiamento mostrarei as despesas financeiras e retiradas dos sócios.

(CONCLUSÃO) A pesquisa concluirá se a empresa Gás total apresentou lucro no 1º trimestre de 2011, em todos os meses ou somente em alguns períodos, e analisaremos o motivo deste resultado. Com os dados desta pesquisa a empresa poderá se preparar para continuar analisando os fluxos de caixa todo mês.

GESTÃO DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO NA RECEPÇÃO DA PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE DR. PAULO GURGEL

Autor(es):

Amanda Martins Leite: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Maria Teresa Pires Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho representa um estudo realizado em uma Pronto-clínica e Maternidade situada na cidade de Natal-RN. Nos últimos anos a Pronto-clínica e Maternidade Dr. Paulo Gurgel enfrentou dificuldades em conquistar seu cliente. Neste sentido o marketing de serviço corrobora na busca de relações satisfatórias, atraindo a atenção do cliente através de programas de relacionamento. Nesses programas permitem que haja maior envolvimento do cliente com a empresa, bem como identifique as demandas potenciais pelos serviços fornecidos. Desta forma, o estudo do comportamento do consumidor surge como instrumento essencial para conhecer os hábitos de consumo daqueles que buscam a clínica para aderir serviços que satisfaçam às necessidades e expectativas. Delinear estratégias de marketing de serviços na Pronto-clínica e Maternidade Dr. Paulo Gurgel para satisfazer o cliente foi o objetivo deste estudo.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi do tipo exploratória e descritiva. O universo envolveu 1000 clientes, sendo utilizada uma amostra probabilística simples de 10% do universo, com margem de erro de 5% e grau de confiabilidade de 95%. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário semi-estruturado, com perguntas fechadas, usando-se os programas Excel e Word para a tabulação dos dados.

(RESULTADOS) Os resultados identificaram que, o perfil do cliente da Pronto-clínica e Maternidade Dr. Paulo Gurgel, em sua maioria é do sexo feminino (85%), casado (63%), com faixa etária entre 26 a 30 anos (37%) e possui renda familiar de dois a seis salários mínimos (54%). Quanto aos hábitos de consumo dos clientes, observou-se que a maioria dos respondentes preza pelo bom atendimento oferecido pela recepção (47%). Em relação ao acesso aos ambientes da Pronto-clínica e Maternidade Dr. Paulo Gurgel (42%) acham bom, em relação à rapidez e rigor no atendimento (38%) não opinaram. Foi observado também, que a qualidade no atendimento em relação às suas reclamações (45%) acharam regular.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, verificou-se que a empresa ainda utiliza incipientemente as ferramentas do marketing, inclusive do marketing de serviços, em virtude de suprir as necessidades de seu cliente. A Pronto-clínica e Maternidade Dr. Paulo Gurgel precisa melhorar ainda mais sua qualidade de serviço, para assim entrelaçar-se com seus consumidores, criando satisfação do mesmo. Desta forma sugere-se que a empresa implante um programa de CRM, bem como a contratação de novos funcionários e melhorando o espaço de suas instalações, a fim de que as necessidades e expectativas de seus clientes continuem a serem atendidas.

ANÁLISE DE ESTOQUE E LOGÍSTICA DA EMPRESA FIO A FIO BEACH

Autor(es):

Flaminio Gondim Real Nunes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabírcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho, centrado na Administração de Materiais, destina-se ao estudo do subsistema de controle de estoques praticado pela empresa Fio a Fio Beach, que atua no ramo de Varejo/Moda Praia há mais de 20 anos. A empresa possui lojas nos principais shoppings de Natal e também um galpão onde se encontra seu estoque, que apesar de ter um potencial estrutural enorme, é ainda deficitário e alguns pontos. De fato, o objetivo geral delimitado, ou seja, redefinir o controle de estoque foi estabelecido mediante a identificação de gargalos nas atividades de recebimento, registro e movimentação das mercadorias.

(METODOLOGIA) A pesquisa pode ser entendida como um Estudo de Caso, de natureza qualitativa e caráter descritivo. Para tanto, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a observação direta, entrevistas semi-estruturadas e análise documental, a partir do envolvimento dos funcionários que lidam diretamente com o recebimento e movimentação das mercadorias.

(RESULTADOS) Dessa forma, o diagnóstico apontou para aspectos críticos na atividade de recebimento da mercadoria, que favorece a ocorrência de divergências, já que o processo de conferência apresenta falhas; nos registros de mercadoria, que podem não acontecer no momento oportuno, incluindo também a transferência para as lojas; e composição da necessidade de compra, diante do suprimento físico, devido à inexistência de adoção de modelos de previsão de demanda e ponto de pedido.

(CONCLUSÃO) Diante das análises desenvolvidas foram recomendadas para a empresa: adoção da Curva ABC, com o propósito de identificar a representatividade dos itens; incorporação do conceito da Curva Dente de Serra, diante do estabelecimento do ponto de pedido e dos níveis de estoques; além do método dos mínimos quadrados para que se possa estimar a previsão de demanda para o próximo período. As recomendações propostas são oportunas, estando em conformidade com a realidade da empresa. Assim, estas são simples, não incidindo em custos significativos, ou seja, poderão se implementadas como facilidade, mediante o envolvimento do gestor e da equipe na adoção dos modelos sugeridos. Entretanto, ressalta-se que se forem executadas, se terá controle efetivo dos produtos, associado à redução de custos, em virtude do entendimento dos itens mais representativos e da definição dos níveis ótimos de estoques, sem acontecer excessos nem rupturas. Com este estudo, os gestores também vão poder contar uma análise mais técnica com relação a seus problemas estruturais e de funcionários no seu estoque, podendo assim ter a exata noção de como fazer uma reestruturação adequada e benéfica para empresa.

ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES NA EMPRESA AGAÉ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Autor(es):

Iracema Milena de Lima Vieira: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Na tentativa de melhorar a sua participação no mercado as empresas vem desenvolvendo trabalhos para avaliar a satisfação do cliente. Identificar oportunidades para inovação de produtos e serviços fortalece a competitividade da empresa. Cometer erros no atendimento ao cliente gera insatisfação e conseqüentemente perda de clientes para a concorrência. Vendas perdidas trazem danos para empresa e não fideliza o cliente, com o mau atendimento a empresa pode também ficar com a imagem manchada no mercado. É um grande prejuízo deixar o cliente sair insatisfeito da loja, para que isso não aconteça é preciso ter profissionais em vendas capacitados no segmento para que tenha o poder de influenciar na hora do fechamento de uma compra, serviço ou negócio. Essa pesquisa foi motivada por um dado que cresce comprovadamente a desmotivação. Alguns funcionários da área de vendas não estão satisfeitos com seus salários e cargos, o que acaba prejudicando no atendimento pelo motivo que o funcionário desmotivado não atende o cliente com “qualidade” o que conseqüentemente acarreta desinteresse, falta de informação e desconhecimento do produto, pois o funcionário desmotivado não tem interesse em melhorar seus conhecimentos e atenção o que acaba acarretando insegurança na hora do fechamento da venda. Outro problema encontrado é na equipe de vendedores que são contratados sem experiência no segmento, a empresa fornece o treinamento, mas por desinteresse ou comodismo na hora de aprender já que entrar em prática e com isso falta aprendizado. Diante desse cenário, surge a questão do presente trabalho: Qual o nível de satisfação do consumidor em relação ao atendimento prestado pela AGAÉ?

(METODOLOGIA) Este trabalho tem o propósito de realizar um estudo de caso, de caráter quantitativo e qualitativo, para avaliar a qualidade no atendimento ao cliente na empresa AGAÉ, segmentada no ramo de material de construção, onde está a 30 anos no mercado, através de uma pesquisa exploratória e descritiva. Foi aplicado um questionário com 120 clientes em atendimento na empresa. A pesquisa possibilitará se ter uma base real da qualidade dos serviços e atendimento ao cliente. Para realizar este estudo foram aplicados questionários semi estruturados com perguntas abertas e fechadas, os quais são instrumentos de coleta de dados, com os clientes da empresa AGAÉ, visando obter informações sobre o atendimento, sendo também realizado uma observação do participante. Os dados estão sendo tratados por meios estatísticos, para tornar a visualização dos índices encontrados mais fáceis, a respeito do nível de satisfação dos clientes ao atendimento prestado na AGAÉ.

(RESULTADOS) A empresa vem se preocupando com a motivação dos seus funcionários, dando a eles treinamentos e condições de crescimento dentro da empresa e investindo na qualidade de vida para sua maior satisfação e conseqüentemente buscando a melhoria da qualidade do atendimento e de sua produtividade. Os resultados em análise, estão sendo satisfatório para a empresa, onde depois de concluído, será encaminhado as sugestões e os dados coletados a diretoria da empresa, para as possíveis modificações.

(CONCLUSÃO) A pesquisa foi feita com os clientes em atendimento na empresa AGAÉ, para verificar o nível de satisfação em seu atendimento, se está suprimindo as necessidades dos clientes. Vem sendo observado que, a empresa está se preocupando cada vez mais como os seus prestadores de serviços para que possam oferecer um bom atendimento aos seus clientes, gerando satisfação e fidelidade.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO REALIZADO NA EMPRESA NAZÁRIA DISTRIBUIDORA

Autor(es):

Luciene Matias de Araújo Paiva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: Hoje com os diversos tipos de problemas e doenças passíveis de serem adquiridos por força de uma má condição de trabalho, estão se exigindo cada vez mais que as empresas ofereçam segurança e uma melhor condição para se trabalhar, condição que ajudem a promover saúde, equilíbrio físico e psicoemocional, proporcionando o bem-estar total e completo do trabalhador. Portanto a Qualidade de Vida no Trabalho é de suma importância quando presente nas organizações, levando em consideração o significado que o emprego tem para as pessoas e o quanto um bom ambiente organizacional, pode ser útil na Gestão de Pessoas e na melhoria da produção dentro das empresas. É perceptível, que não há como separar o lado humano das pessoas, do lado profissional, sabendo que o ser humano é único e dotado de habilidades e capacidades individuais que podem ser alteradas pelas condições do meio em que vive, ou seja, as empresas a cada dia têm assumido esse papel importante na vida das pessoas, fazendo com que a qualidade de vida delas dependa da qualidade de vida do trabalho, chegando a definir pontos fundamentais como status e identidade pessoal.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA: Quanto à tipologia, desenvolve-se uma pesquisa de caráter exploratória-descritiva, na forma de estudo de caso, com o objetivo de prover a análise acerca de uma situação, e logo após, sugerir e aplicar idéias de melhorias a empresa, através da realização de pesquisas qualitativas e quantitativas, para buscar percepções e entendimento sobre a natureza geral da questão. Universo da presente proposta de estudo é composto por todos os funcionários da Nazária Distribuidora, que compõe o total de 233 colaboradores. A amostra calculada com estimativa de porcentagem de erro de 8%, per fazendo, um total de 95 questionários, aplicada em cada setor, proporcionalmente no total de funcionários que o compõe. Serão utilizadas as técnicas de Questionários e Observação Participante. Após o preenchimento dos questionários pelos respondentes do estudo, os dados serão analisados utilizando procedimentos estatísticos, descrevendo e apresentando de forma mais estruturada a interpretação dos dados levantados.

(RESULTADOS) RESULTADOS: O resultado parcial apresentado mostra que a maioria dos funcionários que atuam no setor administrativo da Nazária Distribuidora, de modo geral, considera-se satisfeitos com a Qualidade de Vida no Trabalho oferecida, sendo assim, concluímos que estão trabalhando motivados e que a empresa oferece um bom ambiente de trabalho aos funcionários, tendo em vista que a maioria está satisfeita e que não apresentam problemas de saúde causados pelo trabalho que possam limitar as suas atividades pessoais e/ou profissionais. Em todos os aspectos analisados percebe-se que muitos problemas podem afetar o desempenho das pessoas e a empresa deve levar em consideração o seu funcionário de forma geral.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO: Sem dúvida o tema abordado é de extrema importância para o sucesso das empresas, pois para um bom desempenho profissional é necessário haver qualidade de vida. O presente estudo teve por objetivo mensurar o grau de Qualidade de Vida no Trabalho da Nazária Distribuidora, uma pesquisa realizada com todos os funcionários da empresa que mostra claramente o grau de satisfação relacionada a fatores que são essenciais para se ter qualidade de vida no trabalho.

ANÁLISE E MELHORIA NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS NA EMPRESA COMJOL

Autor(es):

Vivianne Michelly Lima do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a tecnologia cada vez mais presente na vida das pessoas, e as pessoas por sua vez mais exigentes, o mercado de trabalho se torna bastante competitivo. Principalmente para aquelas pessoas que estão atrasadas no que diz respeito as qualificações. As empresas buscam funcionários cada vez mais qualificados para ocupar cargos dentro das organizações e com isso, a procura por pessoas com capacidades técnicas aumenta constantemente. O recrutamento, seleção e integração de pessoas, são de suma importância para as empresas conseguirem alcançar seus objetivos, que são: funcionários com características compatíveis com as descrições dos cargo oferecidos. O presente estudo foi realizado na empresa Comjol, que foi fundada no ano de 1930 na cidade de Nova Cruz e hoje, em Natal, possui três lojas e uma distribuidora. Atua no ramo de material de construção e é uma das referencias nesse ramo.

(METODOLOGIA) No que diz respeito a tipologia da pesquisa, foi realizada uma avaliação formativa na forma de estudo de caso. Através do estudo de caso, foram constatadas as necessidades de mudança no processo de recrutamento, seleção e integração de pessoas na Comjol. A tipologia da pesquisa, também é de caráter qualitativo. foi definido o estudo da presente proposta e sua área de abrangência, o setor de recursos humanos da empresa Comjol. O mesmo sendo constituído por três funcionários: uma encarregada do setor e duas auxiliares. No que diz respeito à coleta de dados do estudo, optou-se pela observação e entrevista do processo de recrutamento, seleção e integração de pessoas da loja Comjol. Também foi usado na coleta de dados, o método da entrevista. Para o tratamento e análise dos dados da pesquisa estão sendo analisados os conteúdos para dados qualitativos. Foram analisados todos os dados para aperfeiçoá-los e melhorar todo o processo.

(RESULTADOS) O processo antes era feito através de anúncios no jornal onde a empresa oferecia vagas e assim era feita a triagem para chamar os candidatos para a entrevista, junto ao gerente geral da empresa. Hoje esse método não é mais usado, assim como não é mais a mesma pessoa que faz a entrevista. Agora funciona da seguinte forma: os candidatos continuam deixando currículo com a telefonista que passa para o setor de Recursos Humanos, que vai montando um banco de dados e quando necessário vai escolhendo de acordo com o perfil. Existe também uma página no site da empresa, onde os candidatos preenchem um currículo e enviam seus dados para a empresa. Continua a indicação de funcionários. Hoje o próprio dono da empresa é quem realiza as entrevistas e também decide qual deles irá contratar. No que diz respeito à seleção, que não acontecia nenhuma dinâmica, hoje é feita com o proprietário da Comjol, o senhor José Lucena. O mesmo ao realizar a entrevista de seleção, basicamente faz as perguntas que constam no currículo. Quando ele quer uma seleção para buscar funcionários mais qualificados, ele conta com um prestador de serviços, onde o mesmo realiza dinâmicas com os candidatos, junto a responsável pelo setor de recursos humanos.

(CONCLUSÃO) O processo de recrutamento, seleção e integração de pessoas foi modificado, hoje é o proprietário da loja quem realiza as entrevistas. Dessa maneira aumenta a produtividade e melhora a qualidade do serviço, diminui a rotatividade de funcionários e diminui a improvisação. O novo modelo está formatado, será elaborado um fluxograma e posteriormente será apresentado a empresa.

RESILIÊNCIA ORGANIZACIONAL. UM ESTUDO EM GERENTES DE RELACIONAMENTO DA NATURA NO RN.

Autor(es):

Perla Natalia de Oliveira Alves: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os primeiros relatos do termo resiliência foram utilizados na física, para indicar os materiais que possuem curvas de deformação elástica e sua resiliência está associada ao grau de elasticidade que este suporta sem se deformar. Transportado para o campo das Ciências Humanas, sua definição não é clara nem tampouco precisa como na física, já que os fatores relacionados aos fenômenos humanos são complexos e variados, podemos dizer que uma pessoa é resiliente quando ela tem a capacidade de superar as condições adversas, reagir com otimismo as situações de dificuldade/crises e consegue ultrapassá-los com sucesso, se recuperando rapidamente e moldando-se a cada “deformação” situacional, neste caso a pessoa não voltaria ao seu estado anterior, mas sairia melhorado para alcançar os seus objetivos. É importante salientar que não é a situação é como reagimos a ela que determina se somos resilientes ou não. Os resilientes são diferentes uns dos outros, mas podemos identificar algumas características que são comuns encontrar neles a partir de seus atos e comportamentos, é através destas características que podemos medir o grau de resiliência. O segredo de ser resiliente está nos pares de qualidades opostas, como por exemplo são alegres e sérios, eles são dos dois jeitos, é o saber distinguir o momento adequado para migrar entre essas características que o torna resiliente, pois é aí onde ele mostra a sua flexibilidade e adaptação superior. O presente trabalho tem como objetivo pesquisar as principais metodologias, o conceito, o processo, as características e os níveis da resiliência. Ao fim deste trabalho espera-se medir o nível de resiliência dos gerentes de relacionamento da Natura no RN.

(METODOLOGIA) Este trabalho de pesquisa se caracteriza como estudo de caso, de natureza quantitativa e enfoque exploratório e descritivo, visto que se limita a uma realidade restrita permitindo um estudo aprofundado dentro de um contexto. O universo da pesquisa esta limitado aos Gerentes de Relacionamento da Natura que atuam na PB e RN, num total de 16 pessoas pesquisada. A coleta de dados foi realizada através de questionário desenvolvido por Sibert que continha 20 situações-problema no formato de escala Likert de cinco pontos. A escala de Likert identifica uma série de proposição, das quais os respondentes devem selecionar uma, variando de (1) ponto muito fraco, (2) ponto fraco, (3) ponto bom, (4) ponto forte, (5) ponto muito forte, e cada um vale a numeração correspondente. O questionário foi desenvolvido para identificar o nível de resiliência da pessoa o qual é identificado de acordo uma auto-avaliação e graduação atribuída a cada pergunta.

(RESULTADOS) Os resultados encontrados após a análise dos questionários evidencia que os níveis de resiliência demonstraram-se satisfatórios, uma vez que 56,25% dos entrevistados apresentaram nível alto de resiliência e 43,75% estão enquadrados no nível acima da média. Esses índices permitem inferir que os Gerentes de Relacionamento da PB e RN aqui pesquisados possuem comportamentos característicos da resiliência, e essa conduta resiliente evidencia a inteligência emocional, flexibilidade e a capacidade do indivíduo em reagir positivamente e sair transformado ao enfrentar situações adversas, o que é de suma importância quando relacionadas à vida cotidiana, uma vez que o contexto de vendas tem sido permeado pelo estresse.

(CONCLUSÃO) A motivação inicial do trabalho foi conhecer a temática resiliência com mais profundidade e que através da aplicação do questionário pudesse fazer uma analisar sobre os níveis de resiliência. Entende-se que foram atingidos os objetivos e os principais resultados evidenciam que as características comuns aos resilientes esta presente na gerencia de relacionamento da Natura na PB e RN como mostra os gráficos, de modo geral, a grande maioria dos entrevistados possui um nível alto de resiliência.

PLANO DE MARKETING PARA A YOLLA VILLAGE

Autor(es):

Laudemir Alvares de Sena Júnior. Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Analisa-se a empresa de nome, Yolla Village, que se despohe no ramo do vestuário, destacando-se sua caracterização, seus objetivos, tanto geral como os específicos, suas análises, tanto no âmbito do ambiente como no das estratégicas e por último os tipos de pesquisa, a população e as técnicas de coletas de dados. Tudo isso voltado para o plano de marketing que possibilita a organização diretrizes a serem seguidas de maneira planejada, sendo assim de fundamental importância para detectar erros e aperfeiçoar os acertos da empresa.

(METODOLOGIA) O estudo foi realizado perante pesquisa descritiva, exploratória e estudo de caso. Tendo em suas fontes a utilização da primária e secundária. O estudo busca capacitar à organização para que possa captar mais clientes, aumentando assim as vendas e a lucratividade do negócio. Os dados coletados foram extraídos de análises de documentos, da observação direta para com os clientes e membros do plano.

(RESULTADOS) Os clientes frequentadores da loja, Yolla Village, estão em sua maior parte satisfeitos, tendo 15% parcialmente insatisfeitos, estes por não encontrarem alguns produtos de seu agrado ou por não estarem de acordo com os preços. No último ano, novos clientes surgiram na empresa, tendo um aumento de cerca de 40% no público masculino e 15% no feminino, isso em decorrência do bom atendimento prestado, da diferenciação dos produtos e da divulgação em revistas, por colunistas e pelos clientes fidelizados. O serviço prestado com os clientes, mostra que eles estão muito satisfeitos, sendo intensificado, pois empresas concorrentes não apresentam ou desempenham de maneira parcial este atendimento diferenciado. E por último o estudo confirma que o preço executado pela a organização em questão é igual ou inferior aos das empresas concorrentes, algumas destas disponibilizando as mesmas marcas.

(CONCLUSÃO) O plano de marketing para Yolla Village, analisa-se o ambiente externo, o econômico, o político e legal, o sociocultural, o tecnológico e o competitivo. É também traçado as estratégias de produto, preço, distribuição, segmentação e posicionamento, que possibilita o melhor entendimento do negócio e podendo assim ser feito seus ajustes. O estudo a respeito da coleta e avaliação dos dados, mostra informações mais precisas com relação ao posicionamento da loja. Perante a todos os indicadores mencionados pode-se certificar que a Yolla Village encontra-se em um mercado altamente competitivo, apresentando um crescimento rápido e conciso. Isto é, por ter como essência o atendimento. E, além disso, diferenciais, como na localização, no conforto, na estrutura, nas vitrines, na qualidade, no prazo.

AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO: O ESTUDO DE CASO NA EMPRESA IDEAL FARMA

Autor(es):

Ademar da Silva Alves Júnior: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo foi desenvolvido na Ideal Farma, empresa que atua no estado do Rio Grande do Norte, no ramo de distribuição de medicamentos há 5 anos. Após levantamento de dados e análises efetuadas nos processos vinculados ao fluxo de produtos na empresa, identificaram-se fragilidades no subsistema de distribuição física de seus produtos, sobretudo diante das movimentações de mercadorias, evidenciando uma estratégia de picking ineficiente, associada a deficiências no transporte, comprometendo a principal atividade da organização, limitando sua eficiência perante a concorrência. Com base nos pontos críticos identificados, o trabalho conduzirá a uma organização mais efetiva, mediante a otimização das rotas, identificação de um sistema de transporte de mercadorias mais seguro, tempos para entrega com maior comprometimento, enfim serão viabilizados serviços de distribuição, favorecendo o fluxo de mercadorias, repercutindo na satisfação dos clientes.

(METODOLOGIA) A pesquisa constitui-se em um Estudo de Caso, de natureza qualitativa, apresentando um caráter descritivo. Assim, foram analisados durante quatro semanas, a partir da observação direta do ambiente, o processo referente ao fluxo das mercadorias, representada desde o momento do pedido realizado pelo cliente, até o momento da entrega para abastecer os canais de distribuição (farmácias), através da visualização dos procedimentos praticados pelos colaboradores, desde formas de manuseio da mercadoria até os tipos de veículos utilizados para o transporte. Ressalta-se também a análise documental, no que diz respeito ao levantamento dos custos com transportes e quantidade de mercadorias expedidas, os quais foram disponibilizados pela empresa. As entrevistas informais, mediante elaboração de um roteiro, foram importantes para sanar algumas dúvidas, bem como envolver as pessoas responsáveis pelas atividades no diagnóstico, o que é importante para neutralizar barreiras, diante da execução de recomendações que serão propostas.

(RESULTADOS) A partir dos dados levantados pôde-se confirmar as deficiências no subsistema de distribuição física, permitindo propor as seguintes recomendações: desenvolver um sistema de alerta para os clientes inadimplentes, podendo ser negociado os pagamentos pendentes sem que o pedido seja desenvolvido e chegue até o setor financeiro para somente aí ser informado que não poderá dar continuidade ao processo, devido o bloqueio do pedido; organizar a área de logística, mediante redefinição da estratégia de picking, para facilitar a movimentação dos colaboradores no momento da separação dos pedidos, diminuindo assim o tempo total do processo, ocasionando maior rapidez e precisão no atendimento ao cliente; por fim, determinar as rotas de acordo com dias e locais de transporte da mercadoria para ser entregue, otimizando assim a distribuição dos medicamentos.

(CONCLUSÃO) As recomendações propostas apresentam-se em conformidade com a realidade vivenciada na empresa, o que permite concluir a sua oportunidade. Ressalta-se que o plano de ação proposto está sendo analisado, para que se possa consolidar o cronograma para implantação das ações. Portanto, a operação logística passa a ter um controle mais efetivo, repercutindo na redução de custos, porém promovendo o atendimento dos cliente de maneira mais precisa, em termos da qualidade na entrega, o que inclui integridade do produto, redução do tempo de entrega e garantia da disponibilidade em conformidade com a demanda.

PROPOSTA DE GESTÃO DE ESTOQUES PARA EMPRESA MULHER RENDEIRA

Autor(es):

Renato do Monte Guimarães Gondim: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho foi realizado na Mulher Rendeira, empresa atuante há mais de 30 anos no comércio de Natal-RN possuindo duas lojas no Tirol, uma na Avenida Afonso Pena e outra no Shopping Midway Mall. Hoje contando com um mix de produtos variado bastante característico do varejo, mas oferecendo principalmente produtos de cama, mesa e banho. Possui um quadro atual de 16 funcionários. Após terem sido diagnosticados problemas na área de estoques desta empresa, esse estudo teve como objetivo definir um modelo para o controle de estoques auxiliando assim o gerenciamento de fluxo de entrada e de saída dos seus respectivos produtos. O momento para atuação foi oportuno para a loja e este não apresenta custos consideráveis que inviabilizem ou dificultem a sua aplicação.

(METODOLOGIA) Dentre as definições metodológicas para Andrade (1998) a pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico e geralmente constitui um trabalho preliminar ou preparatório para outro tipo de pesquisa. As finalidades desse tipo de pesquisa são: proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir um novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Enquanto a sua natureza essa pesquisa pode ser definida como pesquisa científica aplicada. Segundo Vergara (2000) A pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos. Tem finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, motiva pela curiosidade do pesquisador e situado sobretudo no nível da especulação. A forma de abordagem do problema é definida como quantitativa, considerando que a maior parte das análises será realizada por indicadores demonstrativos. Enquanto aos procedimentos técnicos da pesquisa esse é definido como Avaliação formativa pois segundo Roesch (1999) esse tipo de projeto o propósito principal é melhorar ou aperfeiçoar os sistemas ou processos. Implicando em um diagnóstico do sistema atual e sugestões para a sua reformulação.

(RESULTADOS) O trabalho realizado resultou em informações significativas aos proprietários para uma melhor estruturação no setor de estoques para a empresa. Com os problemas diagnosticados e algumas das possíveis soluções sendo oferecidas estes terão uma melhor visão e conhecimento dos fatos de como melhorar, aproveitando melhor os recursos disponíveis que esta tem e não são utilizados tão bem quanto poderiam. Após a visualização das deficiências no controle de estoque onde o reabastecimento acontecia sem um modelo adequado e bem definido, favorecendo a ocorrência de desníveis não planejados, foi demonstrado com esse estudo que a implementação de controle de estoque sólido e previsões de demanda tem importância direta na lucratividade para a empresa, por proporcionar com mais facilidade os níveis adequados de materiais, evitando custos dos excessos e faltas de produtos.

(CONCLUSÃO) Com esse trabalho pode-se concluir que mesmo recomendações técnicas simples e fáceis de sempre aplicadas ao cotidiano sem grandes custos, tem importância valiosa para as empresas com dificuldade em seu controle de estoque. Podendo ser de grande serventia obtendo uma melhor previsão de como manter o nível adequado de estoque para a sua demanda, conseguindo assim um melhor rendimento e lucratividade.

GESTÃO FINANCEIRA: A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA NO PROCESSO DECISÓRIO PARA CRIAÇÃO DE VALOR

Autor(es):

Daniela Florêncio de Lima: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a crescente competitividade do mercado entre as empresas, e a busca por uma maior rentabilidade, o fluxo de caixa é uma ferramenta de fundamental importância para o administrador financeiro. Ela dará suporte para a tomada de decisão, planejar, organizar, coordenar, dirigir, e controlar os recursos financeiros por um determinado período de tempo. Por lidar diretamente com as entradas e saídas da empresa ela apresenta as informações precisas para a tomada de decisão, contém informações exatas da situação financeira da empresa, demonstrando assim a sua liquidez. Permite ao administrador financeiro detectar variações e tomar medidas de contingência. Na implantação do fluxo de caixa na empresa, o administrador financeiro deverá levar em consideração a capacidade da empresa, qual o período que se pretende abranger. Serão necessárias informações precisas e exatas, pois contribuirá para o sucesso e financiamento do fluxo de caixa, necessário levar em conta o processo de planejamento financeiro sendo eles estratégicos (longo prazo), e o planejamento operacionais (curto prazo). A gestão financeira se torna relevante em função das complexidades que as organizações se impõem sobre suas atividades, portanto, na criação de valor se torna necessário o alinhamento estratégico da organização com o alinhamento da gestão financeira das empresas, gerando vantagem competitiva, e não apenas desvios sobre os fluxos de caixa. Tendo como principal problemática: “Qual a importância da análise do fluxo de caixa para a tomada de decisão na empresa estudada?” e como objetivo geral: Analisar a importância do fluxo de caixa na tomada de decisão na empresa estudada e específicos: verificar as tipologias de fluxo de caixa na organização objeto do estudo; determinar os padrões de FC’s utilizado na organização; identificar os desvios a nível de entradas e saídas de caixa; e dar sugestões de boas práticas de gestão de fluxo de caixa.

(METODOLOGIA) Com o intuito de chegar a uma resolução da problemática escolhida para estudo, o tipo de pesquisa a ser utilizada será descritiva e bibliográfica. Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, o delineamento a ser adotado será o estudo de caso. O estudo de caso é um tipo de delineamento no qual um fenômeno ou situação é estudado em profundidade para obter uma compreensão detalhada de uma situação ou fenômeno; interpretar dados para classificar e contextualizar uma informação, utilizando-se desses dados para avaliar o mérito de alguma prática, programa, movimento ou evento. De acordo com os conceitos apresentados pode-se definir como universo da pesquisa a empresa objeto deste estudo: só mais uma. O tratamento e análise dos dados referem-se à seção na qual se explicita como se pretende tratar os dados coletados, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto. (VERGARA, 2000: p. 57)

(RESULTADOS) De acordo com os resultados projetados preliminarmente, através de respostas dadas pelo responsável pela organização na perspectiva gerencial, dá-se uma maior preferência pela atividade da empresa a nível operacional e menos a nível estratégico, a exemplo da organização do fluxo de caixa, de sua dinâmica. Inexistindo controles no que se refere a seu fluxo de ativo e de caixa, a gestão de custos e administração financeira da organização estudada.

(CONCLUSÃO) Enfim conclui preliminarmente, como uma característica presente nas Micro e pequenas empresas – MPE’S que existe um desacordo de seu fluxo de caixa, de sua dinâmica e organização. Presente também na empresa pesquisada onde seu funcionamento é puxado pelas demandas mais imediatas, deixando as estratégias financeiras à margem no que se poderiam gerar vantagens competitivas em suas ferramentas na busca de maiores oportunidades para que se pudesse criar valor em nível de uma gestão financeira eficiente e organizada para tomada de decisão.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE POSTAGENS E ENTREGAS AOS CLIENTES DA ECT/RN.

Autor(es):

Joane Maria de Oliveira Lopes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho nesta oportunidade cabe o estudo com o objetivo de investigar se os serviços prestados de entregas e postagens da ECT/RN se tornam de qualidade. Para melhoria continua dos serviços aos clientes. É necessário avaliar as estratégias para fortalecer a qualidade dos serviços da ECT/RN e perceber se contribuem com as necessidades do público em suma observar a qualidade e o compromisso com o cidadão como um todo.

(METODOLOGIA) A metodologia caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, descritiva, usando o estudo de caso e pesquisa exploratória. Onde não se pode alterar os dados recolhidos. Por trata-se de dados secundários precisamos da ajuda dos colaboradores da ECT/RN. A coleta de dados foi obtida através de 02 colaboradores da assessoria de comunicação dos correios, onde foram entrevistados, tornando-se uma pesquisa censitária. Foi usado também a pesquisa bibliográfica e estudos pela internet para obter melhores resultados.

(RESULTADOS) Através da análise dos dados, os seguintes resultados foram observados: os correios consideram super importante o tempo de espera na fila, que não ultrapassa 15 minutos. Foram analisados os pontos positivos e negativos das postagens, e observou-se que existem muito mais pontos positivos do que negativos, onde foi feita uma análise da venda dos produtos pelo site que facilitam bastante a vida de clientes, pois já não precisam sair de suas casas para comprar seus determinados produtos, pois os correios enviam com data marcada para entrega em determinado endereço. Os correios oferecem também proteção para os produtos, de acordo com a necessidade do tipo de produto, para não estragar. E mantém um sistema de controle do envio do produto, onde o cliente com seu número do produto pode fazer a busca pelo site dos correios e descobrir onde seu produto se encontra e se ocorrer atraso o sistema também diz o motivo e como recuperar o objeto. Se torna difícil obter erros na hora das postagens, pois os funcionários são treinados para que os erros de digitação não ocorram. O único possível erro pode ocorrer se o sistema estiver fora do ar, ou se o endereço não estiver correto, impossibilitando de chegar ao destino. Os correios trabalham para melhorar os serviços de entregas, criando novos cdd's que são centros de distribuição domiciliar, que organizam e tratam os produtos enviados. Hoje mais de 40 mil quilos são recebidos por mês, com isso os correios se torna mais importadores do que exportadores. Transtornos acontecem na hora da entrega, como quebra de caminhão, crescimento desordenado etc. Por isso analisou-se que os serviços de entregas sofrem bem mais dificuldades, acarretando insatisfação para os clientes, que contam com a responsabilidade da chegada do seu produto em tempo determinado. São distribuídos 450 mil objetos por dia, por isso os correios contrata muitos carteiros em concurso disponíveis para desenvolver esse trabalho, que só para o RN precisa de 430 carteiros para melhorias nessa distribuição diária. Como analisado os correios responde as solicitações dos clientes dentro de 3 dias uteis no máximo.

(CONCLUSÃO) O estudo avaliou os atendimentos dos clientes da Ect, onde os correios considera bastante importante a opinião dos clientes. De acordo com o que observou-se os correios cada vez mais vem melhorando seus serviços de postagens e entregas, onde algumas reclamações de clientes só diminuem, mostrando que a eficiência e a prestação de serviços dos correios atendem as necessidades do público, mesmo com erros ocorridos, pois os correios resolvem dentro de 3 dias qualquer reclamação feita pelo cliente.

ESTRATÉGIA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO NO YÁZIGI

Autor(es):

Juliana Carneiro Dantas Andreoli Siqueira: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho ressalta a importância de se realizar o planejamento estratégico e aplicar as estratégias de Marketing. Com essas ferramentas serão analisados e diagnosticados os problemas do Yázigi Natal, escola de idiomas. O Planejamento estratégico de uma empresa deve ser realizado antes mesmo que a empresa seja introduzida no mercado. A questão é que os micros e pequenos empresários infelizmente montam suas empresas seguindo o ritmo da grande ideia e depois de certo tempo entram em crise. A definição das estratégias de marketing a serem utilizadas pelo administrador deve estar de acordo com o escopo do negócio, público consumidor e necessidade de compra do consumidor. As estratégias de marketing são ferramentas essenciais para o sucesso de uma empresa. O objetivo é mostrar para o público e principalmente para todos os administradores que o plano de marketing não está voltado apenas para as grandes empresas, mas para todas que almejam “vida longa” pro negócio. Em sua fase inicial existem muitas dúvidas muitas interrogações quanto a exatidão do negócio, nesta fase investe-se mais do que se obtém retorno. Para tanto existem as matrizes como BCG e a de Ansoff que fazem parte das estratégias de marketing e auxiliam bastante o administrador. Porém, o maior perigo encontra-se na fase em que o negócio começa a conquistar o mercado, essa é a fase da estrela, a empresa começa a aparecer no meio da concorrência, já conquistou alguns clientes e os empresários entendem que nessa fase já não precisa mais investir, basta aproveitar o lucro. Puro engano! Veja a análise final deste trabalho e tire sua própria conclusão.

(METODOLOGIA) A metodologia da pesquisa é utilizada para chegar-se a solução de uma problemática. No entanto, não existe apenas um método para alcançar a solução de um determinado problema. Cada um pode chegar ao resultado final da forma que quiser, contanto que chegue ao resultado “correto” ou “coerente”. Portanto, a metodologia é a linha de raciocínio utilizada para desvendar um enigma e neste caso a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, mediante estudo de caso.

(RESULTADOS) Diante dos dados coletados para este trabalho, por meio de pesquisa e questionário, chegou-se ao resultado do perfil do consumidor e os hábitos de consumo dos clientes Yázigi. Os dados foram organizados e apresentados em tabelas e gráficos através dos programas computacionais Excel e Word, utilizando-se a tabulação simples, e com respostas múltiplas sendo analisados de forma descrita para conclusões.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que o público alvo do Yázigi é o jovem adolescente e/ou pré-adolescente pertencente à classe social A,B e C com fortes opiniões e poder de decisão sob compra. Esse público gosta da co-participação em sala de aula e não suportam ser vistos como expectadores, mas como co-autores. Por isso, as estratégias de marketing não podem ignorar as redes sociais e a participação dos seus clientes no processo de aprendizado. Afinal, o que mais lhes agrada no Yázigi é a qualidade de ensino e o que mais desagrada é a imposição de algo sem aviso prévio. Isso quer dizer que a empresa deve se submeter à consulta ao cliente sempre que precisar tomar decisões? Não. Isso quer dizer que o cliente, mesmo sendo adolescente, já sabe do seu valor e age sem tolerância aos erros cometidos por uma empresa.

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIRO EM UMA GRÁFICA EM NATAL-RN.

Autor(es):

Edson Inácio da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As organizações estão cada vez mais preocupadas com a abordagem de sistemas, entender e lidar com a complexidade são as bases do pensamento sistêmico. Quanto mais numerosas as causas e variáveis, mais complexo é o problema ou situação. No entanto, a informação no contexto de sistemas é algo abstrato e é difícil para um gestor aplicá-la aos seus problemas diários. Dessa forma iremos retratar como ferramenta de gestão, apresentando conceitos e evolução da informação; a importância da visão de sistemas para a organização, a visão fundamentalista da governança corporativa; o mercado; fluxo de caixa como ferramenta de gestão; análise de finanças na organização; e ainda os indicadores para que se tenha informações para uma boa tomada de decisão nas organizações. Tendo como problema principal: Como a gestão da informação financeira agrega no processo decisório como ferramenta na criação de valor na organização estudada. Tendo como objetivo geral: analisar como a gestão da informação financeira pode agregar de valor no processo decisório. E, como objetivos específicos: contextualizar através de referências bibliográficas sobre a importância da informação em contextos financeiros; verificar o grau de importância pelos gestores da gestão da informação financeira no processo decisório na organização estudada e determinar de como é utilizada a gestão da informação financeira na organização estudada.

(METODOLOGIA) Com o intuito de chegar a uma resolução da problemática escolhida para estudo, o tipo de pesquisa a ser utilizada será descritiva, bibliográfica e como tipo de pesquisa um estudo de caso. A pesquisa descritiva caracteriza-se como um estudo que procura determinar status, opiniões ou projeções futuras nas respostas obtidas. A pesquisa bibliográfica elege uma problemática de pesquisa e, a partir disso, estabelece um escopo para ser pesquisado na literatura. Este tipo de pesquisa tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno. Portanto como a pesquisa se trata de um estudo de caso, onde será analisada uma empresa gráfica localizada no município do Natal-Rn, através de um questionário a ser respondido pelos gestores acerca de como a informação financeira é feita. O tratamento e análise dos dados refere-se a seção na qual explicita-se como se pretende-se tratar os dados coletados, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto. (VERGARA, 2000: p. 57). Após a coleta, os dados serão devidamente tabulados e analisados sob a ótica estatística.

(RESULTADOS) Os principais resultados encontrados preliminarmente no trabalho monográfico de pesquisa foram: Quando perguntado se a empresa entende e utiliza as informações financeiras no planejamento estratégico e na tomada de decisão, percebeu-se respostas bem fragmentadas de seus gestores, demonstrando numa perspectiva de preferências uma maior concentração de esforços no plano operacional em detrimento a informação financeira como ferramenta relevante para a sustentação mais profissional na tomada de decisão da empresa. Validando ainda mais que é mais existente pelas respostas dadas uma presença na contabilidade financeira, mais focada nas obrigações tributárias e fiscais, deixando à margem a gestão financeira de modo a ser valorizada em sua dimensão de importância para maximização do lucro para um maior aproveitamento na criação de seu valor.

(CONCLUSÃO) Finalmente pode-se concluir que a gestão da informação numa perspectiva financeira utilizando como ferramenta de mensuração da valor da empresa através da análise das demonstrações financeiras de fundamental importância para as pretensões das empresas que estão operando no mercado atualmente, sobretudo no que diz respeito à gestão financeira que com a concorrência e a globalização necessita ser cada vez mais eficiente e eficaz.

ESTUDO DE VIABILIDADE UTILIZANDO A MATRIZ SWOT: ANÁLISE DO SETOR HOTELEIRO DE NATAL-RN.

Autor(es):

Jeriel Ferreira de Jesus: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As companhias devem ser flexíveis para responder rapidamente às mudanças competitivas e de mercado. Devem medir seu desempenho constantemente para atingir a melhor prática. Ela deve entregar maior valor aos clientes ou criar um valor comparável à um custo mais baixo, ou as duas coisas. A aritmética de lucratividade superior vem em seguida: entregar maior valor permite que uma companhia cobre preços unitários médios mais altos; maior eficiência resulta em custo unitários médios mais baixos. De maneira similar, a diferenciação surge da escolha de atividades e de como elas são desempenhadas. Portanto é neste cenário que temos como problemática: Qual a viabilidade através de um estudo de cenários, utilizando a matriz swot para o setor hoteleiro em Natal-RN. Tendo como objetivo geral: analisar a estratégia como diferencial competitivo na viabilidade do setor hoteleiro em Natal-Rn e específicos: identificar as forças competitivas do mercado e o modelo adotado utilizado para sua identificação; utilizar a análise de SWOT para a construção dos cenários do setor hoteleiro e traçar um perfil atual do setor com a finalidade de visualizar novas tendências, oportunidades e ameaças.

(METODOLOGIA) Em se tratando dos fins a pesquisa será exploratória - descritiva. Pode-se ser citada como descritiva, visto que tem como intuito descrever as estratégias envolvidas no processo a construção de cenários através da ferramenta SWOT. Já, no que se refere aos meios, foi feita uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Vergara (2004, p. 49) Para Roesch (1999, p. 138-139) "população é um grupo de pessoas ou empresas, que interessa entrevistar para o propósito específico de um estudo". Por conseguinte, o universo (população) da pesquisa de campo será os hotéis no eixo de ponta negra praia no município do Natal-RN. O próximo passo será a realização da pesquisa de campo que se dará por meio de questionários, entrevistas aos gestores hoteleiros, como também uma pesquisa documental. Em seguida, serão tabuladas todas as variáveis utilizando-se de planilha eletrônica do Excel.

(RESULTADOS) A ferramenta SWOT se mostrou bastante eficiente na elaboração de estratégias empresarial, devido à simplicidade de manuseio potencializando a visualização dos pontos fortes, frágeis, oportunidades e ameaças do ambiente organizacional. Quanto aos pontos fortes, a pesquisa possibilitou a visualização de vários deles, como o estilo de liderança localização dos empreendimentos . Outro aspecto relevante para o setor é a capacidade de inovação de seus produtos, todos esses aspectos constitui-se como uma vantagem do setor turístico de Natal/RN. A pesquisa também possibilitou visualizar alguns pontos frágeis, a exemplo da qualificação da mão de obra e a divulgação da marca das empresas no mercado internacional, Em relação às oportunidades e ameaças, os aspectos de maior relevância mostrada pela pesquisa encontram-se nas potencialidades do setor, como o crescimento da atividade e o desenvolvimento de várias modalidades de turismo. Já as ameaças encontram-se no âmbito da degradação dos ativos naturais.

(CONCLUSÃO) A estratégia empresarial é único recurso capaz de direcionar os gestores alcançar os objetivos empresariais, tal estratégia deve ser fundamentada numa perspectiva de construção de cenários futuros e na exploração das habilidades dos funcionários, criando dessa forma uma vantagem competitiva que possibilitará tornarem competitivas. A pesquisa realizada entre as empresas hoteleiras descrita no objeto de estudo, atingiu seus objetivos de forma significativa. Tendo em vista que, o resultado da pesquisa indica a existência de uma política de planejamento estratégico por parte das organizações.

CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA MARCA VINCULADA A LINHA SURFWEAR NO MERCADO DE NATAL-RN

Autor(es):

Israel Teixeira da Silva Santos: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Hodiernamente a moda e as tendências estão cada vez mais ditando como o público deve se portar, o que deve comprar e quando deve parar de usar. Em Natal não é diferente uma cidade litorânea, com temperaturas altas na maior parte do ano. Isso faz com que o natalense procure usar roupas mais arejadas, despojadas e descoladas, porém é um público que se preocupa também com a sofisticação de suas roupas. Há uma forte tendência ao estilo surfwear de se vestir, estilo que vem ganhando força e que já não é mais usado apenas por surfistas, nem apenas no verão. Esse estilo está se disseminando e a quantidade de pessoas adeptas cresce exponencialmente em Natal. Diante dessas observações, criou-se o objetivo de saber qual marca poderá ser criada e desenvolvida para identificar e promover produtos vinculados à linha surfwear no mercado de Natal-RN.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada foi do tipo exploratória, com pessoas de classes A, B e C, na faixa etária de 16 a 50 anos e que vivem em Natal-RN. Tendo sido utilizada uma amostra probabilística aleatória simples de 97 pessoas, com margem de erro de 10% e confiabilidade de 95%. Para tanto, foi aplicado um questionário semi-estruturado não disfarçado.

(RESULTADOS) Após aplicação da pesquisa, foram encontrados alguns resultados que ajudam a subsidiar um diagnóstico mais preciso sobre o público em relação às suas preferências e percepções. Em relação ao perfil dos entrevistados nota-se que 45% deles possuem renda mensal superior a R\$3.000,00; 49% e 51% são os percentuais respectivos em relação a homens e mulheres que participaram da pesquisa. Em relação aos hábitos e costumes dos consumidores percebe-se que 40% deles usam bermudas quase todos os dias; 35% frequentam praias e clubes de lazer pelo menos 2 vezes por mês; 81,4% já se viram sendo influenciados por alguma marca no momento de escolher entre algumas opções.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que é de suma importância a mensuração desses resultados para saber quais são os perfis de consumidores assim como suas preferências e percepções. Os resultados apontam que a maioria dos entrevistados praticam esporte e fazem uso de roupas casuais no seu dia-a-dia, isso evidencia uma demanda potencial para esse tipo de produto na cidade de Natal. A pesquisa serviu também para mostrar o quanto é importante a comunicação da marca com seu público assim como a presença dela em sua mente, já que a maioria dos consumidores entrevistados já foram influenciados por marcas em momentos de decisão de compra.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO FÍSICA DOS PRODUTOS DA EMPRESA RIOGRANDENSE DISTRIBUIDORA LTDA

Autor(es):

Luciene Araújo Chagas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo foi desenvolvido na Distribuidora Riograndense, empresa que atua no estado do Rio Grande do Norte e Paraíba, no ramo de distribuição de produtos que abrange as linhas de higiene, limpeza, perfumaria e alimentos, abrangendo a área específica de Logística. Destaca-se como objetivo geral a identificação de mudanças a serem promovidas no subsistema de distribuição física, face os pontos críticos levantados que apontaram para deficiências no processo, no que diz respeito ao tempo de entrega, definição das rotas e presença de índice significativo de avarias.

(METODOLOGIA) A pesquisa constitui-se em um Estudo de Caso, de natureza qualitativa, apresentando um caráter descritivo. Assim, o levantamento de dados abrangeu o gestor de Logística, mas também os vendedores, que lidam com a venda da mercadoria, segundo dias de atuação; motoristas, que executam as rotas de entrega para que a mercadoria possa chegar até os clientes; e funcionários do depósito, que são responsáveis pelo manuseio, separação e carregamento da mercadoria nos caminhões. Ressalta-se que foram usadas as seguintes técnicas de coleta de dados: observação direta, mediante o acompanhamento de como se processa todo o fluxo de expedição de mercadoria; análise documental, no sentido de poder levantar as rotas existentes, bem como o índice de avarias; e entrevistas informais, denominadas de semi-estruturadas, realizada junto ao público alvo já descrito, o que permitiu a consolidação do diagnóstico situacional.

(RESULTADOS) A partir dos dados levantados pôde-se confirmar as deficiências no subsistema de distribuição física, permitindo propor as seguintes recomendações: análise das rotas de entrega, formalizando dias efetivos para atendimento as cidades, no sentido de eliminar a indefinição das sequencias de entrega, o que causa uma não padronização dos roteiros, deixando os vendedores livres para definirem os clientes a serem atendidos conforme a sua conveniência; esta medida também repercutirá na otimização dos prazos de entrega, já que se passará a ter um controle mais efetivo acerca dos caminhos percorridos. Por outro lado, também recomenda-se a empresa adotar um acompanhamento contínuo acerca dos carregos e manuseios na entrega, compondo um levantamento mais minucioso da origem das avarias: estas passarão a ser mensuradas mensalmente, com as devidas recomendações. De posse desse dado, as pessoas envolvidas deverão ser alertadas da ocorrência e caso as reincidências aconteçam, estas deverão ser responsabilizadas.

(CONCLUSÃO) As recomendações propostas apresentam-se em conformidade com a realidade vivenciada na empresa, o que permite concluir a sua oportunidade. Os benefícios que poderão ser ocasionados a partir das consolidação das rotas de entrega tendem a repercutir nos resultados da empresa, pois se passará a ter controle das rotas percorridas, além de viabilizar entregas em tempos corretos, incidindo no atendimento prestado ao cliente. Por fim, reduzir avarias é algo prioritário para qualquer empresa: instituir um controle efetivo acerca deste índice reduzirá os custos.

ESTUDO DE CASO: ESTUDO DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DO SINCOR/RN

Autor(es):

Jaciara Camilla Campêlo de Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO)) A comunicação é vital na inteligência das organizações, as informações obtidas pelos participantes diretos dos processos organizacionais são proeminentes, por estes terem a capacidade de buscar conhecimento em áreas distintas, confrontá-las e posteriormente planejar, adiantar mudanças, podendo desvendar informações para montar táticas de inovação e superação de limites, tentando sempre alcançar melhores resultados. Assim torna-se fundamental a ligação existente entre o corpo funcional da instituição, facilitando o uso de estratégias que colete essas informações. Nesse contexto, realça a necessidade que os gestores da instituição têm de buscar formas de uma comunicação eficaz, que possibilite utilizar o conhecimento de forma estratégica envolvendo a participação de todos os envolvidos, ou seja, diretoria, funcionários e associados para uso do planejamento.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como descritiva-exploratória, por observar as dificuldades no ambiente de estudo. Na busca dos resultados, utilizou-se o método de pesquisa estudo de caso, onde foi possível o detalhamento melhor das informações. Baseou-se no total do corpo gerencial formado por 09 diretores e 01 gerente administrativa, por isso foi censitária. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista estruturada, composta por perguntas abertas, onde favoreceu investigar concepções e práticas da comunicação. Os dados foram tratados através da análise do conteúdo, e para auxiliar na extração das informações dos discursos e suas diversidades, utilizou-se a técnica de análise categorial temática, possibilitando assim, a interpretação mais favorável dos dados formados a partir dos códigos e objetivos específicos do estudo.

(RESULTADOS) Perante as informações coletadas, foi observada a repetição em todos os entrevistados referente ao tempo para atuação na instituição, uma vez que, todos desenvolvem outras atividades e isso acaba dificultando o trabalho de representação. Também foi observado que já foram desenvolvidas algumas práticas para facilitar a comunicação entre o grupo, mas que nem todos têm o conhecimento ou fazem uso dessas práticas, com isso acarreta contratempos devido às informações serem transmitidas muito próximo a realização do fato, ou até mesmo o não conhecimento dos assuntos da instituição.

(CONCLUSÃO) Foi visto que existe um desequilíbrio entre os representantes, onde as informações não circulam na íntegra entre os gestores, dificultando assim a interação efetiva do grupo e o desenvolvimento das práticas da força de trabalho. Contudo, o interesse numa melhor forma de atuação é claro nas respostas obtidas, foram sugeridas melhorias como esclarecer os objetivos da instituição e com isso buscar o envolvimento maior dos funcionários, uma maior interação do grupo de gestores e gerência e a utilização de ferramentas e processos que auxiliem na otimização da gestão.

O AEROPORTO E A CRIAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

Autor(es):

Ana Jussara Feitosa Soares: Discente do Curso de Administração da FARN
Francisco de Alcir dos Santos: Discente do Curso de Administração da FARN
Marcelo Garcia Pinheiro: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como objetivo mostrar o potencial que terá o aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante um dos maiores da América Latina operando com cargas e passageiros. Dessa maneira, ele impulsionará a economia do Estado, do País e da América Latina com novas possibilidades de negócios.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido mediante bases de pesquisas eletrônicas, em sites especializadas, artigos, jornais e demais publicações relacionadas ao tema. Tratando-se de pesquisa descritiva e aplicada, a principal fonte de coleta está relacionada ao projeto de implantação do Aeroporto Internacional de São Gonçalo.

(RESULTADOS) Com a implantação do Aeroporto e sua característica Aerotrópolis - Cidade Aeroporto rodeados por espaços industriais, escritórios, serviços de logística, hotéis, restaurantes, entretenimento e habitação uma infinidade de novos negócios atraindo investidores Nacional e Internacional. Estima-se que o Aeroporto terá capacidade anual de 40 milhões de passageiros, grande parte desses serão turistas que movimentarão a economia do estado. Outro diferencial é que ele será o primeiro aeroporto brasileiro a ter capacidade para receber a aeronave Airbus A380 , o maior avião de passageiros do mundo e com o aumento das aeronaves haverá também a necessidade de novos fornecedores de combustíveis para aviação. Hoje, há apenas um fornecedor que sem concorrência deixa o preço mais alto, com isso as aeronaves preferem abastecer em outros estados apesar da boa localização geográfica do RN, fator predominante para construção do Aeroporto já que relação ao continente Europeu, Asiático e da América do Norte (maiores mercados globais). Essa posição diminui cerca de 3 horas de vôo e do custo variável com o transporte aéreo de cargas. O aumento da malha viária no entorno do Aeroporto, ampliando e modernizando a estrutura rodoviária, através da construção de novas estradas ligando o aeroporto as diversas regiões do Estado e as principais rodovias do país, essas obras serão fundamentais para facilitar a chegada e saída tanto dos passageiros como de cargas. Outro fator importante, é a construção e ampliação da estrutura portuária do Estado possibilitando a atracagem de grandes navios, aumentando a capacidade de recebimento e envio de cargas. Atualmente, as exportações se concentram em nos aeroportos Guarulhos e Campinas-SP. O aeroporto também atraiu investimentos como a ZPE (Zona de Processamento e Exportação) de Macaíba que será construída em breve e tem como finalidade à instalação de empresas voltadas para o mercado externo que operam com regime fiscal, cambial e administrativo diferenciado em relação às demais empresas do país. O mercado imobiliário foi o primeiro a sentir os efeitos da construção do aeroporto, em determinados bairros, lotes de 200 metros, que custavam R\$ 5 mil há dois anos, estão custando mais de R\$30 mil atualmente.

(CONCLUSÃO) A pesquisa do aeroporto confirma que será o maior investimento do estado que modificará a economia da região metropolitana de Natal, esse investimento transformará a economia do estado do RN. O administrador terá um papel fundamental nesse cenário, pois será o responsável pelo desenvolvimento das empresas que se instalarem na região. As escolas terão papel fundamental na qualificação dos profissionais que o mercado irá demandar. O mais importante será a criação de milhares de empregos diretos e indiretos, surgimentos novas profissões, desenvolvimento e ascensão do Estado. O sucesso do empreendimento exige a forte participação do setor público, lideranças empresariais, entidades de classe e de toda a sociedade do estado, no sentido de viabilizar investimentos e procurar atender as demandas do referido investimento.

VISÕES DIFERENTES PARA GESTÃO DOS RECURSOS COMUNS

Autor(es):

Rafael Augusto Fernandes da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN
Allyson Paulineli da Silva Azevedo: Discente do Curso de Administração da FARN
Alexsandro Guedes de Lima: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem o intuito, de explicitar ao público diferentes formas de analisar a gestão de recursos comuns, nesse sentido encontrando a melhor forma de se gerir, para chegar-se a um consenso onde se atinja uma sustentabilidade para a sociedade.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido através de pesquisas em diversos websites, artigos e livros. Leitura destes meios feita com o intuito de gerar uma miscelânea de opiniões, e por fim gerar um senso comum, onde se chegue a melhor forma de gestão.

(RESULTADOS) Uma das primeiras pessoas a ter a visão sobre gestão dos recursos comuns, e ter a percepção dos problemas ocasionados, através desta má gestão, foi William Forster Lloyd, professor de economia política, em 1833 Lloyd ministrou duas palestras sobre o tema “Controlos à população” onde se dava ênfase a posse comunal das terras, a forma que se decorria este fato e como os recursos comuns tinham grades percas com isso, mostrando que se o uso do comum fosse de livre acesso, todos iriam explora-lo ate extingui-lo, denominado este fato como Tragédia dos Comuns, um exemplo citado por Lloyd é sobre um pasto comum a todos, onde cada pastor põem o número de ovelhas que bem entender, nesse pasto não há manutenção, quando chega-se o fim do alimento para as ovelhas de um pastor, também terá chegado ao fim para todas as ovelhas, de todos os pastores. Recurso comum, fim comum. Em 1968, surge Garret Hardin, baseado na “Tragédia dos Comuns” (Lloyd), da inicio a sua teoria do Crescimento populacional, explicitando ao público que se faz necessário o controle sobre a natalidade, pois o homem tem a ideia de que ter filhos é bom, então todos terão uma grande quantia em filhos, ocasionando a superpopulação, que anexa a isso o consumo demasiado de recursos comuns, deixando-os escassos, por fim extinguindo-os. Hardin tem em seus pensamentos, que o homem é incapaz de ter controle próprio, e que se um recurso realmente for dado como comum, ele será usufruído até a última remanescente, onde todos irão ficar sem nada, Hardin era a favor de um pacto internacional para redução da natalidade, para que o homem no futuro não fique sem os comuns, a exemplo agua potável, e mesmo com esse pacto, os recursos sejam geridos por alguma instituição, sendo ela pública ou privada. Já no ano inicial da década de 90, a gestão dos recursos comuns é enriquecida através de Elinor Ostrom, renomada professora, formada em Ciência Política, primeira mulher a ganhar o premio Nobel em economia, Ostrom expõem a todos novas formas de gerir Comuns, com maior e interação entre os próprios homens, sem necessidades de sanções vindas de linhagens superiores, a exemplo, os poderes executivos ou legislativos, regulamentação estatal ou privada, e sim da conscientização, coletivismo, taxações próprias, licenças, ou seja, cooperativismo, variando de acordo com a cultura ou necessidade de cada população, mostrando que cada necessidade de gestão tem uma solução que se adequa melhor a ela.

(CONCLUSÃO) Com o decorrer da pesquisa, chegamos um consenso que não há a forma perfeita para se gerir um recurso comum, pois existe uma enorme variabilidade de cultura, caráter e meio, que envolve a todos, cada solução se encaixa a cada necessidade, então não existe formula mágica, mas na realidade a formula que se encaixa com o problema.

CULTURA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA MIRANDA COMPUTAÇÃO

Autor(es):

Tony Relvis Holanda de Albuquerque (SF): Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN
Janaina Stroppa Gonçalves Barros: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN
Helder Carlos do Nascimento: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN
Sidharta Augusto Garcia de Macêdo: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo de caso trata da cultura organizacional de uma rede de lojas de informática em Natal/RN, Miranda Computação. A empresa possui 24 anos de fundação e tem hoje uma matriz e seis filiais. Referencia em seu segmento, definiu seus padrões de atendimento, manuais de procedimentos, normas de conduta e cultura com base nos conceitos e crenças de seus fundadores. A empresa possui característica familiar, predominando uma cultura conservadora. As diretorias são divididas com a administração de seus proprietários, esposas, filhos e parentes próximos. O que evidencia a cultura conservadora é justamente essa centralização das tomadas de decisões cabendo aos proprietários definir sobre tudo que acontece dentro da empresa. Mesmo tendo vários gestores atuando em cada setor, em última instância, a tomada de decisão cabe a um deles.

(METODOLOGIA) O presente estudo de caso utilizou dados secundários probabilísticos de um questionário estruturado não disfarçado aplicado na empresa no mês de Julho de 2011. Os dados foram tratados por software estatístico do tipo Microsoft Excel, onde foi possível representá-los através de gráficos. A pesquisa de clima foi realizada com 32 colaboradores da organização de ambos os sexos. Para efeito de comparação esse grupo corresponde a cerca de 8% do total de funcionários da empresa, que hoje é de 400 pessoas.

(RESULTADOS) Os resultados apurados e a sua análise permitem identificar que 89% dos entrevistados se sentem responsáveis em contribuir com o sucesso da organização. Identifica-se que a cultura organizacional pesquisada é predominantemente conservadora onde 46%, menos da metade entrevistados se sentem seguros em dizer o que pensam. Observa-se ainda que eles não se sentem seguros a dar suas opiniões, embora concordem em 69% que a empresa está aberta a receber e reconhecer as opiniões e contribuições dos colaboradores. Quando questionados se a empresa é clara nas tomadas de decisões e eficiente na comunicação entre a direção e seus subordinados, 69% das respostas são avaliadas positivamente.

(CONCLUSÃO) Com base nos resultados das pesquisas conclui-se que seus colaboradores identificam que a cultura corporativa da empresa é predominantemente conservadora, porém em processo de mudança para uma cultura aberta a inovações. Os colaboradores concordam que o sucesso da organização depende de seu comprometimento. A organização demonstra uma alta preocupação com as pessoas, combinada com uma forte expectativa sobre o desempenho. Vários são os benefícios oferecidos aos colaboradores tais como: auxílio graduação, plano de saúde, auxílio funeral e auxílio aquisição de veículo. Existe ainda a preocupação com o lazer e integração dos colaboradores. Nesse sentido a empresa promove eventos onde os funcionários de todas as lojas têm a oportunidade de se conhecerem, tais como incentivo a práticas esportivas e festas de confraternização. Em busca da modernização e da necessidade de estar em sintonia com as exigências do mercado a Miranda tem investido na contratação de consultoria para reavaliar suas estratégias, criando novos setores, investindo na capacitação de seus colaboradores e aprimorando a competência de seus gestores para uma maior participação nas tomadas de decisões da empresa. Sugerimos que a cultura organizacional seja revista de forma a tornar-se menos centralizada e assim o processo de tomada de decisões seja feito de forma rápida e dinâmica.

LOGÍSTICA REVERSA

Autor(es):

Antonio Barreto da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O processo de Logística apresenta-se relacionado a várias etapas, a exemplo da compra e venda de produtos, além da devolução de mercadoria por motivo de desistência ou de defeito. De uma forma geral, o fluxo direto, que abrange o deslocamento do produto do fornecedor para o consumidor, é visualizado como algo prioritário. Entretanto, tem crescido a preocupação com o destino de um produto ao final de sua vida útil, sobretudo diante do impacto ambiental, fazendo surgir a Logística Reversa.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa, de natureza exploratória, representa um Estudo de Caso, tendo em vista a análise de um ponto específico em uma empresa. Pode-se também afirmar que constitui uma pesquisa quantitativa e qualitativa. A presente pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, pode ser definida como um Estudo de Caso, de caráter descritivo, tendo em vista que serão analisadas problemáticas específicas da empresa, que permitirá a concepção de um diagnóstico e, em seguida, de uma proposta técnica.

(RESULTADOS) Com base nas dificuldades e custos elevados anteriormente descritos, o Grupo Phillips decidiu implantar uma linha de produção de Bulbos Vidro Mole, na fábrica de Mauá, no estado de São Paulo, para atender a unidade fabril de Recife, o que aconteceu nos fins da década de 70 e início da década de 1980. Porém, a capacidade produtiva era muito grande, o que causava um forte congestionamento no Depósito, tendo-se que descontinuar a linha produtiva a cada 03 dias de produção.

(CONCLUSÃO) A proposta técnica é a de que poderia se utilizar embalagens feitas de plástico ondulado, cujo custo é maior em 5 vezes do que custo da embalagem de papelão, contudo pode ser utilizado por até 15 viagens. Ainda, tem a vantagem de poder armazenar os citados Bulbos a céu aberto sem que as intempéries naturais (chuva, sol, sereno) danifiquem os aludidos bulbos, o que em muito diminuiria os custos de armazenagem, por não precisar de serem estocados dentro dos galpões destinados ao Almoarifado das matérias-primas, reduzindo, também, os custos de fabricação e o desconforto da armazenagem da fábrica de Mauá

POLITICA DE SEGURANÇA E SAUDE OCUPACIONAL

Autor(es):

Marta Regina Ferreira dos Santos: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com os avanços tecnológicos, os riscos se potencializaram e com isso o aumento de acidentes de trabalho passou a ser freqüentes e influenciar a imagem das empresas, o custo de um acidente pode trazer inúmeros prejuízos a empresa, levando assim as mesmas a investir na prevenção de acidentes. Dentro dessa atividade de segurança e saúde ocupacional podemos citar os inúmeros acidentes ocorridos nas plataformas e ainda mais discutidos como foi o acidente com a P-36 a maior plataforma semi-submersível de produção de petróleo do mundo que afundou, com isso chama-se atenção para uma questão que vem insistentemente discutida a “segurança”. Dentro desse contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar as causas e o impacto que esse acidente gerou para a empresa, fazendo uma análise das causas desse acidente.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada neste trabalho é formada de análise de publicações anteriores sobre o tema (pesquisa bibliográfica), artigos científicos, documentos, monografias, Internet, etc. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva.

(RESULTADOS) Por tratar de um projeto de pesquisa monográfica em andamento, pretende-se obter subsídios para responder os seguintes objetivos: Avaliar as causas e o impacto que o acidente com a P-36 gerou para a Petrobrás, verificando as causas do acidente e Avaliando os fatores técnicos e as condições humanas dentro desse contexto.

(CONCLUSÃO) As conclusões parciais obtidas são de aspecto documental, pois a pesquisa está em andamento. A estatística de acidentes de trabalho mostra que para cada seiscentos incidentes acontece uma lesão grave. Diante desses dados, a Petrobras precisa manter um controle rígido dos incidentes nas plataformas, registrar diariamente as ocorrências e colocar em prática um plano de prevenção de acidentes. Os fatores técnicos e as condições humanas exercem uma grande influência na segurança e saúde do trabalho, pois os programas e metas são elaborados a partir de embasamentos técnicos de cada atividade. Neste contexto pode se afirmar que os acidentes de trabalho nas plataformas da Petrobras diminuiu consideravelmente após o acidente em 2001, mas foi preciso um trabalho de equipe bem elaborado e o comprometimento de todos os envolvidos no processo de segurança para poder alcançar o seu objetivo.

FLUXO DE CAIXA

Autor(es):

Lucas Gonçalves Costa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcos Aurelio de Oliveira Santiago
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A globalização e o constante avanço da tecnologia da informação promoveram, nas últimas décadas, notável evolução na gestão financeira das empresas. Ao mesmo tempo, o cenário da economia mundial nos evidencia dificuldades e crises financeiras em quase todos os segmentos do mercado. De outra forma, levantamento de empréstimos descabidos e falta de planejamento muitas companhias consolidam sua situação terminal. Como as mudanças não param e a competitividade é acirrada, torna-se evidente a necessidade de utilizar técnicas especializadas de gestão, em especial na área financeira. Como principal objetivo, a administração financeira busca melhorar os resultados apresentados pela empresa e aumentar o valor do patrimônio por meio da geração de lucro líquido proveniente das atividades operacionais. Através do Fluxo de Caixa Operacional pode-se mensurar se o empreendimento é auto-suficiente no financiamento de seu capital de giro e qual sua capacidade de expansão com recursos próprios gerados pelas operações, permitindo ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar seus recursos em determinado período. O estudo tem por objetivo analisar o fluxos de caixa da empresa Lynno's Confecções, sediada em Natal, no ano de 2011. Definiu-se como objetivo específico a elaboração e análise dos fluxos de caixa: operacional, financiamento e investimento.

(METODOLOGIA) A pesquisa é classificada como documental, o procedimento metodológico utilizado será o Estudo de Caso. Os dados primários serão colhidos dos demonstrativos contábeis da empresa. Os dados secundários, que constituirão o arcabouço teórico da pesquisa, são provenientes de pesquisas bibliográficas. As informações colhidas serão compiladas em planilha do Excel.

(RESULTADOS) A pesquisa encontra-se em fase de levantamento dos dados. Busca-se entender se a Empresa Lynno's Confecções Indústria e Comércio LTDA. apresentou Fluxo de Caixa das atividades Operacionais suficientes para financiar as o fluxo de caixa dos financiamentos e dos investimentos?

(CONCLUSÃO) Pendente de análise dos dados.

ZPE MACAÍBA E OS INVESTIMENTO EMPRESARIAIS PARA O ESTADO

Autor(es):

Francisco Cleonez de Oliveira: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

João Vítor da Silva Azevedo: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Éllen Jéssica Brandão Gonçalves: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Gustavo Henrique Fernandes de Almeida Campos: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Zona de Processamento de exportação que será implantada em Macaíba (ZPE) , é um projeto de melhorias não para a região no qual ela irá se instalar, mais também para o estado. A Zona de Processamento de Exportação (ZPE), a ser implantada no município de Macaíba, é outro importante projeto de investimento planejado para a Região Metropolitana de Natal e que será de relevante importância para o crescimento econômico e desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva. Os dados foram coletados em meio de pesquisas bibliográfica em documentos eletrônicos realizados em sites.

(RESULTADOS) As Zonas de Processamento de Exportação - ZPE são distritos industriais incentivados, onde as empresas neles localizadas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial e procedimentos administrativos simplificados - com a condição de destinarem pelo menos 80% de sua produção ao mercado externo. No mundo, constituem um dos mecanismos mais utilizados na consecução dos objetivos centrais das políticas de desenvolvimento, tais como a geração de empregos, o aumento do valor agregado das exportações, a correção de desequilíbrios regionais e a difusão de tecnologias. A parcela de até 20% da produção vendida no mercado doméstico paga integralmente os impostos normalmente cobrados sobre as importações. A criação da Zona de processamento de Exportação (ZPE) de Macaíba, a Região Metropolitana de Natal irá se transformar em importante polo exportador para o Rio Grande do Norte. A ZPE já está projetada e, no último mês de junho de 2010, foi consolidada por decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sua passagem por Natal. O município de Macaíba foi escolhido primeiro pelo Distrito Industrial e pelo Centro Industrial Avançado de Macaíba (CIA), que comportam hoje empresas do setor de alimentos, informática, têxtil e material para produção de produtos. A área escolhida tem mais de 160 hectares e está localizada na Reta Tabajara, rodovia que liga Macaíba a Natal e aos municípios do interior do Estado, pela BR-101. Apesar de ter como principal finalidade atrair investimentos estrangeiros, as ZPE's acabam também fortalecendo e muito o mercado interno, já que deixam as empresas nacionais em igualdade de condições com os concorrentes de outros países. O desenvolvimento da economia local acaba vindo naturalmente por uma sucessão de fatores interligados. O Rio Grande do Norte possui também o projeto de ZPE do Vale do Açu, com produção voltada para a fruticultura. Agora, as exportações da região metropolitana de Natal devem aumentar ainda mais, principalmente pelo reconhecimento da área de livre comércio e atração de novas empresas.

(CONCLUSÃO) A ZPE de Macaíba promoverá a mudança econômica do estado considerando os incentivos para a implantação de empresas voltadas para o comércio Internacional, visto que no mínimo 80% dessas indústrias deverão exportar seus produtos. Os principais resultados mostram que muitas mudanças deverão ocorrer no estado, principalmente no que se refere a qualificação profissional, pois essas empresas atuarão com mão de obra com elevada qualificação técnica, o que falta no estado. É necessário adotar uma política educacional de preparação dos trabalhadores que atuarão nessas empresas os quais deverão dominar vários idiomas, saber manusear tecnologia avançada e principalmente dominar técnicas de produção com uso de equipamentos sofisticados.

ESTUDO DE CASO: A PADRONIZAÇÃO DOS PROCESSOS E ROTINAS NAS LOJAS RENNER SA – SHOPPING MIDWAY MALL.

Autor(es):

Erika Dias Sousa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho tem como objetivo identificar como ocorre a padronização dos processos e rotinas na Lojas Renner, Shopping Midway Mall e verificar como essa padronização auxilia no alcance dos resultados. Para tal, foi necessário descrever o modelo de padronização adotado pela empresa, bem como caracterizar o perfil dos colaboradores, os motivos que levaram a padronização, quais os benefícios que são encontrados e entender como é a gestão por indicadores baseada em processos. Tal estudo é importante para verificar a evolução de uma grande organização.

(METODOLOGIA) É um estudo de caso e utilizou-se de questionários com perguntas abertas e fechadas com o universo censitário de 70 pessoas, bem como a observação participante. Como trata-se de dados qualitativos e quantitativos, foi utilizado as ferramentas do Word e Excel para tratar os dados coletados.

(RESULTADOS) Nos dados analisados, pode-se verificar que 91,49% dos colaboradores têm conhecimento da existência do padrão dentro da organização e os demais (8,51%), conhece em partes este padrão. Eles denominam de “Book de Processos”, um manual de padronização, que funciona como um guia, onde constam todos os processos e rotinas da organização, como eles devem ser realizados e quais são os colaboradores (cargos) responsáveis por cada atividade. 31,91% dos colaboradores confirmam que antes da padronização as maiores dificuldades que tinham era a falta de orientação e quando questionados sobre as vantagens da padronização, vários são os benefícios encontrados, como: 48% dizem que melhora a produtividade, 27% dizem que facilita a comunicação de o que fazer e como fazer, além de outros itens citados como organização (8%), facilita no atendimento ao cliente (4%), facilita no alcance dos objetivos(4%), entre outras vantagens citadas. Os gestores afirmam que há uma gestão por exceção, onde analisam os dados que tem maior importância e prioridade para a empresa, alguns são comuns a todas as empresas, como vendas, despesas, entre outros, e alguns específicos da empresa, como nota do cliente oculto (nota relativa ao atendimento da loja feito por uma consultoria externa de maneira sigilosa) e quantidade de toques de ‘muito satisfeito’ no encantômetro (equipamento que fica na porta da loja para medir o índice de satisfação dos clientes)

(CONCLUSÃO) Percebe-se que existe uma aplicação de padronização dos processos e rotinas e que, em geral, todos os colaboradores têm consciência de suas responsabilidades perante suas atividades, porém, tão importante quanto à implantação da padronização, é o acompanhamento e controle dos gestores. Portanto, a padronização facilita o acompanhamento e o controle dos indicadores, mensurando os resultados e possibilitando a reversão dos números, quando não satisfatórios para a companhia.

SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE COMPRAS COLETIVAS EM COMÉRCIO ELETRÔNICO: UM ESTUDO COM CONSUMIDORES DE NATAL-RN

Autor(es):

Lívia Maria da Costa Dantas: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Paulo Araujo Marinho: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Everton da Silva Rocha (SF): Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Francisco Francinelson Dos Santos: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A expansão da Internet na vida da sociedade e o crescimento do comércio eletrônico motivaram a ascensão de uma costumeira prática comercial para o mundo virtual moderno: a compra coletiva. O surgimento da modalidade ocorreu em 2008 e teve um “boom” nos anos de 2010 e 2011, tornando-se um sucesso do e-commerce. O presente estudo tem como objetivo, portanto, traçar um panorama geral da satisfação dos consumidores dos sites de compras coletivas, especificamente da cidade de Natal-RN, onde o serviço tem se tornado cada vez mais popular. Busca-se, assim, identificar a percepção da clientela em relação aos serviços oferecidos e traçar um perfil geral das compras coletivas na cidade, abrindo espaço para novos estudos sobre o tema, que já se torna parte do cotidiano de muitos natalenses.

(METODOLOGIA) Para o estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva com questionário semiestruturado, composto de quatro perguntas relacionadas à utilização dos sites de compras coletivas, frequência, satisfação e portais utilizados. O questionário foi submetido a uma amostra de 100 consumidores de e-commerce através de aplicação presencial e por e-mail e o levantamento de dados foi realizado entre os dias 10 e 20 de outubro de 2011. Posteriormente, os dados foram compilados e analisados junto a softwares adequados. Foi ainda realizada uma consulta bibliográfica sobre comércio eletrônico e em artigos de opinião relacionados ao tema, para complementar o estudo.

(RESULTADOS) Da amostra submetida ao questionário, foi detectado que 75% dos consumidores já realizaram compras em portais de compras coletivas, enquanto 25% ainda não passaram pela experiência. Entre os consumidores que já realizaram a compra, a grande maioria (56%) o fez apenas uma vez, enquanto 20% fez compras esporádicas, 16% comprou algumas vezes (aproximadamente cinco) e 8% realiza compras semanalmente. O grau de satisfação, no geral, foi identificado como razoável por 44% da amostra, como bom por 36% e como péssimo por 20% dos entrevistados. Para a pergunta aberta, que questionava os sites em que os entrevistados já tinham realizado compra, os mais citados foram: Groupon, Peixe Urbano, Regateio, Pé de Descontos e Natal Urbano.

(CONCLUSÃO) Os resultados obtidos mostram que grande parte dos consumidores de comércio eletrônico residentes na cidade de Natal-RN já realizaram compras em portais de compras coletivas, comprovando o sucesso do negócio na esfera virtual. É notável também que a maioria realizou a compra apenas uma vez, motivados pelo interesse em conhecer o processo e avaliar a experiência. O grau de satisfação apresenta um dado preocupante para os portais e fornecedores: a maioria daqueles que compraram está apenas razoavelmente satisfeita com o serviço, ressaltando-se a necessidade de realização de mais pesquisas de mercado para detecção e correção dos erros que conduzem a essa opinião. Por fim, identificou-se que sites mais conhecidos, no geral, são aqueles com maior fama nacional, sugerindo uma tendência comum entre o e-commerce no Brasil de dominação mercadológica por parte dos pioneiros na modalidade. É importante destacar, porém, a presença de dois sites com sede potiguar: Pé de Descontos e Natal Urbano, o que reforça a estratégia de divulgação utilizada pelos mesmos entre consumidores locais.

O PROJETO MARINA NATAL

Autor(es):

Fernando Goncalves Garcia: Discente do Curso de Administração da FARN
Rosemberg Galvao de Melo: Discente do Curso de Administração da FARN
Carlos Mateus Pereira Barreto: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo tem por objetivo analisar o projeto implantação do Marina Natal, identificando suas características, capacidade instalada, investidores, atividades econômicas a serem implementadas, nível de emprego e demais informações que são consideradas importantes, para a análise do empreendedorismo resultante do referido investimento. Justifica-se que o estudo, considerando a importância que esse projeto deveria promover na economia do estado, principalmente no seguimento relacionado à economia náutica e que viabilizara a criação de novas empresas relacionadas a indústria naval, consertos e reparos de iates com estaleiros de iates de luxo, usados por uma população de alto poder aquisitivo.

(METODOLOGIA) Através desse trabalho temos o objetivo de mostrar os resultados obtidos através de coleta de dados, pesquisa em sites na internet, e sua obtenção nos dados foram buscar mais a fundo a formulação do projeto, qual o benefício que o projeto terá na cidade, como se deu e o que foi investido no projeto durante o seu planejamento. O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa descritiva, e realizada com o estudo de documentos eletrônicos referentes ao tema e em análise.

(RESULTADOS) Uma Marina será construída em Natal numa área cedida pelo município, em regime de concessão, localizada à margem esquerda do rio Potengi, ao lado da Fortaleza dos Reis Magos. Uma Marina moderna, construída nos padrões internacionais pela posição geográfica de proximidade com o continente europeu, mostra um grande potencial fluvial. O projeto é do grupo espanhol BCM Ingenieros S.L. com um investimento de R\$ 90 milhões (= a 30 milhão euros), sendo R\$ 45 milhões (15 milhão euros) em um primeiro estágio. O prazo de construção é de dois anos - a marina terá 400 pontos de atraque e cais de honra para grandes iates. Em terra, o projeto prevê a construção de parque público, jardim botânico, zona de estaleiro, torre de controle, posto policial de aduana e área comercial com restaurantes e lojas de artesanato. Toda essa estrutura será aberta ao público. O grupo espanhol ficará obrigado também a construir um parque de preservação ambiental na área ocupada.

(CONCLUSÃO) O projeto Marina é uma das obras que mais oportunidades trarão para o estado do Rio Grande do Norte. Os serviços atrelados da Marina, tais como; Serviços de manutenção Náutica, mecânica, fibra, instalações técnicas em geral; como mecânica náutica, consertos de radares sonares, GPS e suas instalações, criando assim um complexo novo de mão de obra especializada e mais valorosa para o Estado do RN. Mas, principalmente no que se diz ao turismo da nossa cidade, onde vai trazer varias empresas gerando lucro e renda para muitas pessoas, principalmente para os que moram na cidade e próximos a cidade, gerando emprego e renda para muitos.

INVESTIMENTOS E PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO RN: UM PANORAMA ATÉ 2014

Autor(es):

Lívia Maria da Costa Dantas: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN
Karine Wanderley de Araujo: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN
Kataryna Patricia Silva dos Santos: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A energia eólica define-se como a energia obtida a partir das massas de ar em movimento na atmosfera, por meio da conversão da energia cinética em energia elétrica. O aproveitamento se dá por meio de aerogeradores – o princípio é antigo e remonta aos moinhos medievais, mas o avanço tecnológico permite uma obtenção potencializada. Além disso, é limpa, renovável e segura. Devido à localização geográfica privilegiada, o Rio Grande do Norte possui um enorme potencial para utilização da energia eólica, resultado da força das massas de ar em circulação no seu território. O objetivo do presente estudo é analisar o crescimento da utilização de energia eólica no Rio Grande do Norte e traçar um panorama geral dos investimentos realizados e da capacidade energética dos três principais parques eólicos em funcionamento no Estado.

(METODOLOGIA) O estudo realizado teve como base a pesquisa exploratória em bibliografia específica, em reportagens veiculadas na mídia estadual a respeito do tema e em artigos científicos direcionados à produção de energia eólica no Brasil e no Estado. Além disso, foram utilizados dados obtidos nessas reportagens e em pesquisas quantitativas de órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

(RESULTADOS) O Rio Grande do Norte é o líder em projetos eólicos cadastrados e aprovados entre os Estados brasileiros e possui três parques eólicos em funcionamento: Petrobrás (Macau-RN), Rio do Fogo (Rio do Fogo-RN) e Alegria I (Guamaré-RN), além de dois outros com previsão de início das atividades ainda no segundo semestre de 2011 – Mangue Seco III (Guamaré-RN) e Alegria II (Guamaré-RN). Estima-se um investimento de cerca de 9 bilhões de reais para a criação de parques e centrais eólicas no Estado até 2014, garantindo uma capacidade de produção de aproximadamente 2,6MW (Megawatt), mais da metade da média prevista para o país. Em 2003, o RN possuía apenas 7 projetos eólicos aprovados; com os investimentos e a participação ativa em leilões de energia, já se somam 116 projetos outorgados com previsão de construção até 2014. Em termos sociais, os parques eólicos geram uma média de 13 empregos na fase de construção e de 2 na fase de manutenção (pós-instalação), para cada 1MW produzido.

(CONCLUSÃO) Conclui-se com o estudo realizado que o RN vem passando por um intenso e acelerado processo de implementação da energia eólica; apesar de não ser o pioneiro no campo, é atualmente o Estado que mais investe e produz no Brasil. Isso é motivado em grande parte pela localização geográfica privilegiada e proporciona ao Estado um potencial produtivo extremamente benéfico para atrair investimentos tanto em âmbito nacional quanto internacional. Além disso, o Rio Grande do Norte firma-se no cenário nacional como produtor energético, valorizando ainda a questão socioambiental, já que a energia eólica é limpa e renovável. É importante destacar apenas a necessidade de suporte adequado para a instalação dos parques eólicos, a fim de evitar que os projetos não sejam engavetados e o RN possa de fato se constituir enquanto força energética no país.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS FUNÇÕES GERENCIAIS

Autor(es):

Éllen Jéssica Brandão Gonçalves: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Enildo Dias Bezerra: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Diego Rodrigo Oliveira: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Gustavo Henrique Fernandes de Almeida Campos: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As funções gerenciais são de total importância para o crescimento, organização, eficiência, e planejamento de uma empresa, mas, ela, geralmente, não quer se dar conta de tal realidade, embora, este fenômeno seja vital nos processos de aprendizagem que constituem um valioso recurso à disposição da organização para atingir seus objetivos e metas. Podendo ser destacado o principal responsável para que as funções gerenciais sejam exercidas: O gerente! Pois é, através dele que tudo isso acontecerá, mas não de qualquer forma, e sim, com muita dedicação e compromisso. É o gerente que trará a organização o cumprimento das metas, dos objetivos, da visão, isto é, tudo aquilo que compõe a empresa na sua forma mais organizada. Iremos abordar as principais dificuldades encontradas para a aplicação das funções gerenciais no perfeito exercício da função.

(METODOLOGIA) Os dados foram tratados e desenvolvidos no trabalho por meio de uma pesquisa de campo não-disfarçada e semiestruturada, do tipo descritiva e explorativa.

(RESULTADOS) Com a utilização das pesquisas chegou-se aos seguintes resultados: os gerentes conhecem pouca ou nenhuma função gerencial, e quando conhecem não se utilizam de tais ferramentas para o exercício de suas funções. Assim, eles precisam buscar estas ferramentas, pois, só assim estarão aptos à prática gerencial. Além disso, a pesquisa mostrou também a falta de despreparo e interesse por parte das organizações, no que diz respeito a treinamento, como também, na qualificação dos gerenciais. Por fim, a pesquisa quer mostrar que o caminho para um adequado exercício da função gerencial é: realizar uma escolha apropriada do funcionário/colaborador, investir na sua educação, para prepará-lo para assumir tal função, além de treiná-lo nos aspectos específicos, para que este possa melhor desempenhar seu papel no trabalho.

(CONCLUSÃO) Através dos estudos realizados pode-se concluir que, para ocorrer um crescimento e uma qualificação dentro da empresa, faz-se necessário a aplicação das funções gerenciais. Portanto, o gerente deverá ser conhecedor de tais funções, para que haja uma perfeita sincronia entre teoria e prática. Assim, gerenciar hoje é mais do que comandar pessoas e ações, é saber desenvolver uma equipe e ações conjuntas, inovar, conhecer a totalidade da empresa, o seu mercado e o seu ambiente. É preciso desenvolver habilidades próprias e preparar-se para lidar com esse universo de mudanças, bem como possuir uma visão ampla dos negócios e investir alto nas pessoas que compõem a empresa, ou seja, O gerente deverá gerenciar, comandar e liderar a empresa e as pessoas que ela compõe. Porém, gerenciar requer habilidades específicas e preparação.

ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Ezequias José de Matos: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Aluísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este artigo apresenta um estudo sobre as empresas no Rio Grande do Norte, que tem a quarta menor taxa de sobrevivência das empresas no país e a segunda mais baixa do nordeste, atrás de Pernambuco. O estudo confirma que 62% das empresas criadas em 2006 continuaram em atividade nos dois anos posteriores, os anos considerados mais críticos, entre outros motivos pela necessidade de conquistar clientes e de tornar-se conhecido no mercado. No Brasil a taxa do Rio Grande do Norte só foi maior que as dos estados do acre [60%] Amazonas [59%]; a maior taxa de sobrevivência, em 2006 foi apontada para o comércio, e a pior para o setor de serviços.

(METODOLOGIA) Pesquisa descritiva desenvolvida a partir de estudo realizado pelo SEBRAE-RN e divulgada pela Tribuna do Norte edição do dia 21 de outubro de 2011 tem margem de erro zero.

(RESULTADOS) o desempenho das empresas no Rio Grande do Norte no período analisado não é bom; isto mostra que 62 de cada 100 empresas criadas em 2006 continuaram pelo menos 2 anos seguinte o restante fixam as portas, isto requer que as empresas no estado do Rio Grande do Norte invistam mais, por exemplo, em conhecimento de seus negócios. É comum empresa que está há 10 anos no mercado e nunca terem feito em plano de negócios, não conhecem o mercado em que atuam, não acompanham de perto suas finanças, não investir em capacitação esses são fatores que contribuem para que a taxa de sobrevivência seja menor. Com base na pesquisa os principais fatores que inviabilizam a manutenção da empresa estão relacionados a gestão empresarial, principalmente no que se refere aos aspectos de vendas, gestão comercial, controle de custo e demais aspectos da gestão empresarial.

(CONCLUSÃO) Com este trabalho de pesquisa pode se concluir que no Rio Grande do Norte temos a quarta menor taxa de sobrevivência de empresas por não investir em qualificação, e planejamento de seus negócios a pesquisa foi realizada em 2006 anos em que foi criada a lei geral das micro e pequenas empresas que só passou a ter efeitos em 2007. a lei reduz burocracia, tributos e criou incentivos ao setor por meio do supersimples e posteriormente do empreendedor individual que facilita a legalização de pequenos negócios.

SATISFAÇÃO DO CLIENTE NA EMPRESA BAMBOO FLAT

Autor(es):

Jackson Douglas de Souza Magalhães: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A cidade do Natal possui uma boa vocação turística, dada as suas belezas naturais, praia e sol, incrementos que atraem os turistas e transforma a atividade em um dos pontos fortes da economia da cidade. É nítida a importância econômica que o Turismo assume como gerador de renda, empregos e receita para o Estado. O Turismo constitui um dos segmentos econômicos que mais emprega no Rio Grande do Norte, principalmente através de pequenas e médias empresas, sendo a geração de empregos uma das razões que justificam o esforço de captação de novos investimentos. Natal se encontra em uma posição privilegiada em relação à Europa, o que é uma vantagem competitiva para o turismo. Com o novo aeroporto, Natal superará as carências de transporte para atender ao acréscimo de movimento com a Copa. Nesse sentido, com tantos investimentos locados para a cidade, os pequenos empreendedores, como donos de pousadas, bares e similares devem focar seu olhar nos seus negócios, tendendo a planejá-los de acordo com a perspectiva. Uma correta relação com os clientes permite que as empresas conheçam as mudanças em suas atitudes e expectativas para poder antecipar-se a suas necessidades. As boas relações com os clientes podem constituir uma vantagem competitiva real, já que os meios comerciais contemporâneos se mostram cada vez mais parecidos em relação ao uso de tecnologias avançadas da informação e o comércio de produtos, mas se diferenciam no modo em que os oferecem a seus clientes. A proposta deste trabalho é Identificar o nível de satisfação dos clientes quanto a qualidade dos serviços prestados na pousada Bamboo Flat.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva em forma de estudo de caso. Os dados serão analisados e apresentados por meio de planilha Excel de forma quantitativa, e qualitativa confrontando-se com a teoria estudada. A pesquisa realizada neste trabalho é formada de análise de publicações anteriores sobre o tema (pesquisa bibliográfica) e observação.

(RESULTADOS) Por tratar de um projeto de pesquisa monográfica pretende-se responder os seguintes objetivos: Verificar a percepção dos clientes quanto à qualidade dos serviços prestados e identificar os pontos negativos e positivos referentes à prestação dos serviços.

(CONCLUSÃO) As conclusões parciais obtidas são de aspectos bibliográficos, pois a pesquisa está em andamento. No tocante ao aspecto do serviço, concluiu-se que se trata de uma ação intangível, que envolve características como empatia, confiança, segurança e atenção. Prestação de serviço tem uma peculiaridade especial; a confiança. Por meio do serviço constrói-se uma relação de confiança com o cliente e a qualidade no atendimento está diretamente ligada a qualidade no relacionamento que se estabelece com o cliente. Zelar por essa relação, observando os seus aspectos é algo recomendável para os profissionais preocupados em satisfazê-los e possivelmente no futuro fidelizá-los. A satisfação é uma função de desempenho e expectativas percebidos. Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se o desempenho alcançar as expectativas, o cliente ficará satisfeito. Se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito e encantado.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Autor(es):

Jéssica Fabiane da Silveira Galvão: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Rosinalva do Nascimento Moraes: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Elielma Justino de Araujo: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Juliane Laryssa Fonseca Oliveira: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) mercados competitivos, todos são, não há como não olhar com muito cuidado, realizar estudos e determinar as melhores estratégias para cada novo, ou mesmo já inserido no mercado, produto ou serviço, pois muito mais do que apenas criar, é necessário que o Marketing faça um acompanhamento contínuo do andamento do mercado como um todo, desde os fornecedores até seus concorrentes. A marca Carmen Steffens foi criada em 1993 por Mário Spaniol, empresário que sempre trabalhou com couro e usou seu know-how para fabricar bolsas e calçados de alta qualidade. A qualidade incontestável e o design sofisticado de seus produtos, fez com que, sua marca seja automaticamente relacionada a status financeiro e social.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Os dados foram coletados mediante pesquisa realizada através de entrevista pessoal com funcionários e clientes sendo utilizado um questionário semi-estruturado contendo dez questões. O questionário contém perguntas fechadas que abordam questões sobre a faixa etária e perfil dos clientes da loja.

(RESULTADOS) De acordo com a pesquisa realizada foi visto que a maioria dos clientes da empresa CARMEN STEFFENS é do sexo feminino, atendendo também jovens com a marca TEEN e sexo masculino com a marca RAPHAEL STEFFENS. A empresa atende o público das classes A, B e C. Na sua maioria entre 20 e 40 anos, das classes A e B.

(CONCLUSÃO) Com os resultados citados pode-se concluir que a empresa Carmen Steffens conquista seus clientes pela qualidade, design arrojado de suas peças. A grife também se preocupa com a satisfação de cada cliente que busca itens únicos.

PLANO DE MARKETING PARA A EMPRESA TLT PRESTADORA DE SERVIÇO E MÓVEIS LTDA

Autor(es):

Luciana Barros de Freitas: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Homero Henrique Rocha de Medeiros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O plano de marketing é um instrumento utilizado para sistematizar e direcionar as ações de marketing de uma organização. Diante de uma concorrência bastante acirrada, torna-se imprescindível o seu uso, no qual possibilita uma maior interação da empresa com o mercado em que atua e um melhor conhecimento de sua própria empresa. As ações de marketing são planejadas para serem utilizadas em um determinado período de tempo, sempre direcionadas para o alcance de objetivos e metas. É preciso planejar para depois colocar em prática tais ações. Portanto, este estudo tem como objetivo desenvolver um plano de marketing para a TLT prestadora de serviço e Móveis Ltda. Para isso, o embasamento teórico é de extrema importância para o desenvolvimento deste estudo, no qual foi abordado tais conceitos: a história e evolução do marketing, eras de consumo, marketing, público-alvo, posicionamento, composto de marketing, plano de marketing e auditoria em marketing.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva em forma de estudo de caso, no qual o universo consiste em 500 clientes ativos na garantia, onde será utilizada uma amostra de 40% do universo, totalizando 200 clientes entrevistados. A coleta de dados será por meio de um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas. Para efeito desta pesquisa, será feito também uma entrevista com o Gerente e com o Diretor da loja. A análise dos dados coletados, será executada através de planilhas de Excel, onde serão tabulados e dispostos por meio de gráficos e tabelas.

(RESULTADOS) Por se tratar de um projeto de monografia em andamento, não existem resultados formados. No entanto, os resultados serão respondidos com base em tais objetivos: traçar o perfil do consumidor; Analisar a empresa sobre a ótica do macro ambiente de marketing para identificar oportunidades e ameaças; Analisar a empresa sobre a ótica do micro ambiente de marketing para identificar fragilidades e potencialidades; identificar o diferencial competitivo da empresa frente a concorrência.

(CONCLUSÃO) Este projeto de pesquisa monográfica e posteriormente a sua finalização, transformando-se em monografia, apresenta uma grande importância para o enriquecimento de conhecimento para o pesquisador do estudo, assim como uma grande oportunidade para a empresa estudada. A mesma poderá utilizar o estudo para possíveis melhorias e obtenção de melhor conhecimento próprio, no qual serão apresentadas análises mais aprimoradas onde a empresa poderá direcionar melhor suas ações de marketing. Portanto, poder planejar tais ações de marketing de acordo com os objetivos da empresa é essencial para garantir a sobrevivência da empresa em um mercado tão competitivo.

A PONTE FORTE-REDINHA E CENÁRIOS ECONÔMICOS DE NATAL

Autor(es):

João Henrique Trindade Moreira de Azevedo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Aluísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Introdução: O estudo tem por objetivo analisar os benefícios que a construção da ponte Newton Navarro (conhecida também como Ponte Forte-Redinha) trouxe para a capital. Identificando suas características, capacidade instalada, investidores, atividades econômicas a serem gerado, nível de emprego e demais informações, para análise do empreendedorismo.

(METODOLOGIA) Metodologia: As pesquisas foram baseadas em Orientações dadas pelo nosso orientador e Professor Aluísio Alberto Dantas, visando o conteúdo bibliográfico em sites de pesquisas e páginas eletrônicas que disponibilizam dados estatísticos. Assim podendo conter em um só trabalho uma variedade de informações e fazer o confronto das informações fornecer uma análise mais precisa sobre o assunto apresentado.

(RESULTADOS) Resultado: A construção da Ponte Newton Navarro, foi uma das obras mais importantes o Rio Grande do Norte. A construção que foi iniciada em 24 de outubro de 2004 e só foi finalizada em 17 de Novembro de 2006 custou inicialmente um valor de R\$ 130 milhões. Depois de todos os adicionais feitos ao contrato, custou em média aos cofres públicos cerca de R\$ 210 milhões que foi executada pelo consórcio Queiroz Galvão/Construbase. A liberação da ponte ocorreu 1 ano depois em 21 de Novembro de 2007. Com quase 2 km de comprimento e cerca de 104m de altura a Ponte trouxe inúmeros benefícios entre eles, esta a desobstrução do tráfego de Ponte de Igapó, que chega a aproximadamente 25 mil veículos por dia tornando a Zona Norte da cidade um dos melhores pontos de investimento da cidade pela facilidade de acesso que antes não era provido, e a valorização dos imóveis do litoral norte do Estado e da Zona Norte de Natal. Chegando a 200% de valorização. Com a construção da ponte ocorreram as chegadas de empreendimentos como o Natal Norte Shopping, Carrefour e Atacadão. Aumentando o número de turistas no litoral norte. Facilitando o acesso ao novo aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante. Que promete ser o maior aeroporto da América latina. Custando aos cofres cerca de 194 Milhões de Reais.

(CONCLUSÃO) Conclusão: A Ponte de Todos - Newton Navarro (conhecida também como Ponte Forte-Redinha) foi uma das obras mais importantes para o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Norte. O nosso objetivo foi mostrar os benefícios que essa ligação Forte-Redinha trouxe para o nosso estado tanto em aspectos físicos para a melhoria do tráfego da única ligação Zona Norte – Zona Sul como também benefícios econômicos que esse acesso gerou para muitos municípios vizinhos e regiões próximas.

ECONOMIA NO RIO GRANDE DO NORTE: PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO E DE SEUS MUNICÍPIOS

Autor(es):

Tony Relvis Holanda de Albuquerque (SF): Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Janaina Stroppa Gonçalves Barros: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Sidharta Augusto Garcia de Macêdo: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Helder Carlos do Nascimento: Discente do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial da FARN

Orientador(es):

Aluísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Para medir o crescimento econômico de uma região, seja uma cidade, um estado ou um país utilizamos o principal medidor, o PIB – Produto Interno Bruto. Para determiná-lo, é necessário que calcule-se o somatória de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região por um período de tempo. Atualmente a responsabilidade para o cálculo do PIB é do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estado de nosso objeto de estudo é o Rio Grande do Norte que está localizado na Região Nordeste tendo como extensão territorial 52.810,699 km² divididos em 167 municípios, com uma população de 3.168.027 habitantes baseado na contagem realizada em 2010 pelo IBGE.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida com base em estatísticas publicadas pelo IDEMA/RN. Os dados são integrados com a série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil incorporando os resultados das pesquisas agropecuárias, as pesquisas anuais da Indústria, da Construção Civil, do Comércio e Serviços e pesquisas por amostragem de domicílios. Para estimar o PIB utiliza-se de informações obtidas da Secretaria da Receita Federal e a pesquisa de Orçamento Familiar, considerando o valor da produção, do consumo intermediário adicionado a cada atividade econômica. Para o cálculo do PIB dos municípios reparte-se o valor de cada unidade da federação através de indicadores selecionados.

(RESULTADOS) Com base na variação real anual e acumulada, a região Nordeste cresceu em 31,23%, tendo o Estado do RN um crescimento de 23,07% e o Brasil 27,95% no período de 2002 a 2008. Um indicador de destaque é a renda per capita onde o RN fica na sétima posição com 8.203 reais no ano de 2008, um crescimento de 7,27% comparado com dados de 2007 no valor de 7.607 reais. Entre os 10 maiores municípios do Estado, a maior economia está na sua capital, na cidade do Natal, concentrando a maior parte das indústrias e do comércio com 1/3 do PIB do RN. Considerando os 10 maiores municípios o maior PIB “per capita” está em destaque Guararé com o indicador de 105.287/ano devido à concentração de extração de petróleo no município. Os menores PIB a preço de mercado estão concentrados nos municípios de Viçosa e Monte da Gameleiras. Os investimentos tradicionais, principalmente a mineração não foram responsáveis pelo crescimento dos municípios no período estudado, ressaltando-se principalmente a produção da mineração, observando-se que os municípios do Seridó se encontram nas faixas inferiores do PIB.

(CONCLUSÃO) Analisando os dados, percebe-se que os fatores que tem motivado o crescimento do estado e municípios são os grandes investimentos nas áreas de petróleo, serviços e demandas empresariais em evolução na economia Internacional. A agricultura contribui para o crescimento do PIB estadual, por ser bastante diversificada, com o desenvolvimento de técnicas da fruticultura irrigada, proporciona um aumento da produtividade com foco na exportação e por sua vez a agropecuária, representada pelos rebanhos de bovinos e suínos, contribui também na economia Potiguar. Na Indústria tem como fundamental importância para a economia e maior produtor nacional, a extração do petróleo e unidades de processamento de gás natural. Nas indústrias destacamos ainda os produtos têxteis, agroindústrias, bebidas e indústria de automóvel. Outro importante segmento da economia do estado é o turismo destacando também a mineração com a extração do sal marinho e a produção de camarão, considerado como o maior exportador brasileiro de crustáceo. Conclui-se, que os municípios podem sofrer alterações nos indicadores de renda per capita a partir dos investimentos do setor público e privado, sendo estes necessários para o desenvolvimento econômico das regiões com pouca representatividade no PIB para que dessa forma seja possível fazer uma distribuição das riquezas de forma mais igualitária e justa.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Autor(es):

Robson Cleyton Correia da Costa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As pessoas são consideradas o ativo mais importante de uma empresa. Pessoas comprometidas e eficazes fazem com que a organização cresça, desenvolva e apresente resultados. A importância de ter atenção com esse ativo vem sendo estudada desde a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. Nesse contexto, a avaliação de desempenho surge como uma ferramenta essencial às empresas, objetivando mensurar a qualidade da performance de cada membro da equipe, bem como permitir que as futuras atividades sejam executadas com o mínimo de risco e com maior probabilidade de sucesso.

(METODOLOGIA) Nesta pesquisa, será utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas. O universo da pesquisa contará com 24 operadores de callcenter, que responderão o questionário no período de 1 a 31 de julho de 2011. A amostra será aleatória simples que corresponderá a 87,5% do universo, com grau de confiabilidade em 95% e margem de erro de 7%.

(RESULTADOS) Grande parte dos operadores são novos no setor, a equipe nova mostra o setor motivado, dedicado e com grande vontade de ajudar a equipe a alcançar seus objetivos. Foi possível visualizar que os mais antigos no cargo necessitam de treinamento, esta pequena parcela necessita conhecer outras áreas para que sua autonomia seja compreendida. Como mostra na pesquisa alguns operadores sentem dificuldades de resolver problemas.

(CONCLUSÃO) O trabalho em questão tornou possível a visualização de forma mais subjetiva, já que as análises objetivas vem sendo realizadas trimestralmente. É com esta pequena atitude, que obtemos grandes resultados. A capacidade de ver o está no interior de seus colaboradores faz com que você tome as decisões certas em vez de agir no "achismo" ou agir na opinião de outrem.

CONTABILIDADE

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIIS

XI

2011

CONIC

Congresso de
Iniciação Científica
da FARN

**“A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E
O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE”**

27 a 29 de Outubro



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DESPESA COM PESSOAL: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RUI BARBOSA/RN NO PERÍODO DE 2005 A 2010

Autor(es):

Eudefran Soares de Lima: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Daniele da Rocha Carvalho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A necessidade de controle nas contas públicas é uma preocupação da administração pública no Brasil, principalmente no que se refere as despesas com pessoal, porém apenas em 1969 uma Emenda Constitucional estabeleceu em seu art. 64, limites para tais da União, Estados e Municípios. Sabendo-se que a máquina pública não pode funcionar sem servidores, acaba sendo esse um dos itens de maior peso para manutenção da administração pública (FINBRA, 2011). De acordo com o art. 169 da CF/88, estabeleceu-se o limite de despesa com pessoal objetivando ter um controle mais responsável na gestão fiscal, sendo regulamentada pela Lei Complementar 96/99, a qual limitou as mesmas em 60% da receita corrente líquida, no caso dos municípios. A LRF veio como um instrumento para exigir e aprimorar o processo fiscal definindo além dos limites de gastos com pessoal, os de endividamento. Apesar destes limites estabelecidos, os relatórios enviados ao tesouro nacional pelos governos estaduais apresentaram problemas quanto ao enquadramento desses gastos de acordo com os estabelecidos pela LRF (MÁXIMO, 2011). Além disso, muitos municípios estão ameaçados de não conseguirem cumprir tais limites devido o aumento do novo salário mínimo (TRIBUNA DO NORTE, 2011). Desta forma o presente estudo busca verificar o cumprimento da LRF frente às despesas com pessoal da Prefeitura Municipal de Rui Barbosa/RN, no período de 2005 a 2010. Para atingir tal objetivo, serão analisados os dados referente as receitas previstas e executadas; despesas fixadas e executadas; dados das folhas de pagamentos, a quantidade de funcionários ativos e inativos, bem como o percentual dos gastos com folha de pagamento em relação às receitas arrecadadas de acordo com os exigidos pela LRF.

(METODOLOGIA) O estudo se trata de um estudo de caso, pois serão estudados fatos relacionados apenas com o município em questão. Quanto aos objetivos se classifica como descritiva e exploratória, pois apresentará dados específicos do município de Rui Barbosa/RN, tais como: histórico, aspectos econômicos e financeiros, etc. Quanto aos procedimentos será uma pesquisa bibliográfica e documental por recorrer a materiais escritos sobre o tema. A escolha desse município se motivou pelo acesso as informações e realização de entrevistas com o gestor público e contador. Quanto a abordagem a pesquisa é qualitativa, análise dos dados é pela análise de conteúdo.

(RESULTADOS) O presente estudo se restringe apenas ao poder executivo, que de acordo com a LRF impõe um limite legal máximo de 54% da RCL para gastos com pessoal dos últimos 12 meses. A LRF prevê ainda dois limites, o denominado "limite de alerta", correspondente a 90% do limite legal, cabendo ao tribunal de contas alertar sobre o fato. O outro é o "limite prudencial", que representa 95% do limite legal. Caso o gestor verifique que excedeu esses limites, deve tomar providências em até 8 meses. Como resultados parciais, verificou-se que em 2005 o gasto com pessoal teve uma participação de 52% em relação a RCL totalizando R\$ 2.322.413,27. Em 2006 foi para 55,83% atingindo a marca de R\$ 2.773.540,46, o que ultrapassa do limite legal. No ano de 2007 teve um decréscimo de 2,04% em relação a 2006 atingindo um percentual de 53,79%, ultrapassando o limite prudencial. Dentre estes dois anos ainda estão sendo estudados quais foram as penalidades e/ou as providências tomadas pelo município para os anos seguintes. No exercício de 2008 ocorreu um gasto de 51,64% da RCL atingindo um total de R\$ 3.367.699,50. Nota-se que em 2009 houve uma rápida elevação do gasto com pessoal em 0,82% chegando a 52,46%, também ultrapassando o limite prudencial mais uma vez. No ano de 2010 houve uma ligeira queda desse percentual chegando a 52,25% da RCL, que totalizou R\$ 3.950.588,56.

(CONCLUSÃO) Em análise

A CONTRIBUIÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO DA SET/RN, PARA UMA MAIOR TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DAS CONTAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Joseliudo Fonseca da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Daniele da Rocha Carvalho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As contas públicas tornaram-se, nos dias atuais, uma preocupação não só para os gestores, mas também para a sociedade no sentido de fiscalizar como estão sendo gastos os recursos públicos, tornando-os mais transparente. Na medida em que se depara com a corrupção e a ineficácia administrativa que assolam o sistema público atual, é de suma importância a atividade do controle interno como forma de garantir lisura e legalidade aos processos que nele ocorrem. Embora a Constituição da República de 1988 tenha se preocupado com a implantação e efetivação prática de um sistema de controle interno na Administração Pública, o tema, mereceu destaque anteriormente no que diz respeito à Lei 4.320 de 17 de março de 1964. Porém, foi com a promulgação da Constituição de 1988 que o controle interno ganhou relevância no contexto constitucional. O controle interno na Administração Pública permite uma verificação do resultado pretendido na origem de sua formação, além de se constituir num mecanismo gerencial de excelência e de transparência na atividade administrativa, destacando-se como importante instrumento da efetivação da cidadania, uma vez que vincula o gestor à prestação de contas à população, evitando a malversação dos bens públicos. O interesse da pesquisa está no âmbito de verificar se o Controle Interno da SET/RN, pertencente ao Estado do Rio Grande do Norte, está contribuindo para melhoramento nas contas públicas. O presente estudo busca analisar se o controle interno da Secretaria de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte (SET/RN) contribui para uma maior transparência na gestão das contas públicas do Rio Grande do Norte. Para atingir tal objetivo, a pesquisa irá averiguar como estão sendo executadas às atividades da Comissão de Controle Interno da SET/RN, fazendo-se um comparativo nos últimos três anos, também haverá caracterização de sua estrutura, bem como identificação dos pontos fracos e fortes após sua implantação e os mecanismos de ação que o configuram.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos, para a realização do estudo, será realizada uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Exploratória porque embora a SET/RN seja um órgão público e alvo de pesquisa em diversos assuntos inerentes às suas atividades, não se verificou nenhum estudo que aborde especificamente a contribuição da Comissão de Controle Interno. Descritiva porque visa descrever e retratar as atividades do Controle Interno. Quanto aos meios de investigação, a pesquisa será de campo, uma vez que coletará dados primários na SET/RN, bibliográfica, pois para a fundamentação teórico-metodológica, será realizada uma investigação a respeito de diversos assuntos como Controle Interno, Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outros pertinentes ao tema da pesquisa e por fim, será também documental, por se valer de documentos internos da instituição investigada, que digam respeito ao objeto de estudo.

(RESULTADOS) Quanto aos resultados, espera-se contribuir para um debate acadêmico no que diz respeito à principal função do controle interno, que é coibir práticas abusivas e lesivas ao erário em função de interesses alheios aos da coisa pública. Ressaltará o caráter preventivo do Controle Interno dentro de uma organização, bem como destacará a importância do mesmo em contribuir para uma administração pública legal e transparente.

(CONCLUSÃO) "Em análise"

**APURAÇÃO DO PIS E COFINS DE UMA EMPRESA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO
COM TRIBUTAÇÃO NO LUCRO REAL.**

Autor(es):

Vanessa Cardoso da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O PIS (Programa de Integridade Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) não-cumulativo surgiram através das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. O surgimento do PIS e COFINS na forma de incidência não-cumulativo deve ser aplicado às pessoas jurídicas, empresas tributadas com base no lucro real. Dessa forma, as pessoas jurídicas de direito privado do lucro real, devem apurar os impostos acima observando a legislação vigente. A empresa em estudo tem a obrigatoriedade de ser apurada com base no lucro real, onde é apurado o PIS e COFINS não-cumulativo. O presente trabalho teve como foco, o objetivo de demonstrar como é feito apuração do PIS e COFINS de uma empresa tributada pelo Lucro Real, com base na legislação que traz os conceitos, regras, exceções, obrigatoriedade das empresas no Brasil. Para isso, foi preciso verificar as saídas com incidência dos impostos, como os créditos decorrentes de despesas que podem ser utilizados na forma de créditos, as retenções ocorridas no mês de apuração, dentre outras operações que podem estar previstas na legislação. Além de demonstrar essa apuração do PIS e COFINS, e também passar adiante o conhecimento adquirido para interessados na área, como estudantes, iniciantes da área, profissionais e empresários, sendo usado o trabalho como fonte de informações claras e de fácil entendimento. Outro ponto importante é o resultado econômico da empresa.

(METODOLOGIA) Para obter e alcançar os objetivos em estudo, pesquisou-se primeiramente através de livros e na legislação, os conceitos para explorar o tema em estudo, logo após a escolha de uma única empresa para atender os objetivos, empresa do ramo de material de construção e acabamento. Para isso foi obtido às operações que a empresa tem em relação a despesas, vendas, encargos, depreciação, devoluções, que estejam de acordo com a legislação. Com base em relatórios, livros e planilhas que fornece as operações ocorridas no mês, como às contabilizadas no mês foram os acessos para coletar os dados. E ainda assim, tendo as operações necessárias para concluir o trabalho e de acordo com a realidade da empresa demonstrando assim apuração dos impostos PIS e COFINS.

(RESULTADOS) Pretende-se alcançar os objetivos expostos ao final do trabalho e com o estudo aprofundado, como a verificação das saídas com incidência, os créditos utilizados, as retenções no recebimento de vendas. Como também sanar as dúvidas existentes aos interessados. Ser uma referência no assunto, expondo o trabalho a consultas.

(CONCLUSÃO) Espera-se chegar à conclusão através dos resultados obtidos, verificar a importância dessa empresa ser apurada com tributação do lucro real, as vantagens e desvantagens dessa tributação. Que é possível chegar a essa apuração do PIS e COFINS através de uma empresa de grande porte para um estudo. Tornar-se desse trabalho um fácil entendimento através dos dados coletados, expondo as operações fiscais e contábeis da empresa. Analisar todas as variáveis que a legislação permite para apuração. E que poderá ser uma ferramenta para estudos futuros.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE NA IMPLANTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS ALTERDATA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA CIDADE DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, NO ANO DE 2011.

Autor(es):

Joelma Silva Guimarães: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcos Aurelio de Oliveira Santiago
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo tem por objetivo a análise na implantação e utilização dos sistemas ALTERDATA nos escritórios de contabilidade na cidade de Natal – Rio Grande do Norte, no segundo semestre de 2011. O tema Tecnologia da Informação foi escolhido por estar inter-relacionado com o desempenho operacional das empresas, em especial as de Contabilidade, no que se refere a utilização de sistemas operacionais. Foram definidos os seguintes objetivos específicos: quais as causas que levaram os escritórios de contabilidade a implantar os sistemas ALTERDATA; como as empresas decidiram pela aquisição do software que melhor atenderia as às necessidades delas; quais os benefícios alcançados após a implementação dos sistemas; quais as dificuldades enfrentadas pela empresa para implantação do sistema; como foi efetuada a capacitação dos colaboradores necessária para operacionalizar os sistemas e a análise de como são utilizados os recursos disponibilizados pelo software. O resultado da pesquisa poderá contribuir para as empresas fornecedoras de soluções em TI melhor atender as necessidades dos clientes. Para os usuários, entender as causas que podem contribuir para não satisfação, dificuldades e sobre a eficiência dos recursos oferecidos pelos sistemas Alterdata.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa descritiva e o método de abordagem o exploratório. Será realizado um censo. A população alvo do estudo é composta pelas empresas e escritórios contábeis, clientes da Alterdata Software LTDA, situadas no Rio Grande do Norte. A coleta dos dados primários será realizada através de questionário, disponibilizado no site dessa empresa.

(RESULTADOS) O estudo objetiva identificar: quais as causas que levaram os escritórios de contabilidade a implantar os sistemas Alterdata; como as empresas decidiram pela aquisição do software que melhor atenderia as às necessidades delas; quais os benefícios alcançados após a implementação dos sistemas; quais as dificuldades enfrentadas pela empresa para implantação do sistema; como foi efetuada a capacitação dos colaboradores necessárias para operacionalizar os sistemas e a análise de como a são utilizados recursos disponibilizados pelo software.

(CONCLUSÃO) A conclusão está pendente. Será registrada após a análise da coleta dos dados.

APLICAÇÃO PRÁTICA DAS IFRS NO AMBIENTE CORPORATIVO: ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Autor(es):

Laudemar Bezerra dos Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade vem nos últimos anos se intensificando nas tomadas de decisões, no que tange ao desenvolvimento das normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards - IFRS). O processo de convergência contábil torna-se então, uma necessidade diante de economias globalizadas, onde as existências de investimentos externos estão cada vez mais frequentes, assim, a contabilidade precisa ser elaborada e compreendida por toda e qualquer nação. Há uma grande preocupação que nos estudos das IFRS, a adaptação no sistema contábil de um país para outro é mero contraste em decorrência das políticas sociais, tendo em vista o aprimoramento da aceitação dos estudos sobre as IFRS. O Brasil, aderindo à tendência mundial, começou a exigir a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade das empresas brasileiras a partir de 2010. Neste sentido, o objetivo do estudo é de verificar a aplicação prática das IFRS no ambiente corporativo sob a percepção dos estudantes e profissionais da área contábil

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica que teve como ponto de partida conhecer as orientações legais e regulamentares das normas internacionais de contabilidade. Em seguida, dar-se-á início a pesquisa de campo, onde será aplicado um questionários contendo perguntas fechadas e abertas, com profissionais e estudantes de ciências contábeis da cidade do Natal/RN. A escolha da amostra será por conveniência.

(RESULTADOS) Através da aplicabilidade de questionários se espera analisar o perfil de estudantes e profissionais de contabilidade acerca da aplicação prática das IFRS, tendo em vista o seu conhecimento direcionado sobre referido assunto, e logo após a coleta de dados os dados serão analisados de forma descritiva utilizando o auxílio do microsoftexcel.

(CONCLUSÃO) A harmonização das práticas contábeis deixa de ser algo utópico, para se tornar um fato, embora, deva-se ressaltar, que dentro do processo de convergência contábil o que tem ocorrido bastante é a padronização, ou seja, ao invés de haver um processo de adaptação ou readequação, onde as normas internacionais seriam adaptadas a realidade de cada país, acontece um processo de aplicação da cada vírgula do determinado pela norma. Em resumo, se espera um fator que possa caracterizar uma forma de consenso sobre as IFRS, no mercado da contabilidade, visto que se tem uma progressiva batalha, no tocante a adaptação geral na aceitação e uso no meio contábil e tentando demonstrar um aspecto salutar de adotar esse mecanismo de suma importância para as tomadas de decisões.

O IMPACTO DO BANCO DE HORAS NA REDUÇÃO DE CUSTOS DO HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO NA CIDADE DO NATAL/RN

Autor(es):

Nilvan de Macedo Caldas: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Área de Conhecimento: A2 – Contabilidade. O banco de horas no mundo do trabalho está vigente no país desde 1998, com a Lei 9.601, sendo um sistema flexível de compensação de horas extras, e para ser aplicado deve ser autorizado por convenção ou acordo coletivo da categoria de trabalhadores. A implantação do Banco de Horas se dá através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, como previsto no artigo 6º da lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que alterou o artigo 59, parágrafo 2º da CLT. Neste trabalho acadêmico, estudar-se-á a implantação de um banco de horas no Hospital Infantil Varela Santiago. A temática do trabalho acadêmico, visa analisar a necessidade da implantação do banco de horas no Hospital Infantil Varela Santiago no município do Natal, em que, o empregado poderá trabalhar mais nos períodos de grande atividade no referido hospital, com aumento de sua jornada normal, porém quando a demanda de atendimento ao público externo for menor, as horas adicionais podem ser transformadas em descanso, sem perda para ambas as partes, contratante e contratado. Assim, diante do exposto, delinea-se como objetivo geral desse estudo: Avaliar o impacto do banco de horas na redução de custos do Hospital Infantil Varela Santiago na cidade do Natal/RN, e como objetivos específicos: Verificar os pontos fortes e fracos para a implantação do Banco de Horas no Hospital Infantil Varela Santiago; Analisar se caso a hora trabalhada a mais não seja compensada no período estabelecido, como o excedente será pago como horas extras. Assim, o interesse fundamenta-se na importância percebida pelo autor da questão trabalhista tão relevante no mundo do trabalho moderno. Pretende-se com esta pesquisa, aumentar os conhecimentos teóricos sobre a temática abordada, sobretudo, no que se refere ao campo das Ciências Contábeis.

(METODOLOGIA) Para o adequado entendimento do estudo desenvolvido e buscando atingir os objetivos propostos, descreve-se a seguir o método utilizado. A natureza da vertente metodológica desta pesquisa será bibliográfica. Esta pesquisa assim o será porque descreve, compreende e explica, não se utilizando de dados estatísticos para analisar o problema. O método de abordagem a ser utilizado será o hipotético-dedutivo. Foi analisado planilhas de custos com horas trabalhadas das diversas categorias profissionais do hospital, ora em estudo. A escolha da perspectiva qualitativa como estratégia de análise está voltada para à Análise de Conteúdos.

(RESULTADOS) Espera-se com este estudo a possibilidade de explicitar os meios que possibilitem uma economia real em razão da eficaz implantação do Banco de Horas do Hospital Infantil Varela Santiago. Desta forma, este trabalho poderá ser útil, na medida, em que possa contribuir, com novas interpretações sobre o tema abordado para estudo.

(CONCLUSÃO) A alternativa da implantação do Banco de Horas no Hospital Infantil Varela Santiago poderá reduzir o custo com a contratação de horas extras de trabalho. De acordo com as planilhas do setor de pessoal do referido hospital, os dados de horas extras trabalhadas em 2007 constitui um total pago a 328 empregados num valor de R\$ 21.621,98; em 2008 foram pagos 18.237,04 para 242 empregados; em 2009 foram pagos R\$ 20.710,04 a 228 empregados e em 2010 foram pagos R\$ 15.595,92 a 176 empregados, considerando outros encargos trabalhistas, o grande volume de horas extras trabalhadas e pagas, aumentam bastante o custo final da folha de pagamento do hospital.

O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DO GOVERNO DIGITAL – PROJETO SPED.

Autor(es):

Paloma Slave Maia Fernandes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No decorrer do tempo e em meio as mais diversas formas de tecnologias a Contabilidade vem passando por processos de renovação, tanto em sua forma como em essência. A competitividade do mundo globalizado requer das empresas cada vez mais agilidade e segurança nas informações que são transmitidas aos seus usuários. Para os órgãos fiscalizadores também não é diferente, diante do fluxo de informações e do tempo em que se leva para validá-las se fez necessário desenvolver um sistema único e padronizado capaz de validar e cruzar as informações de forma que atendessem as três esferas governamentais: estado, município e receita. O Sistema Público de Escrituração Digital é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. Diante desse novo contexto na área tributária do Brasil o presente estudo teve por objetivo analisar os impactos que a adesão do novo sistema trouxe aos escritórios de contabilidade, como também agregar conhecimentos sobre o tema abordado para interessados no assunto, tais como: estudantes, iniciantes na área, profissionais entre outros.

(METODOLOGIA) O processo metodológico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho teve uma abordagem de natureza qualitativa se enquadrando como descritiva e exploratória, onde dos procedimentos adotados será realizado um estudo de caso limitado a escritório de contabilidade situado na cidade de Natal/RN e a coleta e tratamento dos dados se deu através de pesquisa bibliografia e documental.

(RESULTADOS) Pretende-se alcançar os objetivos expostos através de um estudo de caso realizado em um escritório de contabilidade, onde por meio de análise de dados reais verificar os impactos gerados pelo novo sistema.

(CONCLUSÃO) Espera-se chegar à conclusão através dos resultados obtidos, quais os fatores de maior relevância e de maior impacto na implantação do Sped, e que, após passado esse período de implantação, qual a percepção dos escritórios de contabilidade com relação ao Sped, se ele realmente veio para coroar uma nova era de fiscalização digital, bem como evidenciar o papel do profissional contábil como o grande aliado e direcionador no processo de tomada de decisão empresarial.

PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL: ESTUDO DE CASO NA 16ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Autor(es):

Shirley Andreza Costa de Azevedo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Num país onde há instabilidades econômicas e financeiras decorrentes de uma política capitalista, com acumulação de capital e distribuição de renda desigual, surge a necessidade de reivindicação de direitos e deveres do cidadão, da empresa, das instituições perante o Estado, exigindo cada vez mais ação competente do perito como auxiliar da justiça. Na atuação do profissional de contabilidade, o campo da Perícia Contábil revela-se de grande importância no auxílio à Justiça, a fim de atender às necessidades das partes envolvidas em um litígio, consequência dos conflitos sociais, sejam de natureza civil, trabalhista ou tributária. O objetivo deste trabalho foi evidenciar qual a contribuição da perícia contábil judicial na tomada de decisão pelos magistrados em processos que tramitam na 16ª Vara Cível da Comarca de Natal-RN.

(METODOLOGIA) Para atingir o objetivo, procurou-se verificar os processos na 16ª Vara Cível da Comarca de Natal-RN, que sofreram perícia contábil judicial no período de 2008 a 2010, bem como analisar se os laudos periciais contribuíram na elaboração de sentenças, buscando esclarecer de forma científica, como se insere a perícia contábil no âmbito das decisões judiciais, no tocante a patrimônios, enfocando a sua contribuição para as organizações e para a sociedade como um todo, enfatizando que é através dela que se encontram subsídios eficazes e que dão suporte para uma análise mais coerente e completa de muitas questões judiciais. Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa foi bibliográfica, descritiva, documental e estudo de caso. A coleta dos laudos compreende o período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010, pesquisados no programa computacional criado para o Poder Judiciário chamado SIJUT.

(RESULTADOS) As informações coletadas no banco de dados da 16ª Vara Cível da Comarca de Natal apresentava um enorme gama de processos contendo perícia técnica das mais diversas áreas, onde se fez necessário retirar dessa seleção as movimentações processuais de intimação ao perito contábil. Como o sistema não permite a identificação do tipo de perícia e a confirmação se existiu a entrega do laudo pericial, a segunda parte do trabalho consistiu em examinar a movimentação de todos os processos no sistema, consultando todos os movimentos processuais que eram em torno de 1.198 processos, dos quais vários foram eliminados devido a não existência de laudo pericial, decorrente de movimentação processual ter sido superior ao prazo referencial mínimo de cinco dias para manifestação do perito, por diversas vezes, e não representar a elaboração de laudo. Ocorrentes nas hipóteses de apresentação de proposta, discussão dos honorários e desistência da prova; ou seja, houve o pedido de perícia contábil, mas a mesma não se concretizou. Os processos cuja perícia realizada não foi da área contábil, foi o mais relevante na exclusão do estudo, por existirem perícias financeiras, de engenharia, grafotécnicas, atuariais, médicas e sem expressa identificação. Assim sendo, restaram 183 processos, dos quais 78 tiveram sentenças proferidas, com base nos laudos técnicos periciais, evidenciando assim a contribuição da perícia judicial na tomada de decisão pelos juízes, bem como, na celeridade dos processos em pauta.

(CONCLUSÃO) Portanto, a pesquisa demonstra que os peritos que elaboraram os laudos analisados estão contribuindo no processo de tomada de decisão judicial. No entanto, não se pode generalizar para todos os laudos apresentados na Comarca de Natal/RN, visto que o estudo foi desenvolvido em uma única Vara Judicial.

SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE: ESTUDO DE CASO APLICADO EM UMA EMPRESA FARMACÊUTICA, LOCALIZADA EM NATAL/RN, NO MÊS DE SETEMBRO DE 2011

Autor(es):

Maria Cybelle Sousa da Silva Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcos Aurelio de Oliveira Santiago
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em um cenário de mudanças econômicas e sociais, as exigências peculiares da atividade comercial, dentre outras a farmacêutica, determinam a necessidade das empresas adotarem um eficiente sistema de controle, como forma de otimizar o resultado econômico-financeiro. O controle de modo geral está ligado a toda administração de uma empresa e tem por objetivo maior a redução das incertezas das informações e da melhoria dos processos. O estudo tem por objetivo analisar o processo de controle das mercadorias na empresa Farmatudo LTDA, classificada como de pequeno porte, localizada em Natal/RN, durante o mês de setembro de 2011. Os objetivos específicos limitaram-se à análise dos seguintes processos relacionados aos estoques: compra, estocagem, faturamento e saída de mercadorias; como forma de identificar não conformidades que possam levar a empresa a ter prejuízos decorrentes de fraudes ou por erros.

(METODOLOGIA) A pesquisa é classificada como qualitativa e descritiva, o procedimento metodológico utilizado foi o Estudo de Caso. Os dados primários foram colhidos através da aplicação de questionário, entrevista com o proprietário e observação. Os dados secundários, que constituíram o arcabouço teórico da pesquisa, são provenientes de pesquisas bibliográficas. As informações colhidas foram compiladas em planilha do Excel.

(RESULTADOS) Através da análise dos dados chegou-se aos seguintes resultados: a) o processo de compras apresentou 57,14% dos itens em conformidade e 42,86% com não conformidade (falta de política de estoque mínimo, não há ficha de controle dos pedidos realizados e entrada de mercadorias no estoque sem a devida nota fiscal, foram as principais inconsistências observadas neste item); b) o processo de estocagem apresentou 14,29% dos itens em conformidade e 85,21% não conformes (falta de contagem sistemática e documento assinado pelo conferente e inobservância do prazo de validade dos produtos foram as principais inconsistências observadas neste item); c) no setor de faturamento os resultados alcançados foram 33,33 % de conformidade e 66,67 % de não conformidade (não há segmentação das funções de compra e venda, e inexistência de registro documental com relação as condições de preço e abatimentos foram as principais falhas encontradas nesse processo); d) finalmente, no processo de saída de mercadorias identificou-se 20% de conformidade e 80% de não conformidade (venda de produtos sem notas fiscais – gerando inconsistência no sistema de controle de estoques e na contabilidade foi a principal inconsistência encontrada nesse item).

(CONCLUSÃO) O estudo apontou a predominância de não conformidade dos controles nos setores de estocagem, faturamento e saída de mercadorias. O melhor desempenho dos controles foi observado no processo de compra. Desta forma, pode-se concluir que a empresa Farmatudo LTDA apresenta-se vulnerável a riscos por erros ou fraudes que podem ocasionar a diminuição da rentabilidade dos investimentos e até mesmo contribuir para o insucesso empresarial.

UMA ANÁLISE SOBRE O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO QUARTO ANO DE CONTÁBEIS SOBRE O SETOR PESSOAL.

Autor(es):

Maria das Graças Regis: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO): A contabilidade no Brasil vem passando por diversas modificações significativas e podemos destacar entre elas a lei 11.638/07, que foi publicada com base no projeto de lei 3740/00, cujo objetivo era oferecer não apenas uma mudança na estrutura das demonstrações contábeis, mas uma adequação as normas Internacionais de contabilidade. SÁ, (2007, pag. 1) em um de seus artigos nos fala da “carência de contadores qualificados para esse novo mercado tão globalizado, onde não se há mais tempo para ensinar no Escritório, o que os recém formados em ciências contábeis deveriam ter aprendido na “Universidade”. O objetivo desse trabalho foi analisar o grau de conhecimento dos estudantes do quarto ano do curso de Ciências contábeis sobre o setor pessoal. E teve como objetivo específico demonstrar a importância do conhecimento sobre essa área para a prática Profissional; fazendo-os refletir sobre o retorno financeiro que esse conhecimento pode trazer ao futuro profissional da área.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA): O presente trabalho foi fundamentado em pesquisas de livros, revistas e artigos, tendo como tipologias de pesquisa: bibliográfica, quantitativa, descritiva e exploratória, os dados foram analisados através de questionários, e teve por finalidade obter de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, assim como qualquer método tem suas vantagens e desvantagens, com o questionário não poderia ser diferente. Vantagens: economia de tempo, também grande número de dados, obtém respostas mais rápidas e mais precisa entre outras. Desvantagens: exige um universo mais homogêneo, pesquisa feita somente com alfabetizados e demora-se para entregar as respostas, tem alguns questionários que vem com algumas questões em branco.

(RESULTADOS) (RESULTADOS): Tendo em vista que ser um contador vai além de debitar e creditar, o que se espera dessa pesquisa, é comprovar que os alunos do 4º ano não estão preparados para serem inseridos no mercado de trabalho, principalmente, quando se trata de Setor Pessoal.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO): Quando se opta por uma graduação, espera-se que a formação acadêmica venha contribuir, quando do ingresso desses profissionais no mercado de trabalho. Através dos resultados, poderemos concluir que, ou se acaba com a distância entre a teoria e a prática, ou esse problema vai se perpetuar durante muito tempo. Não adianta ser apenas um profissional habilitado legalmente, mas, um profissional indispensável, com diferencial, ou seja, senhor do conhecimento.

ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA INCIDENTE SOBRE O VAREJO DE COMBUSTÍVEL NA CIDADE DO NATAL

Autor(es):

Ozias Gomes de Melo Junior. Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: Nos dias atuais, o combustível é indispensável para todos os setores da economia e também para toda a sociedade. Hoje não mais nos imaginamos sem nosso carro, ou mesmo sem os meios de transportes, onde ainda a grande maioria é movida pelos combustíveis, pois a maior parte do transporte de mercadorias sejam eles, alimentícios, cosméticos, eletrônicos e outros, são realizados por transportadoras terrestres, ou seja, rodoviárias, o mesmo depende de combustível. Com isso, o setor varejista de combustíveis é o que mais cresce no país, pois está em um constante crescimento de suas receitas, mas o Estado através dos impostos arrecada valores para que possa investir em vários setores da sociedade conforme previsão na Constituição Federal, e isso tem sido motivo, segundo os empresários do ramo, para o constante aumento do preço de venda dos combustíveis. Por isso, o objetivo maior desse trabalho foi o de investigar a carga tributária que incide sobre uma amostra de empresas varejistas de combustíveis no estado do Rio Grande do Norte no ano de 2009 e analisar seu impacto no desempenho econômico-financeiro da empresa. Foi necessário, portanto, para a compreensão, identificar os impostos que incidem sobre a amostra; investigar o desempenho econômico-financeiro da amostra; realizar comparativo confrontando os dados da carga tributária e do desempenho da amostra e analisar o impacto da carga tributária no comércio varejista de combustíveis do estado do RN, especificamente na cidade do Natal.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA: Para a realização desse trabalho adotou-se a pesquisa de campo, numa abordagem quantitativo-descritiva, com o objetivo de conferir hipóteses, delineamento do problema, análise de um fato. As técnicas utilizadas foram a observação, entrevistas com questões abertas e fechadas e coleta de dados através de análise de documentos. A amostra da pesquisa foi aleatória, onde em um universo de postos de combustíveis se escolheu 04 para coletar dados. A coleta de dados se deu em três momentos: o primeiro foi a identificação do universo da pesquisa, o segundo momento foi a observação dos postos escolhidos aleatoriamente; o terceiro momento foi a execução dos questionários e análise de documentos para se atingir os objetivos propostos.

(RESULTADOS) RESULTADOS: Pretende-se alcançar os objetivos propostos, de forma que seja apresentado o impacto da carga tributária sobre o varejo de combustível nos postos pesquisados.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÕES: Espera-se que as idéias e os resultados contidos nessa pesquisa venham de uma forma ou de outra, contribuir para a melhoria do desempenho econômico-financeiro dos postos pesquisados e/ou para outros que almejam uma melhoria, uma vez que somos sabedores do crescimento alarmante do setor varejista de combustíveis na cidade do Natal.

UMA ANÁLISE DO IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO 1º E 4º ANO DA FARN.

Autor(es):

Ingride Guilhermina Resky: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No que diz respeito às diversas e constantes novidades que vem ocorrendo na área profissional, que envolve a contabilidade, pode-se dizer que o nível de mudanças é tão acelerado e de certa forma tão complexo, principalmente para aqueles que não detêm da informação recebida de maneira correta e também não possuem as ferramentas tecnológicas adequadas, que se visualiza então o recebimento e processamento dessas informações de maneira não tão eficaz. No entanto o presente trabalho desenvolvido teve por objetivo analisar o impacto das novas tecnologias na aprendizagem dos estudantes do curso de Ciências Contábeis, e como as instituições de ensino superior estão abordando esses assuntos dentro das salas de aulas, focando como exemplo de tal tecnologia o Sistema Público de Escrituração Digital introduzido pelo governo federal.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada teve uma abordagem de natureza qualitativa se enquadrando como descritiva e exploratória, onde dos procedimentos adotados será realizada uma pesquisa exploratória, limitado à instituição privada de ensino superior situado na cidade de Natal/RN e a coleta e tratamento dos dados se deu através de pesquisa bibliografia e documental.

(RESULTADOS) Pretende-se alcançar os objetivos expostos através de uma pesquisa do tipo exploratória realizada em uma instituição de ensino superior, o real conhecimento dos estudantes acerca da temática abordada, e de que forma esse conhecimento chegou até eles, se foi por meio dos ensinamentos em sala de aula ou experiência vivenciada fora da academia.

(CONCLUSÃO) Espera-se chegar à conclusão através dos resultados obtidos, mensurar o nível de conhecimento dos estudantes em relação as novas tecnologias que envolvem a contabilidade, enfatizando a importância de estar sempre atualizado com as diversas mudanças que vem ocorrendo no mundo moderno.

TÍTULO DO TRABALHO: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DE MODALIDADE PRESENCIAL, DAS IES DE NATAL/RN, A RESPEITO DOS ATRIBUTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS DOCENTES.

Autor(es):

Kaline de Castro Araújo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Daniele da Rocha Carvalho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Segundo Gil (2008), durante muito tempo o que se tinha em mente para ser um bom professor do ensino superior, era saber a área que se iria lecionar, porém nos dias atuais é preciso ter conhecimento e habilidades pedagógicas para tornar o aprendizado mais eficaz e fazer com que o aluno sinta prazer em esta em sala de aula. O professor, principalmente, o professor universitário, precisa ter boa didática de ensino, para que consiga êxito em sua profissão, pois os alunos estão cada vez mais exigentes, na busca de capacitações. Segundo Bagno (1998), ser professor não é apenas transmitir conteúdos, mas também ensinar a aprender. O docente precisa planejar, a fim de sincronizar os conteúdos com o tempo em sala de aula e fornecer feedback destes conteúdos expostos, observar se sua metodologia está satisfatória na visão dos alunos, identificar dificuldades no ensino-aprendizagem, para que assim possa tomar a decisão de mudar ou permanecer com a sua didática. Para Vieira (2008) o professor precisa quebrar o tabu onde o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende. Dessa forma o presente estudo tem como objetivo geral conhecer a percepção dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis de modalidade presencial das IES de Natal/RN, a respeito dos atributos e práticas pedagógicas dos docentes, tendo que percorrer os seguintes caminhos para o alcance desse objetivo: identificar a quantidade de IES existentes no RN, investigar o estímulo intelectual, interesse interpessoal e a motivação dos professores destas instituições, bem como investigar a didática e o comportamento dos professores dentro de sala de aula.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa Descritiva e Replique. Descritiva porque tem como objetivo a descrição de uma determinada população (alunos do 7º e 8º período dos cursos de Ciências Contábeis das IES de Natal/RN) e replique porque será baseado no questionário da pesquisa "Atributos e prática pedagógica do professor de contabilidade que possui êxito no ambiente universitário: Visão dos acadêmicos", dos autores Celerino e Pereira, publicado no ano de 2008. É também classificada como uma pesquisa bibliográfica, pois terá que reportar a livros, periódicos, e etc., bem como será considerada como uma pesquisa de multicasos, pois serão aplicados questionários nas 10 IES que tem o curso de Ciências Contábeis de modalidade presencial em Natal/RN. A abordagem será qualitativa e quantitativa, terão perguntas abertas e fechadas nos questionários. Os dados serão coletados através de questionários e serão tabulados através do Excel e opiniões dos respondentes.

(RESULTADOS) Espera-se conhecer com esse estudo, a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis da amostra escolhida para que com isso possa investigar o estímulo intelectual, o interesse interpessoal e a motivação dos professores, a fim de buscar um melhor aproveitamento na abordagem do ensino-aprendizagem. Verificar, quanto a prática pedagógica, se os professores são bem conceituados e quais os possíveis pontos negativos, observar a capacidade destes professores em desafiar os alunos, as formas de avaliações e entusiasmo ao ofício de ensinar. Identificar se os problemas e as dificuldades que os alunos estão tendo, deve-se ao perfil, a didática ou a metodologia. Tal identificação poderá solucionar algumas divergências dentro de sala de aula e criar um parâmetro a ser seguido, obtendo-se melhoras no ensino de contabilidade e fazendo com que os alunos se sintam satisfeitos com esses professores. Espera-se que os professores levem a sério a percepção dos alunos e consigam enxergar suas dificuldades para que possam melhorar sua maneira de ensinar.

(CONCLUSÃO) esta em análise

UMA ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO SPED NA EMPRESA COMERCIAL JOSÉ LUCENA LTDA.

Autor(es):

Jardson Miranda de Souza: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Devido ao rápido crescimento dos contribuintes, das operações contábeis e da tecnologia, o fisco viu a necessidade de acompanhar de perto todos os processos realizados pelos contribuintes sendo que os governos ainda não tinham chegado a uma maneira de acompanhar os processos das empresas mais de perto até o surgimento do projeto SPED. Este trabalho teve como objetivo geral analisar as dificuldades da empresa Comercial José Lucena para adesão do projeto SPED. Bem como os custos incorridos neste processo de adesão e mudança das formas de escrituração existentes relatando as reais mudanças que a era digital trouxe aos processos contábeis. Buscou também analisar o impacto na economia do estado do RN através de pesquisa juntos aos órgãos econômicos fiscais com a chegada da EFD.

(METODOLOGIA) Para o estudo do trabalho foi utilizada uma pesquisa de campo entrevista com pessoas envolvidas no processo de implantação e funcionamento do SPED, bem como bibliografias, palestras, seminários, etc. e aplicação de questionário para conhecer experiências vividas na prática, este estudo foi realizado na empresa Comercial José Lucena LTDA. Que atende no ramo de material de construção na cidade de Natal/RN.

(RESULTADOS) Espera-se com este estudo observar as dificuldades da empresa Comercial José Ltda. na implantação do projeto SPED, bem como a capacitação dos envolvidos no processo de implantação, a mudança do perfil do profissional contábil na adaptação das novas tecnologias, os custos incorridos no processo de implantação, fazendo uma análise dos pontos negativos e positivos nos novos métodos de escrituração.

(CONCLUSÃO) Concluindo o trabalho, espera-se que tudo de novo que é desenvolvido e colocado em prática afete de maneira tanto positiva quanto negativa quem estiver submetido a obrigatoriedade imposta tornando necessário um conhecimento que proporcione uma melhor preparação na tentativa de minimizar os pontos negativos e usufruir vantajosamente os positivos, sendo assim os resultados obtidos poderão ajudar na formação do profissionais envolvidos capacitando-os cada vez mais, como também uma melhor estruturação organizacional dentro da empresa Comercial José Lucena Ltda. na adaptação de novas tecnologias e exigências do FISCO.

PROPOSTA DE MODELO DE SISTEMA DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO FUNDAMENTADO NO BALANCED SCORECARD PARA A EMPRESA DM CONTABILIDADE

Autor(es):

Vera Lúcia Malveira de Brito: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A atual era da competitividade da alta performance caracteriza-se pela busca da produtividade a menor custo, em que o tempo é mensurado por resultados, em que todos os processos devem ser planejados e controlados para que as organizações possam existir no mercado. Possuir uma eficaz equipe de tecnologia da informação, de recursos humanos e de gerenciamento, já não basta; necessita-se de eficiência, inovação, mudanças. Deve-se constantemente rever valores, processos, identificar objetivos, oportunidades, formular estratégias, delinear metas, produzir e disseminar no ambiente interno e externo a missão e visão da empresa e, ainda, transformar todos os que fazem parte da empresa em parceiros conhecedores, exploradores e seguidores do plano empresarial. No caso das pequenas empresas, essa necessidade é ainda mais emergencial, visto que tem maior suscetibilidade às instabilidades de mercado e também por sua representatividade para o país, em termos de arrecadação, geração de emprego, renda, diversificação de bens e serviços. O balanced scorecard é uma ferramenta que materializa a visão e a estratégia da empresa por meio de um mapa coerente com objetivos e medidas de desempenho, organizados segundo quatro perspectivas diferentes: financeira, do cliente, dos processos internos e do aprendizado e crescimento. Tais medidas devem ser interligadas para comunicar um pequeno número de temas estratégicos amplos, como o crescimento da empresa, a redução de riscos ou o aumento de produtividade (KAPLAN & NORTON, 1997).

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada neste projeto é de uma pesquisa exploratória e descritiva. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica, sendo a coleta de informações realizada através de dados secundários, a saber em livros, teses, revistas, pesquisas de instituições e sites na Internet como ainda questionários e observações sistêmicas e da vida real na pesquisa de campo será levantada para a investigação deste pesquisa, através do método qualitativo para a análise e interpretação dos dados.

(RESULTADOS) Espera-se com a implementação desta metodologia seja de grande valia para a DM contabilidade, visto que a mesma poderá ter uma melhor excelência em sua gestão e processos de qualidade, proporcionando assim uma maior flexibilidade e segurança nas decisões de negócios e focando seus objetivos estratégicos, considerando suas peculiaridades e limitações.

(CONCLUSÃO) Está em análise

DESPERDÍCIO DE MATÉRIA-PRIMA E OS CUSTOS DE PRODUÇÃO

Autor(es):

Fabijane Karla Barbosa Costa: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os sistemas da sociedade nos levam buscar necessidades produtivas para alimentá-los, quer seja os sistemas: social, cultural, político e econômico. Nos tempos atuais é comum se observar dentro das empresas, até mesmo as de pequeno porte, a preocupação com os custos, quaisquer que sejam suas origens. O desperdício tornou-se uma ferrugem na economia das empresas, muitas vezes não detectado, corroendo as finanças tornando-se impeditivo de outras aplicações necessárias ao melhor investimento. A visão focada nos processos e investimentos da produção garantem os resultados positivos das organizações. Os investimentos propiciam as entradas para os processos e os processos produtivos racionalizados, organizados e bem controlados podem garantir maiores investimentos. À área de custo de produção tem um destaque especial, pois, é ela que gera recursos para o financiamento de todas as organizações quer sejam produtivas ou de serviço de cunho privado ou público. As empresas buscam não apenas custear seus produtos, mas, eficiência na utilização de seus recursos para obter os menores custos de produção. Contudo, no mercado atual reduzir custos é fundamental para que as empresas alcancem vantagem competitiva.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada alinha-se a partir de um estudo teórico sobre: sistema de acumulação de custos (por ordem e por processo), classificação de custos, custo padrão e tipos de custos, sendo desenvolvido um estudo de caso, em uma Pizzaria da Zona Norte De Natal, que se caracteriza pelo foco artesanal na produção de pizza. Tais aspectos serão analisados, em face de apenas 04(quatro) sabores de pizzas sendo eles: mussarella, frango com catupiry, calabresa e Portuguesa, considerando os mais vendidos pela empresa, onde serão feitas a coleta de dados através de medições "in loco" e entrevistas estruturadas conforme a literatura pesquisada. Quanto à abordagem a pesquisa terá enfoque quantitativo e descritivo.

(RESULTADOS) No que se diz respeito aos objetivos expostos, através de uma pesquisa descritiva e exploratória, uma vez que se pretende buscar maiores informações acerca do assunto, que certamente necessita ser explorado e pesquisado para que possa ser mais bem esclarecido.

(CONCLUSÃO) Espera-se chegar à conclusão nesta organização através dos resultados obtidos, de forma muito específica todos os custos envolvidos na produção da pizza, facilitando o preço final ao consumidor e verificando se ocorre desperdício que possa interferir na lucratividade da empresa. Soluções certamente surgirão para uma conscientização maior, do setor, para evitar o desperdício na produção da matéria-prima sem a perda da qualidade, nos transportando para uma situação de racionalização do processo.

IMPACTO PROVOCADO PELOS RESTOS A PAGAR NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO DE 2000 A 2010

Autor(es):

Kirly Fagundes Pergentino: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marise Magaly Queiroz Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Há alguns anos a Administração Pública vem se deparando com os desequilíbrios fiscais, ocasionando o surgimento da conta restos a pagar, que, havendo necessidade está o governante, dentro de algumas condições, amparado legalmente para inscrever em restos a pagar as despesas que foram empenhadas, mas não foram pagas no exercício. No sistema de execução do orçamento brasileiro, a falta de sincronia entre os gastos estatais e os índices de arrecadação, vem alongando um grande volume de despesas que não são pagas nos exercícios em que foram geradas. De acordo com Feijó (2008), “os restos a pagar tem sua origem nos princípios da legalidade da despesa e da anualidade do orçamento público”. De acordo com o Art. 36 da Lei nº 4.320/64, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o encerramento do exercício. A própria lei faz a distinção das despesas a serem consideradas restos a pagar em processados e não processados. É necessário lembrar que no caso dos Restos a Pagar processados, as despesas legalmente empenhadas já tiveram o objeto do empenho recebido, ou seja, são aquelas cujo direito tenha sido considerado líquido e certo, caracterizando-se como compromisso do Poder Público em efetuar os pagamentos devidos. Já os Restos a pagar não Processados, são provenientes de despesas que ainda dependem da entrega, pelo fornecedor, dos bens ou serviços ou, ainda que tal entrega tenha se efetivado, o direito do credor ainda não foi apurado e reconhecido. Para Giacomoni (2007, p. 327) “essas disfunções são potencializadas negativamente pelas práticas, comuns na gestão pública brasileira, de concentrar as liberações financeiras no final do exercício e de produzir grande número de empenhos, visando ao aproveitamento dos créditos”. Em termos normativos, a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 identifica a obediência aos limites e condições da inscrição de despesas em Restos a Pagar quando afirma que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante a obediência a limites e condições no que tange à inscrição de despesas em Restos a Pagar. Assim, busca-se com esta pesquisa identificar o impacto provocado pelos Restos a Pagar na execução orçamentária do governo do Estado do Rio Grande do Norte no período de 2000 a 2010.

(METODOLOGIA) As informações utilizadas para o estudo foram obtidas por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental, a partir de consulta em livros, revistas e pesquisa na Internet, bem como a coleta de dados no Sistema Integrado de Auditoria Informatizada – SIAI do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN, que divulga informações sobre a execução orçamentária e financeira do Estado. Os dados coletados foram armazenados e processados em planilhas de Excel, utilizando-se a metodologia de análise de conteúdo baseada no tema específico abordado no presente trabalho tanto sob o aspecto normativo quanto quantitativo.

(RESULTADOS) Buscou-se abordar quantitativamente a evolução da execução financeira dos valores inscritos em Restos a Pagar, no período de 2000 a 2010, na tentativa de explicitar de forma acadêmica o crescimento dos restos a pagar ao longo dos anos. Ademais, verificou-se que algumas decisões acabam por ferir o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à inscrição de despesas em Restos a Pagar sem suficiente disponibilidade financeira.

(CONCLUSÃO) Em análise

A INFLUÊNCIA DA ADOÇÃO DAS IFRS NO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES: UM ESTUDO NO BRASIL

Autor(es):

Adriana Matias de Melo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

José Emerson Firmino
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A harmonização das normas contábeis é motivo de desejo e de realização para os investidores e pesquisadores, buscando apresentar demonstrações financeiras comparáveis independentes do país que esteja a empresa, gerando informações relevantes para o maior número de usuários da informação. No Brasil, o Comunicado BACEN n.º 14.259/06 e Instrução CVM n.º 457/07 datava o ano de 2010 como base para adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS). Diante desse contexto, da relevância dos serviços realizados pelos auditores independentes e o momento em que passa o Brasil, onde nem todas as empresas estão adotando as normas internacionais de contabilidade, tem-se o seguinte problema de pesquisa: A adoção das normas internacionais de contabilidade influenciou o relatório dos auditores independentes emitidos sobre demonstrações financeiras do exercício 2010? O Objetivo da pesquisa foi verificar se as normas internacionais de contabilidade influenciaram o relatório dos auditores independentes emitidos sobre demonstrações financeiras do exercício 2010.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi um estudo exploratório e quanto aos procedimentos documental, consistindo em avaliar se a adoção das IFRS influenciaram nos relatórios dos auditores independentes emitidos sobre as demonstrações financeiras do exercício 2010. Para isso pesquisou-se nas demonstrações do exercício 2010, das empresas de capital aberto financeira e não financeira, analisando inclusive suas notas explicativas se adoção das normas internacionais de contabilidade influenciaram os relatórios dos auditores independentes.

(RESULTADOS) O resultado demonstrou que os relatórios dos auditores independentes foram alterados devido ao adoção das IFRS, onde as empresas financeiras não adotaram em sua plenitude os CPC's e as não financeiras, como exemplo as incorporadoras que devido a possível conflito no reconhecimento do resultado com base nas normas internacionais influenciaram na emissão do relatório dos auditores.

(CONCLUSÃO) EM ANÁLISE

ASPECTOS INERENTES DO ENSINO DA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO, NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS IES DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Laize Rodrigues de Medeiros: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Daniele da Rocha Carvalho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade nasceu com a civilização e até os dias atuais vem tomando novas dimensões. Com o passar dos tempos essa ciência foi evoluindo de acordo com o desenvolvimento do capitalismo. Com esse desenvolvimento da historia contábil cresceu também o ensino da contabilidade que também vem se renovando e se informatizando com as tendências tecnológicas. Apesar da existência de todas essas tecnologias, ainda hoje se encontram várias deficiências e/ou dificuldades no ensino-aprendizagem. A maior parte das IES, ou talvez quase todas, estão enfrentando dificuldades neste aspecto em diversas disciplinas pertencentes à grade do curso de graduação em ciências contábeis, principalmente naquela que atualiza os profissionais e capacita-os para o atual mercado de trabalho, o estágio supervisionado, sendo esta a que mais exige do aluno, enquanto universitário, pois irá unir à teoria à prática. Em tal disciplina o aluno terá que colocar em prática todo o ensinamento repassado durante o curso, o que abrange um contexto fiscal, trabalhista e contábil. Nos últimos anos houve um aumento significativo no número de cursos de ciências contábeis no mundo. De acordo com o E-mec (2011) no Rio Grande do Norte existem 25 instituições, entre privadas e públicas, que oferecem o curso de ciências contábeis presenciais, sendo 18 delas localizadas em Natal/RN. Dessa forma o presente estudo tem como objetivo geral conhecer e analisar as condições do ensino da disciplina estágio supervisionado, no curso de Ciências Contábeis, no Estado do Rio Grande do Norte, tendo que percorrer os seguintes caminhos: identificar na visão do docente a carga horária da disciplina, estrutura do laboratório, quantidade de semestres que é desenvolvido o estágio, software utilizado, verificar metodologia e didática utilizada pelo professor e verificar a experiência do professor na área de contabilidade fora da instituição. Na visão do discente será identificado o ambiente de estudo, suporte e acompanhamento do software utilizado, aulas de revisão, carga horária compatível com o nível de trabalho, bem como outros aspectos pertinentes.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa se trata de uma pesquisa descritiva, pois apontará a opinião da população selecionada, docentes e discentes das IES do Rio Grande do Norte, como evidência comprobatória para demonstrar conclusões. Também se caracteriza como uma pesquisa exploratória, pois nunca antes foi realizada uma pesquisa sobre as dificuldades na visão dos docentes e discentes, quanto a disciplina de estágio supervisionado. Quanto aos procedimentos o estudo é uma pesquisa de campo onde serão aplicados questionários. Quanto ao objeto a pesquisa será de cunho bibliográfico, pois terá que se basear em diversos pontos retirados de livros e teses para produzir o referencial teórico. A pesquisa também é classificada como um estudo de multicasos, onde serão analisados aspectos de várias IES no estado do Rio Grande do Norte. E no que tange a abordagem a pesquisa será de cunho quantitativo, quando pois se utilizará de estatística para a análise dos dados e qualitativo quando for feita as análises das perguntas abertas.

(RESULTADOS) Espera-se com essa pesquisa analisar os aspectos inerentes do ensino na disciplina estágio supervisionado, no curso de graduação de ciências contábeis, no Estado do Rio Grande do Norte, identificando aspectos inerentes ao estágio supervisionado, bem como pontos fortes e fracos de cada instituição no ministrar desta disciplina, para que possa trazer contribuições tanto para o docente quanto discente nos aspectos de ensino-aprendizagem, buscar também parâmetros para sugestão de um modelo, já que o MEC exige tal disciplina nas grades dos cursos, porém não oferece sugestões de como executá-la.

(CONCLUSÃO) Ainda em análise.

GESTÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS EM UMA CORRETORA DE SEGUROS EM NATAL.

Autor(es):

Kelly Simone da Costa Monteiro: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A gestão financeira é uma das tradicionais áreas funcionais da gestão, encontrada em qualquer organização e à qual cabem as análises, decisões e atuações relacionadas com os meios financeiros necessários à atividade da organização. Desta forma, a função financeira integra todas as tarefas ligadas à obtenção, utilização e controle de recursos financeiros de forma a garantir, por um lado, a estabilidade das operações da organização e, por outro a rentabilidade. A gestão financeira é uma ferramenta administrativa que planeja, analisa e controla dados contábeis como, por exemplo: Fluxos de caixa, Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), auxilia na tomada de decisão gerencia o capital de giro, seleciona implementa e acompanha novos negócios e maximiza as atividades econômicas e financeiras obtidas por esses dados contábeis a partir desse evento cria estratégias para obter vantagens competitivas no mercado.

(METODOLOGIA) O trabalho foi fundamentado em pesquisa de livros, revistas, artigos e internet, tendo como tipos de pesquisa bibliográfica, quantitativa, descritiva e estudo de caso. Segundo Vergara (2006,p.47) a pesquisa descrita “ expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”; que vai ser analisado na empresa como o gestor cria estratégias para que a gestão financeira seja de fácil interpretação e simples. Para Lakatos e Marconi (2001,p. 183) “ a pesquisa bibliográfica determina as fontes do documento, as bibliografias variam, fornecendo aos pesquisadores diversos dados e exigindo manipulação e procedimentos diferentes”. A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base no material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

(RESULTADOS) Foi realizada a apresentação dos dados obtidos através da pesquisa, bem como a análise de forma qualitativa no que diz a respeito à situação econômico-financeira da empresa e as possíveis soluções para melhorar a sua gestão financeira relacionados aos índices financeiros. Os índices de atividade foram usados para medir a rapidez com que várias contas são convertidas em caixa. A liquidez global indica o quanto a empresa dispõe em bens e direitos de curto e longo prazo para pagar cada real de dívidas totais (curto e longo prazo) com terceiros (passivo exigível). Oferece a mesma indicação da liquidez corrente, considerando também os ativos e passivos em longo prazo.

(CONCLUSÃO) Pode concluir que a Análise das Demonstrações Financeiras é de fundamental e importância para as pretensões das empresas que estão operando no mercado atualmente, sobretudo no que diz a respeito à gestão financeira que com a concorrência e a globalização necessita ser cada vez mais eficiente e atualizada. Em análise aos dados obtidos, a partir das Demonstrações Financeiras, notou-se que a empresa se encontra em uma situação econômico-financeira confortável e poderá utilizar os indicadores para amenizar os riscos tanto na estratégia como na tomada de decisão. Entretanto apesar de encontrar-se em uma situação confortável a gestão financeira da empresa não utiliza os índices econômico-financeiros como instrumento fundamental na tomada de decisão que é muito importante nesse mercado globalizado e com a alta concorrência. Além disto a análise dos indicadores financeiros é uma ótima ferramenta para ser usada pelo gestor no controle interno da empresa. Portanto, com base nos dados obtidos pode-se concluir que a empresa possui a visão de gestão financeira de forma global, entretanto para sobreviver com suas atividades a empresa necessita cada vez mais de uma boa administração.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: A INFLUÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA CRM NA GESTÃO FINANCEIRA NO SETOR DE CONTAS A RECEBER DAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO.

Autor(es):

Joelma Silva Guimarães: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Maria Cybelle Sousa da Silva Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Terezinha Rodrigues Fernandes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Francisca Ledice Rodrigues: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo tem por objetivo a análise na implantação e utilização de um sistema de CRM na gestão financeira no setor de contas a receber das empresas: um estudo de caso. O tema Tecnologia da informação foi escolhido por estar inter-relacionado com o desempenho operacional das empresas, no que se refere a utilização de sistemas operacionais. A sociedade atual é marcada pela era da tecnologia da informação. Os sistemas de gerenciamento ou softwares desenvolvidos para gerir, controlar e coletar informações ligadas ao segmento empresarial estão presentes nos diversos setores do mercado. As organizações de qualquer tipo ou tamanho para competir em escala global, devem possuir tecnologia de informação (TI) moderna e saber aplicá-las de forma eficiente, o que lhes proporcionará uma integração de toda sua estrutura a fim de perceber e agir de forma rápida e objetiva aos acontecimentos externos que intervêm na organização em todos os níveis. O uso de softwares destinados à gestão empresarial, proporciona a integração de recursos organizacionais, possibilitando uma tomada de decisão rápida em resposta as constantes mudanças do cenário global. Esses softwares conhecidos como ERP (do inglês, enterprise resource planning - ERP - Planejamento de Recursos Empresariais), tratam-se de sistemas centralizados capazes de integrar todos os departamentos e funções, unificando as informações que possam atender todas as necessidades da organização.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa descritiva e o método de abordagem o exploratório. Embora o foco da pesquisa seja o estudo de caso da Empresa, os procedimentos técnicos para realizá-la foi uma pesquisa bibliográfica, que teve como fonte de levantamento documentação sobre CRM, ERP, Marketing, Marketing de Relacionamento e por fim administração financeira, vindo assim a analisar o tema de forma acadêmica. A empresa passou a utilizar em 2008 o software de gestão integrada SIAC da Softhouse Alterdata Software que é uma solução de ERP integrada a um módulo CRM. Os dados primários foram coletados através de entrevistas não estruturadas e um questionário, ambos realizados com a gerente financeira e responsável direta pela implantação do sistema ERP e CRM na empresa. As questões abordaram as práticas adotadas pela empresa no gerenciamento dos clientes, além dos aspectos relativos à gestão do conhecimento organizacional.

(RESULTADOS) O estudo objetivou identificar: quais as causas que levaram a empresa a implantar os sistemas de CRM e ERP; quais os benefícios alcançados após a implementação dos sistemas; quais as dificuldades enfrentadas pela empresa para implantação do sistema e como foi efetuada a capacitação dos colaboradores necessárias para operacionalizar os sistemas.

(CONCLUSÃO) A padronização no setor financeiro via CRM, possibilitou melhor controle da inadimplência, por meio de renegociações de títulos e atualização da situação administrativa, obteve-se uma análise e gestão dos dados coletados, proporcionando a empresa a viabilização de condições específicas para cada cliente específico. O setor financeiro da empresa passou a conhecer melhor o seu cliente e desta forma gerar uma linha de crédito mais consciente e personalizada, foi possível constatar o declínio e estabilizar a inadimplência em função de ações tomadas a partir das informações do CRM como a implantação do limite de crédito por parcelas e total. Com base no estudo de caso apresentado, podemos constatar que a empresa obteve resultados positivos após a implantação do sistema CRM no setor financeiro, refletindo beneficemente no desempenho global da organização. Obtendo resultados significativos como: controle de inadimplência com base nos conceitos e critérios do marketing de relacionamento conhecimento melhor do cliente facilitado a cobrança. Permitiu um faturamento mais saudável através de uma liberação de crédito mais consciente.

PERFIL DOS ESTUDANTES DA FARN BENEFICIADOS COM O PROUNI E COM O FIES: A MASSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Autor(es):

Jean Wagner Gonçalves Dantas: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) É notadamente observado que, nacionalmente, o ensino público é deficitário, formando alunos despreparados para o dia-a-dia e desafios da vida adulta. Neste cenário, o mercado de trabalho se desenvolve em níveis superiores aos da nossa educação fundamental, exigindo formação específica e graduação de ensino superior em diversas áreas do conhecimento. É sabido que o Governo Federal disponibiliza, a estudantes da classe baixa e média, benefícios educacionais através do PROUNI, tendo por finalidade conceder bolsas de estudo gratuitas integrais (100%) e parciais (25% ou 50%), e do FIES, desde que o valor do comprometimento da renda familiar per capita, sobre o valor do curso, ultrapasse 20%, a fim de suprir as demandas educacionais da Nação. Observa-se uma inversão de papéis na sociedade estudantil, onde os mais bem preparados, provenientes das escolas particulares ingressam nas IES públicas, enquanto que, os menos preparados, provenientes das escolas públicas estão tomando as salas de aulas de IES privadas. Face ao exposto, elabora-se o seguinte problema que norteará o desenvolvimento dessa pesquisa: qual o perfil dos estudantes de ensino superior que se utilizam do ProUni e do FIES na FARN? Objetivo geral: Identificar o perfil dos estudantes da FARN beneficiários do ProUni e do FIES, como parte da massificação do ensino superior privado através dos programas educacionais Federais. Objetivos específicos: Identificar a origem educacional dos alunos ingressantes na Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN - FARN; Verificar os benefícios educacionais utilizados por estes alunos; Verificar qual o gênero que mais utiliza os benefícios federais; e Verificar faixa de renda das famílias dos alunos.

(METODOLOGIA) Primeiramente foi desenvolvida uma pesquisa empírica, com o intuito de nortear os objetivos deste projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Estão mensuradas com essa pesquisa as bases para a justificação da aplicabilidade deste trabalho acadêmico. Levando em consideração o exposto, através de uma pesquisa descritiva, foi elaborado um questionário para elucidar a questão problema do trabalho. Questionário este aplicado junto aos estudantes da FARN.

(RESULTADOS) Foi verificado que: o gênero predominante dentre os alunos do 1º e 4º ano, do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FARN, é o gênero feminino sendo 67% no 1º ano e 71% no 4º ano; os alunos do 1º ano são originários da rede pública de ensino, sendo esse número de 60%, e havendo um equilíbrio entre os alunos do 4º ano, onde 51% são provenientes da rede privada de ensino; o número de alunos que são beneficiários dos programas do governo federal, representam apenas 25% para o 1º ano e 26% para o 2º ano.

(CONCLUSÃO) Analisando os dados coletados, verificou-se que há uma massificação no ensino superior não pelo alcance dos benefícios do governo, porém, por uma mudança observada no mercado de trabalho que cada vez mais exige que os profissionais tenham formação superior; verificou-se também o excessivo número de mulheres ingressantes no ensino superior, que pode ser explicado por uma cultura mercadológica em que as mulheres sempre ganham menos que os homens e se faz necessário investir mais em sua educação profissional.

"O ENSINO DA DISCIPLINA DE CONTROLADORIA NAS IES NORDESTINAS"

Autor(es):

Osiana Rodrigues das Chagas: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Controladoria é um processo de controle de informações que permite fornecer uma ampla visão dinâmica e econômica aos gestores de uma organização, suprindo as necessidades informativas operacionais, econômicas e financeiras necessárias para desenvolver uma metodologia de trabalho útil a tomada de decisão. Segundo Mosimann (1993), a controladoria pode ser conceituada com um conjunto de princípios, procedimentos e métodos das Ciências da Administração, Economia, Psicologia, Estatística, e principalmente da Contabilidade, que se ocupam da gestão econômica das empresas, com o fim de orientá-las para a eficácia. Diante de um cenário econômico de constantes mutações, a contabilidade vem evoluindo auxiliando no processo organizacional das empresas e se adaptando a novas mudanças e adaptações necessárias para acompanhar o desenvolvimento mundial. Tendo em vista as inúmeras necessidades organizacionais, as Instituições de Ensino Superior – IES aderem à disciplina de Controladoria como parte integrante da grade curricular do curso de Ciências Contábeis por entender a importância da capacitação dos profissionais da área contábil, adotando uma orientação pedagógica coerente, aperfeiçoando-os para a exploração de novos mercados, novas tecnologias, possibilidades de crescimento e inovações e práticas gerenciais existentes. O fato é que a ementa dessa disciplina não segue uma padronização a ser aplicada ao curso de Ciências Contábeis. Pensando nisso, vamos fazer uma pesquisa entre cinco estados do Nordeste identificando e analisando o conteúdo aplicado no ensino da disciplina de Controladoria num total de 97 Instituições de Ensino Superior – IES. Assim o desta pesquisa é identificar os conteúdos abordados no ensino da disciplina de Controladoria nos cursos de Ciências Contábeis as Instituições de Nível Superior – IES dos estados de Alagoas, Maranhão, Ceará, Piauí e Pernambuco.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada classifica-se como um estudo de caso com uma pesquisa não-experimental exploratória descritiva, o levantamento bibliográfico fez-se através de livros, revistas e pesquisa da Internet, que após a leitura foram fichados e resumidos para análise. Segundo Richardson (1999, p. 80) descreve que os estudos empregados na pesquisa qualitativa contemplam as seqüências das tipologias de pesquisas quanto à abordagem do problema, se aprofundando no tema estudado, pois na contabilidade lidamos com número tornando uma ciência social e não uma ciência exata, sendo de grande relevância o uso dessa abordagem sendo primordial no aprofundamento de questões relacionadas ao desenvolvimento da contabilidade, seja no âmbito teórico ou prático uma grande relevância ao assunto que será abordado neste trabalho. A população desta pesquisa abrange 97 Instituições de Ensino Superior – IES do Nordeste do Brasil relativas aos estados de Alagoas, Maranhão, Ceará, Piauí e Pernambuco, possuidoras do curso superior de graduação de Ciências Contábeis e devidamente reconhecidas pelo MEC. A pesquisa abrangerá todos os cursos de bacharelado em Ciências Contábeis das IES localizadas nos Estados de Alagoas, Maranhão, Ceará, Piauí e Pernambuco.

(RESULTADOS) Portanto podemos de início concluir a importância da disciplina de controladoria nas Instituições de Ensino Superior, de forma que essas instituições devam preocupa-se com o ensino desses profissionais que serão entregues no mercado. De forma que a mesma torne-se mais visível como disseminação de uma ferramenta no processo de gestão demonstrando assim a obrigatoriedade no ensino superior, onde podemos perceber que a Contabilidade e controladoria interagem-se e tornam um elo entre o patrimônio e a gestão.

(CONCLUSÃO) Em análise.

O PAPEL DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO CONTROLE SOCIAL PARA O COMBATE DA CORRUPÇÃO

Autor(es):

Terezinha Rodrigues Fernandes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marise Magaly Queiroz Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) O estudo tem por objetivo a análise do papel da lei de responsabilidade fiscal no controle social para o combate da corrupção. Ao administrador público cabe bem gerenciar os recursos obtidos do contribuinte na realização das atividades que lhes competem. Assim, ações que impliquem, por desconhecimento ou por interesse particular, administrar esses recursos sem respeitar à legislação, só podem facilitar desperdícios e corrupções. A lei é um código de conduta para os administradores públicos que, impõe regras e limites, exigindo um maior planejamento e transparência no gerenciamento das contas públicas. Objetivando obrigar os gestores públicos a pensarem antes de agir. A lei trouxe mudanças na maneira de administrar o poder público, ela trás novas regras para administração pública, controla os gastos onde impede que o Estado gaste mais do que arrecada. Manter o equilíbrio das contas públicas, obedecer a limites de gastos, planejar antes de agir para identificar as prioridades da sociedade e sobre tudo manter a transparência na gestão da Administração Pública com incentivo a participação popular, são princípios da LRF. O controle das contas públicas por parte da população é de grande relevância no processo de combate a corrupção no Estado, sobretudo se adotar uma posição pró-ativa no acompanhamento da gestão pública. Entender o papel da Lei de Responsabilidade Fiscal no Controle Social para o combate da corrupção é o objetivo deste trabalho. Com o objetivo geral Identificar o papel da Lei de Responsabilidade Fiscal no Controle Social para o combate a corrupção.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A presente pesquisa trata-se de um estudo do tipo descritivo, o qual será desenvolvido a partir de levantamento de publicações científicas em bases de dados na internet, além de literatura específica relacionada com o tema em questão. Portanto, a pesquisa bibliográfica consiste segundo Gonçalves (2005, p. 59) naquela que é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) O estudo objetiva identificar: A necessidade de compreender a Lei de Responsabilidade Fiscal. A LRF enfatiza a ação planejada e transparente a Administração Pública, assim a transparência será alcançada através do conhecimento e da participação da sociedade na ampla publicidade que deve cercar todos os atos e fatos ligados à arrecadação de receita e a realização das despesas pelo poder público.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) A pesquisa ainda se encontra na fase de coleta dos dados.

ABORDAGENS NA ANÁLISE DE CRÉDITO : UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Autor(es):

Thiago Rodrigo de Moraes Pinheiro: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) O processo de análise de crédito é corriqueiramente utilizado pelas empresas de cartões de crédito, as quais traçam o perfil e aplicam as devidas formas de analisar o risco e conceder crédito aos seus clientes a partir de determinadas informações cadastrais dos próprios clientes, tais como: renda pessoal familiar ou de cônjuges, bens e imóveis, idade, profissão, nível de escolaridade, dentre outras. No entanto, percebe-se que atualmente as empresas de cartões têm facilitado a forma de conceder crédito aos usuários, isto é, os limites, muitas vezes, não condizem com a renda do cliente. Com isso, cresce a possibilidade de que um grande número de clientes com essas características se torne inadimplentes, gerando assim, dificuldades aos credores. Dentre os fatores que contribuíram para o aumento de crédito, destacam-se: o crescimento do emprego formal, aumento da renda, ascensão de brasileiros das classes D e E para classe C e estabilidade econômica. Prova disto é a forma como vem crescendo o número de usuários do plástico nos últimos 10 anos. De acordo com dados da ABECs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) em 2000 havia em circulação 28,46 milhões de cartões de crédito no Brasil, número bem inferior aos 153,37 milhões de cartões de 2010.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) Procedeu-se uma pesquisa bibliográfica acerca do tema Análise de Crédito nas Operações de Crédito, essencialmente fundamentada em obras de autores como Rubens Silva Filinto: A Análise de Crédito (Editora Campo Grande, Hedge 2004) e Gilson Alves Oliveira e Marcelo Marques Pacheco: Mercado Financeiro (Editora Fundamento, 2006). Além disso irá realizar-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva. Contendo 12 questões e será aplicada aos 40 alunos do quarto ano de Ciências Contábeis da FARN.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Com base nos números apresentados nos últimos anos pelas empresas de Cartões de Crédito, crescimento anual em média 20%. A utilização constante do cartão, se tornando em alguns casos, parte da renda do usuário. Neste ponto entra a importância de fazer uma análise de crédito mais profunda para evitar conceder crédito sem está compatível com as condições do tomador.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Através da pesquisa que esta sendo realizada, espera-se constatar o aumento considerável do uso de cartão de crédito. A substituição de talões de cheque pelo plástico, a disparidade entre renda e limite concedido, como também o número mínimo de até três cartões por pessoa. E como fator mais relevante para este desenvolvimento, está o aumento de renda da população e fortalecimento da economia. Que impactaram diretamente na alta da oferta de crédito.

GESTÃO DE INVESTIMENTO: UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FARN.

Autor(es):

Cecilia Chaves da Costa: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Investir significa tomar decisão agora com intuito de obter uma série de benefícios futuro, mas para isso deve-se ter disciplina, persistência e foco nos objetivos, independente das preferências e necessidade do investidor. Para se obter sucesso e alcançar os objetivos estabelecidos é fundamental que o investidor conheça as premissas que fazem parte do processo de investimento. Primeiramente conhecer as suas próprias necessidades, pois cada investidor possui suas próprias limitações, seu próprio planejamento financeiro e a sua tolerância aos mais variados riscos, sem falar nos mais diversos objetivos. Outra etapa do processo de investimento é a escolha do tipo de investimento que será feito levando em consideração a evolução do dinheiro no tempo, o possível benefício decorrente da liquidez esperada, ou seja, o retorno e o grau de risco associado a ele. Por último, avaliar de fato o desempenho da carteira escolhida pelo investidor. Avaliação de risco é o componente mais importante dentro desse processo, avaliá-lo requer uma análise cuidadosa com o intuito de minimizar perdas e assegurar o retorno esperado. Mas vale salientar que a relação risco retorno é inversamente proporcional, pois quanto maior o risco de um investimento maior poderá ser seu retorno ou perda. O presente trabalho tem como objeto de análise o próprio investidor que neste caso é o corpo docente do curso de ciências contábeis da FARN.

(METODOLOGIA) Foi feita uma revisão bibliográfica do tema Gestão de Investimentos. Será realizada uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva. A coleta de dados será feita através de aplicação de questionários com os professores, com perguntas abertas e fechadas. Os dados serão tratados de duas formas, uma pelo método quantitativo e a outra pelo método qualitativo. O primeiro será tratado através de tabulação feita com o uso do Excel, o segundo por meio de respostas obtidas em entrevistas.

(RESULTADOS) Pressumi-se que a maioria dos professores tem renda pessoal acima de 12 salários mínimos e destina a maior parte desta para seu orçamento doméstico com despesas como combustível, mensalidade escolar, condomínio etc. Acredita-se que o investimento mais atrativo para a maioria será o de renda fixa visando manter o padrão de vida após aposentadoria e estima-se que o principal critério utilizado no momento de investir será o de avaliar as necessidades familiar.

(CONCLUSÃO) Conforme o levantamento de dados que será realizado estima-se que os professores do curso de Ciência Contábeis da FARN se enquadrarão como investidores conservadores, por terem na segurança o ponto principal na hora de decidirem fazer suas aplicações. Esta pesquisa mostrar-se-á relevante no sentido de despertar nos professores a cultura de investimentos, pois a tranquilidade financeira pode ser conquistada por todos, dentro das possibilidades de cada um. Caso os professores gerenciem melhor sua renda através de medidas simples como a mudança nos hábitos de consumo, por exemplo, implicará em melhorias como a realizarem investimentos mais adequados e isso poderá fazer toda a diferença no futuro e na conquista de seus objetivos financeiros.

MICROCRÉDITO COMO AGENTE DE ALAVANCAGEM PRA O EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Autor(es):

Adriene Carvalho Duarte: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: FARN

Marcio Carvalho de Brito

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O microcrédito é de fundamental importância para acompanhar o crescimento do mercado e das organizações, buscando crescimento e tornando-se mais competitivas no mercado financeiro. Desta forma, a função do microcrédito integra todo o mercado informal. A ampliação do microcrédito do país está vinculada a programas específicos oferecidos pelos bancos, ONGS, banco do povo, cooperativas de crédito e instituições formadas por parcerias governamentais. Com o resultado apresentado nos últimos anos, surgiu a formalização do empreendedor individual tendo custo baixo e futuro garantido incentivando o acompanhamento mensal das receitas e despesas facilitando em seu orçamento.

(METODOLOGIA) O trabalho foi fundamentado em pesquisa de livros, revistas, artigos e internet, tendo como tipos de pesquisa bibliográfica, quantitativa, descritiva e estudo de caso. Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183) “a pesquisa bibliográfica determina as fontes do documento, as bibliografias variam, fornecendo aos pesquisadores diversos dados e exigindo manipulação e procedimentos diferentes”. A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base no material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

(RESULTADOS) Foi analisado a apresentação dos dados obtidos através da pesquisa, dando ênfase no que diz respeito à situação econômico-financeira da empresa e as possíveis soluções para melhorar a sua gestão financeira relacionados aos índices financeiros. O seu faturamento tem aumentando gradativamente nos últimos 6 meses que foram superior ao ano anterior. Os benefícios adquiridos estão gerando satisfação em ambas as partes tanto cliente como nos comerciantes.

(CONCLUSÃO) Foi observado que os resultados alcançados após a formalização e a orientação oferecida pelo microcrédito sejam superiores ao que a empresa apresentava no decorrer de sua existência. Tendo a oportunidade de comprar suas mercadorias à vista, podendo ter preço baixo na hora da compra, evitando outras formas de crédito. Portanto contribuir para empresas em seu crescimento e desenvolvimento no país e de servirem de suporte na amortização do desemprego, ou seja, construir uma alternativa de ocupação e renda. É muito importante que as empresas trabalhem com qualidade buscando melhoria com os parlamentares para garantir a aprovação do projeto de lei complementar 591 que prevê elevação no teto de faturamento do empreendedor individual de R\$ 36 mil por R\$48 mil por ano para aumentar a quantidade de brasileiros beneficiados com o EI.

CONTROLES INTERNOS – ANÁLISE DE CONFORMIDADE DOS PROCESSOS DE ESTOQUE: ESTUDO DE CASO DA OTICA ALVES LTDA, EM NATAL/RN

Autor(es):

Ruth Lenny Oliveira de Almeida: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No mundo global atual toda empresa busca eficiência e qualidade nos processos de suas atividades, principalmente quando há conseqüências advindas de situações causadas justamente pela falta desses requisitos. O controle oportuno e eficaz permite estabelecer oportunidades de sobrevivências a proteção a seus ativos, evitando ameaças e riscos vitais à saúde econômica financeira da empresa. Para Almeida (1996, p.50), “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”. De acordo com Floriano; Lozecky (2008), A função do controle está intimamente ligada às demais funções do processo administrativo. O planejamento, a organização e a direção repercutem intensamente nas atividades de controle da ação empresarial, propiciando a mensuração e a avaliação dos resultados da ação empresarial, obtidas através do planejamento, da organização e da direção. O controle interno é uma ferramenta primordial para os gestores, pois através dela se avalia como se encontra a situação da empresa como um todo. A auditoria entra como apoio ao controle interno, pois com os procedimentos lançados, é preciso que haja sempre uma fiscalização se os procedimentos implantados estão sendo seguidos corretamente pelos colaboradores da empresa, para que não haja erros nas informações e atrapalhem na tomada de decisões dos gestores. Assim o objetivo desta pesquisa é investigar se os controles internos da empresa em estudo, implantados nos departamentos específicos são suficientes para evitar erros e possíveis fraudes operacionais

(METODOLOGIA) A metodologia a ser abordada no presente estudo de caso constitui-se do tipo descritivas e empírica. Contribuindo Beuren (2004, p.67): afirma que “a metodologia da pesquisa é definida com base no problema formulado [...]”.O enfoque da pesquisa será descritivo e exploratório.A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. (VERGARA, 2000, p.47). Para realizar a pesquisa foram feitas pesquisas em sites e livros, artigos científicos dentro outros, as informações necessárias foram disponibilizadas pela empresa em questão. Primeiramente foram analisados os documentos e procedimentos em cada setor auditado (estoque) segundo foi realizado um questionário analisando os pontos primordiais para se entender se os procedimentos implantados pela empresa estão sendo seguidos pelos colaboradores, segundo será implantado o método do estudo em questão para verificar se os resultados obtidos terão êxito

(RESULTADOS) Espera-se como resultados que fique evidente a importância das organizações de um modo geral, e principalmente a organização em estudo, de possuírem um sistema de controle interno eficiente e eficaz, visto que a empresa que hoje estiver mais e de certa forma mais organizada, ela se destacar em termos de competitividade perante seus concorrentes e com certeza terá mais chance de sucesso nos negócios. Assim podemos ver que além da avaliação do sistema de controle interno da empresa em questão, é muito importante a análise e sugestões no sentido de buscar cada vez mais a eficiência nos processos para que auxilie de maneira eficaz a alta administração da empresa nas tomadas de decisões

(CONCLUSÃO) Em análise.

ORÇAMENTO FAMILIAR: AVALIAÇÃO DA GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FARN

Autor(es):

Rafael Farias de Souza: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A ideia de criação de cursos de economia doméstica no Brasil só surgiu no ano de 1945, após a “III conferencia interamericana de agricultura”, realizada em Caracas. Em decorrência da necessidade pessoal técnico para orientar o agricultor e sua família sobre as formas e os melhores métodos de administração doméstica e de aproveitamento de produtos rurais. Entretanto, mesmo havendo escolas para tratar sobre o assunto de economia doméstica, o governo não se preocupava em saber como andava o orçamento familiar dos brasileiros. Apenas na década de 70, foram realizadas as primeiras pesquisas de orçamento familiar. Estas aconteceram entre 1974 e 1975 realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominando-se de Estudo Nacional de Despesa Familiar, objetivando delinear um perfil do consumo da família brasileira independente de seus rendimentos. Em face da necessidade de um controle orçamentário dos gastos domésticos, capaz de prevenir futuros problemas financeiros, e conseqüentemente propiciar estabilidade das finanças presentes. Tendo em vista que a maioria dos problemas financeiros de uma família é em decorrência da má administração das finanças domésticas.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema “Orçamento Familiar”, essencialmente fundamentada em obras de autores como: Luís Carlos Ewald: Lições de Economia doméstica (Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008), Antônio Carlos Gil: Métodos e Técnicas de pesquisa social (Ed. Atlas, São Paulo, 1995), Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi: Fundamento de Metodologia Científica (Ed. Atlas, São Paulo, 2001). Além disso, realizou-se uma pesquisa exploratória descritiva. No que concerne a coleta de dados, foram aplicados 50 questionários de um universo de 70 alunos, com perguntas abertas e fechadas, junto aos alunos de Ciências Contábeis da FARN 2011. Os dados foram tratados quantitativamente através de tabulação simples, com uso do Excel e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se que a maioria (80% dos alunos) não tem nenhum tipo de controle orçamentário pessoal. Boa parte dos entrevistados também conseguiu identificar desperdícios com lazer, viagens, refeições em restaurantes e vestuário realizados corriqueiramente acarretando em alto nível de débitos no orçamento, forçando a necessidade de adquirir empréstimos ou outros tipos de financiamentos bancários. Percebe-se então que se houvesse algum tipo de planejamento dos gastos pessoais, esta situação poderia ser evitada.

(CONCLUSÃO) Diante do levantamento de dados realizado, constatou-se que os alunos de Ciências contábeis da FARN 2011, não apresentam nenhum tipo de controle familiar realmente eficiente, apesar de ter grande parte da renda comprometida com despesas domésticas, não deixam de gastar com supérfluos. Conclui-se então que a utilização das ferramentas de controle orçamentários estudados torna-se bastante necessário para propiciar uma estabilidade financeira.

TIPOS DE RISCOS ENFRENTADOS PELAS MPE'S: UM ESTUDO DE CASO NA PRIME CONSULTORIA EM MULTIRISCOS S/S LTDA.

Autor(es):

Denise Cristina da Silva Albuquerque: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As micro e pequenas empresas respondem pela grande maioria das unidades produtivas criadas anualmente. Em contrapartida, elas declaram falência quando mal chegam aos dois anos de existência. Um dos desafios enfrentados é a gestão de risco. Esses que variam de acordo com cada mercado e decorrentes de variáveis como: clientes, ramo de atividade, necessidade de investimento, tecnologia, colaboradores, parceiros, competências e habilidades do empresário. Para Gitman e Joehnk(2005,p.121), Risco é a probabilidade de o retorno real de um investimento diferir do esperado, onde o risco associado a um investimento está diretamente relacionado ao seu retorno esperado. baseando-se nessa linha de raciocínio os riscos podem ser divididos em três grandes grupos: risco financeiro, operacionais e estratégicos

(METODOLOGIA) A pesquisa a ser desenvolvida proporcionará a demonstração de diferenças numéricas entre as micro empresas, principalmente no que tange as variáveis dos riscos enfrentados por elas. Lakatos Marconi (2001, p.93) denominam “a mudança quantitativa o simples aumento ou diminuição de quantidade. Por sua vez, a mudança qualitativa seria a passagem de uma qualidade ou de um estado para o outro”. A pesquisa a ser desenvolvida pode ser caracterizada como um estudo de caso, em uma perspectiva “interpretativa e objetiva”. A coleta de dados será feita através de questionário, que consiste em respostas e perguntas aos gestores, onde será utilizado um roteiro mínimo, buscando melhor aproveitar a flexibilidade que a entrevista possui em relação ao questionário

(RESULTADOS) Através de dados obtidos preliminarmente em questionário aplicado, a empresa concorda em parte com o gerenciamento de risco na estratégia e na tomada de decisão, se encontra em desenvolvimento um gerenciamento de riscos como parte integrante da agenda de seus gestores, a mesma concorda em partes com dificuldades na realização do orçamento e no controle dos custos, também foi levantado a importância de relatórios gerenciais para facilitar a identificação, monitoramento e redução dos mesmos.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que os riscos enfrentados pelas micro e pequenas empresas levanta aspectos relevantes com relação aos riscos que destroem valor nos negócios, portanto torna-se relevante o estudo do gerenciamento de riscos envolvidos no processo de tomada de decisão. Resultando numa ferramenta relevante na redução de riscos nas MPE'S desde que incorpore para que as organizações estejam orientadas aos seus riscos que destroem valor, criando ferramentas que impactem na sua eliminação, tendo como consequência direta a busca da competitividade com eficiência e eficácia, alinhados aos objetivos estratégicos da organização.

PERFIL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA IES DA REGIÃO METROPOLITANA DO NATAL

Autor(es):

Robson Rafael de Freitas Filho: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade é uma atividade que se fundamenta em princípios de profissionalismo, ética, leis entre outras normas decorrentes das relações sociais entre pessoas que compõem as empresas e instituições em geral. De acordo com Sá (2006, p. 136): A profissão contábil consiste em um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento de deveres sociais, legais, econômicos, tão como a tomada de decisões administrativas, além de servir de instrumentação histórica da vida da riqueza. Ao analisar o conceito que engloba a contabilidade, bem como o que ela exige de seus “profissionais” perceberemos, portanto, a preocupação em rever como os alunos estão saindo dos bancos universitários e estão chegando ao mercado de trabalho que a cada dia torna-se mais competitivo e avassalador. Nessa perspectiva de tomar conhecimento de como estão chegando esses profissionais recém formados no mercado de trabalho, o presente projeto objetiva fazer um estudo do perfil dos discentes do curso de Ciências Contábeis das IES da Região Metropolitana do Natal. Para delimitar o tema serão escolhidas as IES da rede particular como foco de estudo e para poder comparar serão também pesquisadas as redes públicas, contudo, será levado em consideração o pequeno número das IES públicas, como impedimento ao desenvolvimento amplo da pesquisa.

(METODOLOGIA) A caracterização dos sujeitos da pesquisa se compôs na delimitação de análise das IES da rede particular de ensino, a partir dos métodos de estudo das pesquisas em campo e bibliográficas, tendo como base diversas correlações com a teoria e a prática de um estudo interpretativo e analítico. De acordo com os dados já obtidos e os que se pretende obter, a pesquisa tem caráter quali-quantitativa, que segundo Martins (2000, p. 30) “se constitui na busca de maiores informações sobre o assunto com a finalidade de formular problemas e hipóteses”. Para que, através da pesquisa se possa compreender o perfil dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis ministrados por essas faculdades.

(RESULTADOS) O estudo buscará mostrar o perfil dos alunos das IES da rede particular na Região Metropolitana do Natal/RN. Pretendo assim, através do mesmo auxiliar a reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dessas Instituições de Ensino, para que a partir desse ponto passem a ser elaborados de acordo com as necessidades dos alunos que estão ingressando nas faculdades de Ciências Contábeis e apresentem resultados significativos para os que estão saindo. Conforme Martins (2000, p. 28): “trata-se, portanto, de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o tema, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado”. Nesse contexto apresenta-se aqui a proposta de metodologia a ser seguida no desenvolvimento de um trabalho mais amplo pelas Instituições de Ensino Superior.

(CONCLUSÃO) Em análise

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CONSTRUTORA DE PEQUENO PORTE

Autor(es):

Joyce Erica Oliveira de Almeida: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante de um mercado competitivo no ramo de construção civil, onde o foco é conseguir um bom produto mediante as inovações tecnológicas que crescem a cada dia, há a necessidade de se criar mecanismos capazes de tornar as empresas mais eficazes, mais enxutas e profissionais. O Planejamento estratégico é de extrema importância nesse processo. Com ele é possível identificar as variáveis que interferem na empresa e diagnosticá-las, conscientizar a empresa dos seus pontos fortes, fracos e formular estratégias capazes de aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças que cercam a empresa. Com a execução de um planejamento estratégico e sua aplicação, esclarecendo as necessidades e os problemas que cercam a empresa construtora pode-se caminhar para um planejamento tático e operacional, formalizando e colocando em prática as melhorias que serão obtidas ao longo do tempo, permitindo um melhor entendimento e até certo domínio sobre algumas variáveis que possam vir a provocar insucesso no negócio.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do Tema Planejamento Estratégico, essencialmente fundamentada em obras de autores como Michael E. Porter: *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*, 2 ed Rio de Janeiro Campus: 2004. Henry Mintberg: *O processo da Estratégia: Conceitos, contextos e casos selecionados*, 4 ed Porto Alegre: Bookman, 2006. Foi realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de obter informações sobre o objeto de estudo, com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, a cerca de determinado fato e Descritiva uma vez que procurou desenvolver, elucidar e transformar conceitos e opiniões.

(RESULTADOS) O processo de coleta de dados deu-se por meio de aplicação de questionário com perguntas fechadas com os funcionários e terceirizados da empresa em questão, os quais não obtiveram um resultado por falta de um retorno de todos os entrevistados, mas estima-se que os setores mediante ao objeto de pesquisa demonstrem que na empresa não existe um planejamento estratégico, desta maneira a falta de integração dos setores afetam este desempenho.

(CONCLUSÃO) Diante do levantamento de dados dos entrevistados que deram um retorno quanto ao questionário, constatou-se que estão insatisfeitos com a renda salarial, mediante ao cargo que possui, e que não há procedimentos em seus setores, o qual podemos identificar uma queda de produção, um retardo na entrega do produto, e uma insatisfação para o cliente. Foi constatado também que os funcionários não têm expectativa de crescimento na empresa por a mesma ser de pequeno porte e não passar segurança quanto ao possível desenvolvimento. Concluiu-se de modo geral que a empresa precisa implantar um sistema de Planejamento estratégico, dando suporte a tomada de decisão, tendo a consciência que a estratégia e mercados estão integrados, onde a empresa buscará um crescimento sustentado e sem tantos impactos com entropias causadas pelas ausência do conhecimento e do bom gerenciamento das estratégias em sua gestão.

**MAPEAMENTO DOS CUSTOS PARA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DOS PRODUTOS
COMERCIALIZADOS EM UM SUPERMERCADO DE BAIRRO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN**

Autor(es):

Simone Vanessa da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A informalidade, a falta de obrigações tributárias como também trabalhistas, a administração familiar, são raízes de grande parte dos supermercados de bairro no município de Natal/RN, e formam parcela significativa do porque da falta de utilização de um método correto e eficaz de formação de preços dos produtos por esses comercializados.

O gestor desse tipo de empresa normalmente ignora a importância do planejamento dos preços dos produtos, por desconhecimento do custo real desses produtos, não levando em consideração custos como os tributos, dentre outros de importância similar, além de muitas vezes dá mais importância ao gerenciamento de produtos que por não ter um estudo aprofundado reconhecem em seus estabelecimentos como sendo produtos de maior margem de contribuição. Possíveis prejuízos ou até mesmo perda de oportunidades em ter uma melhor margem de contribuição dos produtos comercializados pela empresa, aumento da lucratividade dentre mais motivos norteiam este trabalho e ratificam a relevância do tema a ser trabalhado.

(METODOLOGIA) Trata-se de estudo de caso e o objetivo geral deste trabalho será mapear os custos necessários para uma proposta de formação de preço dos produtos comercializados num supermercado de bairro no município de Natal/RN

(RESULTADOS) Espera-se que com a análise dos pontos abaixo citados, possamos chegar a uma proposta eficaz de formação de preços, além de também auxiliar na manutenção de um funcionamento saudável do supermercado amostra, objeto deste estudo:

- Identificar os produtos com maior relevância no faturamento total;
- Investigar a composição dos preços de venda dos produtos relacionados da amostra, bem como sua margem de lucro;
- Realizar comparativo confrontando cenários compondo a observância do planejamento e formação de preços e a não observância (comparando preços praticados atualmente com o modelo proposto);
- Analisar os efeitos dos planejamentos de preço, margem de contribuição e lucro.

(CONCLUSÃO) Por todos os motivos já citados, o presente trabalho tem relevância por está aprofundando conhecimentos expostos na academia, e mostrar para a sociedade que é possível garantir a sobrevivência de um negócio se utilizando de conhecimentos focados nas ciências contábeis, já que a contabilidade tem como uma de suas funções auxiliar a gestão, além de ser ferramenta fundamental na tomada de decisão dentro de uma empresa. Levando isso em consideração pode-se enxergar facilmente o tamanho da importância da contabilidade, na figura do contador que tem que ser além de tudo consultor de seus clientes, e auxílio primordial no planejamento dos preços dos produtos e ou serviços oferecidos por qualquer tipo de empresa e não poderia ser diferente com o tipo de empresa que estamos explorando em nosso estudo. Conclui-se portanto que o mapeamento dos custos é uma ferramenta usada nas ciências contábeis que além de ser primordial no processo da formação de preço é de grande valia para a empresa se manter sustentável e em crescimento.

APLICAÇÃO DO TESTE IMPAIRMENT PARA PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS

Autor(es):

Nézia Merabi Lira de Lima: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO): O objetivo desta pesquisa foi de analisarmos os resultados nos relatórios financeiros, provenientes do reconhecimento das perdas dos ativos das pequenas e medias empresas, bem como analisar o nível de aderência dos relatórios às normas e padrões já divulgados sobre impairment. O IAS 36 estabeleceu procedimentos para assegurar que um ativo seja apresentado nas demonstrações contábeis por valor superior ao seu recuperável, a norma determina que na que na data do balanço a empresa deve analisar se há perda no valor do ativo , caso seja verificado, a empresa deve estimar o valor recuperável e compará-lo com o valor contábil.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA): É uma pesquisa descritiva e quantitativa que diz respeito a procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividade de serviços ou auxilio, que podem dizer respeito a grande variedade de objetivos. Com base nos conceitos apresentados no parágrafo anterior, essa pesquisa abrangerá os escritórios de contabilidade e os contadores do Rio Grande do Norte quanto ao teste Impairment para pequenas e medias empresas e os impactos contábeis decorrentes da aplicação do teste no patrimônio das entidades. De acordo com os objetivos, essa pesquisa será de multicasos, pois será formulado um questionário com perguntas, para que através de entrevistas sejam feitas essas perguntas aos contadores dos escritórios de contabilidade existentes em Natal/RN, sobre as vantagens e desvantagens do teste impairment, e como os donos dessas empresas estão aceitando a essas mudanças.

(RESULTADOS) (RESULTADOS): Desta forma, o resultado que esperamos é de saber qual a percepção dos contadores do Rio Grande do Norte quanto a aplicação do Impairment para as Pequenas e Médias Empresas, analisar os resultados nos relatórios financeiros, provenientes do reconhecimento das perdas dos ativos das pequenas e medias empresas, bem como analisar o nível de aderência dos relatórios às normas e padrões já divulgados sobre impairment. E saber qual a dificuldade que os contadores de Natal em se adaptar com as normas internacionais, uma vez que houver a redução nos ativos dos seus clientes.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSAO): O Brasil já está oficialmente comprometido com a adoção das normas internacionais, na verdade estamos alinhando nossas normas com as praticas internacionais adotadas nos países desenvolvido, e essa consolidação das normas contábeis acontece a partir das IFRS, o principal objetivo dessas novas forma de fazer a contabilidade é definir uma padronização de todas as demonstrações financeiras nos países.

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE E A EDUCAÇÃO CONTINUADA NO RN

Autor(es):

Arnaldo Augusto de Albuquerque Trigo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a globalização, as empresas multinacionais passaram a enfrentar novos desafios e dificuldades quanto a consolidação das suas demonstrações contábeis (sob a luz da legislação de cada país onde atuam) visto que cada país tem suas próprias leis e regulamentos quanto essa matéria. Com a criação do IASC (International Accounting Standards Committee) em 1973, depois substituído pelo IASB (International Accounting Standards Board), foi dado o primeiro passo para a unificação, à nível internacional, dessas normas, as quais os Brasil vem incorporando através da Comissão de Valores Mobiliários. O problema a ser enfrentado com essa internacionalização de normas é a atualização, tanto dos profissionais que atuam no mercado, quanto dos professores que devem passa o conteúdo o mais atual possível.

(METODOLOGIA) O objeto de estudo neste trabalho é a educação continuada necessária para atualizar os profissionais do ramo e os professores das Instituições de Ensino Superior. Aplicado ao trabalho há dois modelos de pesquisa, a exploratória e a descritiva. Primeiramente, foi efetuado um levantamento bibliográfico em livros, periódicos e sítios com a finalidade de formular com mais exatidão a pesquisa que será exposta, propiciando informações e elementos para a formulação do modelo a representar. Em seguida será feito um comparativo em relação à outros países quanto a utilização de sistemas específicos aplicados à educação continuada e por último, foi descrito um fenômeno através de questionários entregues aos coordenadores dos cursos de ciências contábeis das Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Norte.

(RESULTADOS) Espera-se num primeiro momento construir uma análise comparativa do que está sendo feito por outros países em relação à educação continuada. Num segundo momento, questionários aos coordenadores das 25 Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Norte credenciadas junto ao Ministério da Educação e Cultura para o ensino de contabilidade e com o preenchimento de formulários junto a alguns dos membros da Câmara de Desenvolvimento Profissional e Institucional e do Conselho Diretor do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte, esperamos que avaliar o impacto que as IAS (International Accounting Standard) e IFRS (International Financial Reporting Standards) têm no dia a dia dos profissionais.

(CONCLUSÃO) Após as pesquisa e o recebimento dos resultados dos questionários, pretendemos desenvolver e propor um modelo de metodologia à ser utilizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte e pelas Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Norte para o educação continuada e atualização dos profissionais, professores e estudantes.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTABILIDADE: COMPRA OU ALUGUEL DE LICENÇAS DE SOFTWARE

Autor(es):

Arnaldo Augusto de Albuquerque Trigo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Quando falamos em Tecnologia da Informação pensamos logo em equipamentos, hardware e software, e em linhas e linhas de fórmulas complicadas e linguagem de computador. O que esquecemos, ou muitas vezes colocamos em segundos plano, são as conseqüências da TI no campo jurídico e contábil. Nesses campos é necessário conhecer as tecnologias, mas mais importantes é conseguir conciliá-las à uma boa gestão de investimentos. Neste trabalho, nós iremos toca superficialmente no neste assunto, mais especificamente no planejamento e gestão das licenças de software, fazendo um comparativo entre a compra de uma licença e o aluguel de uma licença. Quando se planeja o orçamento de um departamento em uma grande empresa, leva-se em consideração várias fórmulas, já conhecidas no mercado financeira para saber o quanto é necessário investir e dispende em cada departamento de uma corporação. Isso dito, são dois os tipos de despesas que uma empresa leva em consideração em seu orçamento, quais sejam, as despesas de capital ou capital expenses (de agora em diante chamaremos de CAPEX) e a despesas operacionais ou operational expenses (daqui em diante OPEX). As CAPEX têm a natureza de investimento, representando realmente a compra de uma licença de software, licença essa que fará parte do ativo de uma empresa e poderá ser amortizado no tempo. As OPEX têm natureza de despesas operacionais e vão diretamente para o DRE diminuir o lucro bruto. Atualmente o mercado financeiro dá maior valor as empresas que têm a capacidade de girar mais rapidamente seu capital e gerar proporcionalmente maiores ganhos por ação (capital investido). Sendo assim, o momento no qual uma empresa investe em CAPEX, ela está não só aumentando seu ativo, e conseqüentemente aumentando o tempo de giro do capital investido, como também está perdendo a oportunidade de diminuir seu lucro bruto e conseqüentemente o LAIR e o valor a ser pago em IR e COFINS e também, dependendo do tipo de contrato de licença e suporte, perdendo o direito aos upgrades e updates do software. Se por outro lado a empresa optar pelo aluguel da licença de software ela terá uma OPEX, que diminuirá seu ativo, o tempo do giro do capital, diminuirá diretamente o lucro bruto e o IR e COFINS, e por ultimo terá direito a todos os upgrades e updates do software.

(METODOLOGIA) O objeto de estudo neste trabalho é análise do tipos de licenças de software, quais sejam, compra ou aluguel, e seu conseqüente impacto nos orçamentos da empresas e no resultados das mesmas. Aplicado ao trabalho há três modelos de pesquisa, a exploratória, a descritiva e a empírica. Primeiramente, foi efetuado um levantamento bibliográfico em livros, periódicos e sítios com a finalidade de formular com mais exatidão a pesquisa que será exposta, propiciando informações e elementos para a formulação do modelo a representar. Em seguida será feito um comparativo entre os dois modelos de licença apresentados.

(RESULTADOS) Espera-se num primeiro momento com este trabalho construir uma análise comparativa dos dois modelos e, num segundo momento, obter informações suficientes perante grandes empresas cotadas em bolsa para poder construir um modelo (workflow) de processos e informações que demonstre em que casos seria mais viável a contratação de um ou outro modelo de licença.

(CONCLUSÃO) Após as pesquisas e a criação de um modelo (workflow) de processos e informações, esperamos conseguir identificar a preferência das grandes empresas e em que sentido o mercado está indo no em relação a compra ou aluguel de licencas de software e identificar quais empresas se adequariam melhor a determinado tipo de modelo de licença.

FLUXO DE CAIXA: UMA ANÁLISE DOS PRAZOS ESTABELECIDOS PELAS MONTADORAS DE VEÍCULOS NO FLUXO DE CAIXA DA G&F AUTOMOTIVA LTDA.

Autor(es):

Edna Maria da Silva Carvalho: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os administradores das empresas, qualquer que seja o porte precisam planejar e controlar as finanças, pois não podem expor as empresas a incertezas futuras, sem executar nenhum planejamento, nem controle, pois além do controle dos recursos financeiros é necessário que se tenha uma avaliação constante dos investimentos e riscos estratégicos, operacionais, financeiros e externos que são destruidores de valores da organização. Portanto é necessário uma contínua atualização, a fim de minimizar os riscos aos quais a organização está exposta na dinâmica das mudanças do sistema econômico. O demonstrativo de fluxo de caixa expõe para o gestor, o total dos recebimentos e pagamentos de recursos da entidade, através do regime de caixa prognosticando se ocorrerá excedente ou escassez de recursos. As atividades de compra e venda, assim como seus prazos de pagamentos e recebimentos integram as operações de fluxo de caixa, e a partir deste, pode-se diagnosticar e planejar a liquidez de curto prazo para girar o capital disponível, e de longo prazo para possíveis investimentos. Na gestão de concessionárias de veículos uma das atribuições mais complexas, é o Fluxo de Caixa, pois o maior volume da movimentação financeira está em Veículos. E por mais programação que se tenha sob o aspecto de volume de vendas, não é possível definir de que forma o cliente irá realizar o pagamento, se em dinheiro, financiamento, consórcio ou se dará o seu veículo usado na troca. Portanto, o tempo de recebimento do veículo pode variar bastante, comprometendo o planejamento de Fluxo de Caixa.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca do tema Fluxo de Caixa, essencialmente fundamentada em obras de autores como, Carlos Alexandre de SÁ (Gerência Financeira na Prática. Catho Online, Brasil, 2005); Jose Alonso SALGADO (Administrando sua Distribuidora, Guia Prático Editora Parma Ltda, 1998); Dante C. MATARAZZO (Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2003); Além disso, foi realizada pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva no que concerne à coleta de dados, foram aplicados 25 questionários com perguntas abertas e fechadas, de um universo de 45 empregados da empresa da G&F Automotiva Ltda. Os dados foram tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se que a maioria (80%) dos empregados desconhecem as políticas e linhas de crédito estabelecidas pelas montadoras de veículos. Boa parte dos entrevistados também aponta não entender a influência dos prazos estabelecidos pela montadora no fluxo de caixa da empresa, como também para a tomada de decisões. Verificou-se que o procedimento mais pertinente é estabelecer as políticas de vendas de acordo com as compras analisando os ciclos operacional, econômico e financeiro, assim como, investigando a eficiência e o controle das informações prestadas pelos departamentos envolvidos e averiguando a importância da administração dos recebíveis.

(CONCLUSÃO) Em análise.

CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS EM UMA INSTITUIÇÃO

Autor(es):

Rosiane Silvério dos Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O ambiente econômico propiciou nas últimas décadas, após sucessivas mudanças na economia, a chegada de novos competidores e novas tecnologias, intensificando a disputa de mercado e motivando o setor de ensino profissionalizante, a procurar entender melhor as necessidades, os desejos e as expectativas dos consumidores e ajustar-se a elas. Essa competitividade também é acentuada pelo aumento bastante significativo de empresas oferecendo cursos no país com custo bem mais baixo e, portanto, com preços de vendas menores, essa é mais uma situação que força as demais a controlarem cada vez mais seus custos e dominar os sistemas de custeios para poderem se manter competitivas, também pelo preço. Nesse contexto o preço é caracterizado como um fator fundamental para a busca de um diferencial competitivo e para a conquista de novos clientes, ele é quem mais ligeiramente afeta a competitividade, o volume de vendas, as margens e a lucratividade das empresas, para isso, e em relação à empresa que trabalha com o preço fixado, é importante saber que a informação de custos permite a empresa saber com que margem de lucro está operando, e se é necessário eliminar ou acrescentar linha de produto, reduzir custos, aperfeiçoar processos e determinar o preço em uma concorrência, entre outros (COELHO, 2007, p. 11).

(METODOLOGIA) Decorreu de uma pesquisa bibliográfica acerca do tema Custos e Formação de Preços, principalmente fundamentada em obras de autores como Fabiano Simões Coelho: Formação Estratégica de Precificação (Editora São Paulo: Atlas, 2007), Joel José Santos: Contabilidade e Análise de Custos (Editora São Paulo: Atlas, 2009) e Eliseu Martins: Contabilidade de Custos (Editora São Paulo: Atlas, 2008) dentre outros. Como também, em relação aos objetivos expostos, a metodologia alinha-se à proposta de uma pesquisa descritiva e exploratória.

(RESULTADOS) Pretende-se com a pesquisa realizada, demonstrar o impacto da apropriação dos gastos gerais do SENAC no custo e no preço de venda de cada curso, através de processos que serão elaborados como, por exemplo: Mapear as atividades que geram os gastos gerais; Mapear as atividades que geram os custos específicos de cada curso; Identificar os rateios efetuados; Mensurar o custo final de cada curso; e Mensurar os gastos gerais rateados.

(CONCLUSÃO) Através desses dados, observa-se que para a instituição maximizar a sua receita, dobrando suas vendas, através de preços mais competitivos, é recomendável, que a escola consiga identificar seu público, através de pesquisas dentro de um planejamento eficaz e direcionado a cada unidade, levando em consideração principalmente os componentes mercadológicos, como também, saber determinar o grau de expectativa do cliente com relação aos atributos e respectivos benefícios decorrentes da qualidade de seus cursos, comprovados e reconhecidos no mercado de trabalho nacionalmente, sendo essas características essenciais para adoção de uma política de preço. Independente da política adotada, será fundamental estabelecer preços de maneira coerente com alinhamento com o marketing, ou seja, deve haver integração com as demais decisões que compõem o esforço de marketing da empresa (TOLEDO, 1994). A Rajiv, Dutta e Dhar (2002) alertam que a falta de planejamento ou o foco fortemente promocional podem levar a gastos de comunicação desnecessários. Subrahmanyam (2000) argumenta que a estratégia de preços é a menos estudada no marketing e, na maior parte das empresas, os responsáveis por essa área eximem-se de maiores responsabilidades com relação à questão preço.

SISTEMA DE CUSTOS PARA UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE ENFERMAGEM: PROPOSTA DE MODELO PARA UMA ESCOLA DE NATAL/RN

Autor(es):

Francisca Ledice Rodrigues: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em um mundo globalizado, as mudanças são constantes e, para a contabilidade não poderia ser diferente, pois a profissão vem passando por grandes transformações em todo mundo. No entanto, o procedimento para saber qual o valor das atividades econômicas do investimento de uma instituição de ensino engloba a contabilidade. Nessa situação, as instituições o serviço prestado é evidenciado a partir do usuário que predomina a atividade onde os custos são relevantes, pois o elemento predominante será o aluno. Um ponto muito importante deste projeto é a necessidade de modificações e adaptações às situações das instituições inovadoras, para alcançar o contentamento dos clientes através de um atendimento de qualidade nos serviços. O principal objetivo de uma instituição de ensino é obter resultados financeiros além de estar contribuindo para ajudar nos procedimentos corretamente aplicados nos pacientes dentro dos hospitais. Apesar do aumento da procura por estes cursos, tem sempre uma dificuldade relevante em relação ao emprego, os incentivos dados pelos órgãos são sem importância, pois a forma destes profissionais a cada dia fica mais difícil. A inclusão deste profissional no mercado de trabalho se dá através de estágios voluntários ou concursos públicos, o entanto, não há a falta de mercado quanto ao segmento do serviço e prestado. Para se obter bons resultados financeiros é necessário estabelecer um método de custeio e fixação de preço adequado. A escolha desse método é nitidamente crítica: se o preço for muito alto, os consumidores evitarão os serviços; se for muito baixo, os custos da empresa podem não ser cobertos. Qual o modelo de sistema de custos que poderia ser implantado numa escola técnica de enfermagem em Natal-RN?

(METODOLOGIA) A pesquisa deste estudo teve o seu direcionamento em função dos objetivos, dos procedimentos e da abordagem do problema. No que diz respeito aos objetivos, esta pesquisa consiste em um estudo dos tipos descritivo, que tem como principal objetivo apresentar melhores características para a realização desse projeto. Para Lakatos e Marconi (1991, p. 183), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando às conclusões inovadoras”. Trata-se de uma pesquisa quantitativa segundo Richardson (1999 apud BEU-REN, 2006, p.92). Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. A metodologia usada alinha-se à proposta de pesquisas exploratórias, quando por sua vez pretende buscar informações em relação ao assunto, que serão exploradas em pesquisas para poder ser mais esclarecido. Nesse sentido, Gil (1997, p. 46) expõe: As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. A pesquisa será desenvolvida através de estudos de caso, com o projeto de explicar a realidade, que serão levantadas as informações necessárias para responder como são formados os custos e a formação dos preços em uma instituição de ensino técnico de enfermagem. Segundo Gil (1999, p. 73), O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível ou outros tipos de delineamentos considerados.

(RESULTADOS) Ainda sendo levantados.

(CONCLUSÃO) Pendente.

GESTÃO DE CUSTOS EM CLÍNICAS MÉDICAS

Autor(es):

Joelma Silva Guimarães: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Daniele da Rocha Carvalho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O método de custeio consiste em identificar os custos existentes em uma determinada empresa, separando-os em fixos (diretos ou indiretos) e variáveis. Para manter-se no mercado, as clínicas devem se preparar de muitas formas para encarar a diversidade econômica e exigência do mercado. O estudo do custo é uma forma de minimizar os gastos e alocar de forma mais correta seus valores correspondentes, podendo ser visualizado com mais clareza a destinação de seus recursos.

(METODOLOGIA) Este trabalho tem por objetivo subsidiar a elaboração de uma pesquisa sobre os tipos de custeio utilizados por prestadores de serviços na cidade de Aracaju, especificamente clínicas hospitalares. A pesquisa empregada foi do tipo exploratória (realizada por meio de um questionário). Utilizou-se na análise descritiva e documental.

(RESULTADOS) 100% - A formação de preço de seus serviços estão voltados para o mercado (concorrência). 100% - O critério de custeio é realizado por absorção. Não possuíam conhecimento de outros de custeio (ABC, variável...). 100% - Utilizam a Contabilidade Financeira como forma de levantamento dos custos. 100% - A contabilidade é terceirizada 33,33% - O rateio dos custos indiretos utilizado está baseado pela quantidade de funcionários localizados em cada departamento. 66,67% - Não possui controle de custos.

(CONCLUSÃO) Observou-se que, em sua maioria, os Administradores das clínicas não possuem formação acadêmica na área, sendo assim, tendo dificuldade em diferenciar custos fixos e variáveis, havendo uma distorção de conceitos e mostraram-se pouco conhecedores de formadores de preço, trabalhando sempre com base na concorrência.

MÉTODOS DE CUSTEIO UTILIZADOS EM HOTÉIS: UM ESTUDO DE MULTICASO NA CIDADE DE ARACAJU/SE

Autor(es):

Joelma Silva Guimarães: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Daniele da Rocha Carvalho

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Devido a grande concorrência, gestores de hotéis e pousadas vem se empenhando ao máximo para maximizar seus lucros e minimizar os custos. E não há forma melhor para alcançar a minimização dos custos do que estudando-os, e descobrindo através de métodos de custeios quais gastos podem ser reduzidos, ou até eliminado, sem prejudicar a prestação de serviço. A contabilidade de custos é um sistema de informações dentro do sistema contábil que guarda em si a base fundamental para o desempenho administrativo e operacional, por estar diretamente relacionada com as funções de planejamento, orçamento e controle, tem como finalidade encontrar meios economicamente viáveis para reduzir os gastos, controlar as despesas e contribuir para tomada de decisão, criando, portanto, a necessidade de possuir uma abordagem sistemática para solucionar os problemas ligados a decisão.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados questionários objetivos, respondidos por responsáveis pela análise de custos do estabelecimento, quando há. Em alguns itens foi necessário fazer uma explicação sobre a pergunta, o que deixou a resposta do questionário mais dinâmica. Foram escolhidos de forma aleatória cinco hotéis de pequeno porte, no qual apenas três se dispuseram a responder os questionários. Os demais em todas as tentativas afirmaram que o responsável pela análise dos custos da empresa não estava e que não poderiam passar o telefone para que se pudesse entrar em contato com eles. O motivo de escolher apenas cinco hotéis foi o fato de acreditarmos que, através dessa pequena amostragem poderíamos chegar ao nosso objetivo principal.

(RESULTADOS) Em 66,67% dos casos os questionários foram respondido pelos proprietários do estabelecimento, e em 33,33% pelo sub-gerente; A experiência média dos representantes era de oito anos; Em 66,67% dos casos iniciaram as atividades entre 6 e 10 anos, e em 33,33% entre 11 a 20 anos; Todos os hotéis entrevistados possuíam de 5 a 50 funcionários; Em todos os casos os serviços contábeis eram realizados de forma terceirizada, e não possuíam nenhum apoio externo para gerenciar a empresa. Em 66,67% dos casos os gestores utilizam planilhas de custos para formar o preço de venda do serviço, e em 33,33% o preço de venda é baseado na concorrência. Quando questionado a qual método de custeio a empresa utiliza, em todos os casos os representantes mostraram desconhecimento sobre tais métodos. A maioria, 66,67%, disseram que somam todos os gastos e dividem pelo número de hóspedes do mês (custeio por Absorção, tendo como base de rateio o número de hóspedes do mês). No restante foi constatado que o gestor não faz qualquer tipo de análise de custo.

(CONCLUSÃO) Empresas hoteleiras de pequeno porte, geralmente familiares, não dão a importância devida ou não conhecem a gestão de custos, falha essa que não é culpa apenas dos gestores, e sim também dos contadores, visto que em todos os casos a contabilidade era terceirizada e os contratados não passavam as informações sobre os custos de cada prestação de serviço para que os gestores pudessem usar como ferramenta para a formação do preço. É importante ressaltar que a gestão de custos é muito importante na gestão de uma empresa, pois através dela é possível minimizar os custos sem prejudicar a qualidade do serviço prestado; com custos menores, o administrador pode tomar N decisões, como por exemplo, manter o preço de venda do serviço, aumentando assim o lucro, ou baixar o preço para atrair mais clientes, o que também aumentaria o lucro.

EVASÃO E ELISÃO FISCAL – OS LIMITES DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Autor(es):

Luana Batista de Carvalho Lima: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A alta Carga Tributária imposta pelo Brasil sempre motivou a classe empresarial a buscar formas de minimizar o impacto dos tributos incorridos em relação ao lucro pretendido, uma vez inserido neste cenário, o empresário precisa manter-se competitivo e ciente dos riscos inerentes às atividades. É sabido que os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições) representam importante parcela dos custos das empresas, senão a maior (33% do faturamento das empresas destinam-se ao pagamento de tributos). Com a globalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário. Os empresários buscam ferramentas que solucionem da maneira menos onerosa esse impasse com o fisco e os ajude a entender melhor as diversas formas com que as empresas estão sendo tributadas e tentar reduzir essa grande onerosidade fiscal, dentro dos limites legais, evitando, assim, o ingresso no campo dos ilícitos tributários. No presente estudo, tem-se por objetivo fazer um estudo do sistema tributário nacional e uma profunda análise do conceito de elisão e evasão fiscal e seu tratamento no Brasil e nos demais países que exercem uma influência no nosso sistema jurídico, com enfoque nos limites existentes na feitura de um planejamento tributário eficiente e as vantagens que tal planejamento pode representar para o contribuinte, e, verificado esses limites, encontrar a linha tênue que há entre um planejamento tributário eficaz, e o ingresso no campo da evasão fiscal, considerada medida ilícita.

(METODOLOGIA) A execução da pesquisa proposta pela autora foi realizada de acordo com o método dedutivo-qualitativo; baseado na dedução, na consequência ou ilação de um raciocínio lógico; como também na qualificação, apreciação e classificação deste raciocínio, constante, essencialmente, de Pesquisa Bibliográfica a renomadas Doutrinas Jurídicas, Contábeis e Legislações pertinentes, bem como por meio do estudo Jurisprudencial de nossos Tribunais e também na Internet. Tal estudo enquadra-se na área da Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos e do Direito Tributário. Tenta-se abordar, como enfoque principal, o estudo nos conceitos de elisão e evasão fiscal e no instituto dos Limites do Planejamento Tributário.

(RESULTADOS) Existem formas do contribuinte, em especial, a classe empresarial, reduzir seus gastos tributários, podendo fazê-lo legal ou ilegalmente. Afinal, se de um lado há o Estado que se articula a todo custo em arrecadar, do outro se tem o contribuinte, que também está buscando essa forma de se articular. Uma das formas legais, a chamada elisão fiscal, que por meio de um Planejamento Tributário eficiente que pode ser definido como sendo um conjunto de ferramentas que visam diminuir os gastos do contribuinte com alta carga tributária imposta no Brasil, este é capaz de obter a diminuição no montante desses encargos tributários gerando um resultado econômico-financeiro satisfatório para o contribuinte. Na empresa GM de Almeida, o planejamento tributário apontou que a opção para o Regime de Tributação do Lucro Real em face do Regime do Lucro Presumido, representaria uma economia de 58%. Por sua vez, uma das formas ilegais, é a chamada evasão fiscal, ou seja, a tentativa de iludir o Fisco, tendo a sonegação fiscal no Brasil no ano de 2008, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), chegou ao montante de R\$ 200,29 bilhões.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que um planejamento tributário previsto e executado de maneira inteligente e eficaz se torna grande aliado do contribuinte, em especial, da classe empresarial, uma vez que, este sendo bem executado irá gerar um considerável ganho na redução da carga tributária imposta ao contribuinte, em especial, à classe empresarial, evitando assim, que tais contribuintes venham a habitar o campo dos ilícitos tributários.

A IMPORTÂNCIA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS NO EXERCÍCIO DA CONTABILIDADE

Autor(es):

Irandir Dantas Bezerra: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade constitui uma ciência de registro dos fatos empresariais que subsidia as empresas com as informações comparando o bom desempenho de suas atividades. O presente estudo avalia as demonstrações financeiras, levando em consideração a análise dos indicadores de desempenho, dando ênfase aos conceitos básicos das ADF (análise das demonstrações financeira), sendo feito um estudo dos índices contábeis que têm como objetivo fornecer informações numéricas de modo a auxiliar os interesses em conhecer a situação da empresa, estruturando a mesma na tomada de decisão. O estudo descreve que uma das mais importantes funções exercidas pelo contador é demonstrar a ação da contabilidade para a gestão da empresa. Justifica-se a pesquisa em função da sua importância para o desenvolvimento da atividade empresarial, cujas evidências são claramente demandadas pela eficiência que a contabilidade exerce no dia-a-dia da empresa, onde a função do contador torna-se fortemente definida nos relatórios contábeis e de desempenho empresarial.

(METODOLOGIA) O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, consultas a trabalhos científicos, dados disponíveis em livros na internet com posterior análise dos mesmos.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma que o setor contábil já tinha grande importância desde o século XVIII seus princípios utilizados eram precários, mas de grande influência, sendo contabilizado por período dessa técnica surgiu o cálculo que registrava o somatório e diferença iniciando a então figura do contador que passou a desenvolver análises financeiras passando a registrar, mensurar e evidenciar todos os fatos primordiais das empresas o contador passou a ser figura principal para tomada de decisão, indispensável, pois o profissional devidamente habilitado no conselho de classe direciona a empresa a tomar decisão, em relação à atuação do contador a área financeira e de grande importância, pois fornece informações básicas ao usuário como demonstrações, lançamentos tomada de decisão as interpretações contábil são registradas nos livros empresariais, os empresários, contadores, administradores, acionistas, tem como obrigação manter a escrituração regular em função de legislação o chamado livro empresarial que tem como objetivo registrar o faturamento de determinada empresa capacitado o contador analisar e registra utilizando os índices contábeis como principal fonte de alavancagem e faz a comparação com padrão que permite verificar o melhor índice e a média melhor de rentabilidade para garantir um bom lucro operacional essas receitas operacionais são registradas e documentadas em livro diário que registra todas as transações ocorridas no dia conforme art. 1.180 C.C. Os requisitos dos livros empresariais são autenticados pela junta comercial Lei 8.934 art.32 art.1.1831 ao art.1.183.

(CONCLUSÃO) A contabilidade é a ciência aplicada a avaliações de informação que têm por finalidade registrar, mensurar e evidenciar fatos contábeis. A evolução do capitalismo vem exigindo mudanças contínuas na gestão empresarial, a qual demanda novas formas de atuação da contabilidade, principalmente relacionadas à análise de desempenho da empresa, para todos os níveis de organização, desde a microempresa até as médias e grandes empresas. Portanto, a contabilidade deve acompanhar o processo evolutivo da gestão empresarial, o que exige novos conhecimentos do contador, principalmente relacionados à análise de conjuntura e de indicadores de desempenho que levam a avaliar a rentabilidade da empresa.

NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS: PERCEPÇÃO DOS CLIENTES QUANTO AS NOVAS REGRAS

Autor(es):

Tereza Cristina Menezes Dantas de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o objetivo da implantação de um modelo nacional de um documento eletrônico substituindo a emissão do documento fiscal em papel e prevendo a criação de soluções integradas das três esferas de Governo para compartilhamento de cadastro e de informações fiscais, o Fisco decide implantar a Nota Fiscal Eletrônica. Dessa forma, pode-se elaborar o seguinte problema de pesquisa: Quais as dificuldades dos clientes quanto à utilização da nova tecnologia implantada pela RFB - Notas Fiscais Eletrônicas?

(METODOLOGIA) A idéia é que seja feita uma pesquisa através de um questionário para que um grupo de gerentes de postos de combustíveis clientes de um determinado escritório de Natal possam relatar a real dificuldade deles quanto as novas regras da nota fiscal eletrônica e identificar os principais erros visualizados em notas fiscais emitidas por eles.

(RESULTADOS) Em andamento

(CONCLUSÃO) Em andamento

ANÁLISE DO ENTENDIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DA CIDADE DE NATAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SOBRE AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE AOS PADRÕES INTERNACIONAIS

Autor(es):

Tatiany Géssica de Medeiros: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

José Emerson Firmino
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este presente trabalho visa demonstrar os pontos introdutórios da nossa pesquisa que tem o objetivo de analisar, levantar e identificar através de questionários, como está o entendimento dos profissionais contábeis de auditoria independente referente a contabilidade internacional, sendo detalhado da seguinte forma: delimitação do tema, caracterização e situação problemática, hipóteses, objetivos e justificativas, sendo explanado as situações supracitadas.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada na realização desta pesquisa foi através de questionários eletrônicos com perguntas sobre as normas internacionais, visando atender o objetivo de identificação do nível de entendimento dos profissionais de Auditoria Independente na cidade de Natal do estado do Rio Grande do Norte atuantes no mercado de trabalho. O método deste projeto será o método estatístico, pois serão aplicados questionários eletrônicos através de envio para os e-mails dos profissionais contábeis, onde nessa aplicação o objetivo é obter as evidências necessárias para uma conclusão sobre o perfil dos auditores independentes na cidade de Natal do estado do Rio Grande do Norte, se estes estão inteirados com a convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais.

(RESULTADOS) A nossa pesquisa pode ser classificada quanto aos fins como sendo uma pesquisa descritiva e exploratória, pois será realizada uma amostra com perguntas sobre as mudanças que ocorreram devido a convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais e quanto aos meios como sendo um estudo de caso, pois consiste na identificação e características dos perfis dos auditores atuantes no mercado de trabalho de Natal do estado do Rio Grande do Norte, com o intuito de identificar se os profissionais estão aptos as novas mudanças, e a importância deste resultado no âmbito profissional.

(CONCLUSÃO) Devido aos processos de normatização das normas brasileiras aos padrões internacionais, e ser um assunto de grande interesse para as empresas e usuários da informação contábil, e ainda suscitar dúvidas entre os profissionais e os usuários, esta pesquisa vem como forma de evidenciar uma conclusão para este assunto, visando obter as respostas e evidências necessárias para identificar o entendimento destas novas regras que passam a ser obrigatórias para os demonstrativos do exercício de 2010.

DIREITO

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIIS

XI

2011

CONIC

Congresso de
Iniciação Científica
da FARN

**“A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E
O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE”**

27 a 29 de Outubro



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

O PARTO ANÔNIMO E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA

Autor(es):

Stephanie Pacheco Castro: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Alan Dias Barros

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Parto Anônimo, objeto do Projeto de Lei n. 3.220/08, ora em tramitação no congresso, é a possibilidade de a mãe, durante a gravidez ou até o dia em que deixar a unidade de saúde, não assumir a maternidade da criança que gerou, mantendo sua identidade em completo anonimato, isentando-se de qualquer responsabilidade moral e material. Esse projeto foi criado para combater o abandono de crianças sob condições de risco, o aborto e ainda oferecer estrutura às mães durante a gestação. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar se o Projeto viola direitos fundamentais da criança, sob os aspectos do direito à vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade e informação. Sua relevância reside no fato de apontar algumas falsas premissas constantes no Projeto de Lei, além de apontar sua possível inconstitucionalidade.

(METODOLOGIA) O método utilizado para a realização desta pesquisa será o dialético, confrontando-se o conteúdo do Projeto de Lei do Parto Anônimo com os dados colhidos através de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, constantes em instrumentos normativos, principalmente na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente; além da doutrina específica sobre o tema, disponível em obras impressas e eletrônicas.

(RESULTADOS) Como resultado da análise do Projeto de Lei do Parto Anônimo observamos que o Estado brasileiro ainda não ultrapassou a censurável conduta de oferecer soluções legais para ocultar verdadeiros problemas políticos, mormente quando envolvem a realização de direitos sociais, apresentando leis “salvadoras” que nada contém além de promessas vazias e ineficazes diante das conhecidas deficiências da administração pública. Partimos do entendimento de que problemas sociais, como o abandono de crianças, aborto e controle da natalidade não estão vinculados à carência normativa, mas política; ou seja, decorrem da falta de políticas públicas e de investimentos em educação, assistência e saúde.

(CONCLUSÃO) A partir da pesquisa realizada verificou-se que, apesar dos objetivos nobres, o Projeto de Lei do Parto Anônimo viola direitos fundamentais da criança na medida em que permite o sigilo das informações quanto à identidade genética da criança. Também é socialmente nocivo por estimular uma cultura de transferência de responsabilidade sobre a criança, dos genitores para o Estado, num momento contrário aos postulados atuais de paternidade responsável. Nesse particular, o Projeto também se revela inócuo em seu propósito, na medida em que o Estado brasileiro já é por demasiado deficiente em oferecer condições mínimas de saúde e assistência à generalidade da população, revelando-se falaciosa a estrutura especial prometida em seus artigos para a efetivação do parto anônimo.

LABORATÓRIO VIRTUAL DE ARGUMENTOS JURÍDICOS

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Jose Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: FARN

Joseane Alves Pinheiro

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em conformidade com o Art. 93, IX da Carta da República, não existe decisão jurídica sem argumentos. Ademais, os argumentos jurídicos estão presentes na prática e na ciência do direito, de modo que eles respaldam, afirmam, negam ou contestam um pedido, um direito ou uma teoria. Plausível, portanto, afirmar que os argumentos jurídicos são instrumentos indispensáveis para a concretização de pedidos, direitos e/ou teorias. Por outro lado, acentuado é o fenômeno da informatização e virtualização de procedimentos no direito brasileiro. Assim, diante de tais fatos e supondo que é possível melhorar a qualidade dos argumentos ora apresentados no âmbito jurídico, pretende-se propor um sistema que virtualize argumentos jurídicos e sua manipulação crítica, simulando um laboratório que permite decompor, construir e criticar argumentos, tendo como principal propósito contribuir para uma melhor qualidade na argumentação jurídica brasileira. Este trabalho dá continuidade ao Plano de Trabalho PIBIC-FARN, que mostrou a persistência acrítica de alguns modelos de argumentação no acervo de decisões sobre matéria criminal que foi analisado no período agosto/2010 - julho/2011.

(METODOLOGIA) Para planejamento desse sistema, utiliza-se como base para a análise e crítica de argumentos a teoria proposta por Stephen TOULMIN para delimitar regras que fornecerão o modo pelo qual os argumentos jurídicos serão armazenados, construídos e criticados; subsidiariamente utilizam-se dos esquemas de argumentação de Douglas WALTON para definir questões críticas específicas e, desse modo, possibilitar o aprimoramento dos argumentos. Quanto aos aspectos de desenvolvimento, utiliza-se do Ruby on Rails (um framework de desenvolvimento web); em complemento, pretende-se aprimorar o envolvimento do usuário com o sistema, usando Javascript e AJAX. Finalmente, para testes de aplicabilidade e operabilidade, usam-se argumentos extraídos de decisões provenientes de juízos de Estado do Rio Grande do Norte, predominando sentenças e acórdãos de matéria criminal.

(RESULTADOS) Os resultados preliminares demonstraram a aplicabilidade da proposta, pois, conforme pode ser demonstrado, o sistema facilmente: armazena ou constrói qualquer tipo de argumento jurídico; permite a inclusão de doutrina e de jurisprudência para determinado argumento; possibilita o aprimoramento da qualidade argumentativa do usuário, oferecendo questões que assistem na correção de falhas dos elementos do argumento ou do raciocínio. Finalmente, acredita-se que o sistema intelectualiza o usuário, fornecendo regras do discurso jurídico assim como uma teoria argumentativa. Entretanto, tal crença não está comprovada. Assim, esclarece-se que os resultados definitivos serão obtidos somente quando o sistema for submetido a testes pela comunidade jurídica.

(CONCLUSÃO) Por fim, diante desses resultados que caracterizam a possibilidade de aplicação e ganhos do sistema, verificam-se caminhos a serem seguidos no sentido acadêmico e profissional. Pois, perspectivas futuras indicam a utilização desse sistema para: estudar a natureza do discurso e dos argumentos jurídicos; incrementar a qualidade da argumentação jurídica; e sugerir petições, contestações e/ou sentenças, colaborando com a economia e celeridade processual. Imediatamente, o sistema continuará a ser desenvolvido e submetido a testes restritos, até que seja indicada sua utilização em mais larga escala.

MÓDULO PARA APRIMORAR ARGUMENTOS JURÍDICOS

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Jose Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: FARN

Joseane Alves Pinheiro

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) De início, destaca-se que este trabalho constitui um recorte da pesquisa “A prática da argumentação no Direito: o desenvolvimento de ARG. um assistente argumentativo” subsidiado por bolsa PIBIC-FARN que tem como um dos objetivos elaborar um método para possibilitar o aprimoramento de argumentos jurídicos em matéria criminal. Sendo assim, salienta-se a necessidade de tal método, uma vez que toda a fundamentação de uma decisão, teoria ou pedido é composta por argumentos organizados, em regra, sistematicamente de modo que da fundamentação decorra o direito, a teoria ou o pedido. Nessa perspectiva, é plausível afirmar que quanto melhor fundamentado, mais acertado será a conclusão. Diante de tais proposições, este estudo pretende desenvolver e expor um método pelo qual um argumento possa ser aprimorado. Futuramente, pretende-se consolidar tal método em um módulo de um sistema de informação.

(METODOLOGIA) Para desenvolvimento deste trabalho foi necessário uma pesquisa bibliográfica em: “An introduction to reasoning” de Stephen TOULMIN; “Good reasoning on the Toulmin model” de David HITCHCOCK; e “Argumentation schemes” de Douglas WALTON, Christopher REED e Fabrizio MACAGNO, objetivando, dessa forma, encontrar um método adequado para criticar/avaliar ou apontar possíveis falhas em um argumento. Se utilizou da teoria argumentativa de TOULMIN para elencar propriedades que devem estar presentes em um bom argumento e, por conseguinte, para elaborar questões críticas que podem ser feitas a qualquer argumento; de HITCHCOCK para refinar tais critérios de avaliação; e de WALTON para saber identificar qual o esquema argumentativo e quais questões críticas devem ser observadas ao uso desse esquema.

(RESULTADOS) Através das leituras e debates desenvolvidos no percurso da pesquisa foram desenvolvidos um método e um módulo que assistem no aprimoramento de qualquer argumento, abrangendo, em um primeiro momento, as questões: (i) há clareza sobre o tipo de questão que o argumento tenta levantar e o que é proposto implicitamente?; (ii) existem dados/razões relevantes e suficientes para sustentar a pretensão?; (iii) os dados/razões estão devidamente fundamentados?; (iv) a garantia é construída sobre fundamento sólido e aplicável ao caso sob discussão?; (v) a pretensão segue de uma garantia justificada? (vi) a modalidade, ou força, da conclusão obtida foi feita de forma explícita e as possíveis refutações ou exceções estão bem entendidas? (vii) se a garantia não é universal, foi certificado que inexistem anuladores a aplicação da garantia? Em um segundo momento, através do estudo de sessenta e um esquemas argumentativos, foram armazenadas questões críticas específicas que irão variar conforme o esquema seja ele argumento de autoridade, indutivo, silogístico etc.

(CONCLUSÃO) Finalmente, diante dos resultados expostos e assumindo que eles podem ser aplicados a todo e qualquer argumento jurídico em matéria criminal, tenciona-se submeter e consolidar esses resultados em um sistema computacional e verificar se realmente permitem aprimorar a qualidade argumentativa dos argumentos jurídicos oriundos de decisões judiciais dos Juízos do Estado do Rio Grande do Norte.

MOBBING NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O TERROR E DANO VELADO

Autor(es):

Edna Silva Castro: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como objetivo realizar uma reflexão e fazer uma análise das relações de trabalho existentes nas construções simbólicas, tendo em vista, as representações estabelecidas na realização do contrato. Este texto apresenta algumas considerações sobre o discurso da prática empregatícia. É de magnitude que precisa ser revelada, se estende não apenas aos aplicadores do Direito, no seu cotidiano profissional, mas, sobretudo à sociedade brasileira, em sua lenta e progressiva configuração cultural, tendo como objetivo principal obter crescente evolução nas relações trabalhistas. A Constituição Federal de 1988, a Consolidação das Leis do Trabalho, os Tribunais e o Ministério do Trabalho revelam conceitos iniciais e permitem diagnosticar o alcance dos males e atrocidades que o mercado de trabalho é capaz de proporcionar. É possível por meio deste estudo, estabelecer um entendimento específico sob a perspectiva das indenizações pagas no TRT 21ª Região e o dano causado no âmbito geral, que serviu de base, para identificar os mecanismos latentes, sob os quais o dano moral se materializa na forma e no conteúdo, da sanção e remuneração necessária para inibir atos desumanos.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa será a dialética, através de pesquisa bibliográfica de caráter descritivo no qual a revisão literária será em livros, artigos, pesquisas científicas, doutrinas, jurisprudências e legislações, pertinentes à temática abordada e pesquisa de campo em algumas instituições na região metropolitana de Natal/RN, que tratam do assunto tais como O Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região e Ministério Público do Trabalho.

(RESULTADOS) O tema tratado neste trabalho é ainda muito novo, vem sendo estudado por parte dos juristas, por não mais que dez ou quinze anos. Não diz respeito unicamente ao mundo do Direito. Outras ciências vêm se dedicando à sua pesquisa, como a psicoterapia, a medicina e a sociologia jurídica. Nos últimos anos vem ganhando destaque na doutrina e despertando o interesse da comunidade jurídica em geral, notadamente dos magistrados e advogados. O estudo visa detectar ações do assédio moral que atingem diretamente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, no cotidiano das empresas privadas e Instituições públicas. É possível assim, arrecadar dados concretos sobre a prática que inibe, além de constringer o funcionário, causando desta forma, uma resposta imediata no seu papel de agente complementar na estrutura funcional, respondem negativamente na sua capacidade laborativa e psicológica. Foi analisada a intenção e a consequência do assédio moral no contexto produtivo e prático em que absorve uma nova concepção de exploração nas classes trabalhadora.

(CONCLUSÃO) Atualmente as questões que envolvem o assédio moral são reveladas por atos e comportamentos agressivos que visam, sobretudo, a desqualificação e desmoralização profissional, como a desestabilização emocional e moral dos assediado que acontecem por excesso de cobrança em razão da produção ou sendo atos meramente desrespeitosos, tornando o ambiente de trabalho desagradável, insuportável e hostil, ensejando em muitos casos o pedido de demissão do empregado, que se sente aprisionado a uma situação de repúdio e angústia, que muitas vezes lhe desencadeia problemas de saúde de ordem orgânica e psíquica. Independentemente da definição, necessário se faz compreender que o assédio moral se caracteriza pelo abuso de poder de forma repetida e sistematizada. Nesse sentido, com a difusão dos perfis do fenômeno, alguns doutrinadores enfatizam o dano psíquico acarretado à vítima em virtude da violência psicológica. Tanto a jurisprudência, quanto a doutrina convergem no sentido dos elementos caracterizadores do Assédio Moral no Ambiente de Trabalho, como um dano invisível e silencioso, porém irreparável.

A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL

Autor(es):

José Augusto de Lima Neto: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Linian Lariele de Paula Brasil: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante da triste realidade que o sistema carcerário do País se encontra atualmente, o povo brasileiro não pode “fechar os olhos”, como se nada estivesse acontecendo. O sistema prisional do Brasil se encontra falido, conseqüência de anos de negligência e falta de investimento para com aqueles que fizeram sim algo de errado, mas que não merecem receber tratamento desumano, isso só faz com que a situação se agrave mais a cada dia, criando um sentimento vingativo crônico na mente do detento. A Constituição de 1988, em seu art. 5º, inciso III proíbe tratamento desumano, tortura, enfim, prevê tratamento digno para todos, porém, infelizmente não é o que se vê diariamente, a realidade é completamente diferente. O que as autoridades, os gestores públicos, em sua maioria esquecem, é que os presos ainda continuam sendo cidadãos e, acima de tudo, ainda são seres humanos, e por isso, devem ser tratados e respeitados como tais.

(METODOLOGIA) Utilizou-se o método indutivo, partindo da análise do problema e do estudo de casos práticos, focando na realidade social, trazendo como fonte de pesquisa as informações contidas em livros, artigos e outros materiais disponíveis na internet, todos com o intuito de mostrar a problemática e suas possíveis soluções. O grupo fará uso do aparelho projetor (data show), utilizando-se de slides para melhor direcionar a apresentação, que será realizada de forma oral, no próprio setor do curso.

(RESULTADOS) Diante do estudo realizado acerca do assunto, verifica-se que o sistema prisional necessita de mudanças o mais rápido possível, pois, quanto mais o apenado conviver com situações degradantes e com presos de alta periculosidade, mais se estará contribuindo para que tais indivíduos saiam “pós-doutores” no crime, afinal de contas o sistema que deveria ser ressocializador, acaba sendo uma grande escola do crime, incluindo graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, e até mesmo pós-doutorado.

(CONCLUSÃO) É nessa perspectiva que a sociedade deve modificar a sua forma de ver o apenado, pois se sabe que os crimes estão ficando cada vez mais cruéis, e por motivos cada vez mais fúteis, porém se o nosso sistema realmente tem o papel de ressocializar, os que estão presos, já estão pagando pelo ato que cometeram, mas o fato é que não adianta só prender, privá-los da liberdade. Os que nos presídios se encontram devem trabalhar interna e externamente em prol da sociedade, ajudar àqueles a quem prejudicaram. A eles devem ser atribuídas diversificadas tarefas diariamente, dentre elas: cursos profissionalizantes, palestras, cultos religiosos, trabalhos manuais, entre outros, para que desta maneira fiquem com o dia todo preenchido, possam se sentir úteis, fazendo com que reflitam sobre o que fizeram, e assim, realmente possam se ressocializar, não cometendo mais delitos. Vale ressaltar que nos presídios em que tais atividades ocorrem, o índice de rebeliões e fugas é bem menor do que naqueles em que os detentos vivem de forma sedentária, o que comprova que, por maior que seja a periculosidade do preso, se o mesmo for tratado de forma digna, retornará a sociedade como uma pessoa melhor, refletindo mais sobre suas ações, pensando “duas vezes” antes de cometer nova infração, devendo, por fim, o Estado garantir a reintegração do indivíduo ao meio social, pois esse é um de seus deveres.

TRANSEXUALIDADE: CIRURGIA DE ADEQUAÇÃO AO SEXO E OS PROBLEMAS JURÍDICOS DECORRENTES

Autor(es):

Marcel Fernandes de Oliveira Rocha: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Gustavo Fernandes de Oliveira Rocha: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Cláudio Márcio Valença Pascoal: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Adaian Lima de Souza: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Andressa Solon Borges: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Jose Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Para o Conselho Federal de Medicina em sua resolução de número 1.652/2002 o transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e ou auto-extermínio. Muitas são as problemáticas que envolvem o indivíduo portador de tal desvio, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a possibilidade de suicídio, a cirurgia de mudança de sexo com a perda irreparável dos órgãos sexuais e de suas respectivas funções, entre outros. A matéria é de interesse multidisciplinar o qual envolve vários especialistas como cirurgião plástico, urologista, geneticista, neuropsiquiatra, psicólogo, psicanalista, assistente social, entre outros. Com isso, faz-se necessário um estudo mais aprofundado em relação ao tema para se conhecer os requisitos para a permissão da cirurgia e entender quais são as conseqüências jurídicas da mudança de sexo tendo resultados diretamente ligados à questão sucessória, seara trabalhista, esportiva, a questão do registro civil, aos benefícios previdenciários. Para amenizar o transtorno que envolve o transexual, não basta apenas a realização da cirurgia de transgenitalização, deve também haver medidas que possibilitem ao indivíduo não se expor a situações vexatórias como retificação do registro civil ao qual irá adequar o prenome ao novo sexo do transexual. Desta forma, é necessário o estudo da Bioética que consiste no estudo da moralidade da conduta humana na área das ciências da vida e sobre as práticas médicas em particular que permitirá à população refletir que os transexuais buscam uma vida mais digna, concretizando um princípio constitucional atinente ao direito da personalidade que é a identidade sexual. O transexual também recorre a princípios bioéticos básicos como o da Autonomia que dispõe que o profissional da saúde tenha respeito diante da vontade do paciente, ou seja, reconhece o livre-arbítrio do paciente diante de sua própria vida. Percebe-se com isso, que a cirurgia de mudança de sexo não é uma questão estética ou um crime de mutilação, o Conselho Federal de Medicina reconheceu que esta cirurgia tem uma finalidade terapêutica de adequar a genitália ao sexo psíquico. A obrigação para o médico é de meio em relação a cirurgia de adequação do sexo físico ao psicológico, pois este não pode garantir a cura mental de paciente, entretanto, em relação a realização de forma normal das necessidades fisiológicas é de resultado. Com este fim terapêutico, conclui-se que o médico não detém responsabilidade penal, sendo decorrente de seu exercício regular da profissão.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do presente trabalho será utilizado a pesquisa bibliográfica e documental, ao qual será utilizado a doutrina, jurisprudência e legislação usando-se o método dialético, tendo em vista ser um método de interpretação dinâmica ao qual considera que fatos não podem ser tratados fora de um contexto econômico, social e político.

(RESULTADOS) . A inserção social e profissional do indivíduo torna-se difícil por causa da rejeição familiar e da sociedade. No mesmo sentido, o desemprego não tem relação com a incapacidade, mas é favorecido pela inadequação do registro civil à sua aparência.

(CONCLUSÃO) Desta forma, depois de feito o presente estudo percebe-se que para o Transexual, não basta apenas a cirurgia de mudança de sexo, deve haver medidas que possibilitem a este não se expor a situações vexatórias para sua inclusão na sociedade

O PRINCIPADO E O DIREITO INTERNACIONAL ROMANO

Autor(es):

Maxuel Batista de Araujo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Fernando José Fernandes Cavalcanti: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Wesley Tiago Antunes de Lima: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Breve descrição entre o Instituto Principado, instituído a partir de Julio Cesar, continuado por Otávio Augusto e Tibério Cesar principalmente, analisando da ótica do direito romano, observando a centralização do poder em torno do princeps e sua relação com as provincias romanas, como por exemplo a Judéia, que além das Leis Romanas, naquela provincia do Império, se applicava tambem as leis locais, como a Lei Mosaica.

(METODOLOGIA) Pesquisa Bibliografica em livros de História do Direito Romano.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos foi a observação mais clara de como o Direito influenciou outros povos e como estes absorveram e adaptaram as Leis de Roma a Leis Locais, configurando como um ensaio preliminar do que hoje chamaríamos de Direito Internacional.

(CONCLUSÃO) Diante das investigações, análises e comparações como por exemplo dos costumes e leis locais da provincia da Judeia, viu-se que no caso envolvendo o Galileu Jesus, tanto se applicou a Lei Romana quanto a Lei Mosaica. Observando assim uma espécie de conjugação da Leis que estropolam as meras fronteiras territoriais.

ABORTO DE BEBÊS ANECÉFALOS

Autor(es):

Layr Rodrigues da Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Bárbara Thiane de Medeiros Almeida: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Yasmin Maia Delfino Oliveira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A anencefalia é a má formação rara do tubo neural acontecida entre o 16º e o 26º dia de gestação, caracterizada pela ausência parcial do encéfalo e da calota craniana. Tal anomalia leva invariavelmente a inviabilidade do feto e, conseqüentemente, a morte prematura do bebê. Sobre este fato, incide a discussão jurídica acerca da possibilidade *ope juris* de determinar o aborto do feto anencéfalo. Os embates teóricos sobre a interrupção da gestação de um bebê com tal anomalia e o questionamento sobre a legitimidade das decisões jurídicas sobre o aborto nesse caso específico, se insere sobre o contexto hermenêutico do choque entre princípios jurídicos, a saber: da dignidade humana, referente a mãe – e o direito a vida - referente ao bebê. Sobre esta temática versa ainda, o contexto da ausência de previsão legal sobre tal ato, o que levaria a um questionamento da legitimidade qual tem o magistrado em decidir em favor do mesmo, e as formas qual se utiliza para justificar sua posição. Do outro lado, sem o respaldo legal, os médicos amparados em seu código de ética, se negam a prestar assistência a essas gestantes temendo as sanções vigentes.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma questão social que convoca o direito positivo a um posicionamento específico que, contraria os paradigmas da própria ordem jurídica, sendo seu estudo, portanto, de fundamental relevância para o aprimoramento da ciência do direito. O tema será abarcado pelo viés da Escola da Jurisprudência Sociológica, de origem norte-americana, com principal aporte teórico nas ideias de Oliver W. Holmes, assim como a Jurisprudência dos Interesses com aporte teórico em Rudolf Von Jhering. Constitui-se numa pesquisa de cunho teórico, de fonte bibliográfica e documental, juntamente com a utilização exemplificativa de estudo de caso, que será constituído pela análise de uma decisão judicial modelo (RE STF/20.441).

(RESULTADOS) O fato da resolução nº 1.752 de 8 de setembro de 2004 do Conselho Federal de Medicina (CFM) considerar esses fetos como “natimortos cerebrais” e afirmar que estes possuem “inviabilidade vital” por ausência de cérebro, tem servido como fundamento para os magistrados arbitrarem sobre o destino desse feto, em oposição aos argumentos positivistas de visão pragmática e racional do ordenamento jurídico, apontando para um viés zetético de abordagem do direito positivo, no sentido que abre para inclusões de ordem social às decisões judiciais. De acordo com o Acórdão sobre anencefalia do Supremo Tribunal Federal (RE STF/20.441) e o voto do ministro Joaquim Barbosa que afirma que sendo a vida extra-uterina inviável, a antecipação do parto não pode ser considerada crime. Sendo assim, para ele, deve prevalecer a dignidade da mulher, o direito de liberdade de escolha que melhor representa seus interesses pessoais, suas convicções e crenças. Desse modo, a corte tem levado em consideração em sua decisão, os efeitos concretos que serão decorrentes da mesma, no sentido de mesurar os termos e legitimar a própria decisão em critérios finalístico-empíricos.

(CONCLUSÃO) A questão sobre a legitimidade do aborto de anencéfalo gira em torno do conflito entre princípios jurídicos, tendo em vista a lacuna legal existente, resolvido pela hermenêutica jurídica, em especial pela Jurisprudência Sociológica e dos Interesses. A análise do caso concreto mostra que os magistrados fundamentam seus argumentos basicamente em dados oriundos do mundo empírico, seja os efeitos da decisão sobre a mãe ou os dados oriundos de avaliações médicas.

USUCAPIÃO FAMILIAR

Autor(es):

Marcel Fernandes de Oliveira Rocha: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Izabel Maria Caldas Xavier: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Samuel Germano de Aguiar Júnior: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Cláudio Márcio Valença Pascoal: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Jose Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: FARN
Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo se destina a explicar a recente inclusão do art. 1.240-A ao Código Civil Brasileiro pela Lei nº 12.424 de 16 de junho de 2011, a qual traz em seu dispositivo uma nova modalidade de usucapião, denominada pela maioria doutrinária por usucapião familiar. A palavra usucapião advém do latim, usucapio, que seria “adquirir pelo uso”. Este instituto vem previsto tanto no Código Civil como na Constituição Federal, possibilitando a aquisição da propriedade em decorrência de uma posse contínua, desde que sejam preenchidos os requisitos exigidos em lei. Dessa forma, esta nova modalidade traz forte relevância jurídica, por permitir que um dos cônjuges, ex-cônjuges, companheiros ou ex-companheiros proponha contra o outro a pretensão de usucapir a parte que a este pertencia. Assim, a parte que continua a habitar o imóvel, passará a titularizar a integralidade da propriedade, outrora mantida em regime de condomínio entre o casal (meação).

(METODOLOGIA) A pesquisa será realizada mediante busca bibliográfica, cuja seleção acontecerá em caráter de obras que tracem uma análise positiva a respeito dessa nova possibilidade de usucapir. Os sujeitos que nela se inserem são expressamente determinados por lei, os quais já foram mencionados. No entanto, por tratar-se de fato novo serão precários os documentos que possam ser explorados pela pesquisa metodológica.

(RESULTADOS) : Sabendo que essa idéia teve origem a partir do Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida, tratando-se de mecanismo de incentivo à aquisição de imóveis urbanos para famílias de baixa renda, gerando segurança jurídica e regularização imobiliária; além de proteger o cônjuge que rompeu união estável ou sociedade conjugal, mas que ainda permanece residindo no imóvel. Trata-se de uma modalidade de usucapião especial urbana, devendo possuir os mesmos requisitos desta, além dos requisitos específicos que a tornam peculiar. A usucapião familiar está gerando uma divergência acerca do posicionamento doutrinário, como aqueles que seguem contrariamente a ela, por entenderem que a lei, dessa forma, estimula a disputa patrimonial do casal e ainda provoca uma discussão sobre a culpa no rompimento da relação pelo abandono do lar. E, por outro lado, o qual o corpo do trabalho se familiarizará, essa nova modalidade de usucapião é vantajosa por contemplar o cônjuge ou companheiro desamparado. Visando àqueles que se encontra em uma situação de abandono, desde que não tenha outro imóvel, a se tornar titular daquele bem em que reside.

(CONCLUSÃO) Diante das menções ora feitas, entende-se que o novo instituto inserido recentemente trará uma nova modalidade de usucapião, a qual tenta proteger aquele cônjuge ou companheiro que se encontra em situação de abandono, tentando estimular a aquisição de propriedade urbana para as famílias que passam por dificuldades econômicas. Possibilidade esta que terá uma relevância nas sociedades conjugais e na seara jurídica, civil em face da família e do direito a propriedade.

O PROBLEMA DA REINserÇÃO SOCIAL DO PRESO, DEVIDO AO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Amanda Oliveira da Câmara Moreira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Juliana de Araújo Pereira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
João Carvalho Fernandes de Oliveira Filho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho buscará suscitar a problemática acerca da dificuldade do preso em ser reinserido na sociedade, devido ao falho atual sistema carcerário brasileiro, na qual os apenados costumemente têm seus direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana e, principalmente, seus direitos de preso violados. Dessa forma, tentará destacar uma necessidade da consciência do governo e da sociedade, comunidade em relação às condições do apenado. Mostrando que a realidade do apenado é caótica em todo o país, como mostraremos casos em alguns estados brasileiros.

(METODOLOGIA) A utilização de pesquisa bibliográfica será realizada pelos métodos dialético e dedutivo, como também análise de alguns tópicos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário realizada em 2007, da proposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de reportagens (como forma de analisar casos concretos de forma comparada), de códigos, leis e Constituição Federal Brasileira sendo cruciais para levantarmos as questões elucidativas do trabalho e as soluções para o mesmo, como também iremos utilizar o posicionamento de alguns doutrinadores para mostrar que o conteúdo elucidado da lei, não acontece na prática, e divergem as opiniões de alguns casos de autor para autor, a qual seria dar condições necessárias para a ressocialização do preso.

(RESULTADOS) A partir da pesquisa realizada observamos dados presentes em jornais e reportagens acerca da realidade carcerária no país, elencamos casos em alguns estados brasileiros, e a partir daí percebermos que o problema não está concentrado apenas em um estado, e sim, engloba todo o país, dessa maneira mostraremos que realmente é difícil existir ressocialização, enquanto a estrutura física, profissional, burocrática e psicológica dos estabelecimentos penais não for modificada. Ao mesmo tempo em que foi explanada a problemática da reinserção social e da superlotação do sistema carcerário, incidindo, também, possíveis soluções para o problema suscitado através de propostas do Conselho Nacional de Justiça e de associações que protegem os presos, como a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), por exemplo.

(CONCLUSÃO) A partir dos resultados obtidos, encontrados nas soluções, poderemos então, chegar à conclusão que: o atual sistema carcerário brasileiro encontra-se falho e corrompido dentre outros problemas como a superlotação carcerária, não dando condições mínimas e necessárias ao apenado para sua reinserção social, mesmo o Conselho Nacional de Justiça, em sua resolução número 96, juntamente com a APAC darem alguma esperança de ressocialização e uma chance de conseguir encontrar ao menos um emprego ao ser mais um egresso do sistema carcerário brasileiro. Mostrando que está longe da perfeição, porém, há um caminho a ser seguido para a melhoria do sistema.

A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MASSA AOS OLHOS DO TRIBUNAL DO JÚRI

Autor(es):

Alexandre de Souza Arrais: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Zita Hortencia Monteiro Maia: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo discutir a pertinência do tribunal do júri em julgamentos de grande repercussão nacional, tendo em vista o fato de o referido instituto apresentar uma grande vulnerabilidade as possíveis influências advindas do grande poder de divulgação dos meios de comunicação em massa. A falta de preparo jurídico por parte dos integrantes do referido instituto implica na possível formulação pelos mesmos de pré-julgamentos, o que em um contexto posterior vem a atingir diretamente determinados dispositivos constitucionais.

(METODOLOGIA) Para desenvolver este estudo adotou-se o método de abordagem dedutivo, haja vista que o mesmo está pautado no ordenamento jurídico, em algumas posições doutrinárias existentes acerca do tema e em pesquisas de caráter histórico e bibliográfico. O que posteriormente poderá contribuir para uma melhor reflexão e ação acerca da temática abordada. No primeiro momento nos utilizamos da pesquisa de cunho bibliográfico, procedendo a leituras e discussões de dispositivos constitucionais que versão sobre a temática desta produção acadêmica, bem como a utilização das lições balizadas na melhor doutrina sobre o assunto e demais produções literárias que vieram a contribuir para o bom desenvolvimento deste trabalho. Foram utilizadas ainda pesquisas virtuais em sites da área jurídica ou afim, por meio de artigos eletrônicos.

(RESULTADOS) Os principais resultados obtidos com a realização do trabalho estão intimamente ligados à questão que corresponde à força vinculativa no âmbito da comunicação, quando esta vem a influenciar indistintamente indivíduos que possivelmente podem vir a compor o corpo de um tribunal do júri, levando-os a analisar determinados casos guiados por um pré-julgamento o que implica na total perda da imparcialidade, sendo esta, um fator essencial para esse procedimento. Os pré-julgamentos concebidos pelos integrantes do júri atingem diretamente os direitos assegurados ao acusado, sendo um deles a presunção da inocência, que é um princípio resguardado pela Constituição. Partindo do pressuposto de que a imparcialidade é algo essencial para um julgamento justo, a partir do momento que os membros do tribunal do júri julgam de forma parcial o acusado, estes excluem a possibilidade do mesmo de obter uma sentença pautada em critérios de justiça.

(CONCLUSÃO) Tendo em vista a existência de um conflito entre a liberdade de imprensa e o princípio da presunção de inocência, é possível concluir que em situações que tais direitos estejam em questão é imprescindível à utilização da ponderação de direitos, que tem por finalidade estabelecer, no caso concreto, qual direito deve ser priorizado. Em decorrência da grande influência proveniente da atuação dos meios de comunicação, é possível analisarmos que em algumas circunstâncias, em nome da preservação de alguns direitos fundamentais assegurados ao acusado, tem a mídia o condão de melhor filtrar as informações transmitidas à população, contribuindo assim para florescimento da justiça social, que irá proporcionar ao nosso país julgamentos considerados sadios, que estejam em acordo com a verdade e com a justiça.

A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E A PERDA DE UMA CHANCE

Autor(es):

Anderson Kleiton de Carvalho: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Henrique Batista de Araujo Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A apresentação deste trabalho, não será usada como argumento de autoridade nem como fútil exercício de erudição. Como diz o jurista Rafael Peteffi “o canteiro de obras é a responsabilidade civil e nós estudantes e doutrinadores somos a arquitetura dessa construção”. Para melhor compreender a perda de uma chance, faz-se necessário refletir sobre a evolução da responsabilidade civil, haja vista ser a culpabilidade ou nexos causal decorridos de um ato culposos ou dolosos por vontade alheia. Cujos fatores contribuintes para essa evolução são as novas tecnologias, o desenvolvimento sócio-econômico e a progressão habitacional, que requer uma precisão maior para a resolução de atos ilícitos e para que os prejuízos causados sejam reparados. Por mais que ainda seja um tema muito pouco discutido e utilizado, A Perda de Uma Chance já têm uma quantidade considerável de Teorias de origens italiana, inglesa, norte-americana e francesa, esta última em destaque por ser a pioneira dos estudos e pesquisas desenvolvidos pela jurista Nancy Levit. Antigamente utilizava-se somente da responsabilidade civil subjetiva, o famoso modelo utilizado no Estado Liberal, tinha como base o individualismo e a subjetividade da culpa dos danos causados, diferentemente do ordenamento jurídico atual, que desenvolveu diversas espécies de responsabilidade civil, inclusive o dano moral e mesmo que em poucos casos a perda da chance, causados pelo aumento dos interesses, das lesões de direitos em virtude da densidade progressiva da população e da diversidade múltipla das atividades tecnológicas tanto relacionadas ao solo quanto aos negócios. Com isso, percebe-se que junto à evolução das sociedades faz-se necessário uma evolução da responsabilidade civil, como a “coletiva” (responsabilidade solidária). Portanto, a expansão da aplicabilidade da “nova espécie” de dano só depende dos estudos e análises mais intensos sobre o tema, com pleno foco ao prejuízo da vítima.

(METODOLOGIA) O estudo a ser apresentado baseia-se em pesquisa bibliográfica, em particular, nas obras dos professores Rafael Peteffi da Silva, intitulada “Responsabilidade civil pela perda de uma chance”; Sergio Savi, “Responsabilidade Civil por Perda de Uma Chance”; além de jurisprudencial.

(RESULTADOS) O que se pretende apresentar é que de fato é possível aplicar a perda da chance como um dano autônomo e reparável, embora existam diversas formas para ser aplicada e que será exclusivamente dependente do caso concreto. Pois, são discutidas a possibilidade, o lugar e as vias de acolhimento da teoria da Perda de Uma Chance no direito civil brasileiro. Pelo sistema que temos e as novas tecnologias ajudam no entendimento de que a chance perdida além de ter condições para ser considerada como um dano quantificável, reparável e amplamente aprovado tanto no Brasil quanto em grande escala na França, Itália, Inglaterra e EUA. Esse novo instituto da responsabilidade civil traz melhores resultados para os prejuízos das vítimas, as quais são impedidas de obter uma vida melhor ou por impedimento de terceiros não podem realizar o que esperavam (a oportunidade).

(CONCLUSÃO) O trabalho tem a pretensão de apresentar mais uma nova forma de reparar os prejuízos causados por atividades ilícitas dos agentes e que por falta de maiores estudos, são esquecidos. Em especial, refletir sobre a compatibilidade da Perda de Uma Chance com o ordenamento jurídico brasileiro e, com efeito, tratar de complexos e probabilísticos conflitos dos fenômenos sociais, já que o direito deve considerar a incerteza como parte integrante das soluções jurídicas. Por fim, pretende-se com as visões do novo mundo e com sua adequação, com base nos princípios solidaristas, encontrar melhor entendimento frente à interlocução entre estudos e jurisprudências, e os diversos ordenamentos jurídicos.

A PERSPECTIVA DO PARTICIPANTE E DO OBSERVADOR DO DIREITO.

Autor(es):

Ricardo Amaury Vasconcelos: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordao
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A apresentação deste trabalho, na forma de palestra com o uso de recurso audiovisuais pretende colocar em discussão o conceito de Direito. A formulação de tal conceito deve estar baseada nos seguinte tripé: legalidade conforme o ordenamento jurídico, eficácia social e correção material. Conforme os pesos entre esses três elementos é repartido surgem conceitos de direito completamente diferentes. Tais interpretações serão feitas, a priori, por dois grupos de participantes do processo que nem sempre serão coesos, ao contrário, talvez sempre sejam antagônicos entre si, que são o grupo dos observadores do direito e o grupo dos participantes do direito. Esta dicotomia é ambígua. Procuraremos apresentar a seguinte interpretação: a perspectiva do participante é adotada por quem, num sistema jurídico participa de uma argumentação sobre o que nele é ordenado, proibido, permitido e autorizado. No centro da perspectiva do participante está o juiz. Quando outros participantes tais como juristas, advogados, ou cidadãos interessados no sistema jurídico apresentam argumentos a favor ou contra determinados conteúdos do sistema jurídico, eles se referem, em última instância, a como um juiz deveria decidir. A perspectiva do observador é adotada por aquele que não pergunta o que é a decisão correta num determinado sistema jurídico e sim como de fato se decide em determinado sistema jurídico. Aqui a pluralidade dos três elementos supra mencionados foi reduzida a um aspecto: parte-se de um conceito de direito que inclui o conceito de validade. Outra forma simplificada seria produzida ao se colocar uma distinção em primeiro plano: aquela existente ente a perspectiva do observador (o ponto de vista externo) e a perspectiva do participante (ponto de vista interno). Para o observador que pretende responder afirmativamente a esta questão, faz-se mister evidenciar que o caráter jurídico de normas ou de sistemas normativos perde-se quando se ultrapassa determinado limiar da injustiça ou da desigualdade.

(METODOLOGIA) O estudo a ser apresentado baseia-se no livro de Robert Alexy, sob o título "Conceito e Validade do Direito" e do livro de autoria de Humberto Ávila, sob o título "Teoria dos Princípios".

(RESULTADOS) O que se pretende apresentar é a enorme diferença interpretativa que existe nas sentenças de direito que, por seguirem correntes de entendimento de cada julgador, não confere ao observador do direito um entendimento unívoco a cerca dos fatos, da fundamentação e da parte dispositiva de uma sentença. Por outro lado o próprio participante do direito, inconformado com a decisão proferida, não compreende a extensão da decisão que foi tomada e por algumas vezes não percebe os conceitos e validade do direito que basearam a decisão do julgador. O trabalho não pretende esgotar o assunto, pelo contrário, pretende, ao inseri-lo no meio acadêmico, provocar o exame e discussão da reciclagem de conceitos, permitindo a classe acadêmica o debate franco e a propositura de novas teses.

(CONCLUSÃO) O trabalho não tem a pretensão de ser conclusivo, pelo contrário, pretende abrir o debate no meio acadêmico sobre o tema, e procura com a sua apresentação a formação de um grupo de estudos sob orientação do corpo docente, para o aprofundamento da temática.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O FENÔMENO DA TERCEIRIZAÇÃO COMO MODALIDADE FLEXÍVEL DE EMPREGO: ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS

Autor(es):

Thalita Dayse de Souza Costa: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como escopo discorrer acerca do fenômeno da terceirização, realizando uma breve análise sobre a sua origem, permeando ainda em seu processo de evolução histórica e suas consequências, utilizando-se para tanto sobretudo de métodos explicativos e dedutivos. Segundo Giosa (1993, p. 14), terceirização “é a tendência de transferir, para terceiros, atividades que não fazem parte do negócio principal da empresa”, ou “é uma tendência moderna que consiste na concentração de esforços nas atividades essenciais, delegando a terceiros as complementares”, ou “é um processo de gestão pelo qual se repassam algumas atividades para terceiros – com os quais se estabelece uma relação de parceria – ficando a empresa concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua”. O processo de terceirização teve origem nos Estados Unidos, tendo despontado posteriormente a Segunda Guerra Mundial, momento em que as indústrias bélicas estavam em crescente desenvolvimento porquanto necessitavam de constante aumento na produção devido a elevada demanda, bem como careciam de maior aprimoramento nas técnicas de produção. Diante desta conjuntura sócio-política e econômica, houve a transferência dos serviços secundários relacionados à produção armamentista para as prestadoras de serviços. Nesse diapasão, tal conduta virou tendência internacional, ganhando assim proporções mundiais. No Brasil, a terceirização ganhou espaço a partir do ano de 1950, mormente com as indústrias automotivas, as quais transferiam à terceiros a atividade-meio, incumbindo-se apenas da atividade-fim. Hodiernamente, no tocante a sua regulamentação, é imprescindível atentar para o embate existente entre a súmula 331 do TST e a Ação Direta de Constitucionalidade nº 16 do STF.

(METODOLOGIA) No afã de proporcionar um melhor desenvolvimento deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, bem como leituras e análises de artigos disponíveis nos acervos virtuais relacionados com a temática proposta.

(RESULTADOS) Através deste trabalho de pesquisa busca-se: a) realizar uma breve exposição sobre a origem da Terceirização no Brasil e no mundo, bem como do seu processo de evolução histórica; b) compreender o seu funcionamento e embasamento jurídico; c) por fim, fomentar no público ouvinte o senso crítico no tocante as consequências positivas e/ou negativas oriundas de tal fenômeno; d) traçar um paralelo entre a súmula 331 do TST e a ADC nº 16 do STF.

(CONCLUSÃO) Ao analisarmos a pesquisa discorrida podemos inferir que o fenômeno da terceirização consiste em uma modalidade flexibilizadora de emprego a qual traz consigo diversas consequências tanto para o empregado quanto para o empregador. Conforme Vieira (apud Oliveira, 1994, p. 129), “terceirizar é buscar racionalmente os melhores resultados em escala de produção, a maior flexibilidade operacional e uma adequada redução de custos administrativos, juntamente com a concentração e a maximização de oportunidades para enfrentar o mercado. Terceirizar é uma escolha consciente, que leva a empresa a aumentar sua eficiência e a melhorar seus resultados”. Por outro lado, é irrefutável que tal processo colabora, mormente para a precarização das relações trabalhistas, vez que põe em xeque o princípio da proteção, bem como os Direitos mínimos dos trabalhadores preconizados na Magna Carta, sem contar que traz consigo uma considerável perda material, financeira e moral para os empregados. Por fim, é salutar trazer a baila que o princípio da proteção, norteador do Direito do Trabalho encontra-se ameaçado com a declaração de constitucionalidade do artigo 71, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 em detrimento da Súmula 331 do TST.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

JUSNATURALISMO MODERNO E POSITIVISMO JURÍDICO – RELAÇÕES ENTRE PARADIGMAS DO DIREITO

Autor(es):

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Flávio Macedo Freire
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa que aqui se apresenta tem como escopo verificar a relação entre o Jusnaturalismo Moderno (séculos XV a XVIII), ou Doutrina Clássica do Direito Natural, e o Positivismo Jurídico, o qual eclodiu no século XIX. Assim, examinando como se caracteriza cada um desses paradigmas do direito, e como tais paradigmas se relacionam entre si, tenta-se perceber se a Doutrina Clássica do Direito Natural – Jusnaturalismo Moderno – pode, ou não, ser considerada prenúncio do Positivismo Jurídico. É válido ressaltar que existe na atualidade a necessidade de um novo paradigma do direito (MÜLLER, 2009), o que exige observações atentas dos paradigmas passados, motivo pelo qual se pretende justificar a pesquisa que se apresenta. A problemática da pesquisa se apresenta através de uma comparação. Dentre os propósitos do Jusnaturalismo Moderno (séculos XV a XVIII), ou Doutrina Clássica do Direito Natural, encontramos a tentativa de reconhecimento dos direitos naturais por meio de um sistema político-jurídico (Estado) que possa efetivamente resguardar os direitos individuais consagrados pelo Direito Natural (Pré-Estatal). A gradativa positividade dos direitos naturais na modernidade se configura como o prenúncio do Positivismo Jurídico, que somente veio a eclodir no século XIX?

(METODOLOGIA) Considerando-se, para a pesquisa aqui trazida, as grandes vertentes da pesquisa jurídica, afirma-se a vinculação à linha crítico-metodológica (GUSTIN; DIAS, 2006: 21). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica documental, a qual se desenvolve a partir da leitura de textos, em especial a obra *O Positivismo Jurídico*, de Norberto Bobbio, além do conteúdo apreendido quando do estudo da disciplina Filosofia Jurídica, no 4º período do curso de Direito. Utiliza-se, em grande parte, do raciocínio dedutivo e do método de procedimento histórico e comparativo.

(RESULTADOS) Considerando o caráter parcial da pesquisa, a qual se pretende aprofundar em momento futuro para a elaboração de artigo científico, apresenta-se o resultado. Analisando as características que marcaram a Modernidade, palco da Escola Clássica do Direito Natural, além das “características fundamentais do positivismo jurídico” (BOBBIO, 2006, p. 131), cujos problemas foram expostos quando da realização da pesquisa, chega-se à descoberta de que a gradativa positividade dos direitos naturais na Modernidade não se tratava de direito positivo, e não a consideramos aqui nem como prenúncio, pois naquele momento o Estado existia para proteger o direito natural, não para criar o direito.

(CONCLUSÃO) Percebe-se, com o fechamento parcial da pesquisa, que cada momento da história e da filosofia do direito deve ser examinado cuidadosamente, para que se possa, cada vez mais, compreender os paradigmas do direito e, evitando ao máximo repetir erros, contribuir na construção de novos e melhores paradigmas, que possam estruturar a sociedade na qual vivemos.

SAMBA: RITMO DO DIREITO NO PAÍS DA CONTRADIÇÃO

Autor(es):

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Mario Sergio Falcão Maia
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa que se traz aqui tem como escopo verificar a materialidade da importância da legitimação do samba carioca como patrimônio cultural brasileiro. Pretende-se, com este trabalho, mostrar a legitimidade da declaração, pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), do samba carioca como patrimônio cultural do Brasil. Para isso, também se fazem necessárias algumas observações sobre a relação entre o samba e a realidade do nosso país; e sobre a importância de uma legislação voltada ao patrimônio cultural da nação – relevância esta que concretiza a justificativa da pesquisa que se apresenta. Se pudéssemos visualizar a História como um verdadeiro e concreto túnel do tempo e, assim, resolvêssemos caminhar por esse túnel em um espaço reservado à História do Brasil, o que veríamos? Essa pergunta hipotética poderia, filosoficamente, ser respondida de infinitas formas por cada um que se propusesse a adentrar o túnel, pois as impressões sobre os fatos trazem sempre uma carga subjetiva, da qual depende o olhar que enxerga o objeto antes de o pensamento emitir opinião. Os fatos, porém, são mais objetivos, estando – sob diferentes formas e versões, quase sempre injustas com as minorias – narrados nos livros, explícitos ou implícitos em documentos que também se apresentam de maneiras diversas. É sobre fatos que se produz este trabalho, para falar um pouco sobre o Brasil e o samba, numa perspectiva interdisciplinar. A problemática da pesquisa se expressa através de um questionamento, a priori, bastante objetivo: qual é a relevância da legitimação do samba carioca como patrimônio cultural brasileiro?

(METODOLOGIA) Considerando-se, para a pesquisa aqui trazida, as grandes vertentes da pesquisa jurídica, afirma-se a vinculação à linha crítico-metodológica (GUSTIN; DIAS, 2006: 21). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica documental, a qual se desenvolve a partir de uma perspectiva interdisciplinar, que envolve História, Cultura e Direito. Observa-se, em especial, a Constituição Federal e informações fornecidas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Utiliza-se, em grande parte, do raciocínio dedutivo e do método de procedimento histórico e comparativo.

(RESULTADOS) Com base na crença em uma imensurável contribuição da cultura africana à cultura brasileira devido à escravidão promovida pelos europeus colonizadores; com base na observação de profunda relação entre as letras do samba e a realidade da sociedade brasileira em diversos momentos da história do país; com base na constatação de que a filosofia jurídica que se debruça sobre o Direito Constitucional vive um momento novo, de valorização da materialidade, do conteúdo das normas – tal momento chama-se neoconstitucionalismo e pode ser entendido, em linhas gerais, na análise sintética de Pietro Sanchis em *El constitucionalismo de los derechos* –, numa tentativa de acompanhar o processo dinâmico que move a história; acredita-se que o reconhecimento do samba carioca como patrimônio cultural imaterial do Brasil traz consigo a relevância da caracterização do direito como instrumento de garantia da perpetuação da cultura brasileira.

(CONCLUSÃO) Percebe-se, com o fechamento da pesquisa, que o samba, como objeto de análise para uma pesquisa sobre o patrimônio cultural brasileiro e as garantias legais sobre ele depositadas, mostra-se uma fonte rica de informações e, também, de orientações. A percepção da necessidade de preservação dos bens culturais e sua concretização são sinais de avanço das questões jurídicas pautadas no país. O direito alcança o passado, o presente e o futuro: vive melhor o povo que respeita o passado, o suor e o sangue daqueles que construíram o país; o povo que garante às gerações futuras a dignidade do direito de conhecer e respeitar esse passado. Assim, o direito pode garantir sua perpetuação, à medida que garante a perpetuação da cultura de uma nação.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

CNJ: EM BUSCA DE UMA JUSTIÇA LIMPA, PLENA E EFICAZ POR MEIO DA ATIVIDADE CORREICIONAL.

Autor(es):

Victor Manoel de Oliveira Nunes: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho de pesquisa versa sobre a função correicional desempenhada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), propondo que o Órgão tenha como escopo, investigar qualquer conduta dos magistrados quando houver suspeita de ilícito praticado no exercício da prestação jurisdicional, como assegura os Art.93, VIII e Art. 103-B III da nossa Magna Carta. Objetiva-se verificar o limite do controle e fiscalização nas atividades dos juízes, analisar dados referentes aos números de magistrados punidos pelas corregedorias de seus respectivos tribunais e indicar a relevância da atividade correicional. A necessidade de garantir uma justiça limpa, plena e eficaz, depende indubitavelmente de um Órgão neutro, alheio a vontade de seus pares, medidas estas indispensáveis para a concretização dos preceitos fixados pela Constituição Federal pátria.

(METODOLOGIA) Para a consecução do trabalho utilizou-se o método dialético, a partir da análise concreta dos aspectos essenciais do objeto de estudo: forma, conteúdo, fundamento jurídico, realidade, constituição, histórica e evolutiva. A pesquisa é baseada no Direito Constitucional, no qual a Carta Magna, base do ordenamento jurídico brasileiro, assegura, a função fiscalizadora e punitiva do Conselho; bem como na Resolução nº135 do CNJ, que dispõe de normas referentes ao procedimento administrativo disciplinar, preponderante na atuação lícita dos juízes.

(RESULTADOS) As estatísticas da Corregedoria demonstram o quão efetivo é a punição dos “bandidos vestidos de toga” por parte do CNJ. Desde o início de sua atividade (2005), correm 35 processos contra desembargadores e 115 ações disciplinares contra magistrados de 1ª instância; Destes, 20 desembargadores e 49 magistrados já sofreram algum tipo de sanção. Só no ano de 2010, 21 juízes foram punidos, sendo 15 por aposentadoria compulsória, 5 por afastamento temporário e 1 juiz posto a disponibilidade. De acordo com as informações obtidas, vendas de sentenças, tráfico de influência e desvios de verbas públicas foram algumas das condutas ilícitas mais comuns utilizadas pelos membros da magistratura. É salutar mencionar, por meio do relatório feito pelo CNJ, do quão ineficiente é a corregedoria de diversos tribunais de instâncias inferiores dos Estados, quanto à aplicação de sanção, seja decorrente da inércia no animus de punir por parte dos julgadores, ocasionando a morosidade na abertura de apuração da sindicância, acarretando em muitos casos a prescrição administrativa; ou na ausência de documento fundamental para a propositura da ação. Notório retrato é presenciado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no qual, desde o ano 2000, 5.943 processos foram arquivados, e apenas 89 magistrados foram punidos. Desses, 36 sofreram advertência, 36 sofreram censuras, 5 remoções compulsórias, 11 foram postos em disponibilidade e 1 foi aposentado compulsoriamente.

(CONCLUSÃO) Com o presente estudo, pode-se concluir que apesar das corregedorias dos 27 tribunais do país exercerem relevante papel no combate a corrupção dos magistrados, elas não são eficazes quanto a célere e plena aplicação da pena, visto depender de quórum mínimo dos respectivos conselhos para que ocorra a abertura do processo administrativo, bem como a total parcialidade que há, quando julga-se colegas de profissão presente na convivência diária. Visando tais considerações, é indubitavelmente fundamental a atividade correicional exercida pelo CNJ, visto ser um alicerce na busca incessante por um modelo ideal de probidade, sob pena de haver uma injusta justiça por meio de decisões contraditórias, morosas e ineficazes.

O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA RÚSSIA EX-SOVIÉTICA.

Autor(es):

Vassili Salomaovitch Barinov Gurgei: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Marcelo Mauricio da Silva
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Direito do Trabalho, relata, de forma concisa, a evolução dos direitos econômicos e o mais principal, o direito de cada homem ao trabalho que lhe proporcione a existência digna. No Brasil a codificação das normas trabalhistas resultou nos anos 40 em código trabalhista sob a nomenclatura oficial de Decreto-Lei nº5452/43, amplamente conhecido como a Consolidação das Leis do Trabalho. Este diploma foi incorporado sucessivamente por todas as constituições posteriores e ainda hoje é mais importante junta das normas trabalhistas vigente no país. Os outros Estados, no entanto, tem seus próprios meio de lidar com a regulamentação do trabalho. O mais interessante como foi regularizado o Direito do Trabalho na extinta União Soviética e a Rússia moderna, pois o direito de homem a trabalho sempre foi a bandeira dos países socialistas, que apesar de tudo deixaram de existir, deixando o legado trabalhista e os problemas decorrentes para as nações em construção.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada no trabalho consiste em pesquisa doutrinária, tendo por base o livro “O Direito de Trabalho” sob a redação de Lushnikovaya M.V, estudo da literatura trabalhista brasileira. A jurisprudência na Rússia tem valor pouco relevante na interpretação do Direito, sendo meramente utilitária para preencher as lacunas nas normas vigentes.

(RESULTADOS) No período de 1917 a 1991 a União Soviética produziu edições dos códigos trabalhistas: Código das Leis sobre o Trabalho de 1918, Código das Leis sobre o Trabalho de 1922, este com sérias emendas stalinistas no período de 1930 a 1938 e por fim Código das Leis sobre o Trabalho de 1971, sendo o último mais liberal de todos e que sobreviveu a derrocada do Estado Soviético por dez anos, sendo substituído por Código do Trabalho da Federação Russa em 2001. O último código manteve sérias garantias soviéticas, assim como a estabilidade empregatícia para amplos setores trabalhistas, licenças extensivas e prêmios coletivos, mas também impões importantes inovações, tais como o conceito do salário mínimo que substituiu a tarifa-base, implantação da natureza tripartite do salário (salário base, compensações e estímulos), flexibilização da jornada de trabalho, princípio da unicidade sindical e maior poder as convenções coletivas.

(CONCLUSÃO) Concluindo, o Código de Trabalho é uma forma transitória de manter unificados os direitos dos trabalhadores adquiridos na época soviética e desafios do mercado capitalista. A doutrina russa critica o CT por não conter as normas completas sobre o processo trabalhista, lacunas sérias, como a falta de regulamentação do dano moral oriundo das relações do trabalho, “civilização” e “administrativização” da normas, entre outras tantas. Hoje, tem vários projetos do novo Código do Trabalho no Parlamento que preveem a continua minimização dos direitos trabalhistas e maior liberdade ao empregador, inclusive o próprio Estado e dependerá muito da sobriedade do legislador o futuro do Direito de Trabalho na Rússia.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO - UMA ANÁLISE DA CRÍTICA RETÓRICA

Autor(es):

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Mario Sergio Falcão Maia
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A obrigatoriedade da decisão e a necessidade de fundamentá-la no direito Estatal é o que caracteriza o mundo do jurista praticante moderno (FERRAZ JR.). A pesquisa que ora se apresenta parte dessa constatação, pretendendo analisar as justificativas fornecidas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal brasileiro quando da decisão de hard cases interpretativos. Trata-se de contemplar a argumentação do jurista no exercício do seu ofício cotidiano, com o objetivo de identificar regularidades retóricas que indiquem a existência de um processo de dogmatização, especialmente no que diz respeito aos argumentos referentes à interpretação e à aplicação do direito. A pesquisa específica encontra-se vinculada a um projeto mais amplo, intitulado “Dogmática Neoconstitucional: uma análise a partir do discurso de interpretação e aplicação do direito”, como parte do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN).

(METODOLOGIA) A pesquisa encontra-se em sua fase inicial: a formação do corpus de análise. A escolha dos processos concluídos no STF se deve ao seguinte: (1) ao relativo sucesso do processo de digitalização de documentos nesse Tribunal – que permite uma ampla base de dados; (2) à qualificação jurídico-dogmática dos participantes dos processos (a tendência é a de participação de atores mais experientes, capazes de lidar com as pressões específicas do litígio no Tribunal Constitucional); (3) ao papel de “guardião” da Constituição exercido pelo STF, que faz com que suas decisões tendam a ser rapidamente sistematizadas e divulgadas em verdadeiros best-sellers, formadores da cultura jurídica de grande parte dos estudantes de direito no Brasil; (4) ao aspecto fragmentado dos textos decisórios do STF (usualmente disponibiliza-se digitalmente os votos dos Ministros), fator útil à pesquisa, na medida em que permite uma melhor visualização das estratégias retóricas utilizadas pelos julgadores. Objetiva-se escolher casos jurisprudenciais nos quais o elemento interpretativo esteja em destaque. Para isso foi realizada pesquisa no sítio virtual do Supremo Tribunal Federal, no ambiente de busca de jurisprudência, utilizando-se do filtro “interpretação conforme a constituição”. Isso se deve a o significado técnico que tal expressão assume no vocabulário do jurista. A técnica de “interpretação conforme” tem origem alemã e foi amplamente utilizada pelo Tribunal Constitucional desse país (MÜLLER).

(RESULTADOS) O resultado da busca referida foi uma amostragem ampla, composta por 131 (cento e trinta e uma) decisões. Com base na leitura das ementas dessas decisões foi possível identificar, em 17 (dezesete) delas, menções expressas à interpretação e à aplicação do Direito Constitucional. A efetiva menção dos argumentos interpretativos é fundamental para a realização da pesquisa, considerando seu perfil não ontológico. Assim, foi possível constituir o corpus a ser analisado no estágio seguinte da pesquisa.

(CONCLUSÃO) Em se tratando de pesquisa em andamento deve-se falar em hipótese, e não em conclusões. As hipóteses serão verificadas quando da análise dos textos dos votos completos das 17 decisões selecionadas. No processo de leitura das ementas e seleção de decisões foi formulada a seguinte hipótese: há um uso tecnológico de um referencial hermenêutico-filosófico por parte dos atores jurídicos, sendo possível relacionar esse uso à constituição da crença de objetividade e controlabilidade que funda o campo jurídico, no sentido formulado por Bourdieu.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A CONSTITUIÇÃO EM UMA ÓPTICA SÓCIO-ECONÔMICA: A MUTAÇÃO IDEOLÓGICA NA DÉCADA DE 90

Autor(es):

Emanuell Cavalcanti do Nascimento Barbosa: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Constituição da República Federativa do Brasil de cinco de outubro 1988 tem como embasamento de conteúdo diversas ideologias sócio-políticas que a fez ser um texto tendente aos anseios da direita, mas salvaguardando os interesses da esquerda tudo isso fruto do período ditatorial que precedeu a instalação da constituinte. Esta questão, hoje, possibilita uma indefinição não benéfica para o ordenamento jurídico, onde o que a constituinte escreveu não tem tido efetivação pelo Poder Executivo. Desse modo, o Poder Judiciário é chamado para solucionar as questões entre o que texto constitucional diz e o que efetivamente está, ou pode, ser realizado. Saber quais as razões disso e suas consequências é o intuito no presente trabalho.

(METODOLOGIA) Neste trabalho pretende-se refletir acerca da possível indefinição ideológica da carta magna brasileira e para tanto se fez necessário o método de leitura e análise de artigos e livros para alcançar e entender a opinião de outros autores sobre o tema, bem como de sua real procedência.

(RESULTADOS) É evidente que tentar produzir um perfil político-ideológico de uma constituinte é uma tarefa um tanto difícil e, em se tratando da constituinte brasileira, complexa. Diferentemente do sistema partidário de países como os Estados Unidos da América e da maioria da Europa Ocidental, o sistema brasileiro não detém partidos políticos com ideologia realmente própria e aplicável. Logo, a esquerda brasileira tem sido esquerda somente na oposição e direita no governo e nossa direita tem sido direita no governo e direita também na oposição. Por essa razão, a caracterização torna-se uma tarefa complexa. Para servir de exemplo pode-se dizer que a constituinte de 88 teve uma miscigenação grande no que tange aos partidos políticos, haja vista que do universo de 559 parlamentares, 278 pertenciam a um partido só, o PMDB, conhecido desde sua fundação por ser do “centrão”, dificultando, desse modo, a procura pela ideologia dominante. Por conseguinte, como consequência dessa indecisão tem-se o problema na efetivação dos direitos fundamentais prescritos na carta magna, pois muitas vezes são tachados de utópicos e frutos de uma reação rápida, com muita emoção e pouca razão, perante o fim da Ditadura Militar. O que não passa de uma retórica “baratíssima” da direita brasileira. Além disso, as mudanças advindas das emendas constitucionais da década de 90 modificaram ou ratificaram uma postura ideológica.

(CONCLUSÃO) De fato, fácil não é e nunca foi, nem nunca será, retirar o texto da constituição do papel e colocá-lo nas entranhas das relações sócio-econômicas. Entretanto, usar a indefinição econômica, ou taxar a carta constitucional de utópica em suas aspirações mais sociais não é a melhor saída. É necessário entender que se é difícil efetivar os Direitos Fundamentais com uma definição expressa na Lei Maior, imagine-se, então, como poderia ficar se não existisse uma defesa mais rígida e expressa dos direitos? Portanto, a questão primordial não é sempre efetivar, mas sempre procurar efetivar tendo ou não uma definição ideológica. Por fim, oficialmente, a Constituição Brasileira de 1988 tem como ideologia dominante o “capitalismo”, entretanto, a defesa dos direitos sociais é muito forte, o que vem gerando todas as controvérsias, controvérsias essas que advêm de uma constituinte miscigenada como a própria sociedade brasileira e por mudanças pontuais na década de 90.

ASSÉDIO MORAL - UM CASO CONCRETO (AMBEV) TRT 21ª REGIÃO

Autor(es):

Alice Maria Marinho Fernandes Serrano: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
José Janduir Rodrigues de Andrade: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Claudia Rogeria Domingos de Araújo: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Marcus Vinícius Fernandes Serrano: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Assédio moral consiste na tortura psicológica continuada a que é submetido o empregado. É praticado no âmbito da empresa, mas traz conseqüências na vida social do indivíduo, podendo ser exercitado pelo superior hierárquico. Alguns autores pesquisados sugerem que o psicoterror, é “toda e qualquer conduta abusiva, manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, por em perigo seu emprego ou degradar seu ambiente de trabalho”. A OIT (2002) tipificou alguns atos que caracterizam o assédio moral. Considerando a relevância do tema na atualidade, exporemos um caso concreto, processo registrado no TRT 21ª Região, em que a AMBEV (Companhia de Bebidas da América) submeteu um grupo de funcionários a situações vexatórias, através de tratamentos jocosos e apelidos no intuito de verem suas metas atendidas. O fato ocorreu no RN e a Justiça brasileira, amparada no Princípio da Dignidade Humana concedeu uma indenização de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Este trabalho pretende explorar a existência dos efeitos danosos do assédio moral, bem como sua reparação jurídica.

(METODOLOGIA) A pesquisa adotada foi do tipo bibliográfica, em consulta aos autores BARROS, Alice Monteiro (2011), à CLT, à Constituição Federal. O universo corresponde aos funcionários da AMBEV-RN. Os dados secundários foram coletados através do Processo N°00040. 2004-005-06-0 do TRT 21ª Região.

(RESULTADOS) Partindo dos pressupostos citados, realizamos o estudo de caso concreto tendo como autores funcionários, onde ficou caracterizado o assédio moral nas relações de trabalho por parte da ré, a AMBEV. O empregador, através de funcionários hierarquicamente superiores, coagia os seus vendedores, objetivando atingir metas de produção, e para tanto, se valiam de assédio moral, físicos e psicológicos, tal como a utilização de camisetas com apelidos jocosos, danças vexatórias, brincadeiras humilhantes e a obrigação de realizarem flexões como no regime militar.

(CONCLUSÃO) O tema assédio moral nas relações de trabalho está em voga na atualidade mundial e cada vez mais os trabalhadores têm consciência de seus direitos. A partir de 1988, com a promulgação da nossa Carta Magna, recheada de princípios, entre eles o da dignidade da pessoa humana, passou-se a observar, com mais rigor, práticas abusivas nas relações laborais. Através deste caso concreto foi possível observarmos a abrangência e repercussão na sociedade, bem como suas conseqüências que culminaram com a decisão no TRT 21ª Região, favorável aos autores indenizados por danos morais em R\$ 10.000,00 para cada trabalhador.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DESproporção PUNITIVA DO DIREITO PENAL: ANÁLISE SOBRE O ASPECTO ECONÔMICO POR TRÁS DAS PENAS

Autor(es):

Rhaif Rodrigues Rocha: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Renata Araújo Soares: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Direito Penal funciona como um método de controle social, aplicando as devidas penas àqueles que vierem a transgredir a norma penal, por meio do Estado. Nesse sentido, é de se esperar que a punição conferida seja proporcional à intensidade da transgressão ocorrida. Ou seja, a aplicação da pena deve ser motivada em alcançar a prevenção e reprovação necessária para o crime, da forma disposta na parte final do artigo 59 do nosso Código Penal Brasileiro. Ainda nessa vertente, pode-se dizer que, teoricamente, o objetivo do Direito Penal é proteger os bens jurídicos, em especial, aqueles considerados vitais para o funcionamento saudável da sociedade. Diz-se “teoricamente”, pois, na prática, há uma extrema dificuldade em estabelecer um quantum ideal, capaz de alcançar plenamente essa finalidade da pena. É, portanto, nesse sentido, onde se revela a grande importância do tema abordado, já que muitas das penas aplicadas aos Crimes Contra o Patrimônio (elencados no Título II do nosso Código repressivo) apresentam-se mais severas em detrimento aos Crimes Contra a Pessoa (compreendidos no Título I do mesmo diploma legal). É assim, nesse momento, em que o Direito Penal demonstra sua falha já que pretende, inicialmente, proteger mais fortemente os bens jurídicos vitais e não patrimoniais. No entanto, ao conferir penas mais graves para os crimes que atentem contra estes últimos, opera-se uma problemática jurídica acerca de princípios como proporcionalidade, necessidade e a análise sobre a hierarquia dos bens.

(METODOLOGIA) O referido tema será aprofundado por meio de estudos na área criminal, onde será analisado o atual posicionamento dos juristas atuantes nessa esfera, bem como, por meio de livros, sítios da internet e outros materiais acadêmicos de cunho visual (como slides e fotos).

(RESULTADOS) Espera-se, por meio deste, causar uma reflexão de caráter jurídico e crítico frente à sociedade como alvo do direito penal, mostrando as suas nuances e desdobramentos no que se refere à aplicação da pena, uma vez que esta muitas vezes não é aplicada de maneira devida no que concerne a sua proporcionalidade, reprimindo o indivíduo mais fortemente por infrações do gênero patrimonial paralelamente às de maior lesividade à vida ou à saúde.

(CONCLUSÃO) Busca-se uma possível mudança nas normas penais, visando melhorias no nosso diploma legal que ainda traz a mentalidade arcaica da época de sua criação, o que torna a criminologia moderna, difícil de atuar com êxito, sendo travada pelas antigas amarras de períodos ditatoriais. Além disso, a proteção mais focada no ser humano e nos seus direitos passa a ser uma proposta basilar do direito penal, para uma futura transformação normativa nesse sentido.

RENATO RUSSO CANTANDO A SOCIEDADE

Autor(es):

Isabella Jamel Lauar DosSantos: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Cassiene Silvério da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Renato Manfredini Júnior, mais conhecido pelo seu nome artístico, Renato Russo, sempre foi uma mente à frente do seu tempo. Por meio de sua arte, ele tratava de cantar o seu cenário social criticando e denunciando todas as celeumas de uma sociedade marcada e julgada pelo egoísmo, pela corrupção e pelas injustiças. Utilizando a música como instrumento principal, Renato Russo, trata de refletir junto com seus ouvintes, o quanto a realidade humana necessita de transformação. Em muitas de suas músicas, ele irá usar como base os fundamentos de ética, justiça e igualdade, presentes nas obras do filósofo Bertrand Russel. Este trabalho se propõe a analisar as mensagens presentes nas músicas de Renato Russo, relacionando-as diretamente com a atual situação social na qual estamos inseridos e com o nosso sistema jurídico. Busca também encontrar a intertextualidade entre as obras do filósofo e as do poeta do rock brasileiro.

(METODOLOGIA) O método utilizado para a pesquisa é o Teórico (Análise das Obras). Além do material encontrado nas seguintes bibliografias: Renato Russo – o filho da revolução de Carlos Marcelo; Renato Russo de A a Z – as ideias do líder da Legião Urbana de Simone Assad; Bertrand Russel – Coleção Grandes Filósofos de Ray Monk.

(RESULTADOS) Perante a delimitação feita na discografia do Renato Russo e a escolha de três composições, chegamos ao seguinte resultado: A canção “ÍNDIOS” retrata a condição de subordinação imposta aos indígenas, além de sua alienação diante do desconhecimento dos seus direitos. Já na canção “Que País é Este!”, Renato Russo desabafa e expõe sua indignação diante da situação do Brasil: desrespeito a aplicabilidade das leis, desigualdade, má distribuição de renda e a exploração dos menos favorecidos. Em “Perfeição”, o poeta do rock brasileiro resume todas as mixórdias do país, problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, a acomodação do povo brasileiro é destaque; o uso das palavras chaves como: estupidez, desunião, tristeza, vaidade, idiotas, difamação, preconceito, escravo, afetação, hipocrisia, roubo, indiferença, fome, maldade, absurdos, feio, saudade, solidão, violência, incompreensão, inveja, falta de bom senso, horror, descaso... São altamente valorativas atribuindo-as ao cenário brasileiro; ironia presente no título da música “ Perfeição” e nos verbos “celebrar”, “comemorar”. Nos versos: “já que também podemos celebrar, a estupidez de quem cantou essa canção”, Renato Russo trata de se incluir para dar a ideia de que a estupidez e as celeumas são gerais e da conta de toda a sociedade.

(CONCLUSÃO) Constatamos que o cenário descrito nas músicas analisadas de Renato Russo, pouco se alterou. As raízes dos problemas ainda estão fixas e assoladas no meio humano, por isso a sua obra se faz tão atual, sendo importante estudá-la e interpretá-la e principalmente, refletimos a cerca do que precisamos melhorar.

O PEQUENO PRÍNCIPE E OS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Isabella Jamel Lauar DosSantos: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Cassiene Silvério da Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A proposta do projeto é uma análise da obra *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, com base nos Direitos Fundamentais Humanos, em razão da história tratar de valores que condicionam as relações sociais.

(METODOLOGIA) O método utilizado para a pesquisa é o teórico, com a análise da obra *O Pequeno Príncipe* de Antoine Saint-Exupéry.

(RESULTADOS) Perante a delimitação feita na obra *O Pequeno Príncipe* em três trechos e relacionando-os com os Direitos Humanos chegamos aos seguintes resultados: No capítulo X temos o encontro do Pequeno Príncipe com um Rei que habita sozinho um planeta. No decorrer do diálogo o monarca absoluto afirma: “É preciso exigir de cada um, o que cada um pode dar. (...) A autoridade repousa sobre a razão. Se ordenares ao teu povo que ele se lance ao mar, farão todos revolução.” Portanto, o poder conferido pelo povo ao seu representante não é absoluto, possui limitações, algumas impostas pelos Direitos Humanos Fundamentais. Estes surgiram justamente para conter o abuso de poder do próprio Estado e para consagrar os princípios básicos da igualdade e da legalidade como preceitos fundamentais dos Estados contemporâneos. No capítulo XIII o Príncipezinho entra em um diálogo com um homem de negócios de outro planeta, que diz possuir todas as estrelas. “Eu, disse o Pequeno Príncipe, possuo uma flor que rego todos os dias. Possuo três vulcões que revolvo toda semana. (...) É útil para os meus vulcões, e é útil para a minha flor que eu os possua. Mas tu não és útil as estrelas...” Nesse capítulo podemos fazer uma relação entre o bem comum e o bem individual, onde aquele deve ser colocado em primeiro plano através de atitudes dignas e fiéis que garantam o desenvolvimento da coletividade. No capítulo XIV o Pequeno Príncipe vai a um planeta onde um acendedor de lâmpião executa arduamente o seu trabalho, sem parar. “ - Bom dia. Por que acabas de apagar o lâmpião? - É o regulamento, respondeu o acendedor. Bom dia. - Que é o regulamento? - É apagar meu lâmpião. Boa noite. E tornou a acender. - Mas por que acabas de acender de novo? - É o regulamento, respondeu o acendedor. - Eu não compreendo, disse o príncipezinho. - Não é para compreender, disse o acendedor. Regulamento é regulamento. (...) - Eu executo uma tarefa terrível. Antigamente era razoável. Apagava de manhã e acendia a noite. Tinha o resto do dia para descansar e o resto da noite para dormir. - E depois disso, mudou o regulamento? - O regulamento não mudou, disse o acendedor. Aí é que está o drama! O planeta de ano em ano gira mais depressa e o regulamento não muda! O fragmento acima citado deflagra a necessidade de que o direito se aplique ao plano social. As leis têm que se adequarem a realidade, e principalmente as mudanças que ocorrem na realidade. Não podemos somente ter normas bem construídas (ou regulamentos, no caso do Pequeno Príncipe) que não acompanham as mudanças sociais e acabam “enferrujando”, tornando-se um entrave para a vida das pessoas. A situação do acendedor de lâmpião ainda faz alusão à exploração do operário, um fato bastante evidente na história.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que a narrativa de *O Pequeno Príncipe* ao tratar de temas que envolvem valores morais e sociais pode ser relacionada diretamente com elementos do Direito e principalmente com os Direitos Humanos Fundamentais.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA X REALIDADE DO APENADO

Autor(es):

Elisio Pereira de Araújo Neto: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Dionaldo Pereira de Souza Junior: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Larissa Lamas da Cunha: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como principal objetivo mostrar a evidente oposição que existe entre o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e a aplicação deste na seara do sistema prisional brasileiro para com o indivíduo (apenado). Uma vez que, a nossa própria Constituição federal assegura esses direitos básicos do homem, respeitando sempre a sua integridade física, moral e o respeito ao preso. Mas o que se vê na prática é algo completamente oposto: superlotação e a falta de condições essenciais de saúde, higiene, alimentação, dentre outros. Havendo assim, um claro conflito no que dispõe o Direito Penal e a nossa Magna Carta. Sendo mostrada ainda a dificuldade de se efetivar o princípio da dignidade da pessoa humana como direito fundamental na prática para os apenados, a fim de garantir as condições mínimas para uma vida mais digna destes. Pois como se não bastasse o “castigo” imposto pelo Estado como forma de prevenção e sanção do crime em penas privativas de liberdade ao apenado, há a pena imposta pela sociedade ao julgá-los precipitadamente, às vezes mais cruéis que aquelas; observando a lei de Execuções Penais (LEP), a estes seres são garantidos certos direitos inerentes a sua condição como um compromisso mínimo de sobrevivência no cárcere. Logo, também é necessário relatar que essas condições e tratamentos desumanos acabam por prejudicar a ressocialização dos condenados. Além de explicitar os possíveis motivos dessa precariedade em nosso sistema prisional.

(METODOLOGIA) O método utilizado é o dialético. Diante da grande importância do assunto a ser tratado, o trabalho pode se caracterizar como pesquisa bibliográfica, dados de pesquisas, relatos de casos, com a finalidade de atestar as devidas conclusões.

(RESULTADOS) Iremos mostrar a existência de medidas alternativas para contornar a problemática abordada pelo trabalho, problemas que estão ligados indiretamente toda a nossa sociedade, sendo necessárias atitudes mais humanas e racionais por parte do poder público sobre a temática, a fim de permitir uma maior reintegração do indivíduo dentro do seio humano, podendo ainda, por exemplo, ser resolvida quando o Estado Democrático de Direito deixar de ser apenas uma previsão constitucional, exigindo-se medidas positivas (e negativas) do Estado com relação à dignidade humana do apenado. Tais como, a efetivação do estímulo à educação dentro do estabelecimento, ao estabelecer o instituto da remissão da pena para os dias de estudos, a eliminação dos laudos técnicos para concessão da progressão de regime para os crimes sem violência, tornando o procedimento automático, simples e célere, bastando obedecer ao requisito temporal, à utilização de monitoramento eletrônicos aos presos que se encontram no regime aberto, dentre outras sugestões.

(CONCLUSÃO) A partir dos resultados constatados, queremos propor soluções concretas e efetivadas de fato, não basta discussões e propostas meramente declaratórias, mas sim uma maior participação efetiva do poder público em ações que visem além da estadia digna ao apenado durante o cumprimento da pena, e que, ao final de sua pena, tenha oportunidades para se reinserir numa sociedade que o aceite de forma justa no mercado de trabalho e que ele possa ter chances de ser tratado sem distinção.

TRÁFICO DE PESSOAS SOB A ÓTICA DO TRABALHO ESCRAVO INTERNACIONAL

Autor(es):

Raíssa de Magalhães Vieira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
João Victor de Macêdo Marinho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Magali Rossana Fernandes de Araújo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Marcel Soares Abdon: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Sarah Melo Rodrigues de Souza: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior
Instituição de Ensino: FARN
Marcelo Mauricio da Silva
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Desde as primitivas civilizações na Mesopotâmia, o tráfico de escravos configurou-se como prática comum em diversas sociedades. No âmbito internacional, os negros, objeto de comércio para escravidão, foram os primeiros a serem tutelados, com o Tratado de Paris, em 1814, firmado entre Inglaterra e França e, culminando em 1926, com a Convenção sobre a Escravatura, assinada em Genebra. Em 7 de dezembro de 1953, em Nova York, sede da ONU, essa Convenção foi emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação. Os Estados contratantes comprometeram-se a impedir e reprimir o tráfico de escravos e, ainda, promover progressivamente e, dentro das possibilidades, a abolição completa da escravidão sob todas as suas formas.

(METODOLOGIA) No que tange à estrutura, este trabalho busca analisar os diversos aspectos sobre o tema em comento, objetivando compreender a influência da organização internacional na formulação das agências nacionais, atuando ativamente nas esferas domésticas. Para isso, analisaremos especificamente o trabalho escravo internacional fazendo uma correlação ao trabalho escravo no Brasil, buscando entender como ocorre a atuação da OIT e sua interação com os diversos atores envolvidos no processo de erradicação dessa prática. A construção da argumentação apresentada nesse trabalho foi organizada a partir do levantamento e análise de dados em fontes secundárias, através de pesquisa bibliográfica, e fundamentada por autores e teóricos.

(RESULTADOS) Percebe-se o combate ao tráfico de escravos como um dos grandes desafios para a sociedade, principalmente por ser um negócio lucrativo para as organizações criminosas. Atualmente, cerca de 9,8 milhões de vítimas são exploradas por um agente privado. E, segundo a OIT, cerca de metade das vítimas de tráfico constitui-se de menores de 18 anos. Sendo assim, o tráfico de escravos viola os direitos fundamentais de qualquer pessoa: estar livre de ser forçado a trabalhar, ter direito a liberdade sindical e de negociação coletiva, e não ser objeto de discriminação no trabalho. O trabalho escravo é um problema mundial enfrentado por todos os países, todas as regiões e todos os tipos de economia. O tráfico internacional de escravos é alimentado por uma relação de “reciprocidade”: existe uma alta demanda de pessoas para desenvolverem determinadas atividades e, em contrapartida, há indivíduos que se arriscam a aceitar propostas de trabalho em outras localidades, não raramente, com poucas informações a respeito. A ratificação da Convenção de Palermo, em 2004, foi o marco para que o tráfico de pessoas fosse encarado pelo Brasil como política pública. É importante frisar que a ocorrência do tráfico de pessoas para exploração sexual, ocorre de maneira semelhante nas diversas partes do mundo e, também, afigura-se como violento atentado aos Direitos Humanos.

(CONCLUSÃO) Observa-se a não extinção do tráfico de pessoas, analisando-se sua evolução histórica relacionada ao trabalho escravo internacional. A atividade persiste, provocando reflexões sobre os motivos socioeconômicos ou culturais, que levam as pessoas a submeterem-se à exploração ou mesmo, buscarem o êxodo intercontinental. Dessa forma, coibir as formas de exploração do ser humano, figura como imperativo aos Estados Soberanos. O Brasil, entre outros países, já adota providências objetivando combater o tráfico de pessoas, aderindo ao Protocolo de Palermo ou alterando sua legislação penal. Entretanto, o esforço não tem sido suficiente: estatísticas incluem o Brasil na rota do tráfico de pessoas. Buscar resguardar o princípio maior da “dignidade da pessoa humana”, sobretudo das crianças, independente de sua origem, etnia ou condição, é dever de todos e verdadeiro desafio do Direito Internacional Público. É necessária uma maior atenção do legislador para com este tema, criando medidas reparadoras das relações do tráfico de pessoas com o trabalho escravo internacional, incitando as denúncias e diminuindo a impunidade.

O DIREITO DE RELIGIÃO

Autor(es):

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordao

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A religião está presente em toda a história da humanidade, nas mais variadas culturas e civilizações. Mesmo assim, até hoje os estudiosos não chegaram a um consenso acerca de um conceito preciso para o termo religião. Não encontramos apenas uma religião, mas várias religiões, pois cada uma delas nasceu em lugares, épocas e culturas diferentes. A liberdade de crença está amparada no art. 5º da CF, inciso VI, da Constituição de 1988, que expressa o seguinte: “é inviolável, a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”. Eis, portanto, a amplitude da liberdade religiosa, que se materializa, como dito, na liberdade de crença, culto e de organização religiosa.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada serviu-se de dois métodos de análise qualitativa: uma pesquisa teórica, documental sobre o cenário do princípio da liberdade de crença, com destaque na Constituição Federal; e marcos teóricos sobre a filosofia do Ensino Religioso com relação à separação Igreja-Estado.

(RESULTADOS) A análise dos resultados da Pesquisa considerou significativa a contribuição do texto constitucional, que, por sua vez, proibi qualquer discriminação religiosa, abrangendo, ainda, a proteção aos cultos, liturgias e locais onde estes estejam sendo realizados. A constituição também estipula que é dever do Estado criar condições favoráveis à assistência religiosa nos locais de internação coletiva, como hospitais, presídios, asilos, entre outros.

(CONCLUSÃO) Apesar da separação oficial entre Igreja e Estado, as relações existentes entre estas duas esferas ainda garantem a presença das idéias religiosas no ambiente escolar, mediadas, sobretudo, pelas instituições e igrejas articuladas para este fim. Estudar a origem das religiões, seja ela qual for, é examinar também a evolução histórica, sociológica, cultural da sociedade humana.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

GESTÃO PÚBLICA DE DESASTRES NUCLEARES: POLÍTICAS DE CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS RADIOATIVOS EM SOLO BRASILEIRO

Autor(es):

Ítalo Augusto Costa Medeiros de Oliveira: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A importância da energia é inegável na sociedade atual, e sua demanda cresce de maneira exponencial, exigindo uma maior produção energética para saciar a população brasileira. O Brasil, mesmo sendo um país com relevo que favorece as mais diversas formas de produção de energia limpa (hidrelétricas, energia eólica), se vê na posição de recorrer ao modelo nuclear de produção energética, seja pela velocidade e quantidade na produção de energia elétrica, seja também para que o país possa se sentir pareado tecnologicamente com os demais. A problemática do tema reside na administração dos materiais utilizados em tais usinas, no concernente a sua administração e descarte, com fins de causar o menor impacto ambiental possível, em especial atenção quando diante de situações de descontrole/desastre.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa classifica-se quanto aos fins em exploratória e quanto aos meios em bibliográfica e documental. Será utilizado para fins bibliográficos, documentos e dados referenciais nacionais e internacionais, presentes em livros, revistas e produções científicas acadêmicas. Também será consultado material de áreas diversas, como física, química e medicina, em razão do tema central tangenciar diversas áreas de conhecimento. Também será objeto de estudo as mais diversas legislações relacionadas ao tema, nacionais e internacionais, além de tratados internacionais e resoluções e portarias das agências reguladoras de energia nuclear e material radioativo. Por meio de uma pesquisa aplicada, através do método indutivo, será analisado um problema que envolve tanto a sociedade brasileira, como toda a comunidade internacional, utilizando-se uma abordagem qualitativa, onde o meio de onde serão retirados os dados na verdade é a própria sociedade onde vivemos, possuindo um caráter exploratório, descritivo e explicativo.

(RESULTADOS) O estudo da legislação brasileira, em comparação com outras legislações internacionais, se faz necessário, com fins de se tentar aferir falhas no modelo adotado atualmente, buscando desta forma promover uma resposta estatal mais precisa e efetiva por parte do Estado, quando da ocorrência de algum acidente que envolva material radioativo. De tal forma, fica revelado o desejo da evolução do PNB (Programa Nuclear Brasileiro), em descompasso com o panorama mundial, além da reduzida atenção aos ditames da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), quanto nas regulações de armazenamento e descarte, em especial, no relativo ao urânio.

(CONCLUSÃO) Ficou evidente que se faz necessário o desaceleramento do Programa Nuclear Brasileiro, em razão do seu custo-benefício ser bastante reduzido, ainda ficou evidente a repetição de padrões internacionais, sem a devida regionalização, gerando então riscos a população. Por fim, não se percebe interesse público em criar normas específicas à realidade brasileira, que se diante de um potencial vazamento/crise envolvendo material nuclear, ficará a mercer de profissionais não treinados e a notada ausência de políticas específicas para tal situação.

JEREMY BENTHAM: FILÓSOFO OU JURISTA?

Autor(es):

David Oscar Macedo de Moura: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Jose Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: FARN

Marco Aurelio de Medeiros Jordao

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo específico retroceder na dimensão histórica e buscar investigar os pensadores juspositivistas com o intuito de compreender o fenômeno do “positivismo jurídico” e suas particularidades. Desse modo, a investigação foca-se na direção do discurso utilitário, visto que tal teoria ética apresenta axiologias presentes na raiz do Direito Positivo inglês. Com isso, é possível encontrar e confrontar alguns paradigmas que se relacionam com a formação do pensamento positivista atual. Diante desta busca epistemológica utilitário-positivista, torna-se impreterível o estudo sobre a vida e a obra do difusor do pensamento utilitário, Jeremy Bentham.

(METODOLOGIA) O desenvolvimento desse trabalho compreende a segunda fase do projeto de pesquisa Uma fonte do positivismo jurídico: Jeremy Bentham. Inicialmente, a investigação pautou-se pela ótica da busca de interlocutores que pudessem mostrar variações de perspectivas em seu pensamento. Buscou-se analisar, comparativamente, os fatos e posicionamentos expostos por renomados historiadores da filosofia, dos quais foram escolhidos B. Russel, N. Bobbio, G. Reale e E. Bréhier, representantes de diferentes escolas historiográficas, a fim de melhor compreender o utilitarismo benthamiano bem como as origens do positivismo jurídico inglês.

(RESULTADOS) Após o levantamento dos dados na literatura escolhida surgiu a hipótese que leva a crer que existem vários Benthams, e ainda que talvez o Bentham jurídico tenha nascido do Bentham filosófico. Diante de tal problemática buscou-se responder questões como: “O Bentham jurídico é o mesmo Bentham filosófico? O que ele gerou de direito tem fundamentos em sua filosofia?” para melhor compreendermos o pensamento e posicionamento do pensador, assim como nortear o estudo sobre o juspositivismo. Seus comentadores concordam quando destacam sobre Bentham: a) Sofreu influência das teorias de Beccaria e Helvétio e, inicialmente, seu maior interesse voltava-se para a jurisprudência, tanto que foi através da teoria do direito que passou a interessar-se pela moral e pela política; b) Tornou-se líder dos “Radicais filosóficos” – grupo de intelectuais que lutaram por reformas constitucionais que alçavam questões sociais e políticas –, em 1808 quando conheceu James Mill; c) Bentham buscava estabelecer uma ética objetiva, a fim de justificar sua fé no legislador universal, para que com isso pudesse fundar razão no ato de estabelecer leis racionais válidas para todos os homens.

(CONCLUSÃO) A partir da perspectiva de historiadores da filosofia, pode-se identificar duas fases da vida de Bentham, que se correlacionam: a fase jurídica e a fase política. Em ambas, seu pensamento se mantém retilíneo, suas idéias éticas, políticas e jurídicas se fixam na concepção utilitarista. “a maior felicidade possível para o maior numero de pessoas possíveis”. Isso se torna claro, quando analisamos sua teoria da lei penal, em que defendia que o criminoso deveria ser punido a fim de se evitar a reincidência, e não por que odiamos o infrator. Segundo Bentham, era mais importante que a lei fosse certa do que severa. No âmbito do direito constitucional e civil, seu utilitarismo pode ser encontrado quando afirma que as leis devem ser acompanhadas de uma motivação, justificativa para ser seguida, bem como seu texto deve ser claro, de maneira a ser compreendida por todos, e por fim, cada uma das disposições presentes no código, deve ser avaliada e decidida tendo em conta a utilidade que produzirá para o maior numero possível de cidadãos. Com base em tais constatações pode-se concluir que Bentham atuou de varias formas, porém sempre manteve suas concepções filosóficas utilitárias como fator norteador, seja de suas teorias políticas democráticas ou sua atuação teóricas no campo do direito.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DIREITO, ESTADO E LITERATURA: A PROPÓSITO DO LIVRO "ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA" DE JOSÉ SARAMAGO.

Autor(es):

Beatriz Pereira Caldas Medeiros: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Direito, visto como um dos agentes de organização e controle da sociedade tem, na contemporaneidade, sua viabilização configurada pela figura do Estado, ente do qual emanam as normas dotadas de específica ênfase coercitiva. A temática da ligação entre o Direito e a manutenção da ordem social, através da atividade estatal, pode ser destacada no pensamento de Thomas Hobbes em seu clássico "Leviatã". Hobbes creditava ser intrínseco ao homem o espírito de viver uns com os outros em uma luta permanente, sendo de extrema necessidade a existência de um Estado Soberano como o único meio de se manter a Paz Civil. Uma mesma visão da natureza humana pode ser observada no livro "Ensaio sobre a cegueira", do célebre escritor português José Saramago. Essa obra apresenta a natureza existente em cada indivíduo relacionando-a com extinto de sobrevivência e de conveniência. Dessa forma, objetivando a análise da correlação dessas obras, enfatizando a literatura de Saramago, o presente trabalho tem por finalidade indicar de que maneira a literatura serviria como interessante instrumento para discutir o homem, o Direito e o Estado, no intuito de demonstrar a relevância que esse mecanismo pode apresentar frente ao debate de tais questões.

(METODOLOGIA) O referido trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, a partir de estudo e análise, da obra literária "Ensaio sobre a cegueira" de José Saramago, comparando-a ao pensamento filosófico social de Thomas Hobbes em seu clássico "Leviatã".

(RESULTADOS) Tanto Saramago quanto Hobbes acreditam ser a particularidade humana o elemento central para a justificativa da construção do Estado e, por tabela, do próprio Direito, sendo o primeiro detentor da autoridade de lançar normas e a força física de fazê-las serem executadas. Com tal postura, ambos apontam o elo existente entre o Direito e o Estado e estes, por sua vez, ao complexo que é o convívio do indivíduo com a coletividade. O exercício comparativo entre as "visões do humano" presentes em suas obras sinalizam, nos demonstrando como resultado, o enquadramento do enfoque literário como uma interessante instância analítica das questões humanas na complexa interação entre a sociedade, o Estado e o Direito.

(CONCLUSÃO) Saramago, por meio de sua literatura, traz ao alcance da sociedade discussões relacionadas ao âmbito do Direito, englobando o Estado e a figura humana. A partir de tais análises, que muito podem se assemelhar ao pensamento filosófico social de Thomas Hobbes faz-se possível constarmos que, de fato, a literatura é um meio capaz de abarcar tais questões, tornando-se mecanismo relevante para esse tipo de debate.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A MÍDIA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO A INFLUÊNCIA DA DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PENAL E NO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Autor(es):

Lucicleide Ferreira da Silva: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
José Janduir Rodrigues de Andrade: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Alice Maria Marinho Fernandes Serrano: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Claudia Rogeria Domingos de Araújo: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Marcus Vinícius Fernandes Serrano: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante do contexto social globalizado e, em particular no Brasil, os meios de comunicação têm um papel importante no dia a dia das pessoas, e, o Direito Penal mediante decisões aos conflitos sociais, sofre influências destes. É a mídia fazendo as vias de instituição de controle, frente ao Direito Penal brasileiro e a LEP (Lei de Execução Penal). De um lado a sociedade massificada por ela (Mídia), do outro o ordenamento jurídico, a “imparcialidade” no julgamento. Assim, faz-se necessário compreender o papel da mídia no contexto histórico social, sua importância de levar a notícia ao mundo, encurtar distâncias, unir povos, raças, culturas e formar opinião, contribuindo para o “controle social” que, em vias de fato interfere no controle formal do Direito Penal. A proposta, neste trabalho, é fazer breves considerações a respeito das duas instâncias de controle social, fundamentais para o Estado Democrático de Direito; as relações de influência recíproca que se estabelecem entre os meios de comunicação de massa e o Direito Penal, em seu âmbito material; de que forma a mídia pode contribuir para a formação da opinião pública, a modificação do ordenamento jurídico, em especial na criação do chamado direito penal simbólico e no fortalecimento da corrente de pensamento denominado Lei e Ordem, que pugna pelo endurecimento de penas, criação de novos tipos penais e maior ingerência do Estado no combate à criminalidade, como também a influência da mídia sobre o Processo Penal e o devido processo legal.

(METODOLOGIA) A metodologia aqui abordada se dará através de pesquisas documentais, bibliográficas e análise de casos, com exposição de banner e folder, a partir do método dedutivo.

(RESULTADOS) Espera-se que, as comunidades acadêmicas e demais visitantes reflitam sobre o prejuízo e a insegurança para a jurisdição quando a mídia, ao construir opiniões, sem descaracterizar seus próprios interesses e valores, adentra-se na resolução de conflitos sociais, interferindo no Direito penal, forma legalmente constituída ao longo do processo histórico social, de acordo com as mudanças sociais e revolução técnica científica do mundo globalizado.

(CONCLUSÃO) Entende-se que a função do Direito Penal, acima de tudo, deve ser utilizada como instrumento da justiça na resolução de conflitos sociais, sem, contudo, perder de vista, os direitos do apenado, observando os princípios permeados na Constituição e no próprio Direito Penal, tais como: o princípio da legalidade processual, da dignidade humana entre outros. Compreende-se da necessidade de imputar a pena, de se manter a ordem, mais também, de conceder a esse apenado os direitos a ele estabelecidos pelo próprio Código Penal, Processual e constitucional. Quanto à mídia, não se deve negar da sua contribuição, porém, assim como juiz, ao julgar as questões, deve fazê-lo de forma imparcial, a mídia da mesma forma deve fazê-la, seja mediante as informações do mundo policial, ou das de cunho político, social e econômico.

DIREITO PENAL DO INIMIGO: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

Sônia Maria Carneiro Fonseca: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Lorena Deyse da Cruz Nunes: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Edvaldo Bay Galvão Júnior: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Marcela Costa Lima: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito penal do inimigo trás consigo a idéia de que o Estado pode proceder de duas maneiras com aqueles que por ventura tornam-se transgressores da ordem social mantida pelo Estado através da norma posta. O Estado pode considerá-los como cidadãos delinqüentes, ou seja, pessoas que cometeram um erro que precisa ser corrigido ou, como indivíduos que devem ser impedidos coercitivamente de praticarem quaisquer tipos de violação contra tudo aquilo que está posto no ordenamento jurídico, daí a idéia que o infrator deixa de ser um cidadão de direito e passa a ser um inimigo cujo ato delituoso praticado o impede de usufruir o direito mínimo que lhe é outorgado. Conforme Jakobs: Quem não pode oferecer segurança cognitiva suficiente de que se comportará como pessoa, não só não pode esperar ainda ser tratado como pessoa, como tampouco o Estado está autorizado a tratá-lo como pessoa, pois de outro modo, estaria lesando o direito das outras pessoas à segurança (JAKOBS, 2009). Corroborando o pensamento jacobiano, verifica-se no contexto descrito, uma comparação entre a proposta do teórico e a realidade, através de uma metodologia própria ao trabalho científico.

(METODOLOGIA) No presente trabalho, pretende-se fazer uma análise sobre a teoria do direito penal do inimigo, enunciada por Gunther Jakobs, doutrinador alemão, em comparação ao atual sistema penal através de estudo de caso, envolvendo desde a imputação do crime ao indivíduo, até o sistema penitenciário ao qual este será conduzido. O trabalho ora proposto visa estudar os efeitos causados no indivíduo, pelo período que ele esteve recolhido ao sistema correccional e após o cumprimento da pena, estando em dia com as normas da sociedade, como é a aceitação deste ex-apanado pelo contexto social. Para isso será utilizada a pesquisa bibliográfica e documental a ser realizada em um órgão correccional da cidade do Natal/RN

(RESULTADOS) Traçar um paralelo entre a obra de Jakobs e a realidade apresentada pelo sistema prisional da cidade do Natal/RN, e possível constatação, da ausência ou não, dos direitos mínimos aos quais faz jus todos os apenados e lhe é garantidos através da Carta Magna. Esse Estado que detém a tutela coercitiva do transgressor, impedindo-o de uma de ter uma vida em sociedade enquanto considerado incapaz de convívio na mesma, respeita seus direitos, permitindo uma possível re-socialização. Ao sair do sistema prisional? Estará esse egresso apto ao convívio em sociedade?

(CONCLUSÃO) As conclusões serão apresentadas com base nos resultados obtidos através da comparação entre as pesquisas bibliográficas e os conceitos apresentados e os conceitos contidos na Carta Magna do Estado, na Constituição Federal e nas Leis especificam. O autor ao tratar do assunto levanta certas dúvidas a respeito da eficácia preventiva na pena, analisando através do ponto de vista empírico, se demonstra que a probabilidade de uma ineficácia preventiva é aparentemente superior a eficácia teoricamente pretendida.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A FALÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Autor(es):

Maria Rejane Cruz: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Karla Thatiany de Araújo Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Hugo Carvalho Spinelli: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Lucília Medeiros de Bittencourt: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Jackson Simeão da Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa que se apresenta tem como escopo notória degradação do sistema penitenciário brasileiro. Analisamos a situação das instituições carcerárias que são verdadeiros depósitos humanos, nos quais vivem os presos em condições subumanas. Analisamos também que as rebeliões e as fugas dos presos, se dão em razão de fatores negativos como a superlotação, deixando os detentos em estado emocional exacerbados. Bem como, a falta de segurança das prisões, tudo isso aliado à ociosidade dos condenados.

(METODOLOGIA) Considerando o crescimento das informações doutrinárias sobre uma matéria de tamanha importância, foi realizada uma pesquisa bibliográfica documental discutindo os principais aspectos do sistema prisional (BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e Das Penas*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1996), (GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal Parte Geral*, 11 ed. Rio de Janeiro, Revista, 2009) e o site www.pontojuridico.com

(RESULTADOS) Considerando o caráter informativo da pesquisa e a complexidade da matéria, vimos que existem caminhos possíveis para as prisões do país. Todos, porém, dependem do envolvimento da sociedade e da vontade política que infelizmente não é fácil acontecer.

(CONCLUSÃO) Como conclusão parcial da pesquisa vimos que nosso país possui um sistema prisional falido e longe de poder proporcionar segurança a nossa sociedade. As prisões que teriam por objetivo corrigir tornam cada vez mais uma fábrica de delinqüentes, e também colabora para a corrupção de nossos servidores.

**PRISÃO CIVIL POR NÃO PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA E A SUA CONSTITUCIONALIDADE
AMPARADA PELA CF E O ECA**

Autor(es):

Carlos Luiz Ferreira Mendes: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Jefferson Pereira da Silva: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Cristoph Xavier Maciel: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Ailton Leandro Martins da Silva: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Leopoldo Nogueira Marques: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Jose Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: FARN
Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como escopo e a intenção de reafirmar a constitucionalidade da possibilidade da Prisão Civil do indivíduo no Brasil pelo não pagamento devido de pensão alimentícia. Pois apesar do Brasil ser signatário do Pacto de São José da Costa Rica, onde proíbe a condenação com prisão para o depositário infiel, ou seja, pagar a sua dívida com a liberdade. Entendemos que o direito de ir e vir do homem é importante, conforme é frisado no art. 5º da CF, inciso XV, porém no caso da criança ou adolescente são defendidos por artigos e princípios espalhados por nosso ordenamento jurídico. Com isso, o que temos é um choque entre princípios: um, defendendo o devedor e, outros que defendem a criança ou o adolescente.

(METODOLOGIA) Este trabalho, de cunho eminentemente acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como na leitura virtual de dispositivos legais e artigos científicos na área de Direito Constitucional e Direito Processual Civil. além de discussões reflexivas e críticas entre os alunos pesquisadores.

(RESULTADOS) A possibilidade da prisão civil do cidadão, devedor de pensão alimentícia é possível no Brasil, apesar do entendimento que a pena pecuniária não deva ultrapassar do patrimônio do devedor, e que o cerceamento da liberdade do homem, é a exceção e não a regra. Para colaborar com esse entendimento, o Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica, que tem entre seus mais diversos objetivos, a proteção do indivíduo como um todo, e com isso, foi proibida a prisão por causa de dívidas, como no caso do depositário infiel, antes permitida pelo nosso ordenamento jurídico, conforme o art. 904 parágrafo único do CPC. Sendo que os que apresentam tese contrária à prisão civil, alegam que a liberdade do homem é princípio basilar de toda Democracia que se preze, por isso, é um bem que só deveria ser tomado em casos extremos. Contudo, estes defensores da liberdade a todo custo, esquecem-se o disposto no art. 5º inciso LXII da CF, que deixa bem claro que é o “inadimplemento voluntário e inescusável”, ou seja, quando de certa forma existe a má fé do devedor.

Reforçando-se, ainda, esse argumento, o art. 4º do ECA, “é dever família, ... assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação,”, ou seja, a proteção da criança ou adolescente de uma forma geral. Com isso, aquele que tem a obrigação de pagar a pensão alimentícia não tem um compromisso só com a ordem judicial, mais sim com o seu filho. Por isso, na falta do cumprimento de tais necessidades da criança ou do adolescente, o ordenamento brasileiro permite a prisão do pai inadimplente, tendo como seu principal argumento, a proteção do melhor interesse da criança e do adolescente, conforme apregoa a CF e o ECA. Destarte, essa prisão só ocorre após um processo baseado na ampla defesa e no contraditório, não havendo que se falar em inconstitucionalidade dessa norma, uma vez que o próprio ordenamento jurídico pátrio, não só prevê a prisão, mas também estipula a sua aplicação em caso de inadimplemento injustificado e voluntário do devedor, haja vista a possibilidade de fixação da obrigação originária aos parentes mais próximos.

(CONCLUSÃO) apesar de haver muitas críticas à prisão civil no Brasil por prestação alimentar é plausível a sua aplicação, pois esta só é imposta ao devedor em caso do não pagamento de certo valor devido e, após haver o devido processo legal, respeitando-se o direito a ampla defesa e ao contraditório do devedor.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O SIGNIFICADO DO SINDICATO PARA OS TRABALHADORES E SUAS FUNÇÕES: POLÍTICA , NEGOCIAL, COMPOSITIVA E SOCIAL

Autor(es):

Carlos Luiz Ferreira Mendes: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Cristoph Xavier Maciel: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: FARN
Marcelo Mauricio da Silva
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como escopo a intenção de mostrar o que significa o sindicato para os trabalhadores brasileiros, além de frisar a importância de suas funções (política, negocial e compositiva), para o bem estar social do trabalhador e de suas famílias.

(METODOLOGIA) Este trabalho, de cunho eminentemente acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como na leitura virtual de dispositivos legais e artigos científicos na área de Direito Constitucional e Direito Penal, além de discussões reflexivas e críticas entre os alunos pesquisadores.

(RESULTADOS) O significado de sindicato de uma forma geral é à associação de trabalhadores que em busca de defender os seus direitos, delegam para uma entidade tal ofício, com isso, estes tem uma forma de aglomerar mais trabalhadores e assim ter suas reivindicações atendidas ou amenas discutidas. De outra forma, o sindicato tem funções que são primordiais para garantir essa representatividade, como também, dar um significado mais social a esta entidades, como a função política que por sua vez esta relacionada ao controle social, ou seja, busca evitar revoluções socialistas, dado o pensamento que os sindicatos não tem o fim revolucionário, mais sim o bem social dos trabalhadores, apesar de muitos acharem que o sindicato faz movimento político-partidário, mais essa não é sua função, A função negocial do sindicato esta relacionado ao direito delegado pelos trabalhadores a esta entidade para que possa sentar e negociar diretamente com os empregadores em nomes de seus representados, com o intuito de discutir e buscar as melhores condições para os trabalhadores. Já a sua função compositiva, se dá pelo fato do sindicato buscar a parceria com o poder público, onde os sindicatos seriam agentes públicos delegados e colaboradores com a administração. Porém função não mais se aplica na concepção atual do sindicalismo brasileiro. Por fim, a função social do sindicato tem mais o caráter assistencialista, tendo em vista que praticamente se limita a prestar serviços como: assistência jurídica e odontológica.

(CONCLUSÃO) O sindicato no Brasil busca de uma forma em geral, defender os seus associados não só na instância jurídica, mais também, no meio social e político, quando busca levar este trabalhador a discutir as melhores condições de trabalho e de remuneração. Pois, estas melhorias automaticamente iram refletir na melhor qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

TEORIA NATALISTA DA PERSONALIDADE: SENTENÇAS CONTRÁRIAS OU CONFLITO APARENTE NO ART. 2º DO CÓDIGO CIVIL?

Autor(es):

Alessandra Noronha de Lima: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Alan Dias Barros

Instituição de Ensino: FARN

Everton da Silva Rocha

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Por não se ter fixado o exato momento em que se inicia a vida, a condição do nascituro é objeto de extensas e inacabadas discussões no Direito, uma vez que este momento determina a atribuição de sua personalidade, disputando terreno as principais teorias: Natalista, Concepcionista e da Personalidade Condicional, sendo a primeira a adotada pelo Direito Brasileiro, que condiciona a aquisição da personalidade ao nascimento com vida (art.2º do Código Civil). Contudo, parte da doutrina afirma a existência de sentenças contrárias nesse dispositivo legal, argumentando que, se a lei concede a personalidade somente após o nascimento com vida, preservar os direitos do nascituro desde a concepção o tornaria sujeito de direito e, por isso, pessoa; concluindo que o nascituro é detentor de personalidade desde a concepção, e não apenas quando nasce com vida. A presente pesquisa objetiva analisar as principais acepções dos conceitos de Sujeito de Direito e de Pessoa, fixar a titularidade da personalidade, definir se é uma condição da titularidade de direitos e de obrigações na ordem civil e, o que é necessário para adquiri-la, a fim de esclarecer se há mesmo a ocorrência de conflito no art.2º do CC.

(METODOLOGIA) Partiu-se de uma pesquisa de caráter teórico e qualitativo, com coleta de dados bibliográficos constantes em textos doutrinários de livros e artigos, documentos eletrônicos e nas legislações pertinentes ao tema; procedendo o posterior tratamento dos dados dialogicamente, com postura crítica, para firmar a hipótese proposta e oferecer sugestões à problemática apontada.

(RESULTADOS) Os conceitos de Sujeito de Direito e Pessoa são distintos. Pessoa é o titular da personalidade, isto é, por ser pessoa, possui personalidade, e, como consequência, é sujeito de direito. Quem possui personalidade tem “aptidão genérica para ser titular de direitos e contrair obrigações”; no entanto, nem todo sujeito de direito é pessoa, pois existem sujeitos de direitos que não possuem personalidade, não lhes sendo permitida a prática de todos os atos normalmente franqueados à pessoa, nem franqueado toda a gama de direitos que aquelas são detentoras. Comprovou-se, a partir disso, que a personalidade não é o atributo necessário à concessão de direitos, uma vez que, os sujeitos de direitos podem ser entes despersonalizados.

(CONCLUSÃO) Dos resultados obtidos pode-se concluir que, Sujeito de Direito e Pessoa são conceitos distintos e que, é em razão disso, que o nascituro possui direitos, embora só adquira personalidade no momento em que nascer com vida (Teoria Natalista), não sendo a personalidade o atributo necessário a aquisição e tutela de direitos. Por isso, o art. 2º do CC não é contraditório, uma vez que ele apenas põe a salvo, desde a concepção, os direitos de um sujeito de direitos sem personalidade, o nascituro. Isso quer dizer que o artigo 2º do Código Civil não apresenta sentenças contrárias reunidas no mesmo artigo, e sim orações independentes que, se postas em separado dentro do mesmo Código Civil, guardariam igual sentido. Observou-se, por fim, que a posição adotada pela teoria concepcionista, para postular a personalidade jurídica ao nascituro, parte de uma interpretação literal e baseada em conceitos que diferem daqueles formulados e aceitos no Direito brasileiro para Pessoa e Sujeito de Direito.

QUID PRO QUO

Autor(es):

Amanda Felix de Lima: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Jênnie Delane Silva de Melo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Thamella Augusta Ferreira Morais: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Joao Paulo de Sousa Canario: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Jose Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo do trabalho é investigar o poder das formas de dizer do discurso jurídico e propor uma discussão sobre a forma escrita de seus processos, tendo em vista um melhor esclarecimento dos leitores em geral, posto que, na esfera jurídica, se sobressaem termos técnicos e citações de leis, que fazem o procedimento argumentativo se tornar muitas vezes incompreensível para pessoas leigas nessa área. A comparação de duas sentenças semelhantes quanto ao problema e à solução que adotam é completamente dessemelhantes quanto à forma de apresentar esse problema e a fundamentação das decisões, semelhantes, servem para mostrar que as diferenças de expressão não afetam o conteúdo das decisões, senão por sua maior ou menor facilidade de compreensão pelo leigo. As duas sentenças abordam causas relacionadas ao direito do consumidor. Uma delas apresenta linguagem simples, destinada à compreensão de um marceneiro, o requerente. A outra é uma típica peça jurídica que obedece à forma convencional da linguagem, com a citação direta dos artigos e resumo formal dos fatos. Afinal, a sentença é uma decisão particular, para aqueles que decoram palavras sofisticadas típicas de exclusão social? Ou genérica, devendo todos ter acesso a suas respectivas decisões?

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada é a análise e comparação de duas sentenças que abordam uma causa parecida, relacionada ao direito do consumidor. Buscam-se os elementos característicos da estrutura de cada uma das duas sentenças analisadas, para mostrar que as diferenças formais não prejudicam a fundamentação das decisões. Uma delas apresenta linguagem simples, destinada à compreensão do requerente, e a outra uma típica peça jurídica que obedece à forma convencional da linguagem, com a citação direta dos artigos e resumo formal dos fatos, o que dificulta a compreensão do interlocutor, sendo essas utilizadas para testar a hipótese de que a linguagem jurídica é somente uma das formas de dizer do judiciário.

(RESULTADOS) A sentença referida como a que se dirige diretamente ao requerente, um marceneiro, na qual o juiz expõe de maneira criativa sua decisão por meio da narrativa e do dialogo explicando ao Seu Gregório, o autor, toda sequência do processo e sua decisão, tem a mesma estrutura retórica da outra, proferida pela juíza Cibele Mourão Barroso de Figueiredo Oliveira de forma convencional, com a citação direta dos artigos e resumo formal dos fatos, dificultando a compreensão do interlocutor. O resultado da comparação demonstrou que é possível fazer uma sentença jurídica obedecendo toda a estrutura formal necessária, ou seja, a narração, fundamentação e dispositivo, mas de maneira simples e explicativa e, sobretudo, de uma excelente persuasão e clareza (dando credibilidade e uma perspectiva pluralista ao discurso), consoante a afirmação de Antonio Henrique: “os juízes têm o dever impostergável de adaptar o texto frio da lei ao contexto da sociedade viva, em permanente estado de transmutação”.

(CONCLUSÃO) A partir desse resultado, conclui-se ser viável estabelecer uma adequação da linguagem jurídica ao perfil das partes do processo, condicionando ao meio social, obedecendo assim aos princípios da razoabilidade e da publicidade, e ao bom senso aplicado ao direito.

PROBLEMAS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

Autor(es):

João Pedro de Araújo Medeiros: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordao
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: O trabalho a ser apresentado no conic, trata basicamente de uma crítica ao direito contemporâneo e sua alienação com algumas questões sociais. A apresentação pode ser dividida basicamente em dois grupos de argumentos. O primeiro que questiona o papel do Direito envolvendo, portanto os métodos e eficácia do sistema jurídico, conteúdo das normas, problemas relativos ao “inchaço” do ordenamento, aplicabilidade e segurança jurídica, seu caráter contra fático e as possíveis consequências disso. Já a segunda parte, envolve a interpretação das normas e como isso pode afetar diretamente o social através da manipulação do Direito, sobretudo para favorecer interesses pessoais.

(METODOLOGIA) METODO: O método empregado na minha pesquisa, foi a leitura e reflexão de alguns textos do livro “curso de filosofia do direito” de Eduardo Bittar no qual pude extrair subsídios para argumentar acerca do direito natural, positivismo jurídico e o pensamento kelsiano; “Nos confins do direito” de Nibert Rouland, que traz uma discursão sobre antropologia jurídica moderna; “A morte do direito” de Francisco de Francisco Carnelutti, que questiona as funções e métodos do direito; além de alguns textos relativos à introdução ao estudo do direito, presentes nos livros dos autores brasileiros Maria Helena Diniz e Dimitri Diminoulis.

(RESULTADOS) RESULTADOS: A partir da pesquisa e reflexão de alguns textos jurídicos, foi possível apontar problemas existentes no direito contemporâneo que irão afetar diretamente o social, por exemplo, a dificuldade do ordenamento se adequar às mudanças sociais, burocracia que dificultam o funcionamento dos órgãos públicos, questionar seu papel enquanto vínculo de cidadania, problemas que surgem a partir da aplicação do direito, ressaltar a necessidade de fundo axiológico no ordenamento jurídico, discutir a dogmática das leis e as interpretações frias de seus textos, contestar seus métodos.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO: Por fim, o estudo empreendido sobre o direito contemporâneo relativo ao seu papel e aplicabilidade, nos mostra que apesar sua evolução através dos tempos e a construção de um pensamento que fundamente a ordem do direito, por exemplo, a teoria pura do direito de Hans Kelsen em que alguns elementos são institucionalizados; bem como a sua relativa autonomia perante outros ramos sociais, existem muitas problemáticas a serem pensadas pois, a dinâmica social e as transformações da sociedade imprimem sobre o sistema jurídico novas perspectivas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

CONTRATAÇÃO DIREITA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM FACE DE UMA SITUAÇÃO EMERGENCIAL OU CALAMITOSA

Autor(es):

Vanessa Padilha Caricio Lambert: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Eduardo de Medeiros Carlos Ferreira: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Andressa Cabral de Oliveira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Izabel Maria Caldas Xavier: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo se destina a analisar as contratações diretas feitas pela Administração Pública em situação de emergência ou de calamidade pública. Contratações consideradas excepcionais, trazidas como ressalva pelo legislador ordinário. O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, nos direciona a essa interpretação, pois ressalva que apenas nos casos expressos em lei a administração pública direta ou indireta poderá contratar obras, serviços, compras e alienações sem a exigência do procedimento licitatório. E é no art. 24, IV, da Lei de Licitação, que expressa uma das excepcionalidades, autorizando a dispensa da licitação em caso de decretação de estado de emergência ou de calamidade pública; devendo o agente atender os requisitos impostos pela lei e jurisprudência vigentes, como também, adequar o fato aos princípios constitucionais e específicos da licitação. Bem como, seguir as imposições elencadas no art. 26 desta mesma lei, o qual define o procedimento de casos excepcionais.

(METODOLOGIA) A pesquisa a ser elaborada terá forma qualitativa, em virtude da relação de subjetividade que existe entre o mundo real e a norma analisada, fenômeno que não será trabalhado com estatísticas. A interpretação do fenômeno e a atribuição dos significados referentes ao tema, também, serão abordados. Os sujeitos que nela se inserem são àqueles interessados em celebrar contratos com a Administração Pública prestando-lhes serviços ou entregando-lhes bens e, conseqüentemente, a população atingida pelo desastre que ocasionou a situação excepcional.

(RESULTADOS) Por tratar-se de situações desastrosas, o ordenamento visa dar maior celeridade às contratações com o fulcro de sanar ou evitar ou até mesmo diminuir a probabilidade ou intensidade da ocorrência de prejuízos à população afetada. Porém, se faz necessária uma limitação aos agentes públicos, para que não pratiquem atos arbitrários. Como versa sobre contratações feitas por procedimento mais acelerado, é importante que os sujeitos do contrato se utilizem do bom senso e que a medida seja eficaz, sob pena de responsabilizar solidariamente os agentes públicos e os fornecedores ou prestadores de serviço e bens, nos âmbitos cível, criminal e administrativo.

(CONCLUSÃO) Diante das menções feitas, entende-se que esses casos visam atender o interesse público, em virtude de um fato (desastre) que acarretará imprescindível urgência no atendimento em fornecer serviços ou bens à população atingida, com finalidade de amenizar ou cessar os riscos que a ocasião possa trazer. Por ser uma possibilidade trazida pelo legislador, não fica o agente obrigado a operar diante o afastamento do certame. Dessa forma, faz-se mister analisar a conveniência e oportunidade da contratação direta. Além de ser contratado apenas o objeto do contrato que atenda apenas as necessidades imediatas, a título provisório, não podendo o administrador se valer da situação para transcendê-lo e ultrapassar o limite de afastar o risco detectado. Assim, deverá haver correlação entre o objeto pretendido e o interesse público a ser atendido, sob pena de incidir o administrador em crime por dispensar a licitação de forma ilícita. No entanto, o que muito acontece são as "situações fabricadas", as quais são causadas por inércia do Poder Público para que este possa realizar contratações sem passar previamente pelo certame. A intenção do agente se dá pelo fato que a fiscalização prévia é reduzida, facilitando assim a possibilidade de burlar as normas impostas no ordenamento jurídico e dessa forma, possa lhe trazer benefícios particulares ou a terceiros. Fato que é extremamente vedado pelo ordenamento, devendo a Administração Pública atender tão-somente os interesses da coletividade e tratar os interessados a compactuarem consigo de forma igualitária e impessoal. Para evitar o desvio de finalidade da norma, deve os poderes fiscalizatórios atuarem de maneira mais severas punindo tais atos e tentar reprimir futuros atos ilícitos.

ALTA MÉDICA PROGRAMADA: UM PROCEDIMENTO PERVERSO

Autor(es):

Kemil Varela Aby Faraj: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Alexsandre de Vasconcelos Mendes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Seguridade Social pode ser conceituada como um conjunto de princípios, normas e instituições, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Ela é em verdade gênero, que engloba as espécies Previdência Social, Assistência Social e Saúde. A Previdência Social, por sua vez, vai abranger a cobertura de riscos decorrentes de doença, invalidez, velhice, desemprego, morte e proteção à maternidade. É nesse âmbito que encontramos o objeto de estudo de nossa pesquisa, a “alta médica programada” ou mesmo “alta programada”, que consiste na adoção de uma técnica, realizada pelos membros peritos médicos do INSS, em que se realiza uma estimativa do prazo para recuperação da capacidade de trabalho dos segurados de auxílio-doença e auxílio-doença acidentário, definindo provisoriamente o prazo de duração da incapacidade. E nesse intercurso, antes de expirar o prazo para cessação, o segurado que “não se entender” apto ao retorno de suas funções laborais, poderá ainda aduzir pelo pedido de prorrogação do seu benefício, implicando uma nova perícia médica pelo instituto autárquico, concluindo de modo favorável (manutenção do benefício) ou desfavorável (indeferimento do benefício). Não fosse suficiente, o segurado ainda pode pleitear, após esse interim, um pedido de “reconsideração” da decisão proferida. O trabalho, então, consiste em demonstrar a ineficiência de tal técnica, que prejudica tanto os segurados, parte hipossuficiente da relação, como a própria “justiça”, entendendo-a tanto por suas instituições, como pelo próprio ordenamento jurídico visto que defendemos a sua inconstitucionalidade.

(METODOLOGIA) O caminho que traçaremos é pela via do método dedutivo. Demonstrar através da jurisprudência consolidada, da doutrina no campo previdenciário, da legislação constitucional e infraconstitucional, das notícias que são publicadas diariamente pela mídia nacional, assim como pela própria experiência prática, a observação direta dos participantes desta pesquisa no contato diário em um escritório de advocacia, tanto com os segurados expostos a essa situação vexatória, como a vista aos documentos que confirmam a existência dessa prática.

(RESULTADOS) Da pesquisa se deduz que a existência da alta programada resulta na exposição de milhares de brasileiros, segurados do sistema, aos mesmo riscos sociais a qual deveriam por lei estar amparados. Tal afirmação pode ser comprovado nos seguintes dados, o Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS do mês de agosto de 2011 nos demonstra um percentual de benefícios concedidos na ordem de 42,24% da espécie Auxílio-Doença e de 6,59% da espécie auxílio-doença acidentário, totalizando 48,83% do total de benefícios em espécie, representando de longe a maior busca de benefícios por parte dos segurados. Ficando nesses casos ao critério arbitrário da autarquia previdenciária a sua data de cessação. Já nos Pedidos de Reconsideração a prática tem demonstrado como afirma a doutrinadora Fabiana Fernandes de Godoy, que 80% das decisões deveriam ser mantidas. E quando não concedidas busca-se o provimento judicial. A Justiça Federal, como afirma no site institucional da Justiça Federal do RN (www.jfrn.gov.br), tem 80% de demandas de índole previdenciária.

(CONCLUSÃO) A falta de cientificidade em programar a data da cessação da incapacidade e conseqüentemente do benefício, tem como implicação a insegurança jurídica e o afrontamento da dignidade da pessoa humana, que expõe o trabalhador ainda incapacitado ao retorno do seu ambiente de trabalho, tendo como conseqüência o risco a sua saúde, vida e bem estar. Outrossim, o levar a buscar outra vias, como a Judicial, que tem como resultado o entupimento de demandas previdenciárias, de natureza médica, na Justiça Federal brasileira.

ESTUDO DO CONFLITO ENTRE BECCARIA E FOUCAULT

Autor(es):

Otávio Araújo Neto: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Mesmo que exista pouco mais de dois séculos separando Foucault de Beccaria, pode-se observar que há, de forma evidente, conflitos analíticos, e de resultados obtidos. As obras desses autores possuem o mesmo ponto-chave: os sistemas penais ocidentais e suas consequências, mas diferenciam-se no modo com os estudos. Enquanto Beccaria cria, de forma objetiva, uma forma de transformar todas as sanções desumanas àqueles que cometiam crimes, insurgindo-se, e fazendo-se porta-voz da consciência pública, contra toda aquela monstruosa tradição jurídica, Foucault, faz de forma analítica, um exame dos mecanismos sociais que motivaram as grandes mudanças produzidas nos sistemas penais ocidentais durante toda sua existência. A partir disso, é objetivo desta pesquisa analisar os principais conflitos existentes nos pontos de análise destes dois filósofos, isto é, o esforço prático para a revolução penal (de Beccaria), e a análise teórica dos resultados obtidos através das revoluções (de Foucault). Pretende-se, portanto, esclarecer se há mesmo a ocorrência de um real conflito ideológico entre estes dois filósofos, ou se se trata apenas de um conflito aparente que só existe em razão de uma confusão de metodologias, ou modos de enxergar um único problema.

(METODOLOGIA) Com o intuito de atingir os objetivos propostos, partiu-se de uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento bibliográfico em textos doutrinários, livros e sites. De modo que, após as necessárias investigações, procedeu-se o tratamento dos dados colhidos dialogicamente, para firmar a hipótese proposta.

(RESULTADOS) Após o levantamento e análise das informações obtidas, verificou-se que os conceitos e ideais apresentados por cada um desses filósofos em questão são conflituosos. Pois enquanto Beccaria apresenta a defesa do Teorema Geral Utilíssimo, onde a pena deve ser essencialmente pública, pronta e necessária, Foucault sugeriu claramente a tese que a reforma do sistema penal esteja a serviço dos interesses da classe burguesa, que está afirmando seu crescente papel hegemônico naquela época. Outro fator conflitante entre os dois é o metodismo de Foucault, sem levar em conta a razão o sentimento e a necessidade da sanção, tão reivindicados por Beccaria.

(CONCLUSÃO) Dos resultados obtidos, pode-se concluir que, mesmo possuindo mais de dois séculos de diferença, Cesare Beccaria e Michel Foucault possuem conclusões e objetos de estudo semelhantes, mas que são completamente diferenciados no método que seguem, nas ideologias e filosofias por eles criados e estudados. Levanta-se portanto, questionamento para futuro estudo: Se tais filósofos tivessem vivido em contexto e período histórico semelhante e próximo, tamanha diferença em ideologias ainda seria tão notório? Isto é, ainda existiria conflito e seus ideais?

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A ATIVIDADE DOS CATADORES À LUZ DO DIREITO TRABALHISTA BRASILEIRO

Autor(es):

Raquel Maria da Costa Silveira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Micheline Cachina Cavalcanti Faheina de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, representou imenso avanço para o país, em razão da situação de extremo descaso com que o tema vem sendo tratado ao longo dos anos pela maioria dos gestores municipais. Todavia, após o estudo pormenorizado do referido diploma legal, algumas questões necessitam de análise profunda, a fim de que as políticas municipais de resíduos sólidos sejam devidamente formuladas, havendo um planejamento prévio que leve em consideração as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social. Nesse sentido, uma das questões que merecem atenção é o trabalho realizado pelos catadores de resíduos. A inserção dos catadores é disposta como objetivo da política e, como tal, será analisada sob a realidade encontrada no município de Natal. Pretende-se, além disso, apresentar possíveis soluções, tendentes à humanização do trabalho dos catadores à luz da legislação trabalhista brasileira.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada é a pesquisa de caráter bibliográfico e documental.

(RESULTADOS) Os resultados apontam para a necessidade de manejar o cumprimento da norma legal frente à atividade dos catadores de resíduos, cuja situação é severamente precária e específica de cada localidade, sendo indispensável o planejamento de uma política pública adequada e efetiva.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, pela necessidade de adequação da própria categoria à legislação trabalhista. A ausência de direitos garantidos aos catadores e a possibilidade de instituição de cooperativas de fachada que, ao invés de beneficiar o trabalhador, apenas o explora, leva a crer que a melhor opção seria a institucionalização da atividade e o trabalho assalariado, tornando possível o acesso aos direitos assegurados aos demais trabalhadores brasileiros. Porém, tal possibilidade mostra-se distante devido aos objetivos de lucro do setor empresarial. Ao mesmo tempo, sob o prisma dos Direitos Fundamentais, dos quais realmente são destinatários todos os indivíduos, surge a ideia de que a melhor opção seria a extinção da atividade e a sua substituição pela completa mecanização do serviço, uma vez que representa trabalho degradante que, em tese, contraria os ditames constitucionais e condição humana. Portanto, diante do exposto, conclui-se que a questão social que parece ter sido parcialmente solucionada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inserção dos catadores na política municipal de gestão integrada dos resíduos sólidos leva a uma reflexão ainda maior a respeito da condição de trabalho, da natureza degradante e das possibilidades postas à categoria. O Direito do Trabalho põe ao gestor as opções para a humanização da atividade, deixando ao Poder Público a responsabilidade de elaborar políticas que aliem, de forma estreita, o Direito à realidade social.

A PUBLICIDADE COMO LIMITAÇÃO DO PODER DE DECISÃO DO JUIZ

Autor(es):

José Reinaldo Coelho Peixoto Filho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Riev Correia Dantas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Introdução: Os meios de comunicação em geral, ao serem investidos da liberdade de expressão garantida pela Lei Maior brasileira, se encontram cada vez mais presentes na cobertura dos casos jurídicos e, em especial, em casos penais que, por ventura, acabam chamando atenção da sociedade por caracterizarem-se enquanto hediondos, e muitas vezes ganhando ares de ficção pelos formadores da comunicação. Sendo assim, manchetes nas capas dos principais veículos de comunicação do país estampam crimes e possíveis criminosos já julgados e sentenciados pelo próprio autor de tal matéria sem nenhum parecer técnico ou mesmo sentença condenatória do ser competente à julgar e, de tal modo, condenar o indivíduo. Nessa senda, predomina a visão do jornalista sobre o fato e, por isso, muitas vezes, seu poder de manipular a opinião pública assim como influenciar os diversos ramos da sociedade, faz com que se antecipe de forma indevida o próprio juízo do magistrado, compelindo-o socialmente a tomar determinada posição. Dessa forma, a publicidade demasiada nos casos penais e a visão equivocada dos transmissores de comunicação podem acarretar no magistrado o constrangimento pela divergência entre seu juízo e a repercussão que sua decisão possa produzir perante a sociedade. Dessa forma se questiona: Pode-se afirmar a influência da mídia sobre as decisões dos magistrados? Até que ponto o poder de comoção social da mídia encontra sua influência no meio jurisdicional? O presente trabalho tem como objetivo investigar melhor a relação existente entre o poder da mídia e os seus efeitos sobre a decisão judicial.

(METODOLOGIA) Metodologia: Este trabalho constitui-se no resultado de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório, na doutrina especializada do direito penal e constitucional e sua respectiva história, com o auxílio de uma pesquisa de campo relativa aos magistrados do RN, que utilizou-se unicamente das entrevistas como ferramenta, de modo a coletar diretamente do objeto de estudo, os elementos para a construção do resultado final. Funda-se numa abordagem contemporânea da noção de liberdade de expressão, direitos fundamentais e uma possível solução para evitar-se o julgamento injusto em um Estado Democrático de Direito.

(RESULTADOS) Resultado: Ao final, se chegou à conclusão através da análise qualificada do material analisado, assim como dos fundamentos teóricos, que a mídia não possui influência direta sobre as decisões judiciais, mas indireta, no sentido que não compele o magistrado a esta ou aquela decisão, contudo, influenciando negativamente o decorrer das fases processuais, acaba por repercutir em larga escala sobre os elementos que constituirão o próprio convencimento do juiz.

(CONCLUSÃO) Conclusão: Com base nessa pesquisa, pode-se inferir que a justiça não deve se opor a mídia, nem mesmo a mídia se contrapor a justiça; contudo deve haver uma congruência entre esses com o intuito de gerar sentenças que vinculem a norma com a vontade social e, principalmente, que o aplicador da lei possa atuar sem qualquer tipo de restrição ou receio do alarde social.

A DESVIRTUALIZACAO DO PENSAMENTO GARANTISTA

Autor(es):

José Reinaldo Coelho Peixoto Filho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Riev Correia Dantas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Introdução: Das novas mudanças na sociedade e dos novos marcos teóricos sociais, urge, então, a necessidade de novas construções doutrinárias da ciência jurídica que abracem essas variações, a fim de amoldar os princípios gerais de convivência à nova realidade cambiante. Nesta nova sociedade não mais se admite uma arma repressiva sem limites, que não seja condizente com a ótica daqueles que a compõem. Foi dando sequência a essa evolução que surge prodigamente a visão garantista da pena, inscrita também, no processo. É fato notório a evolução das penas, seu objetivo e seu conteúdo, porquanto se acomodam de acordo com a experiência jurídica adquirida. Isto posto, faz-se mister a necessidade de expor a evolução das penas elucidando a rejeição social na medida em que surge, na estrutura pensante, sentimentos de proteção a integridade física e tutela às garantias individuais. Surge, também a preocupação com a vida do infrator depois de ter cumprido pena, haja vista que o novo modelo de pensar tenta reinseri-lo na sociedade. Em que pese muitas das lições dos doutrinadores adeptos da teoria, a mesma tem sofrido grande desvirtualização ao tentar ser posta em prática, perdendo assim, seu maior objetivo, a existência do direito para tutelar as garantias fundamentais almejando pela efetivação do dogma garantista ao realismo político-legal atual. No entanto, de nada valeria ter em mãos amplos textos e garantias constitucionais sem interesse de agir, deixando de adequar ao máximo as penas e suas funções abstendo-se a ligá-las ao dogma garantista. Sendo assim o presente trabalho busca analisar a temática que gira em torno dos elementos concretos e ideológicos do Garantismo e sua aplicação no sistema penal brasileiro com fito de elucidar características essenciais à teoria, que se perderam ao longo do engatinhar jurídico nacional. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo expor as ferramentas jurídicas por meio das quais esses direitos se cumprem, além de evidenciar o fato no qual os princípios e valores fundamentais, garantidos a nós, pela Carta Magna, são princípios normativos e são passíveis de concretização como qualquer outra norma, pois não é dotada de dimensão puramente axiológica.

(METODOLOGIA) Metodologia: Este trabalho constitui-se no resultado de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório, constituída sobre fonte bibliográfica e documental, em especial a doutrina especializada do direito penal e constitucional e sua respectiva história. Funda-se numa análise crítica da noção de direitos fundamentais e da doutrina garantista além de sua importância, visando sua aplicabilidade e eficácia em um Estado Democrático de Direito, que é o Brasil.

(RESULTADOS) Resultados. Ao final, chegou-se a constatação de mudança na orientação ideológica qual recobre o conceito de pena no moderno sistema jurídico, o que implica a abolição radical das concepções clássicas que levavam em consideração o preso enquanto “corpo estranho” na sociedade e portanto, devendo ser retirado e eliminado do convívio com a mesma. A teoria Garantista, encontra seu apogeu na fundamentação do constitucionalismo moderno que tem como base a proteção dos direitos fundamentais e o respeito incondicional a dignidade humana.

(CONCLUSÃO) Conclusão: Com base nessa pesquisa, pode-se inferir que a concretização do garantismo penal torna-se, sobretudo, uma necessidade atual, conquistada ao longo de séculos de teorização sobre a dignidade dos infratores. Constata-se a triste situação contemporânea carcerária, na qual muitas vezes não segue devidamente os princípios elucidados na Constituição, evitando reduzir um dos maiores triunfos do ordenamento jurídico nacional.

A PENA DE MORTE NAS PRISÕES BRASILEIRAS

Autor(es):

Riev Correia Dantas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
José Reinaldo Coelho Peixoto Filho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Introdução: A pena de morte se constitui como a sanção mais corriqueira no universo jurídico desde os povos sem escrita, traspassando óbices matérias através de gerações até os dias atuais com o preceito errôneo de que é uma modalidade eficaz de punir aqueles que desrespeitam normas preestabelecidas de convivência social. A pena de morte, então, tinha como objetivo servir de exemplo àqueles que tinham em mente algum fim nefasto, afastando comportamentos delituosos por meio de intimidação dos concidadãos com inclinações para a prática de crimes semelhantes. Desse modo, surge a teoria da prevenção geral negativa que consiste nada mais em fazer do suplicio do infrator um meio de prevenir futuros delitos. Nessa esteira de pensamento, a pena de morte se tornou o primeiro recurso utilizado para prevenir e castigar infrações. O ordenamento brasileiro, assim como a maior parte dos ordenamentos modernos, apesar de não tolerar pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, acaba “permitindo” sua colocação em prática, quando age com desleixo total no que tange a precariedade do sistema penitenciário, o que muitas vezes ocasiona na morte do preso dentro da própria instituição carcerária. Sejam pelos próprios encarcerados, sejam pelas condições físico-mentais deploráveis em que são submetidos, gerando um paradoxo. Diante disso, não adotar a pena de morte, mas permitir que ela se concretize é um regresso e desrespeito a toda evolução social alcançada pelo Brasil. O presente trabalho tem como objetivo, analisar as condições as quais é submetido o preso brasileiro, assim como comprovar que pela reiterada omissão estatal frente à situação penitenciária, as mortes ocorridas dentro dos presídios são feitas perante a anuência do Estado.

(METODOLOGIA) Metodologia: Este trabalho constitui-se numa uma pesquisa teórica, de cunho exploratório, na doutrina especializada do direito penal e constitucional e sua respectiva história, desenvolvida com o auxílio de uma pesquisa de campo no presídio estadual de Alcaçuz, na qual se buscou taxar as irregularidades do presídio e situação dos apenados, e principalmente os casos de morte dentro do mesmo. Funda-se numa abordagem contemporânea da noção de direitos fundamentais e da doutrina garantista além de sua importância, visando sua aplicabilidade e eficácia em um Estado Democrático de Direito.

(RESULTADOS) Resultados: Por meio da pesquisa se chegou ao resultado que as mortes dentro dos presídios são uma realidade fática comprovada pela análise empírica. A situação que leva a morte do presidiário está relacionada às condições do presídio e, principalmente, ao desrespeito de seus direitos fundamentais. Esta situação, facilmente atestada por qualquer cidadão comum, pode ser atribuída à omissão estatal, que por ser reiterada, demonstra que este é consciente e anuente com tal fato. Por conseguinte, se comprova a tese de que o Estado, apesar de não ter previsto juridicamente a pena de morte, declara a própria pena ao preso em termos sociais, quando não garante condições mínimas para a sua existência nos presídios.

(CONCLUSÃO) Conclusão: Com base nessa pesquisa, pode-se inferir que a concretização do garantismo penal torna-se, sobretudo, uma necessidade atual, conquistada ao longo de séculos de teorização sobre a dignidade dos infratores. Constata-se a triste situação contemporânea carcerária, na qual muitas vezes não segue devidamente os princípios elucidados na Constituição, evitando reduzir a nada um dos maiores triunfos do ordenamento jurídico nacional. Assim, priorizar o caráter educativo da prisão em relação ao delinqüente e sua respectiva ressocialização

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

**A UTILIZAÇÃO DO DIREITO PENAL COMO INSTRUMENTO ATEMORIZADOR DAS CLASSES
'SUBALTERNAS'**

Autor(es):

Riev Correia Dantas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
José Reinaldo Coelho Peixoto Filho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Introdução: O efeito psicológico do medo gerado pelo Direito penal tem sido vastamente utilizado pelas classes sociais economicamente privilegiadas, como ferramenta efetiva de criação de óbices com fito de manter sob controle aqueles cuja situação econômica não permite a participação nas decisões que orientam a sociedade. Desse modo, os interesses oriundos dos setores 'subalternos' seriam reprimidos a medida que fossem de encontro com os anseios da hegemonia conservadora. Assim, é possível fazer a separação cronológica do direito penal em quatro épocas distintas – período colonial, imperial, republicano e finalmente, contemporâneo-, malgrado o presente estudo considerar o ponto nevrálgico e, assim, trabalhar com acuidade o momento pós-abolição da escravatura, assim como o período correspondente ao modelo neoliberal da década de 80 do século XX até os dias hodiernos. É, pois, notório o poder cogente do Direito Penal, acima de tudo, nas classes sociais menos favorecidas desde o período colonial, ainda quando a dicotomia pairava sob o senhor, proprietário das terras, e o escravo, dono sequer da própria vida, para, em seguida, ver-se substituída pelo empregador e, igualmente anódino, o vadio ou o malandro, cujo estilo de vida fora criminalizado pelo Instituto Repressivo de 1890. Está, indubitavelmente, o Direito penal eivado por traços que denunciam, de modo nítido, a influencia exercida pelas classes economicamente privilegiadas a ponto de elucidar a preferencia do Código Penal destes em detrimento dos socialmente excluídos. Temerosos, a classe subalterna, termo retirado da teoria penal e utilizado de forma a pontuar um conceito específico, constituem-se o alvo do Código Penal, cujo traço marcante é conduzi-los e limitar o poder de escolha que, supostamente, ser-lhes-iam outorgados no momento de nascença. A Constituição atual, assim como o Código Penal de 1940, apesar de terem passados por reformas formais, demonstraram não ser suficiente para alterar o paradigma que perdura por séculos, plasmado com fortes marcas opressão e desrespeito com aqueles que dependem de políticas publicas para a sobrevivência

(METODOLOGIA) Metodologia: O presente trabalho constitui-se no resultado de pesquisa teórica, de cunho histórico, na doutrina especializada do Direito Penal. Constitui numa abordagem crítica atinente à função atribuída a referenciada doutrina desde seu surgimento no Brasil com espeque no estudo das funções do Direito Penal para cada camada da sociedade.

(RESULTADOS) Resultado: Foi possível perceber a inépcia do Direito Penal de superar tal dicotomia que impõe as classes menos favorecidas o rótulo de alta periculosidade por não comungarem das mesmas condições dos que situam-se no controle do aparato econômico.

(CONCLUSÃO) Conclusão: Conclui-se, pois, que o Direito Penal tem como escopo a seleção qualitativa e quantitativos daqueles cujo comportamento encontram-se abstratamente positivados no seu texto, firmando-o, assim, como mero instrumento de gerencia dos subalternos pautado, principalmente, no medo e na imposição de condutas que satisfazem e perpetuam os burgueses acima dos economicamente desfavorecidos.

ABORTO EM ANENCÉFALOS

Autor(es):

Moisés Gonçalves de Oliveira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Carlos André Maciel Pinheiro Pereira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Filipe Alberto Ramos Rebouças: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
José Ubiraci Alves Monteiro: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Robson Ricardo Machado Lima de Carvalho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN
Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo discutir a legalidade do aborto em anencéfalos, visando analisar as possibilidades de descriminalização, ressaltando as necessidades da genitora com base na Constituição Federal de 1988

(METODOLOGIA) Como substrato para materializar a busca pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento dos objetivos elegeu o método dedutivo, partindo de uma construção geral para obter resultados específicos, mediante a adoção de pesquisa qualitativa, debruçada sobre fontes bibliográficas e jurisprudenciais relacionadas ao tema em discussão, de modo a encontrar uma solução jurídica viável

(RESULTADOS) O aborto é conceituado como a interrupção da gravidez feita dolosamente em qualquer momento do ciclo gravídico, haja ou não a expulsão do feto, sendo uma prática criminalizada em nosso ordenamento, todavia, havendo duas ressalvas expostas no art. 128 e seus parágrafos. No caso do primeiro parágrafo do referido dispositivo, há a hipótese do aborto necessário, contudo, não inclui o caso da anencefalia. Dois dos nortes do Direito Penal são o Princípio da Lesividade e o da Intervenção Mínima, que atribuem a disciplina o status de ultima ratio, devendo esta só agir no corpo social quando não há outro meio de proteger determinado bem jurídico. No caso do aborto o bem jurídico em questão seria a vida do nascituro. Não obstante, no caso da realização desta prática em anencéfalos, não há bem jurídico em perigo, uma vez que a anencefalia resulta, conforme a resolução nº 1949/2010 do Conselho Federal de Medicina, em inviabilidade vital dada a ausência de cérebro, órgão necessário as funções corpóreas. Nesse contexto a resolução nº 1.826/2007 do mesmo órgão equipara a morte encefálica à morte clínica, demonstrando o quão importante é a atividade cerebral, dado que nessas condições as atividades vitais são mantidas somente através de procedimentos artificiais. A gestação de um anencéfalo produz riscos a higidez psíquica da gestante, bem jurídico que deveria ser protegido, uma vez que o fardo de carregar em si um ser que sabe que não tem chances de sobrevivência pode acarretar-lhe sérias conseqüências psicológicas. Logo, o aborto de um anencéfalo configura situação da qual não se pode exigir conduta diversa da gestante, pois forma causa supra legal capaz de abater toda a culpabilidade que lhe pudesse ser imposta

(CONCLUSÃO) Face ao imperativo do direito de estar em constante atualização para manter-se eficaz diante dos avanços de nossa sociedade, é inequívoco ressaltar a urgência cogente de modificar o art. 128 do Código Penal, alterando-lhe a redação do primeiro parágrafo, para que seja adicionada a hipótese da prática abortiva em anencéfalos, não só descriminalizando-a, mais também direcionando o ordenamento pátrio a proteger um bem jurídico inato a gestante, constituído na manutenção da sua higidez psíquica

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A CONCEPÇÃO DE CRIME SOB A ÓTICA DA SOCIOLOGIA CRIMINAL E DO DIREITO PENAL.

Autor(es):

Daniel de Melo Motta: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Anne Crystine Rios Tavares: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Gabriella Emerenciano Maia Wanderley: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Kaline Monteiro Rocha Hassan Elaouar: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Raul Cláudio Navarro da Costa Araújo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A análise da concepção de crime sob a ótica da sociologia criminal e do direito penal pode se dar de diversas formas, tomando como base os diversos fatores que podem nos nortear. O crime é tratado como um fenômeno social, porém dependendo do ponto em que vai ser analisado tal delito ele pode ser tido como uma conduta desviante, ou então como uma oportunidade de ressocialização daquele indivíduo perante a sociedade.

(METODOLOGIA) Primeiramente é interessante destacar que sob a ótica da sociologia, crime vem a ser determinados comportamentos desviantes de alguns seres perante aquela sociedade em que vivem, tomando-se como padrão de comportamentos os costumes "ditados", aqueles vistos ao longo do tempo como o "certo". Diante disso a política social de repressão ditou castigos para essas pessoas até mesmo como forma de recompensa aos eventuais e diversos danos causados à sociedade. Já o crime na concepção do direito penal tem um aspecto mais estrito visto que ele está pautado mais em leis normativas, que estão organizadas em um código que é tido como uma espécie de guia, orientador para as condutas desviantes. Diante disso, ocorre a consumação do crime por um consentimento prévio no código penal, fornecendo maneiras criteriosas sobre decisão entre punição e impunidade ao legislador, num âmbito político-criminal. Alguns sociólogos trouxeram novas ideias a respeito classificando o crime como "fato social" dando-lhe o caráter de generalidade e normalidade. Durkheim, um dos pais da sociologia moderna, foi além quando considerou o crime útil à sociedade, pois lhe inflige renovações. Ele afirma que o crime deixa de ser uma atitude "parasitária" e é um elemento de função regulador da sociedade.

(RESULTADOS) :O crime, na visão sociológica, também tem suas explicações subculturais. Os pesquisadores adeptos dessa tese atribuem aos desvios causas subculturais quando estas adotam normas que encorajam ou recompensam o comportamento criminoso. Por exemplo, pessoas da classe baixa, tais com meninos de rua, aderem a prática de crimes, com o intuito de obter uma ascensão social.

(CONCLUSÃO) : Enfim, as definições para a conformidade e os desvios, estes no sentido criminoso, são dependentes dos conceitos já padronizados pela sociedade.

A INVISIBILIDADE DA MÃE BIOLÓGICA QUE ENTREGA SEU FILHO EM ADOÇÃO

Autor(es):

Marianna Olivar Oliveira Guerra: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em meados de 2009, o assunto de grande relevância, principalmente na esfera jurídica, foi a nova Lei da Adoção sancionada. Alguns a elogiaram por dar maior proteção aos adotados frente as ocorrências trágicas que temos observados em processos adotivos, já outros criticaram sua severidade e alegaram que favorecia o crescimento de ilegalidades para ter a guarda de uma criança. No entanto, distanciando-se de toda discussão e procurando trechos que alcancem a assistência dedicada à mãe ou família biológica antes da entrega do filho aos pais adotivos, são encontrados poucos fragmentos referindo-os. Nesses trechos a adoção é referida como solução encontrada em caso de impossibilidade de permanência na família natural e medida excepcional, entretanto não são esclarecidos quais são os critérios e métodos utilizados para caracterizar um caso como impossível, sendo outros questionamentos também levantados: Será que realmente todas as possibilidades são esgotadas? Será que é oferecida uma assistência que alcance todas as mães que desejam entregar seu filho? Este trabalho corresponde aos primeiros passos de um projeto de iniciação científica que versa sobre a condição da mãe biológica, o nosso objeto de estudo, que entrega seu filho em adoção. Aparentemente, pode parecer uma atenção desmerecida se ponderarmos o senso comum que idealiza uma imagem da mãe biológica, mantendo-a no âmbito da invisibilidade, ou seja, favorece o ocultamento das razões, sentimentos e a desconsideração da importância da atenção que deve ser dada aquela que entrega seu filho em adoção. A relevância deste trabalho reside em mostrar a importância que deve ser direcionada a essas mães, tendo em vista que diversos problemas hoje enfrentados seriam, possivelmente, ser solucionados. Existem diversas razões, circunstâncias muito complexas e vários aspectos psicológicos que devem ser analisado ao julgar temas desse cunho. Vários são os motivos que podem culminar na decisão de entregar um filho em adoção, dentre eles, a incompatibilidade com a ideia de maternar, falta de apoio familiar, abandono do parceiro ou a sensação de incapacidade de oferecer condições para o sustento do filho. Nesse trabalho, será abordado este último aspecto, o qual os padrões e a realidade social são um dos pontos mais determinante para compor a decisão de entregar o filho para adoção.

(METODOLOGIA) Trabalho baseado em pesquisa teórica de caráter qualitativo em livros, artigos e Constituição Federal. As autoras mais importantes como fonte bibliográfica foram Maria Antonietta Pisano Motta e Yolanda Freston.

(RESULTADOS) Após todas as leituras e reflexões frente aos dados encontrados, podemos considerar a hipótese de que, antes de entregarem seus filhos, muitas mães biológicas sofrem de uma espécie de abandono por parte do plano institucional. Constatando assim, que o objetivo traçado de mostrar a relevância do tema “A invisibilidade da mãe biológica que entrega seu filho em adoção” pautada na realidade que a circunda e a justificativa da necessidade que existe em explorar melhor suas condições e procurar a efetividade daquilo previsto em Lei, ou seja, de que toda assistência, com profissionais capacitados, seja realmente oferecida, foi alcançado. A medida que o assunto foi desvelado, sente-se a necessidade de um Estado mais presente, afim de garantir em todos casos a preservação dos direitos constitucionais.

(CONCLUSÃO) Diante do panorama projetado, a partir do que foi colocado, da análise dos textos e dados, é reafirmada a obrigação imprescindível para que seja dedicada atenção às mães biológicas, tirando-as da invisibilidade e que sejam revelados seus verdadeiros motivos, e, caso seja possível e estejam ao alcance do papel estatal, sejam sanados.

AS DESAPROPRIAÇÕES PARA A COPA DO MUNDO DE 2014 NO RN

Autor(es):

Marcy Keveny de Lima Freitas: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Patricia Melo Ramalho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Bianor Francisco de Lima Junior: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Viviane Kely da Silva Moura: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Laís Azevedo de Brito: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Larissa Lopes Matos
Instituição de Ensino: FARN
Marcelo Henrique de Sousa Torres
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A desapropriação é o procedimento pelo qual o Poder Público, fundado na necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente, despoja alguém de certo bem, móvel ou imóvel, adquirindo-o para si em caráter originário mediante justa e prévia indenização. O Direito de propriedade fundamenta-se no Art. 5º, XXII da Constituição Federal de 1988, e deverá atender a sua Função Social. Tendo em vista, que Natal será umas das sedes da copa do mundo de 2014, e as várias obras de infraestrutura que estão em andamento, e as que estão previstas pelos próximos anos para a Copa do Mundo, as desapropriações de imóveis pode vir a ser uma realidade para muitos proprietários de imóveis no RN. Neste sentido, como serão feitas essas desapropriações? E como ocorrerá o pagamento de indenizações às famílias que perderão seus imóveis? Haja vista, a Administração Municipal não possui o valor disponível para o pagamento das indenizações em razão das desapropriações.

(METODOLOGIA) A metodologia para o tema proposto está firmada em pesquisa bibliográfica, realizada por meio de doutrinas e artigos da internet.

(RESULTADOS) Para as obras de mobilidade urbana com vistas à Copa do Mundo 2014, a Prefeitura do Natal necessitará de aproximadamente R\$ 30 milhões para financiamento das desapropriações necessárias às intervenções. De acordo com levantamento atualizado pela Procuradoria Patrimonial do Município, cerca de 450 famílias serão ressarcidos. A maioria delas – 350 – deverão ser removidas das áreas perto da Urbana e ao longo da Avenida Capitão Mor Gouveia. Entretanto, o valor disponível atualmente nos caixas do Executivo Municipal, não ultrapassa 16,6% do total estimado.

(CONCLUSÃO) A ordem econômica brasileira tem como princípio de sua estrutura e como um direito fundamental a consagração constitucional da função social da propriedade. Considerada como grande problema na maioria das obras da copa do mundo, as desapropriações estão previstas para custar mais de 25 milhões dos gastos com as obras de mobilidade urbana a serem feitas em Natal até 2014, visando a Copa do Mundo. A desapropriação é ato indiscutível, ao proprietário é permitido questionar apenas o valor da indenização. O município de Natal não possui, hoje, recursos suficientes para o pagamento de eventuais indenizações para as desapropriações, ficando dúvida de como será feito o pagamento das indenizações, restando prejudicado, assim, o processo expropriatório, tendo em vista, que os expropriados vivem a incerteza sobre o recebimento de tais indenizações.

TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIRAS

Autor(es):

Marcy Keveny de Lima Freitas: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Patricia Melo Ramalho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Aline Alves de Barros: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Bianor Francisco de Lima Junior: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Laís Azevedo de Brito: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior
Instituição de Ensino: FARN
Vânia Vaz Barbosa Cela
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O tráfico de seres humanos é uma forma de crime organizado e constitui uma grave violação dos direitos humanos. A maior parte do tráfico de seres humanos é voltada para a exploração sexual, atingindo crianças e adolescentes. No entanto, há registros da ocorrência do tráfico de pessoas voltado para o trabalho forçado ou escravo, envolvendo indistintamente homens, mulheres e famílias constituídas. Apesar de o Brasil ser um dos maiores exportadores de crianças e adolescentes para fins de comércio sexual, o Governo Federal desconhece boa parte da extensão do problema, resultando na falta de controle sobre essa modalidade de tráfico.

(METODOLOGIA) A metodologia para o tema proposto está firmada em pesquisa bibliográfica, realizada por meio de doutrinas e documentos oficiais disponibilizados na internet.

(RESULTADOS) O tráfico de pessoas é um problema que ultrapassa a esfera nacional de um Estado, pois se trata de fato que desperta interesse de toda a comunidade internacional. O tráfico de crianças e adolescentes se procede no Brasil, através de alguns tipos de violações dos seus direitos como a adoção Internacional de crianças; exploração sexual infanto-juvenil, turismo sexual, pornografia infantil e pedofilia na Internet. A definição do Protocolo da Convenção de Palermo estabelece que quando se tratar de tráfico de crianças, basta apenas o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento para a caracterização de tráfico. A exploração sexual de crianças e adolescentes está geralmente vinculada ao crime organizado, sendo o Brasil considerado fornecedor de crianças e adolescentes para diversos fins, tanto para o tráfico interno como para o internacional.

(CONCLUSÃO) O tráfico de crianças e adolescentes tem relação profunda com a miséria e exploração dos países em desenvolvimento. A infância possui valor nato e, por isso, os direitos humanos das crianças e seus interesses devem ser primordiais em todas as ações que visem sua proteção sob a égide do Estado e da família. De maneira que estão disciplinados na “Convenção dos Direitos da Criança” adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Desta forma, é notório o esforço e a conseqüente evolução de países no tocante ao problema do tráfico de pessoas. As organizações internacionais, as associações regionais e os governos nacionais devem se empenhar em programas e políticas públicas, a fim de criar ou adaptar suas leis e regulamentações para enfrentar o tráfico de pessoas, envolvendo, assim, uma atuação no campo nacional e internacional.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL INDIRETA: UM INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS.

Autor(es):

Eduardo de Medeiros Carlos Ferreira: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Andressa Cabral de Oliveira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Vanessa Padilha Carício Lambert: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por finalidade analisar a importância da desapropriação judicial indireta como instrumento de diminuição das desigualdades sociais, bem como na efetivação do direito fundamental de moradia, partindo do conflito entre o direito de propriedade e a função social da posse.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo legal e doutrinário, que tem como pressuposto teórico fundamental a análise da aplicabilidade, ao caso concreto, dos parágrafos quarto e quinto do art. 1.228 do Código Civil.

(RESULTADOS) Da análise teórica, tem-se que uma das influências do neoconstitucionalismo na esfera privada é a interpretação das normas civilistas à luz dos princípios constitucionais. Passa-se de uma visão individualista e patrimonialista do Código de 1916, para uma interpretação ética, social e que vise garantir a dignidade da pessoa humana, esculpidas nas normas insertas no Código Civil de 2002. O indivíduo, na nova concepção, é tratado não como aquele que tem direito a ter propriedade, mas como aquele que necessita da propriedade para garantir, através da sua destinação social, o direito fundamental de moradia (art. 6º, CF/88), bem como trabalhá-la para garantir um mínimo de condições para seu sustento e de sua família, atendendo ao princípio da dignidade da pessoa humana. A Constituição da República de 1988 elenca o direito de propriedade (art. 5, XXII) como um direito fundamental, entretanto, atribui no inciso seguinte um ônus aos proprietários, de que essa propriedade deverá cumprir sua função social (art. 5º, XXIII). O problema surge quando a desídia do proprietário em estabelecer essa função social é suprida pelo possuidor de boa-fé. Surge o conflito, para o ordenamento, entre o direito fundamental da propriedade versus a função social da posse. O novo código civil enfrentou a questão em quatro pontos específicos: interessando no presente trabalho a solução apresentada pelo seu art. 1.228, §4º e §5º, ao tratar da desapropriação indireta judicial em prol de uma coletividade que dê função social à posse. Por sua redação, o parágrafo quarto do supramencionado artigo afirma que o proprietário poderá ser privado de extensa área, ocupada por um considerado número de pessoas, de forma ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos e que realizem, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo magistrado de interesse social e econômico relevante, quando da tentativa de reavê-la. A privação encontra-se condicionada ao pagamento de justa indenização fixada pelo juiz. Trata-se de desapropriação, pois há indenização ao proprietário; é indireta, por não existir decreto expropriatório antecedente, tendo em vista ser argüida em forma de defesa pelos possuidores nas ações de reivindicação do imóvel, sendo realizada pelo Poder Judiciário em atendimento a função social da propriedade no interesse da coletividade e, não para privilegiar as pretensões do executivo ou do legislativo. O enfrentamento de temas como a constitucionalidade do instituto; a abrangência dos conceitos indeterminados “área extensa” e “interesse social e econômico relevante”; o que se entende por imóvel reivindicado e em quais ações são aceitas essa forma de defesa; a quem cabe o pagamento da indenização e de que forma ele é feito; o choque entre direito fundamental da propriedade e a função social da posse, são alguns dos temas que nos propomos a discutir no referido trabalho.

(CONCLUSÃO) Relevante é o conhecimento de importante instituto jurídico que privilegia objetivos constitucionais como erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais, bem como efetiva o direito fundamental de moradia em fomento ao princípio basilar da dignidade da pessoa humana. Palavras-Chaves: Desapropriação judicial. art. 1.228 CC/02. função social.

ACESSO À JUSTIÇA E O PAPEL DOS OPERADORES DO DIREITO.

Autor(es):

Renata Nascimento Nobre de Amorim Nasset: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Jose Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ninguém pode alegar desconhecimento da lei para justificar seus erros, todos os cidadãos possuem como dever, conhecer seus direitos e obrigações. Diante do exposto, nos deparamos com uma problemática social e jurídica, objeto do estudo. Nem todos conhecem as leis, sabem de seus direitos e dos procedimentos e etapas necessárias para o devido cumprimento de um processo judicial. Portanto, é necessário criar formas mais eficazes e efetivas, de educação jurídica social e conscientização do papel fundamental, além de jurídico, social exercido pelos operadores do direito, responsáveis diretos e facilitadores ao acesso à justiça dos leigos.

(METODOLOGIA) Análise de pesquisa em tribunais e práticas jurídicas, com enfoque no atendimento judiciário ao público e entrevistas com operadores do direito sobre o cumprimento de suas funções, além de bibliografias e doutrinas especializadas.

(RESULTADOS) Um dos pontos de maior complexidade e incongruência na busca do acesso à justiça verificado, trata-se do atendimento inicial daqueles leigos que procuram a tutela de proteção do Estado. A sobrecarga de demanda judicial, um sistema operacional complexo, treinamento de pessoal insuficiente, afetam de forma relevante à efetividade que a justiça procura atingir, necessitando de ações incisivas que viabilizem para as partes, um contato fácil, transparente com o Direito e o Dever que lhes pertencem, possibilitando com que os danos sociais provenientes de uma suposta justiça ineficaz não aumentem, permitindo ainda uma estruturação que faça com que também diminuam.

(CONCLUSÃO) Resta claro que o operador do direito deve possuir como objetivo, possibilitar uma trajetória menos sofrida e consciente aos que buscam satisfação do seu Direito. Cabe ao Estado tutelar o conflito de forma a minimizar o sofrimento dos cidadãos, despertando para a ética, responsabilidade social e humana. Com estas considerações, se acredita que devem ser buscados, numa luta incessante, métodos e instrumentalizações acessíveis de aplicabilidade do Direito, uso de vocabulários comuns, planejamentos e estratégias que permitam educação jurídica nas escolas, nas comunidades, promovendo conciliação, diálogo entre as partes, possibilitando novos rumos facilitadores de acesso à justiça, enfatizando a causa e não a consequência dos problemas sociais enfrentados, com empenho e em condições de superar os obstáculos a uma justiça rápida e eficaz que se almeja em um Estado Democrático de Direito, que possui como princípio fundamental, a Dignidade da Pessoa Humana.

TRABALHO ESCRAVO NO NORTE E NORDESTE BRASILEIROS

Autor(es):

José Henrique Santos Chagas: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Victor Vieira Lundberg: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Gildomar Silvano de Lima: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa científica versa sobre o trabalho análogo ao escravo no Norte e Nordeste do Brasil, demonstrando uma nova concepção acerca da realidade de exploração das relações de trabalho. Sendo evidenciada a total transgressão ao princípio da dignidade da pessoa humana, com a exacerbada subserviência do empregado ao empregador. Fato esse gerador de problemas socioeconômicos, que estão a cada dia mais em voga na sociedade brasileira. Foi aprovado em primeiro turno de votação o Projeto de emenda constitucional 438, que assevera sobre o trabalho escravo, porém está “engavetada” na Câmara dos Deputados a mais de seis anos. Objetiva-se a necessidade de garantir direitos em face ao abuso e a exploração, como uma medida indispensável para a concretização dos preceitos fixados pela Constituição Federal e pela Organização Internacional do Trabalho. Através deste trabalho busca-se analisar, de maneira crítica, quais as formas de escravidão a que se submetem os trabalhadores brasileiros, apesar dos recentes avanços envolvendo órgãos que lutam pela erradicação do trabalho escravo em todo o país.

(METODOLOGIA) O trabalho foi realizado através de pesquisas e estudos bibliográficos objetivando fazer uma análise concreta dos aspectos essenciais do objeto de estudo, formas, conteúdo, fundamento jurídico, realidade, constituição histórica e evolutiva. A pesquisa é baseada na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e demais órgãos da mesma seara, nas decisões da Organização Internacional do Trabalho, nos mandamentos da Constituição Federal, bem como pela pesquisa nos casos identificados no Norte e Nordeste brasileiros.

(RESULTADOS) As estatísticas realizadas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, SRTE/RN, relatam que, anualmente, mais de mil trabalhadores potiguares são forçados a se submeter ao trabalho análogo ao escravo em outras unidades da Federação. O Rio Grande do Norte está situado entre os 10 estados brasileiros com o maior número de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalhando, segundo Marinalva Dantas, auditora-fiscal do trabalho. Consoante pesquisas, o Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo e a Delegacia Regional do Trabalho libertaram 1.695 trabalhadores que viviam sob o regime análogo ao de escravidão nas regiões Norte e Nordeste.

(CONCLUSÃO) Com o presente estudo, pode-se concluir que apesar dos esforços de muitas entidades e até mesmo políticos, muitos ainda não tem a real intenção de erradicar com essas práticas anormais, pelo fato que o lucro está, impreterivelmente, acima de qualquer coisa e para alcançá-lo muitos são capazes de realizar tais práticas, deixando assim, os preceitos fundamentais totalmente à margem para lograr êxito no atual mundo capitalista. Percebe-se que se faz necessário a participação mais assídua do Governo Federal com o intuito de garantir recursos humanos e financeiros suficientes para melhorar a fiscalização do trabalho, sendo fundamental uma maior participação de órgãos, punindo efetivamente os infratores e reprimindo a terceirização ilegal que leva à prática da escravidão e garante a impunidade. O tomador de serviços deve ser responsabilizado pela prática de trabalho escravo, eventualmente flagrada no fornecedor, identificando as cadeias produtivas e divulgando as propriedades que utilizam trabalho escravo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A DUPLA JORNADA DE TRABALHO DOS TÉCNICOS DE RADIOLOGIA E A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO À SAÚDE: LIMITAÇÕES À AUTONOMIA DA VONTADE.

Autor(es):

Lenise Maria Antunes de Paula: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo pretende realizar uma reflexão no intuito de compreender o que leva um profissional a abdicar de um direito fundamental, qual seja saúde, limitando sua autonomia da vontade em busca de uma situação financeira mais confortável. O direito a saúde é um direito de todos e diz respeito à qualidade de vida, escopo de todo cidadão, no exercício de seus direitos. A qualidade de vida pressupõe “estar em equilíbrio”, tanto na vida profissional quanto na pessoal, entretanto fatores como stress passaram a fazer parte da rotina de muitos. Não há dúvida de que o impacto do stress na saúde e na qualidade de vida aliado a esse incessante desejo de atingir os objetivos pode gerar situações devastadoras. O estresse por acúmulo de atividades é o resultado de o homem criar uma civilização, que ele, o próprio homem não mais consegue suportar, ou seja, as pessoas não conseguem mais manter seu estado de equilíbrio diante da sociedade moderna devido aos fatores do meio. Outro aspecto a ressaltar é que embora a autonomia da vontade esteja presente na Constituição Federal e na liberdade de trabalho que todos devem ter, respaldada pelo princípio da legalidade; ela se encontra limitada em consequência do direito a saúde do trabalhador, o qual é um direito humano, um valor fundamental do sistema jurídico, alicerçado no princípio ontológico da dignidade da pessoa humana.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada para realização desse artigo será a exploratória a partir da pesquisa bibliográfica de caráter descritivo tendo revisão literária em sites, livros, doutrinas e legislações, atinente à temática abordada e pesquisa de campo na empresa Hospital Unimed que atualmente conta com um quadro efetivo de 15 técnicos de Radiologia.

(RESULTADOS) O assunto exposto apesar de ser alvo de discussões e constantes questionamentos, ainda é muito novo e merece maior envolvimento com a rotina de vida e as questões sociais vivenciadas pelos empregados pesquisados. Ele também é palco de pesquisas referentes à Medicina do Trabalho e a Gestão de Pessoas que, se preocupam com o alto índice de absenteísmo, indicador importante para explicar as ausências justificadas e injustificadas da classe trabalhadora. Espera-se, por meio deste, contribuir para a ampliação das discussões e análises a respeito desta questão rica e atual que é o tema abordado, já que a autonomia da vontade dessa classe vem sendo mitigada pelo modo de produção capitalista.

(CONCLUSÃO) A saúde do trabalhador deve ser compreendida como um patrimônio, sendo condição essencial e fundamental para o convívio social, indissociável do trabalho, ferramenta primeira no desenvolvimento das relações de produção. É inquestionável que o trabalhador saudável mantém a assiduidade, produz mais e contribui de forma muito mais efetiva, porém isso não tem sido considerado quando destoante da legislação vigente, o profissional aqui mencionado, extrapola em algumas vezes seu próprio limite com o fito de uma situação financeira mais confortável. Nessa perspectiva, procura-se apontar para a concepção de uma qualidade de vida, respaldada pelos ditames da lei que rege a categoria, pois em nossa sociedade se faz mister que os trabalhadores cada vez mais se conscientizem de seus direitos e deveres. Palavras-chaves: Direito a saúde, Constituição Federal, autonomia da vontade

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O USO DE DROGAS E A PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS: ANÁLISE DOS PROCESSOS DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE NATAL/RN

Autor(es):

Mariana Oliveira Ferrolho de Carvalho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Vânia de Vasconcelos Gico
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A região metropolitana de Natal reúne 10 municípios, formando a quarta maior aglomeração urbana da Região Nordeste do Brasil e 15ª maior região metropolitana do país, crescimento decorrente do desenvolvimento das metrópoles, que também influenciou o aumento da população jovem, que, segundo o IBGE, contabiliza 9.446.518 pessoas entre 15 e 24 anos, correspondendo a 20% da população. Concomitante a esse crescimento ocorreu o aumento do uso de drogas e da violência. Os jovens estão mais propensos a se envolverem com drogas, devido às transformações biopsicossociais, deixando-os vulneráveis às novas descobertas. Segundo estudos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, as drogas, especialmente as ilícitas, agem como um agente causal/motivador do cometimento de atos infracionais, daí a importância do nosso estudo, que tem como objetivos, verificar se há correlação entre o uso de drogas e a prática de atos infracionais cometidos pelos menores, traçando o perfil dos adolescentes infratores.

(METODOLOGIA) A partir de visão transdisciplinar da ciência e cartografia dos processos ajuizados na 3ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Natal/RN, realizou-se levantamento dos 1085 processos autuados em 2008, escolhendo-se 375 possuidores do questionário do Sistema de Informação para a Criança e o Adolescente – SIPIA. As informações coletadas foram distribuídas em fichas cadastrais, uma com os dados do processo e outra com os dados dos adolescentes infratores, identificando-se, os atos infracionais praticados, correlacionando-os ao uso de drogas e as medidas de proteção impostas.

(RESULTADOS) A maioria (88,4%) dos menores infratores é masculino e residem em bairros periféricos da cidade de Natal: Mãe Luiza (37), Felipe Camarão (31), Quintas (26), Bom Pastor, Passo da Pátria, Redinha, Dix-Sept Rosado, Rocas, Pajuçara. Evidencia-se a faixa etária entre 12 e 18 anos, tendo a maioria (77,6%), 15 a 17 anos; destes (39%) possuía 17 anos. No tocante ao uso de drogas, 204 (52%) menores nunca a usaram, 117 (29,8%) usavam frequentemente, 34 (8,6%) usaram sem indicar a frequência, 20 (5,1%) não usavam. Quanto ao tipo de drogas usadas 7 (1,7%) usavam apenas drogas lícitas e 8 menores (2%) se abstiveram de informar. Dentre as drogas usadas pelos 40,6% usuários, 139 (36,5%) consumiam maconha, 36 (9,5%) crack, 28 (7%) drogas lícitas (álcool e cigarro), dentre outros tipos. Em relação aos atos infracionais praticados pelos adolescentes usuários de drogas, constata-se que 53 (29%) dos atos foram análogos aos crimes de roubo qualificado, 19 (10%) furto qualificado, 16 (9%) furto, 15 (8,2%) posse de drogas para uso pessoal, 14 (7,7%) tráfico de drogas, dentre outros. No tocante as medida de proteção impostas pelo juiz, houve 64 aplicações do inciso III do artigo 101 da lei 8.069/90; 14 do inciso IV; 5 do inciso V e 12 do inciso VI que propõe inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à alcoólatras e toxicômanos.

(CONCLUSÃO) Constata-se que, nos processos analisados, houve uma correlação mediana entre o uso de drogas e a prática de atos infracionais cometidos pelos menores infratores que possuem processos na 3ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Natal, pois 52% dos adolescentes nunca usaram drogas. A maioria dos menores infratores privados de liberdade que usavam drogas, ainda o fazem, tendo-se um percentual insignificante de recuperação pelo não uso. Evidenciou-se que no ano de 2008, a droga mais usada foi a maconha, o que merece estudos comparativos com a situação atual. No tocante às medidas de proteção evidenciou-se 12 aplicações da medida que propõe inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento aos menores alcoólatras e toxicômanos. Faz-se necessário maior participação estatal na conscientização e tratamento destes jovens, incluindo-os positivamente na população jovem do Rio Grande do Norte.

AUSÊNCIA DA ERGONOMIA E O DEVER DE INDENIZAR

Autor(es):

Thiago Henrique Duarte Bezerra: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Allison Tinôco Antunes: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Diógenes Josué de Medeiros Miranda: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esse artigo trata a respeito do dever de indenizar trabalhadores que sofrem lesões por esforço repetitivo (LER) decorrentes do ambiente de trabalho, essas ocorrem sempre que houver incompatibilidade entre os requisitos físicos da atividade ou tarefa e a capacidade física do corpo humano. objetiva-se verificar o direito de ser indenizado ante a ausência ergonômica.

(METODOLOGIA) Para a consecução do trabalho partiu-se da análise do caso concreto e dos aspectos essenciais do objeto de estudo. A pesquisa é baseada no julgado do TST RR-73800-11.2006.5.10.0014 e na Norma Regulamentadora - 17.

(RESULTADOS) RESULTADO O número de indenizações trabalhistas vem em crescente nos últimos anos, e um dos responsáveis por tal aumento são as por acidente do trabalho, sendo tal situação concretizada muitas vezes por descaso do empregador, que não disponibiliza aos seus subordinados um ambiente propício para realizações das suas tarefas. Esse descaso ocasiona em lesões, dentre elas a LER, essa “está relacionada com a atividade da pessoa, ocorre sempre que houver incompatibilidade entre os requisitos físicos da atividade ou tarefa e a capacidade física do corpo humano. A LER, instala-se no organismo humano e muitas vezes passa despercebida ao longo de toda uma vida de trabalho e quando é percebida já existe um severo comprometimento da área afetada”. Para se evitar esse tipo de lesão é preciso que haja “adaptação de toda a situação em que ocorre o relacionamento entre o homem e uma atividade produtiva, envolvendo não somente o ambiente físico, mas também os aspectos organizacionais.”, tal procedimento é conhecido como Ergonomia. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) apesar de antiga já dispôs em seu corpo resquícios de ergonomia, a seção XIV, do capítulo V, que tem por título DA PREVENÇÃO DA FADIGA, Artigos 198 e 199 mostra um pouco da preocupação do legislador com a saúde do trabalhador. O legislador também intera medidas para precaução de LER em algumas determinadas profissões, pode-se citar o exemplo dos empregados em serviços de radiotelegrafia, por analogia, digitador, por exercer atividade que requer movimentos repetitivos, o artigo 228 prevê a impossibilidade de trabalho ininterrupto, enquanto o artigo 229 legisla sobre o tempo de descanso desses trabalhadores. Aplicando o conhecimento acima relatado no caso concreto vê-se a relação do trabalho, a ergonomia, a LER e o dever de indenizar. Exemplifica-se tal afirmação como o julgado do TST RR-73800-11.2006.5.10.0014, que mostra que em dezembro de 2010 a 4ª turma do TST deu provimento ao recurso de revista de um advogado da Caixa Econômica Federal, que perdeu 70% de sua capacidade de trabalho devido à doença por esforço repetitivo, conseguiu indenização equivalente a uma pensão mensal vitalícia, proporcional à depreciação que sofreu. A relação entre o dever de indenizar, o empregado e o empregador é clara, na medida em que é obrigação do empregador fornecer um ambiente de trabalho adequado e saudável ao empregado, visto que é uma obrigação, em não fazendo estará sujeito a uma indenização para que “compense” essa falta grave.

(CONCLUSÃO) Com o presente estudo, pode-se concluir que a falta de ergonomia implica diretamente no dever de indenizar, pois a ausência de condições adequadas para a realização de uma tarefa acarretará danos ao trabalhador, logo não havendo tais circunstâncias surge a obrigação do empregador de indenizar.

NOVA USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO POR ABANDONO DO LAR – RETROCESSO OU AVANÇO?

Autor(es):

Maria da Conceição Silva Dalama: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Isabele Ferreira da Silva: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Thaís Ramos de Barros Cavalcanti: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN
Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa visa abordar a inserção da Lei 12.424/2011 no artigo 1.240-A e parágrafo 1º do Código Civil vigente, que dispõe sobre a nova modalidade de usucapião pelo abandono do lar, sua compatibilidade e diferenças com os requisitos da usucapião do art.183 da CF. O retorno da discussão do elemento “culpa” no fim da relação, superada com advento da EC. 66/2010, seria uma afronta ao princípio de vedação a retrocesso?

(METODOLOGIA) Nosso estudo se fundamentou na análise à legislação e doutrinas correlacionadas ao tema: TARTUCE, Flávio. A função social da posse e da propriedade e o direito civil constitucional e SIMÃO, José Fernando, artigo publicado em Jornal Carta Forense. Além da análise da Lei 12.424 que ensejou o art. 1.240-A, prevendo a “usucapião matrimonial” e possíveis conflitos com outras normas correlatas.

(RESULTADOS) Há três espécies de usucapião, o extraordinário não necessitando o autor provar o justo título nem a boa fé adquirindo a propriedade aos quinze anos, o ordinário que precisa provar o justo título e boa fé exercitando a posse por dez anos e o especial que pode ser urbana, rural ou urbana familiar. Com o advento da Lei 12.424, foi inserido o art.1.240-A no CC, onde dispõe uma nova modalidade de usucapião “familiar”, permitindo que um dos ex-cônjuges ou ex-companheiros oponha contra o outro a pretensão de usucapir a parte que lhe pertence. Sendo necessários alguns requisitos compatíveis com os previstos no art.183 da CF, porém com algumas particularidades, quais sejam: abandono voluntário do lar, posse de imóvel urbano até 250m² por período ininterrupto de dois anos com fins de moradia e não ter outro imóvel. Embora se tente evitar o condomínio vitalício entre os cônjuges após término do vínculo conjugal, a crítica que se levanta concerne à questão de se provar a “culpa” pelo término da relação como requisito para usucapir o imóvel, ferindo o princípio do retrocesso social e acirrando ainda mais conflitos entre os casais, já que com a EC. 66/2010 o tema já teria sido superado. Todavia, a exigência de ser “ex-cônjuge” se impõe como uma obrigatoriedade de primeiro se decretar o fim da relação para só então questionar a usucapião, talvez pela previsão da não prescrição entre os cônjuges prevista no art. 197, I do CC. Porém, a crítica de retrocesso é superada pelo avanço que se nota com o novo dispositivo na proteção à família que foi abandonada por um dos cônjuges independente de se demonstrar a “culpa”, sendo justo conceder ao cônjuge abandonado a usucapião, e o direito à moradia prevista no art.6º da Constituição pautados na função social. A separação de fato é admitida como fim da sociedade conjugal, segundo jurisprudência do STJ REsp 1065209/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 16/06/2010), mas não se comunica quando nos casos de afastamento por determinação judicial com base em medidas cautelares como da lei Maria da Penha. Ressalta-se ainda, que a medida se presta tão somente ao bem imóvel, respeitando o direito sobre a meação do casal cujo prazo prescricional é de 10 anos, segundo art. 205 CC.

(CONCLUSÃO) Considerando o fato de tal intervenção legislativa ser bem recente, nosso objetivo maior foi tentar explanar acerca das peculiaridades ensejadas com a edição desta nova modalidade de usucapião, onde entendemos tratar-se não de um retrocesso no que tange a aferição de culpa, mais sim do reconhecimento de um direito em favor do cônjuge que permanece no imóvel em face da liberação voluntária daquele que o abandona, o que futuramente gerará grandes repercussões jurisprudenciais.

PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Autor(es):

Jéssika Ezequiel de Brito: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Renan Franco Camilo Barros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Petruclia da Costa Paiva Souto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A edição do Código Eleitoral de 1932 trouxe significativo avanço para o sistema político brasileiro, instituindo a representação proporcional, o voto secreto e a Justiça Eleitoral. Nessa esteira, a Constituição promulgada em 1934 “teve o grande mérito, valor e respeito de erigir ao patamar Constitucional a Justiça Eleitoral, como órgão do Poder Judiciário” (RAMAYANA, 2005, 9). Quanto aos partidos políticos, porém, essa Constituição, fez tímidos progressos. Contudo, ao inserir os avanços decorrentes do Código Eleitoral em seu corpo, essa Constituição buscou destruir o quadro de regionalismo partidário, estabelecendo o sufrágio universal, secreto e direto e, implicitamente, a pluralidade partidária. A pesquisa tem como objetivo esclarecer o surgimento dos partidos políticos no Brasil e o seu sistema político, assim como a importância da fidelidade partidária.

(METODOLOGIA) A pesquisa se baseou numa revisão bibliográfica, levantando fundamentos presentes em artigos científicos que tratavam sobre a origem, conceitos, modalidades e sistemas de partidos políticos. Livros que tratam diretamente sobre o tema também foram analisados.

(RESULTADOS) Diante da análise, foram observados alguns resultados importantes. Ficou entendido que o partido político é uma organização de pessoas que, inspiradas por ideias ou movidas por interesses, buscam tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conservar-se para realização dos fins propugnados. (BONAVIDES, 2006, p. 372). Com essa definição podemos identificar a realidade hodierna brasileira, onde se tem vislumbrado, nas últimas décadas, verdadeira multiplicação de partidos políticos. Com isso, verifica-se não somente a imensa dificuldade para governar enfrentada por aqueles que logram a vitória nas urnas, mas também a constante troca de partidos entre os políticos nacionais, em evidente descaso à fidelidade partidária.

(CONCLUSÃO) Nada obstante os avanços garantidos pela Constituição de 1988, os partidos políticos brasileiros se apresentam como instituições frágeis, de modo que “a grande maioria dos políticos não prioriza o vínculo partidário, mas a garantia da legenda para disputar o poder” (PINTO, 2005, 105). Por essa razão, é comum nos noticiários nacionais a manchete de que, mal se encerram as eleições, diversos políticos trocam de agremiações. Como consequência dessa realidade, o eleitor, na maioria das vezes, direciona o seu voto à pessoa do candidato, independentemente do partido ao qual este se encontra filiado. Não observa, pois, a ideologia ou bandeira de luta que sustenta a candidatura do candidato escolhido, porquanto não vislumbra qualquer sintonia entre partido e candidato. Com isso, cria-se um ambiente favorável à proliferação das legendas de aluguel, nome dado às agremiações que, embora defendam, aparentemente, determinada política ou grupo social, são criadas apenas para abrigar políticos e auxiliá-los a conquistar o poder. Essas legendas, portanto, são utilizadas para compor coligações e permitir que um ou outro candidato vença as eleições, sem comprometimento sério com o programa do partido ou com os anseios dos eleitores. Tudo isso, por fim, denota as consequências do tumultuado processo de democratização plena vivido no Brasil, que recai drasticamente sobre a política nacional. Esta, não libertada de práticas pretéritas, fruto dos currais eleitorais, das eleições a bico de pena e dos sucessivos golpes de 1930, 1937 e 1964, tem suas instituições partidárias fragilizadas, que carecem alcançar a maturidade para desenvolver uma democracia livre, justa e igualitária.

DESAPOSENTAÇÃO: UMA NOVA APOSENTADORIA PARA UM VELHO PROBLEMA.

Autor(es):

Kemil Varela Aby Faraj: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Alexsandre de Vasconcelos Mendes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Seguridade Social pode ser conceituada como um conjunto de princípios, normas e instituições, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Ela é em verdade gênero, que engloba as espécies Previdência Social, Assistência Social e Saúde. A Previdência Social, por sua vez, vai abranger a cobertura de riscos decorrentes de doença, invalidez, velhice, desemprego, morte e proteção à maternidade. É nesse âmbito que encontramos o objeto de estudo de nossa pesquisa, a “Desaposentação” ou “Renúncia da Aposentadoria para Nova Aposentadoria” que consiste no ato de desconstituição do benefício mantido com vistas à nova aposentação. Trata-se ainda de uma nova matéria, um novo objeto de estudo, ainda em discussão na Justiça Federal e nos Tribunais Superiores não existindo portanto um consenso entre os magistrados sobre o tema, podendo com isso existir posições divergentes. Reveste-se de importância e conseqüente análise científica do tema em decorrência de uma busca cada vez maior pela concessão desse instituto. Tem como sujeitos os que seguiram trabalhando depois de ter se aposentado ou mesmo dos aposentados que desejam retornar ao mercado de trabalho no intuito de tentar melhorar seus vencimentos. Em todos os casos com a conseqüente melhora das suas condições de vida e sustentabilidade. O presente estudo, além expor as principais construções teóricas sobre o tema analisado, pretende pela adesão da tese propugnada frente a possibilidade jurídica demonstrada.

(METODOLOGIA) O caminho que traçaremos é pela via do método dedutivo. Com a técnica da pesquisa jurisprudencial, bibliográfica doutrinária no campo previdenciário, da legislação constitucional e infraconstitucional, das notícias que são publicadas diariamente pela mídia nacional. Como forma analisar a construção desse instituto e da sua viabilidade jurídica. Utilizará também do debate em torno do Recurso Extraordinário “RE 381367/RS” em que trata de um pedido de desaposentadoria no STF, pendente de julgamento, e que vem entrando e saindo da pauta desse egrégio tribunal superior nesses derradeiros meses.

(RESULTADOS) Estima-se, segundo dados fornecidos IBGE, que em 2008, os aposentados e pensionistas no país somavam-se a 22 milhões. Entre eles, 6,7 milhões estavam ocupados - cerca de 30% do total. Estima-se ainda, que no Brasil, há mais de 500 mil beneficiários com o direito a revisão da aposentadoria, sendo assim premente o amadurecimento desse instituto e conseqüente aceitação de sua tese, como via de melhoria da capacidade econômica e de vida de milhões de brasileiros, que precisam após ser aposentar, ainda trabalhar para manter o seu status econômico.

(CONCLUSÃO) Observa-se da pesquisa, um novo paradigma. Às decisões jurisprudenciais, de desaposentação, frente ao crescente número de processos ajuizados, passou a ser compreendida e na maioria das vezes, aceita, pelos tribunais pátrios. A doutrina vem consolidando e construindo solidamente os seus institutos. O debate enfrentando, tanto pela doutrina, quanto pela jurisprudência, na esmagadora maioria das vezes, vem demonstrar a viabilidade jurídica, atuarial e financeira dessa nova aposentadoria.

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL

Autor(es):

Willig Sinedino de Carvalho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Livia Thaise Revorêdo Dantas Alves: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Rafaela Santos Chrystalino: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Natalia Louise Lopes Pessoa: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O tombamento é o ato de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando-se em conta sua função social. Um bem cultural é "tombado" quando passa a figurar na relação de bens culturais que tiveram sua importância histórica, artística ou cultural reconhecida por algum órgão que tem essa atribuição. Por meio do tombamento é concedido ao bem cultural um atributo para que nele se garanta a continuidade da memória. A presente pesquisa objetiva apontar a necessidade de se realizar o tombamento da Escola Doméstica de Natal, devido a sua importante contribuição na formação da sociedade potiguar, assim como na emancipação feminina no Brasil. A partir de um apanhado histórico que parte da formação do pensamento de Henrique Castriciano, importador do sistema suíço "Écoles Menagère", até a fundação e desenvolvimento da escola, procuramos demonstrar a possibilidade de se realizar o Processo de Tombamento, baseados em sua natureza jurídica, evidenciando a necessidade da manutenção do patrimônio histórico-cultural de nossa sociedade, na tentativa de manter viva a memória de nosso povo e demonstrar os benefícios que o tombamento pode proporcionar à instituição.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada nessa pesquisa foi de cunho bibliográfico, histórico e qualitativo, sendo desenvolvida através da busca sistemática de artigos que versam sobre o tema. Os dados colhidos foram organizados de modo a embasar a tese defendida, desenvolvendo uma linha de raciocínio lógico.

(RESULTADOS) Constatamos o grande valor histórico e cultural da Escola Doméstica e seu fundamental papel no desenvolvimento da sociedade potiguar. O pioneirismo na educação doméstica, que associa o conhecimento científico às técnicas de cuidado com o lar sem incentivar um movimento feminista atentatório à estrutura familiar, mas capacitando suas alunas, objetivando formar cidadãs críticas e conscientes de sua importante posição na sociedade, fizeram da escola marco na educação brasileira, o que a torna merecedora de figurar no rol dos bens norte-rio-grandenses tombados. Esse processo é efetivado por meio de ato administrativo, cuja competência no Brasil é atribuída pelo Decreto Nº. 25, de 30 de Novembro de 1937, que alicerça todos os requisitos necessários para se tornar um bem, como deve ocorrer o processo de tombamento e os efeitos produzidos por este. Compete ao IPHAN executar conservação do bem tombado quando o proprietário não tiver condições de fazê-lo sob pena de solicitação de retirada do tombamento, exercer vigilância sobre o bem e realizar a transcrição do tombamento no registro de imóveis.

(CONCLUSÃO) Podemos afirmar a viabilidade do projeto por constatar que a instituição possui atributos mais que necessários a ensejar o processo de tombamento e o incentivamos, com o intuito de garantir a continuidade do patrimônio histórico-cultural natalense, permitindo que as gerações presentes e futuras conheçam as raízes do movimento de emancipação feminina no Brasil, bem como do desenvolvimento intelectual de nosso Estado.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES VIÁRIOS POR ASSALTOS OCORRIDOS DURANTE O PERCURSO

Autor(es):

João Vitor Paulino Moreira da Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Fabício Lélis Pinheiro Rego: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Athos Fernandes de Queiroz: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Bruno Cortez Gomes da Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No presente trabalho, trataremos acerca da obrigação de indenizar das empresas de ônibus pelos assaltos ocorridos durante a prestação de serviço. Sob essa perspectiva, diante da omissão legal do ordenamento jurídico que não trata a questão de forma específica, além da relevância do tema desencadeador de divergências doutrinárias e jurisprudenciais, buscamos nos posicionar defendendo a idéia de ser dever das empresas, oriundo da relação contratual entre os sujeitos, zelar pela a segurança irrestrita dos passageiros.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa se desenvolverá a partir de posicionamentos doutrinários e análises de decisões judiciais. Além disso, visando averiguar a previsibilidade do roubo no transporte de pessoas, realizamos um questionário, no qual 40 pessoas, motoristas, cobradores e passageiros, responderam as seguintes perguntas; 1 - Você já presenciou a ocorrência de assalto nos ônibus? 2 - Julga essa quantidade alarmante? 3 - Acredita que a empresa oferece a segurança necessária para os usuários? 4 - Acha que essas empresas devam ser responsabilizadas por esses episódios? Os entrevistados foram abordados em paradas de ônibus e nas sedes das empresas transportadoras.

(RESULTADOS) Relativa à segurança nos meios de transportes viários, percebemos que os sujeitos envolvidos na relação contratual relataram, na proporção de 73%, que há um alto índice de assaltos, motivo de extrema preocupação por parte dos 78,5% dos declarantes. Já quanto ao serviço prestado, obtivemos a opinião unânime de que a segurança oferecida é insuficiente, tendo, por último, como resposta de 81% dos entrevistados, que as tomadoras de serviço deveriam ser responsabilizadas.

(CONCLUSÃO) Antes o exposto, vislumbramos que se o caso fortuito é a expressão especialmente usada, na linguagem jurídica, para indicar todo caso que acontece imprevisivelmente, atuado por força que não se pode evitar, revela-se, a partir dos dados colhidos na nossa pesquisa (cuja resposta, de 78,5% dos entrevistados a questão 2, foi sim), inócua o caso fortuito nos assaltos a ônibus na região metropolitana de Natal. Amparando-nos também em José de Aguiar Dias, cujo entendimento é que no contrato de transporte existe, implicitamente, uma cláusula de segurança ou de incolumidade, decorrentes do princípio da função social do contrato e da regra ética (arts. 421 e 422) que regem qualquer relação contratual, inferimos que se a atividade oferecida por essas empresas apresentam riscos inerentes a sua realização, estarão, ao exercerem tal atividade, assumindo-os. Assim sendo, a transportadora deverá ser responsabilizada objetivamente (art. 927 CC) pelos danos oriundos do fato ilícito, em virtude de sua previsibilidade e de que nada ou pouco fez para evitá-lo, consoante opinião de 81% dos declarantes alvos do questionário. Insta trazer à baila a Apelação Cível 2001.001.15218 do TJRJ, que decidiu pela responsabilização das empresas de ônibus, uma vez que estas foram omissas na tomada de providências que minorassem a ocorrência do assalto No que tange as soluções práticas do problema retratado, é imperioso ressaltar que não cabe ao Judiciário, mas às empresas de segurança que, graças ao avanço tecnológico, conhecem muito bem as formas de se coibirem essas transgressões, tendo em vista que a simples colocação de câmeras em alguns coletivos já diminui as ilicitudes. Por esta razão, deverá os administradores das empresas de transporte, na busca pela prestação de um melhor serviço, dirigir-se àquelas empresas especializadas na prevenção desses acontecimentos. Por fim, percebe-se que os assaltos a ônibus fazem parte da realidade da nossa região, devendo a prestadora de serviço se responsabilizar por eventuais danos aos usuários de ônibus, bem como agir no sentido de prevenir esses vícios.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

PARALELISMO ENTRE OS PRINCÍPIOS BÍBLICOS E RELIGIOSOS COM O ORDENAMENTO JURÍDICO

Autor(es):

Emanuel Cavalcanti do Nascimento Barbosa: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Bianor Francisco de Lima Junior: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: FARN
Edinaldo Benício de Sa Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho apresenta reflexões bíblico-religiosas relacionadas com o ordenamento jurídico brasileiro, possibilitando, assim uma análise do profissional do direito e dos religiosos frente aos desafios da legalidade e dos princípios da Justiça. Possibilita ainda, ao fazer intervenções mais humanizadas e reflexões contextualizadas, descobrir que muitas leis foram antecipadas pela prática de Jesus Cristo. O pós-positivismo a partir de uma visão jus-filosófica, procura quebrar a dicotomia entre este e o Jusnaturalismo sob o fundamento da obrigatoriedade no cumprimento da lei. Desta contribuição parte uma reflexão comparativa das leis penais brasileiras com o Código Canônico, iluminada pelos doutrinadores do Direito, da Teologia e da Filosofia, capacitando as pessoas de senso comum a uma leitura jurídico-bíblica de forma simples e contextualizada.

(METODOLOGIA) A metodologia para o estudo do tema proposto está firmada em pesquisa bibliográfica, realizada por meio de doutrinas, artigos da internet e periódicos, assim como leituras bíblicas diárias previsto no diretório litúrgico da Igreja católica Romana e o paralelo da palavra de Deus com os doutrinadores do direito, obtidos das aulas expositivas vivenciadas no curso de direito da FARN com homilias proferidas, por um dos autores, em Igrejas católicas da Arquidiocese de Natal. Com embasamento teórico no campo da filosofia, teologia e direito.

(RESULTADOS) Este trabalho objetiva contribuir com o clero e pastores, como formadores de opinião através das pregações e homilias, dando-lhes a conhecer a situação jurídica a partir de uma visão encarnada da Bíblia. Assim objetiva-se expor aos operadores do Direito e às pessoas que não dominam os conceitos jurídicos e teológicos, os conceitos do Jusnaturalismo, muitas vezes desprezados no positivismo jurídico ou na prática forense, reforçando toda a doutrina pós-positivista, levando a uma leitura jurídico-bíblica de forma simples e contextualizada.

(CONCLUSÃO) A partir dos elementos abordados, pode-se afirmar que muitas das Leis Positivadas têm um paralelo com os fatos religiosos narrados na Sagrada Escritura, como por exemplo a legislação protetora da mulher e da Infância e Adolescência, respectivamente a Lei Maria da Penha e O Estatuto da Criança e do Adolescente. Considerando a importância do Jusnaturalismo (Direito Natural), percebe-se que este precede, estimula, fundamenta e norteia o jus positivismo (Direito Positivo). Tal direito, vivenciado por séculos, hoje sente e sentiu a necessidade de “positivar” o Direito Natural, aprofundando-se a teoria do pós-positivismo, baseada na construção e formalização de normas e princípios herdados do Direito Primitivo.

A DONA DE CASA NA NOVISSIMA LEI Nº 12.470.

Autor(es):

Kemil Varela Aby Faraj: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Alexsandre de Vasconcelos Mendes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Seguridade Social pode ser conceituada como um conjunto de princípios, normas e instituições, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Ela é em verdade gênero, que engloba as espécies Previdência Social, Assistência Social e Saúde. A Previdência Social, por sua vez, vai abranger a cobertura de riscos decorrentes de doença, invalidez, velhice, desemprego, morte e proteção à maternidade. É nesse âmbito que encontramos o objeto de estudo de nossa pesquisa, que é novíssima Lei nº 12.470, sancionada em 04 de outubro de 2011, abrindo um leque de benefícios (aposentadoria por idade ou invalidez, salário-maternidade, auxílio-doença e pensão por morte) para aqueles segurados facultativos sem renda própria, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, pertencendo, no entanto, a família de baixa renda. Sendo apresentada, na maioria das vezes, vulgarmente, como a inserção da “dona de casa” no regime previdenciário, traz a lei, no entanto, a possibilidade do segurado, de sexo masculino ou feminino, de baixa renda (renda do núcleo familiar de até 2 salários mínimos), cadastrado no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), a contribuir com uma alíquota de apenas 5% sobre o valor mínimo. O presente estudo visa analisar os institutos jurídicos da nova lei, tanto em seu aspecto único de novidade, como em comparação aos institutos do sistema previdenciário já existente. Faz uma análise positiva, da inserção desse segurado, como também a análise negativa, que poderá ocasionar mais um ponto de desequilíbrio no sistema atuarial financeiro existente.

(METODOLOGIA) O caminho que traçaremos é pela via do método dedutivo. Com a técnica da pesquisa bibliográfica na doutrina previdenciária, da legislação constitucional e infraconstitucional, das notícias que são publicadas diariamente pela mídia nacional e principalmente na análise metódica dos institutos trazidos pela nº 12.470, de 04 de outubro de 2011.

(RESULTADOS) Segundo os resultados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) do ano de 2009, seis milhões de mulheres se enquadram no perfil de dona de casa de família de baixa renda. Contudo, não apenas as mulheres são abrangidas pela lei, podendo assim beneficiar uma quantidade bem maior de segurados, homens e mulheres, que antes estavam excluídos do bolo previdenciário. Milhões de brasileiros agora terão condições de receber benefícios previdenciários, sem comprometer o orçamento familiar, o que é um aspecto positivo. A lei por, obvio, buscou o ingresso de mais contribuintes, contudo pela falta de planejamento orçamentário (como assim sempre foi) poderá, em longo prazo, manter ou mesmo aumentar o déficit previdenciário que hoje conta, segundo Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS, na ordem deficitária de quatro bilhões de reais.

(CONCLUSÃO) A nova legislação irá incentivar a formalização de milhões de trabalhadores no País, e com isso garantir o direito à Proteção Social, garantindo os benefícios de aposentadoria por idade aos 60 anos, salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, além da pensão por morte e auxílio-reclusão aos seus familiares. No entanto, a longo prazo, sem o planejamento orçamentário devido, poderá ser mais um elemento ao aumento do déficit previdenciário.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A ARBITRAGEM COMO INSTRUMENTO DE DISSOLUÇÃO DE CONFLITOS: UM ESTUDO DE CASO NO RN

Autor(es):

Anissa Cristina de Araújo Câmara: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Kaline Gomes Gonçalves: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Milenna Dantas Lacava de Almeida: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Rafaela Rodrigues de Moraes: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A arbitragem é um sistema especial de julgamento com procedimento, técnica e princípios informativos próprios e com força executória reconhecida pelo direito comum. Um terceiro, escolhido pelos litigantes de comum acordo, impõe sua decisão que deverá ser acolhida pelas partes. Através da análise do histórico desse instituto no RN, vislumbra-se a sua escassa utilização. O presente trabalho tem como escopo explorar de forma teórica o instituto da arbitragem, explanando as principais questões, e pontuando os aspectos positivos e negativos, de forma a constatar a praticidade desse instituto na ceara jurídica do RN com enfoque na análise dos conflitos trabalhistas. A importância da pesquisa pode ser constatada devido à ausência de discussões sobre o instituto jurídico da arbitragem, e até o desconhecimento de sua atuação no Estado do Rio Grande do Norte (RN). Assim sendo, através de pesquisas, teóricas e exploratórias, verificou-se a distância entre as pretensões da arbitragem e sua eficácia, como também abordou-se os aspectos históricos a nível mundial, brasileiro e norte rio-grandense.

(METODOLOGIA) A consecução desse trabalho se deu através de procedimentos de cunho qualitativo e quantitativo por meio de levantamentos bibliográficos, documentais, legais e processuais (GIL, 1999). Baseou-se em revisão de literatura, analisando conceitos diversos presentes em livros, teses e dissertações, além da abordagem da Lei 9.307/96, assim como apreciação de casos concretos ajuizados na Câmara de Mediação e Arbitragem do Rio Grande do Norte.

(RESULTADOS) Diante das pesquisas realizadas, com o aprimoramento dos conteúdos, e análise de casos concretos, foi perceptível a falta de conhecimento da população em geral com relação ao instituto da arbitragem. Em entrevista concedida pelo presidente da Instituição de Arbitragem do Rio Grande do Norte, Marcelo Henrique Marinho Cavalcanti, foi percebido que a atuação das câmaras arbitrais no Estado é ainda recente. Além do que, o método só pode ser aplicado para resolver discussões que versem a respeito de direitos patrimoniais disponíveis, o que limita a prática no âmbito trabalhista devido a disponibilidade de matérias válidas de apreciação pelas câmaras arbitrais.

(CONCLUSÃO) O estudo discorre a respeito do instrumento utilizado para a pacificação de conflitos na seara trabalhista, fora da esfera do Poder Judiciário, de modo a fazer travar conhecimento da real existência de um método célere, consensual e informal. Todavia, através das pesquisas aferidas, nota-se uma desproporção entre teoria e a prática. A estrutura imposta pela Lei nº 9.307 de 1996, credita à arbitragem funcionalidade ampla e eficaz. Contudo, verifica-se que, devido a hipossuficiência do trabalhador, a arbitragem pode vir a ocorrer de forma indevida, controversa apontada pelo próprio Ministério Público do Trabalho.

REPERCUSSÕES DO DIREITO HEBRAICO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Humberto Lima de Lucena: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente Trabalho objetiva realizar uma breve análise das repercussões do Direito e da Moral Judaico-Cristã e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. O tema revela-se digno de pesquisa em razão da íntima conexão existente entre a moralidade e sua absorção pela ciência jurídica, bem como a constatação da imutabilidade de determinados institutos típicos da dogmática judaica tangentes ao Direito Positivo Brasileiro.

(METODOLOGIA) O método utilizado na confecção do trabalho em epígrafe foi o dialético e lógico dedutivo. Para tanto, analisou-se alguns dispositivos normativos constantes do Pentateuco (os livros bíblicos Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) em comparação às regras e princípios alocados na Constituição e Legislação esparsa brasileiras. Pesquisaram-se, ainda, por intermédio de compilação doutrinária e normativa, os possíveis pontos de toque entre os respectivos modelos dogmáticos.

(RESULTADOS) Constatou-se, após as devidas pesquisas, a correspondência e reprodução de diversos institutos do Pentateuco, no arcabouço legislativo brasileiro. Como resultados mais expressivos, pode-se destacar a Assistência Social aos pobres, aos estrangeiros, aos órfãos e às viúvas, suprindo suas necessidades básicas, como alimentação. (Deuteronômio 14.29): Seu influxo no direito brasileiro encontra-se na Constituição da República Federativa do Brasil, que em seu artigo 6º, trata dos Direitos Sociais; Nas relações de trabalho, está garantido no ordenamento judaico o descanso semanal, conforme (Deuteronômio 5.13,14). Esse direito versa na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 7º, Inciso XV do Ministério do Trabalho e Emprego e Lei Complementar nº 605, de 5 de janeiro de 1.949. Quanto à segurança do trabalho, a legislação judaica estatua sobre medidas de proteção (Deuteronômio 22.8,9); Sobre este tema, o Capítulo V, Artigos 154 ao 200 da Consolidação das Leis do Trabalho mais as Normas regulamentadoras. Sobre o mínimo para uma pessoa sobreviver, a legislação judaica dispunha que cada proprietário, ao colher sua messe, não apanharia as espigas caídas no chão por ocasião da colheita, pois estas seriam para os que não tiveram colheita naquele ano (Levítico 19.10). Nesse mister, a CRFB trata no Artigo 7º, Inciso IV, estabelece o salário mínimo como renda capaz de atender às pessoas nas suas necessidades vitais básicas. Quanto aos homicídios acontecidos entre os hebreus, eram denominados de voluntários e involuntários verificando-se a especificidade de cada um deles (Deuteronômio 19.1-5). O reflexo desse entendimento no Direito Penal Brasileiro (Artigo 121 combinado com o Artigo 18, Incisos I e II, respectivamente) classifica os homicídios denominando-os doloso, culposo. A preservação da flora e fauna. O Direito Ambiental Brasileiro Arts. 29 e 38 da Lei 9.605/98 tem seu reflexo da lei judaica (Deuteronômio 20.19,20; 22.6).

(CONCLUSÃO) Finalizadas as pesquisas no propósito em voga, concluiu-se que o Direito e a Moral hebraicos figuraram como fortes influenciadores no Ordenamento Jurídico Brasileiro, mesmo este tendo sofrido alterações devido ao comportamento da sociedade ante a evolução do tempo.

AVISO PRÉVIO: HISTÓRICO E A NOVA LEI

Autor(es):

Luciana Alessandra Nunes de Araújo: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Priscila Nóbrega de Miranda: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Aviso prévio é a comunicação antecipada e obrigatória da rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, seja ela pretendida pelo empregador ou pelo empregado, dessa forma, após a comunicação o contrato é extinto, porém seus efeitos somente se concretizaram após decurso de tempo previsto em lei. O instituto tem sua origem no Brasil a partir do Direito Comercial, através do Código Comercial de 1850, e mais tarde surge no Direito Civil, através do Código Civil de 1916. Somente apareceu no Direito do Trabalho em 1923, através do Decreto 16.107/23 e depois através da Lei n 62 de 1935, a qual previa o prazo de 8 a 30 dias para que o empregado comunicasse ao empregador a extinção do contrato. Em 1943, com a advento da Consolidação das Leis do Trabalho, o aviso prévio foi melhor regulado, a obrigação passou a ser recíproca para empregador e empregado, bem como definiu-se o prazo de 8 ou 30 dias a depender do caso, ademais a Constituição Federal de 1988, através de seu inciso XXI do artigo 7, prevê o prazo mínimo de 30 dias, porém, esta norma tem eficácia contida dependendo de regulamentação. Finalmente, foi aprovada no dia 11 de outubro do presente ano a Lei 12.506, que regulamenta o direito assegurado pelo artigo 7, inciso XXI da CF e preve um prazo de até 90 dias de aviso prévio. O trabalho tem como objetivo abordar o histórico do aviso prévio na legislação brasileira, bem como tratar da nova Lei editada sobre o assunto. Apresenta, portanto, relevância jurídica e social, principalmente no tocante aos interesses do empregado e do empregador.

(METODOLOGIA) Serão abordadas os principais aspectos legislativos que tratam do aviso prévio no Brasil, desde seu surgimento até a atualidade, com a advento da Lei 12.506, através de pesquisa na doutrina de diversas áreas do Direito pátrio.

(RESULTADOS) Verificou-se que houve evolução nos aspectos do instituto trabalhado, de modo a resguardar os direitos e buscar uma maior isonomia entre empregador e empregado. Apesar de manter o prazo de 30 dias proporcionais, previsto na CLT e na CF, a nova lei o limitou aos empregados com até 1 ano de serviço na mesma empresa, trouxe também em seu texto a possibilidade de extensão do prazo, que poderá chegar a 90 dias, visto que serão acrescidos 3 dias por cada ano de serviço. Quanto aos impactos da nova lei, alguns afirmam que desestimulará as demissões e outros que vai onerar ainda mais o empregador.

(CONCLUSÃO) Este trabalho mostrou a evolução legislativa do aviso prévio, percebe-se que buscou-se, ao longo dos anos, aperfeiçoar o instituto, porém quanto a Lei 12.506, muitos debates já surgiram, por exemplo: alega-se que devido a maior onerosidade que o empregador terá os produtos chegaram mais caros ao consumidor, quanto a aplicação da lei aos avisos prévios em curso há divergência e acerca da retroatividade, prevalece que a lei nova não retroagirá para atingir atos praticados sob a vigência de lei anterior. Diante disso, ainda não é possível saber os impactos concretos que a lei trará a relação de trabalho, se de fato será benéfica como pretende ou se prejudicial, haja visto ainda ser muito recente.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A RELAÇÃO DA MULHER CAMPONESA COM AS QUESTÕES AMBIENTAIS: A RELEVÂNCIA DESSE ESTUDO PELO DIREITO

Autor(es):

Jessika Mayara Silva Rufino: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Ellen Nayane Rodrigues Costa: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: A definição de mulher universal desde sempre tem sido algo impossível de determinação, tendo em vista a pluralidade cultural do mundo em que esta inserida a figura feminina. As diferentes sociedades se transformam e, no campo profissional, surgem e sucumbem setores. Incoerente seria identificar a mulher apenas como mulher; é preciso ir além e entendê-las desde lésbicas, negras, trabalhadoras, indígenas, do campo, da cidade, ou seja, um gênero plural. Tal particularidade gerou a necessidade da formação de organizações específicas para reafirmar e fortalecer essa diversidade de identidades, e um novo olhar sobre seus direitos particulares e inerentes a cada área de atuação. Para auxiliar na delimitação do estudo do gênero feminino, geralmente são adotadas duas grandes distinções em relação às reivindicações de seus direitos em comum: mulheres do campo e da cidade. O presente trabalho tem o objetivo de comprovar a necessidade de investigar as problemáticas ambientais que circundam a mulher camponesa da agricultura familiar, por perceber a importância diante dos fatos, que comprovam essa relação particular, e por isso a necessidade de um estudo específico que desembocam em preceitos constitucionais como a dignidade da pessoa humana e respeito às particularidades biológicas do gênero. Dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), mostram que as mulheres camponesas são responsáveis por 50% da produção mundial de alimentos, sendo: 80% na África, 60% na Ásia e 30 a 40% na América do sul. É preciso que as instituições que trabalham com a agricultura no Brasil dêem valor a essa participação e vejam as mulheres como verdadeiros sujeitos da agricultura familiar” p.6 Entrevista a revista Camponesa- Dezembro de 2010.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA: Pesquisa direcionada para análise de livros, teses e artigos voltados para elucidação do problema, nesse processo contamos com dados importantes e contínuos fornecidos pelos censos do IBGE. Além disso, lançamos recorro à entrevista com camponesas do RN; nosso intuito é analisar sua percepção no contexto de contribuição social pelo seu esforço laboral, protagonizando em área econômica imprescindível ao bem estar social objetivado pelo Estado Democrático de Direito.

(RESULTADOS) RESULTADOS: As lutas feministas estão se unificando na esfera ambiental, tendo como marco o debate do Rio-92, evento histórico em que as mulheres passam a se integrar e ganhar espaço nas grandes decisões mundiais de cunho ecológico. Percebendo dessa forma, uma relação particular entre a mulher do campo da agricultura familiar e o meio ambiente. Entretanto mesmo fazendo parte desse “desenvolvimento”, não são indagadas quanto ao tipo de “desenvolvimento” proposto, mesmo sendo vista como figura necessária à sua concretude. As camponesas não querem apenas si beneficiárias desse modelo, mas propor e exigir propostas alternativas de um sistema.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO: Trabalhamos com a hipótese de que a mulher camponesa não se vê como protagonista das transformações ocorridas nos últimos anos em relação ao homem e o campo, tutelados pelo direito, uma vez que sua relação de trabalho está subjugada a uma condição construída culturalmente, de desigualdade e inferioridade em relação ao homem rural, tendo que se submeter como “assistente” na produção, e não ente definitivo no esforço coletivo. Embora na realidade, como mostra os fatos e os dados é uma figura central e particular na agricultura familiar, surgindo uma relação distinta das demais mulheres e homens com as questões ambientais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

PAÍS COM A MAIORIA DA POPULAÇÃO COMPOSTO POR POBRES, LEIGOS E COVARDES, FAZ UM STF, RICO, DONO DA VERDADE E TEMIDO DITADOR

Autor(es):

Moisés Gonçalves de Oliveira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Rayssa Karla da Mata Santos: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Ingride Dayanne Barbosa Queiroz Souza e Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Raphaella Pereira dos Santos Câmara: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Pedro Peixoto de Siqueira: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN
Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo discutir o abuso de poder do STF, visando analisar decisão arbitrária, o STF é tido como guardião da Constituição Federal, ressaltando as necessidades de defender e não contradizer com a mesma

(METODOLOGIA) Como substrato para materializar a busca pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento dos objetivos citará decisão do Doutor Jeronymo Villas Boas, juiz de Goiás, o qual mandou anular a união estável de um casal de homossexual, mediante pesquisa qualitativa, debruçada sobre fontes do art. 226 e 227 da Constituição Federal e decisões relacionadas ao tema em discussão, de modo a encontrar uma solução jurídica viável.

(RESULTADOS) O Casamento é conceituado e defendido pela CF no Art. 226, no § 2º assegura que o casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei, o entendimento do STF nesse §, coagi a religião a ir de encontro a um dos seus principais princípios Cristão, no § 3º – Deixa claro que o homem e a mulher como detentor da união estável e a facilitação de lei para a conversão em casamento. E no Art. 227 garante o dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade, à dignidade, ao respeito, discriminação e opressão. Em um País onde a cultura tem o Cristianismo como base da maioria das religiões, como pode os jovens e os adolescentes viver, com a prioridade absoluta da proteção nos pontos citados nesse Art. A decisão do Juiz de Goiás, argumenta que se ateu ao conceito de família definido pela Constituição brasileira. “Declara no artigo 16 que constitui família o núcleo formado entre homem e mulher. E dá a esse núcleo uma proteção especial como célula básica da sociedade. Família é aquele núcleo capaz de gerar prole. A corregedora de Justiça de Goiás Beatriz Figueiredo Franco anulou a sentença do juiz e deu validade ao primeiro documento assinado pelo casal. “Eu achei por bem tornar sem efeito a decisão, dado o alcance administrativo que esta significava”, diz a corregedora, e para o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, se diz perplexo com a atitude de Villas Boas. Para o ministro, nenhum juiz está acima das orientações do Supremo. “No meu modo de ver, a reiteração dessa prática por esse magistrado vai revelar a postura ostensiva de afronta à Suprema corte. Isso “efetivamente vai desaguar em um processo disciplinar junto ao Conselho Nacional de Justiça”, alerta Fux

(CONCLUSÃO) Face ao imperativo do direito de estar em constante atualização para manter-se eficaz diante dos avanços de nossa sociedade, é inequívoco ressaltar a interpretação de modificar o art. 226 e 227 da CF, alterando-lhe a redação dos parágrafos já citados, para que seja adicionada a hipótese de prática abusiva concedido pelo protetor da mesma, a decisão sobre as uniões homoafetivas cabe ao Congresso. Isso é o espaço para discussão do legislador, como se fez na Espanha e em Portugal. Lá esse assunto foi discutido pelo Parlamento. O Judiciário nesse ponto não pode substituir o legislador

A QUESTÃO DA MACONHA NA ORDEM CONSTITUCIONAL ATUAL

Autor(es):

Fernanda Gomes Guareschi: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Ricardo Rodrigues Pereira: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Eduardo Xavier da Silva: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Fernanda Gabriela Oliveira de Figueiredo: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Ulisses de Araújo Rocha: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho pretende discutir a questão da maconha na ordem constitucional atual, percorrendo os argumentos contra e os argumentos a favor da descriminalização dessa substância que vem chamando muita atenção recente em ativos debates sobre seu uso e o tratamento destinado a seus usuários, principalmente.

(METODOLOGIA) Cabe ressaltar que descriminalização, ao contrário da legalização, não visa remover a droga da ilegalidade. Para, além disso, procura focalizar a questão como um problema de saúde pública. Descriminalizar o uso da maconha faz que o usuário não se sujeite a nenhum tipo de sanção ou processo judicial. Prefere, então, a via do tratamento à carcerária. Haveria, para regular eventuais abusos decorrentes da manipulação da droga, uma regulamentação que preveria seus usos, utilidades e as sanções para quem ultrapassasse os limites do uso razoável e legal da droga. Pode-se citar como argumentos jurídicos, a tese do Direito Penal Mínimo e seus princípios da dignidade da pessoa humana, da intervenção mínima, da subsidiariedade, fragmentariedade, adequação social e lesividade. Todos de alguma forma já adotados na interpretação da norma penal, mas de aplicação não uniforme e unânime. No campo não jurídico, a ciência revela a baixa nocividade da cannabis, comparada com outras drogas e ainda se descobrem usos bastante úteis para o cânhamo na indústria de manufaturas, farmacêutica, entre outras.

(RESULTADOS) Em contrapartida, depara-se com a atual situação da maconha no ordenamento jurídico brasileiro: uma droga proibida, fruto da vontade política do legislador, encontrando aporte na própria CF e no discurso dominante da sociedade que entende como lesivos os efeitos das drogas tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. Na CF, encontramos mandados de criminalização para a o tráfico e manipulação de drogas ilícitas (art. 5º, XLIII, art. 243). Além disso, atacando a tese que defende a liberação da maconha com base no respeito aos direitos fundamentais, vigora no Brasil a tese de que estes não são absolutos e a autonomia da vontade deve estar em conformidade com as normas de ordem pública protetivas da sociedade como um todo. A questão das drogas também se relaciona com a falta de atenção às políticas sociais, devendo ser este o foco da atenção daqueles que pretendem dar eficácia aos direitos fundamentais, proporcionando antes condições dignas de vida para a verdadeira escolha e autonomia individual.

(CONCLUSÃO) Ponderando ambos os pontos de vista, percebe-se que os aspectos políticos da descriminalização da maconha, com seus estudos apontam que o combate hoje travado - da forma que vem sendo empregado - é guerra perdida. Deve-se dar uma guinada na frente de batalha e passar a tratar os dependentes químicos como doentes, não mais criminosos e, realocar os recursos materiais e humanos despendidos nesta luta equivocada e empregá-los da forma correta. Tudo isso aliado a uma quebra de conceitos preconcebidos quanto ao assunto e abrindo-se espaço para o diálogo fundamentado.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

REDIRECIONAMENTO FISCAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO COMPARADO

Autor(es):

Egle Karoline Martins de Azevedo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Fátima Larisse de Farias Mascena: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem como objeto o redirecionamento fiscal e os direitos fundamentais do contribuinte, tendo como referencial crítico do sistema adotado pela administração tributária brasileira, o direito comparado. Em face da complexidade das relações que se estabelecem no curso da ação de execução fiscal, tem ocorrido o redirecionamento fiscal aos sócios e administradores da execução promovida contra uma pessoa jurídica. Neste caso, é feita a penhora de bens dos dirigentes da sociedade, os quais não tiveram a sua responsabilidade apurada por ocasião do lançamento do crédito, mas que, no entanto, são postos como réus na execução.

(METODOLOGIA) Com o intuito de respondermos ao problema de pesquisa formulado, precisamente ao questionarmos se a correta imputação da responsabilidade tributária deve se dá na esfera administrativa por ocasião do lançamento, ou basta à atribuição de tal responsabilidade diretamente na Certidão de Dívida Ativa por ocasião da execução fiscal, utilizamos o método dialético, considerando as divergências doutrinárias e jurisprudenciais a respeito do tema. Quanto ao método de procedimento, utilizamos o método comparado, com o intuito de construirmos possíveis respostas ao problema de pesquisa a luz de um referencial teórico comparativo entre sistema tributário brasileiro e o sistema tributário espanhol, especificamente no que tange ao redirecionamento fiscal.

(RESULTADOS) Da análise da legislação brasileira aplicável, a luz do direito comparado e da jurisprudência do STJ, constatamos que a inscrição da dívida ativa, documento onde constará o nome do contribuinte e dos responsáveis, é o meio legal para se comprovar a responsabilidade tributária do sujeito passivo. Portanto, torna-se mister a instauração de um processo administrativo prévio à execução fiscal para garantir o devido processo legal. No artigo 2º da Lei do processo administrativo, o legislador dispôs como dever da administração pública a obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório. No entanto, observamos que a administração fiscal não tem se adequado a essa ordem legal e constitucional, tratando arbitrariamente da constituição da dívida, diretamente, em nome do responsável tributário. Em comparação ao direito tributário da Espanha, na “Ley General Tributaria”, o legislador estabeleceu um procedimento de arrecadação e cobrança administrativa, oportunizando ao sujeito passivo, não apenas ao contribuinte, como também ao responsável tributário, a possibilidade de defesa prévia a um possível processo judicial.

(CONCLUSÃO) As execuções fiscais no Brasil demonstram a necessidade de um procedimento administrativo prévio de apuração da responsabilidade tributária do administrador conforme é adotado em tantos outros países como na Espanha, com o objetivo de oportunizar, ao contribuinte secundário, o devido processo legal e o exercício do contraditório, observando-se, assim, os preceitos fundamentais constitucionais. À vista do que estudamos na legislação espanhola, podemos refletir que a essência do procedimento aplicado nesta à legislação tributária brasileira poderia resultar em uma forma de alcance da legalidade da cobrança tributária no momento da constituição de dívida ativa. No sistema tributário espanhol, podemos constatar que há a formulação de uma declaração de responsabilidade que concede ao contribuinte secundário a possibilidade de defesa na esfera administrativa. Nesse sentido, instaura-se o processo administrativo fiscal para formalização da inscrição de certidão de dívida ativa em atendimento a todos os requisitos legais para imputação da responsabilidade tributária. Adotando-se um procedimento similar a este, teríamos a plena observância do que está previsto no inciso V do artigo 202 do CTN, o qual exige a indicação do número do processo administrativo do qual se origina o crédito, inclusive em relação ao responsável tributário. Ao compararmos essa exigência legal à prática fiscal, constatamos que não há um procedimento real para a concretização da responsabilidade fiscal, mas apenas uma indicação dos devedores e co-responsáveis, estando ausente a comprovação dos fatos geradores da responsabilidade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

REDIRECIONAMENTO FISCAL E EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Autor(es):

Egle Karoline Martins de Azevedo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Fátima Larisse de Farias Mascena: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa visa o estudo do atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) perante o cabimento da exceção de pré-executividade, quando há o redirecionamento da responsabilidade tributária, em sede de execução fiscal, ausentes os requisitos legais para tal procedimento. A responsabilização de terceiros por infrações pelo Fisco tem gerado significativa preocupação aos juristas que atuam na área tributária, visto que o redirecionamento ocorre já em âmbito judicial e sem a comprovação do exercício dos atos ilícitos dispostos no caput do art. 135 do CTN, no qual prevê a responsabilidade daqueles que exercem função administrativa da pessoa jurídica desde que praticados atos com excesso de poderes, ou infração à lei, ao estatuto ou ao contrato social. Ocorre que, essa prática ilegal da Fazenda Pública é mantida pelos órgãos jurisdicionais e quando levada a conhecimento do STJ, órgão responsável por salvaguardar a aplicação da lei federal, o Egrégio Tribunal estabelece obstáculos à defesa do responsável, impondo a este o manejo dos embargos à execução, os quais se constituem em instrumento mais gravoso ao executado, ao invés de admitir a impugnação mediante a exceção de pré-executividade. A inadmissibilidade desse expediente processual no STJ resulta em uma afronta ao direito constitucional do devido processo legal, garantido aos litigantes em âmbito administrativo ou judicial, conforme art. 5º, LV da CF/88, sendo obrigação legal dos operantes da lei, e mais ainda do Poder Judiciário, a efetivação dessa garantia constitucional aos indivíduos.

(METODOLOGIA) A fim de buscar os objetivos do trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, com o estudo de artigos em revistas jurídicas especializadas, e da doutrina, em livros da área do Direito Tributário, bem como fizemos uso de sites de pesquisa acadêmica e, principalmente, das decisões jurisprudenciais do STJ, confrontado estas ao posicionamento doutrinário, utilizando, assim, o método dialético de pesquisa.

(RESULTADOS) Ao fazer a pesquisa de jurisprudência no site do STJ relacionando as palavras “exceção de pré-executividade e redirecionamento fiscal” encontramos mais de 90 (noventa) acórdãos e mais de 3.000 (três mil) decisões monocráticas sobre a matéria. Dentre os mais recentes acórdãos, não constatamos a admissibilidade da via processual em um sequer. O estudo demonstra, no âmbito da jurisprudência do STJ, o desrespeito com as garantias constitucionais, quando envolve na lide o interesse Fazendário, o qual desvirtua o princípio da supremacia do interesse público para justificar a ilegalidade de seus atos, e ainda encontra apoio no órgão judicial que deveria vedar tal prática. Isso reflete o impedimento do responsável tributário para defender-se da imputação de um ato ilegal, que deveria ser revisto ex officio, quando não demonstrada pelo Fisco na primeira oportunidade da ação executiva a prática dos atos infracionais.

(CONCLUSÃO) Assim, concluímos que o posicionamento do STJ em não admitir a exceção de pré-executividade como meio cabível à impugnação do redirecionamento fiscal implementado sem a observância dos preceitos legais constitui uma clara afronta ao princípio constitucional do devido processo legal, que abrange os princípios da ampla defesa e do contraditório, bases do direito processual brasileiro. A crítica que se faz gira em torno da função primordial do STJ de guardião da lei federal, de acordo com o art. 105, III, “a” da CF/88, quando ela não for devidamente observada, e, ainda, considerando o Estado Constitucional em que vivemos a nossa época, visando resguardar o cumprimento da lei no contexto dos direitos e garantias conferidos pela Constituição Federal de 1988.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A INFLUÊNCIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL PREVISTA NO ECA.

Autor(es):

Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Raquel Andreia de Souza: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Avner Alexander Costa da Câmara: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Kayo César Alves dos Santos: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Roberta Cristina de Souza Soares da Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior

Instituição de Ensino: FARN

Vânia Vaz Barbosa Cela

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Neste trabalho pretende-se mostrar que os tratados internacionais de Direitos Humanos influenciaram na modernização do direito brasileiro, sobretudo, nos direitos fundamentais encartados na Constituição de 1988. É relevante o estudo dessa temática para demonstrar a evolução do Direito diante das transformações societárias. Para atingir os objetivos propostos neste estudo, partiu-se da Declaração de Genebra (1924), que foi o primeiro documento internacional sobre os direitos da criança. Essa Declaração foi a principal base teórica para construção da Convenção dos Direitos da Criança (1989), a qual propiciou, juntamente, com as Regras de Beijing (1985), as diretrizes da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Outro documento internacional que contribui para modernização do direito interno foi o Pacto de São José da Costa Rica, que delineou os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

(METODOLOGIA) O delineamento metodológico para a viabilização deste estudo constitui-se numa análise histórica e crítica da evolução do direito da criança e do adolescente a partir dos principais tratados internacionais de direitos humanos, que concederam a base dos direitos fundamentais previstos na CF/88 e no ECA.

(RESULTADOS) A Carta Magna delineou princípios constitucionais, que permitiram a construção de um Estado Democrático de Direito, cuja base é a prevalência dos direitos humanos. Um dos tratados na área de direitos humanos que contribuiu para a evolução do direito interno foi o Pacto de São José da Costa Rica, sendo considerado um “norte” para a Constituição de 1988. Observa-se que esse Pacto influenciou o art. 4º, no qual constam os Princípios Constitucionais que regem as relações internacionais e, principalmente, o art. 5º, que positiva, na CF/88, os direitos fundamentais inerentes aos indivíduos (brasileiros ou estrangeiros) que estão em território brasileiro. O referido Pacto foi assinado em 1969, porém, somente foi ratificado pelo Brasil em 1992, devido ao golpe de 64. Nesse período, o Brasil estava sob o julgo da Ditadura Militar, que perdurou até 1985. A década de 80 foi marcada pela luta por redemocratização do país e abertura política. Esse momento histórico, portanto, foi relevante para a construção de um Estado Democrático de Direito no Brasil. As principais bases internacionais doutrinárias específicas do direito da criança e do adolescente que insculpiram a doutrina da proteção integral foram as Regras de Beijing (1985), bem como a Convenção sobre Direitos da Criança (1989), adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20/11/1989, e da qual o Brasil é signatário por meio do decreto legislativo 28, de 14/09/1990. O Brasil primeiro incorporou as recomendações dessa convenção em seu direito interno, como legislação Infraconstitucional; posteriormente, ratificou-a no plano do direito internacional, em 14/09/1990. Os princípios básicos dessa Convenção foram incorporados ao art. 227 da Constituição de 1988, que propiciou a mudança paradigmática da situação irregular para a Proteção Integral, que garante os direitos fundamentais à criança e ao adolescente, de forma prioritária, por parte da família, do Estado e da sociedade, conforme previsto no ECA.

(CONCLUSÃO) O estudo revelou que o direito internacional contribuiu para modernização do direito brasileiro, até mesmo quando não houve a ratificação de um tratado internacional de direitos humanos, pois, seus fundamentos foram incorporados ao direito interno. Observa-se que todo o texto constitucional e o ECA foram norteados pelas discussões internacionais sobre direitos humanos, em especial, os direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, é visível a modernização do direito brasileiro, quando modifica o tratamento dado à criança e ao adolescente na doutrina situação irregular, na qual a criança e o adolescente não eram sujeitos de direito, para o da proteção integral, que além de torná-los sujeitos de direito, garante a proteção, de forma prioritária, pela família, Estado e sociedade.

DIREITO DOS ANIMAIS: UMA CAUSA URGENTE

Autor(es):

Aline Maraschin Machado: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordao
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo deste trabalho é trazer à tona um tema que transcorre em surdina, por debaixo da mídia, sem que esta, por claros motivos financeiros, não divulgue e dissemine a verdade cruel e obscura que não quer calar: a realidade dos animais na sociedade contemporânea. A fim de realizar uma reflexão e análise de (maus) hábitos e seus impactos no mundo, nos animais e nas pessoas, o tema em questão é proposto de modo que se possa, inclusive, exemplificar formas de vida mais saudáveis para o planeta como um todo, como é o caso daqueles que praticam o vegetarianismo, em especial o veganismo. Todos os animais, sejam eles humanos ou não, domésticos ou não, tem direito à vida e portanto à liberdade e ao respeito dos demais habitantes do planeta Terra. O Direito precisa ser visto de forma global e em defesa de todas as espécies, e não apenas para salvaguardar direitos e (maus) hábitos dos homens, admitindo que seu comportamento viral contamine todos os outros ecossistemas e formas de vida.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada será a dialética através de pesquisa bibliográfica de caráter descritivo.

(RESULTADOS) O assunto em questão não diz respeito exclusivamente ao mundo do Direito, é alvo da luta de muitas instituições, mas pouquíssimo visado pela maioria da população, que desconhece a realidade, e pelos Poderes do nosso País, os quais têm meios de estabelecer diretrizes mais justas, equilibradas e condizentes com o bem-estar e direito à vida e preservação de todas as espécies de nosso planeta.

(CONCLUSÃO) Impossível esgotar um tema tão vasto, mas possível permear um pouco desta realidade. Afinal já existe muito material produzido a respeito do assunto. Na verdade, estudos a respeito do tema e seus impactos já existem há muito tempo. O que falta é divulgação e incorporação de novos hábitos na escala social, a fim de que se possa de fato estabelecer condições de praticarmos o que a nossa própria Constituição já diz. Por fechar os olhos à verdade, a sociedade, que é formada pela singularidade de cada indivíduo, vem permitindo danos irreparáveis aos animais e, como consequência, ao planeta. Tema extremamente atual, visto a realidade que o mundo inteiro tem presenciado: aumento de catástrofes naturais, guerras, fome, doenças. Tudo isso está sendo causado pela falta de visão do todo. De que tudo o que existe no planeta compõe uma unidade. Não dá para ter equilíbrio enquanto se marginaliza determinados grupos. É preciso mudar. Sair do especismo. O homem precisa se ver como apenas um dos seres que habitam este planeta. E que, se de fato, possui habilidades notórias que o diferenciam dos demais, estas devem ser vistas à luz da responsabilidade para com os demais, e não como uma justificativa de dominação e de exploração. É justamente por causa da postura acomodada e presunçosa do homem que se tem conduzido o mundo na direção de colapsos e de guerras. A paz é pregada da boca para fora quando o que se precisa são atitudes. A mudança deve vir de todos os lados. Do governo com certeza, pois ele é titular do poder de tutela da sociedade, de sancionar e fiscalizar, no entanto, ao mesmo tempo, os Poderes refletem a sociedade. Portanto a mudança principal é interna. E isso só será possível através de conhecimento, informação e utilização dessas informações na vida prática de cada um. Só assim, será possível mudar a realidade, para que ela possa deixar de ser uma utopia e quem sabe se tornar em uma luz no fim do túnel na esperança de um futuro planetário mais justo e pacífico não só para os homens, mas para todos os terráqueos.

A NOVA LEI DO AVISO PRÉVIO E SUAS REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Autor(es):

Juan Carlos de Sousa Cabral: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Felipe Lourenço Moura Lima: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O intuito deste trabalho é analisar a nova lei do aviso prévio objetivando identificar as modificações quando comparada à redação anterior, além das consequências para o empregador e para o empregado. Este é um assunto que se mostra cada vez mais relevante devido à sua importância para as relações trabalhistas. Ademais, há alguns aspectos contidos na nova redação que poderão ser alvos de reclamações trabalhistas, devido ao fato de o legislador não poder mitigar todas as hipóteses que apareçam na vida do trabalhador, como, por exemplo, a questão da retroatividade da lei.

(METODOLOGIA) Para a concretização deste estudo o método utilizado foi a análise histórico-comparativa entre a Convenção das Leis Trabalhistas (CLT), a Constituição e a nova lei do aviso prévio (Lei 12.506/11), visando fazer um paralelo entre estas.

(RESULTADOS) A antiga redação da lei em apreço (art. 487 inciso II da CLT) garantia ao trabalhador e ao empregador o aviso prévio mínimo de 30 dias para aqueles que percebessem por mês ou quinzenalmente ou àqueles que já possuíssem mais de doze meses de relação contratual empregatícia. Antes da Constituição Federal de 1988, o aviso prévio, para os empregados com menos de doze meses de serviço, poderia durar até mesmo 8 dias. Após a promulgação da Carta Magna, esta norma foi revogada através do art. 7, XXI, estabelecendo o pré-aviso de, no mínimo, 30 dias (não importando a quantidade de tempo de serviço do empregado, contanto que percebesse quinzenalmente ou mensalmente), salvo se por Convenção Coletiva fosse determinado prazo com duração superior. Mas, à inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 84 da SDI-1 do TST, esta seria uma matéria de eficácia limitada, ou seja, condicionada a uma futura norma complementar, que, no caso em exame, seria a nova redação da lei do aviso prévio, a qual já estabelece automaticamente a proporcionalidade da duração do referido aviso, não mais condicionado às Convenções Coletivas, qual seja: a adição de mais 3 dias de duração, por ano trabalhado, até o limite de 60 dias, aos 30 dias-base, totalizando um quantum, de no máximo, 90 dias. No concernente à Convenção Coletiva, vale ressaltar que deve prevalecer a norma mais benéfica ao trabalhador, mesmo que superior àquela prevista na lei, mas, no caso dos não beneficiados pela convenção, caberá a aplicação da nova redação. Assim, a alteração principal na redação vem com a proporcionalidade condicionada à duração da relação contratual empregatícia, verifica-se, também, tal modificação vale tanto para o empregado quanto o empregador.

(CONCLUSÃO) Ao observar o sobredito, percebe-se que as modificações na redação da lei do aviso prévio vieram para beneficiar o trabalhador, principalmente aqueles que já possuem uma carreira em determinada empresa. Todavia, vale salientar, que essas alterações trouxeram uma oneração ainda maior para o empregador e podem causar certa apreensão para a classe, que por seu turno, repassará os custos para os produtos, levando a sociedade sentir o impacto financeiro. Ainda assim, essa proporcionalidade alcançada pela nova redação representa uma luta antiga dos empregados e sindicatos, visando beneficiar o elo hipossuficiente da relação: o trabalhador. Contudo, o que pode acontecer é que haja um grande inchaço no judiciário devido à quantidade de demandas que venham a surgir, questionando os aspectos mais polêmicos da lei. Mas, o que se espera, em tese, é que a alteração feita na lei em exame sirva para cumprir o princípio constitucional da norma mais beneficente, bem como tutelar a manutenção da condição social do trabalhador.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A TEORIA CONCRETISTA ENQUANTO FUNDAMENTO LEGITIMADOR DA POSIÇÃO DE “LEGISLADOR POSITIVO” DO STF

Autor(es):

Priscilla Lopes Andrade Katsilis: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A visão clássica da separação dos poderes, conforme concebida inicialmente por Locke e Montesquieu, previa a criação de um instrumento necessário a proteção popular contra os arbítrios do poder. No caso, a separação dos poderes serviria como meio pelo qual o poder não estando concentrado nas mãos de apenas um sujeito, mas dividido, pudesse ser exercido em prol da democracia e, fiscalizado por parte dos outros poderes. A rígida separação dos poderes pelas constituições modernas levou, em prol da garantia deste objetivo primeiro, a inoperabilidade de certos direitos conferidos pela Carta Magna, cuja aplicabilidade está condicionada ao exercício de um dos poderes, de suas funções típicas. Pergunta-se: Teria um Poder a legitimidade de agir no lugar do outro, quando da omissão deste resultar a não concretização da constituição? Em termos práticos, poderia o STF complementar o texto constitucional dando aplicabilidade a uma norma, cuja tarefa cabe ao poder legislativo? Quais elementos servem como fundamentação do STF enquanto “legislador positivo”, conferindo aplicabilidade às normas constitucionais que, na ausência da atividade legislativa, permanecem sem aplicação? Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo justificar pela teoria hermenêutica concretista, a legitimidade do STF enquanto “legislador positivo”, elucidando o seu papel enquanto órgão não meramente defensor da constituição, mas também, concretizador de seus ditames. Para o alcance deste objetivo, é necessário dar especial atenção a moderna visão acerca da separação dos poderes assim como a redefinição do papel do poder judiciário dentro da efetivação dos direitos fundamentais constitucionais.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório, tendo como base fontes bibliográficas e documentais. Associado a isso, se utiliza como recurso base a análise de caso de decisões judiciais recentes, onde a questão objeto do trabalho, encontra seu delineamento. Possui como principal aporte teórico a teoria hermenêutica concretista, conforme se encontra disposta nas obras de J.H. Meirelles Teixeira, assim como na análise crítica das obras dos teóricos clássicos da separação dos poderes.

(RESULTADOS) Chega-se ao final, a plena justificação do STF enquanto ‘legislador positivo’, a partir da análise da teoria concretista. A evolução da jurisprudência pátria, em acordo com uma tendência geral das jurisprudências de outros países, mostra a necessidade da evolução da teoria da separação dos poderes para além da clássica definição, sob pena do não atendimento dos anseios constitucionais atuais. Não se justificam os argumentos contrários a esta posição, tendo em vista serem baseados em receios desprovidos de fundamento científico, além do que, representarem posicionamentos conservadores e arcaicos, incapazes de pensar sob a óptica antiga, os complexos problemas modernos.

(CONCLUSÃO) A questão que versa sobre a possibilidade do Judiciário integrar o sistema jurídico por meio de suas competências normativas é de grande polêmica no mundo jurídico atual, por questionar um instituto jurídico tão tradicional quanto a separação dos poderes. Contudo, a teoria concretista tem sido apontada como aquela que melhor fundamenta a legitimidade do Judiciário em agir em conformidade com o exposto, no sentido de que lhe dá respaldo às decisões em prol da realização plena da Constituição, portanto, defendendo seu conteúdo afetado pela omissão legislativa. Trata-se de um novo contorno dado a separação dos poderes, um novo rumo para a democracia e, conseqüentemente, a redefinição da posição do judiciário enquanto um meio indireto de acesso do povo ao poder político.

APLICAÇÃO TEÓRICA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL À LUZ DO STJ

Autor(es):

Waldeny Pereira Filho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Filizolina Elba Araujo Moura Raulino: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Rui Barbosa da Costa: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Flavio Luiz Trajano Rodrigues: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Kaleb Campos Freire
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esse trabalho objetiva mostrar a utilidade prática da Teoria do adimplemento substancial, no sistema jurídico pátrio, também conhecida como “substancial performance”. Destacar a importância do instituto, que gradualmente vem sendo admitido na jurisprudência dos tribunais, proferindo decisões favoráveis em seus julgados, razão pela qual, muito contribuiu para a composição do elemento constitutivo da formação do conceito.

(METODOLOGIA) O estudo ora apresentado consiste num levantamento conciso e sistemático e obedece ao método analógico comparativo, mediante o qual se identifica a aplicação prática do instituto em matérias julgadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O fundamento da pesquisa é o caso concreto que deu origem ao Recurso Especial nº 272.739-MG, cujo relator, o Ministro Ruy Rosado de Aguiar, apresentou extraordinária competência.

(RESULTADOS) Constatou-se que a teoria do adimplemento substancial é oriunda do sistema da common Law, admitido a partir do século XI na Inglaterra. No direito brasileiro, a teoria desenvolveu-se através da doutrina, nas idéias de Clóvis Couto e Silva, por meio de artigo publicado originalmente em 1979. A admissibilidade da tese foi inicialmente aceita nos acórdãos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. De forma que a jurisprudência tem sedimentado a teoria, reconhecendo que o contrato substancialmente adimplido não pode ser resolvido unilateralmente. A essência da ementa do caso em análise, versa sobre alienação fiduciária, tendo como reclamante uma instituição financeira, que requer a busca e apreensão do bem móvel, por falta de pagamento da última prestação. A teoria da “substancial performance” veio para possibilitar ao devedor que cumpra com sua dívida, sem sofrer injustiça ou suportar medidas coercitivas impostas por lei, em decorrência de dívida contraída. Nesse caso, a medida repressiva que emana a busca e apreensão do bem, seria um procedimento trágico e também danoso para o devedor de boa fé, pois, seguramente, causaria prejuízos econômicos a parte fragilizada do contrato, que deve ser protegida pelos órgãos do Poder Judiciário. Visto que não há razoabilidade e muito menos proporcionalidade em apreender um bem por falta do pagamento da última prestação. Muito embora, a vontade das partes sobrevenha do contrato escrito. Porque os contratantes devem sopesar o princípio da boa-fé objetiva (art. 422 do, CC) em consonância com preservação da função social do contrato (Art. 421 do CC), de forma que o legislador dispensou um tratamento diferenciado para aquele devedor que é “bom pagador”, devendo este, ser contemplado, não por se isentar de cumprir com a sua obrigação, mas, por conduzir a obrigação para uma resolução paritária, com base no respeito à dignidade das pessoas. Além de priorizar a conservação da relação obrigacional, de modo que atenda aos pressupostos da função social do contrato, paradigma de ordem pública de obediência imprescindível nas relações contratuais; sem perder as características da autonomia da vontade, nem limitar a liberdade de contratar. Além disso, ponderando a realidade econômica e social das partes envolvidas, coibindo a incidência do abuso de direito (Art.187 do CC) e do enriquecimento sem causa (Art. 884 do CC).

(CONCLUSÃO) Portanto, verifica-se que a teoria da “substancial performance”, é uma invenção do direito alienígena, não tendo apenas começado a aparecer nos julgados recentes, como também têm influenciado de sobremaneira às formas das decisões monocráticas e acórdãos dos organismos de justiça dos escalões superiores, não raro a jurisprudência e a doutrina majoritária manifestam-se sensíveis à admissibilidade da teoria. Porque, essa importante decisão proferida pelo Colegiado, na reunião do dia 01 de abril de 2001, consolidou o acórdão, estabelecendo indispensáveis precedentes jurisprudenciais sobre a matéria. Trata-se, portanto, de um instituto novo, de modo que não há previsão expressa na legislação brasileira e poucos são as publicações que se referem ao instituto.

O DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO: DE 1934 ATÉ 1988

Autor(es):

Waldeny Pereira Filho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Filizolina Elba Araujo Moura Raulino: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho objetiva fazer uma abordagem histórica do Direito Constitucional do Trabalho, tendo como marco inicial a Carta Política de 1934, referência no Constitucionalismo brasileiro, ao estabelecer em sua essência uma série de direitos sociais para os trabalhadores urbanos. Para tanto, enfoca nos principais momentos políticos no referido período. Almeja, portanto, analisar a influência da mobilização popular que culminou com o advento da Revolução Constitucionalista de 1932, motivada pela necessidade de reforma política, trabalhista e a plena restauração do regime democrático. Na mesma esteira descrever a ação política “Diretas Já, como legítimo movimento social de clamor popular, que proporcionou a redemocratização do País, permitindo a abertura política, e implantando a anistia aos opositores do antigo regime e, conseqüentemente, a reforma trabalhista, social e política, com eleições livres em todos os níveis, além da convocação extraordinária para a Assembléia Nacional Constituinte.

(METODOLOGIA) O estudo ora apresentado consiste na análise comparativa das Cartas Políticas, mediante o qual se identifica as semelhanças e divergências entre uma norma constitucional anterior, com a nova ordem jurídica constitucional. Fazendo uma correspondência das matérias trabalhistas relevantes para o Direito do Trabalho, considerando não somente a aplicabilidade prática, ou seja, se a norma produziu eficácia jurídica, como ainda se houve benefícios para o trabalhador, tendo como fundamentos os conteúdos dos textos constitucionais, além de publicação literária, jurídica, sociológica e documentos históricos.

(RESULTADOS) Sobre o assunto, constatou-se que a legislação trabalhista já existia de forma parca no âmbito infraconstitucional, porém foi introduzida na Constituição de 1934, o que possibilitou mudanças consideráveis em benefício da classe operária, criando-se um constitucionalismo social. Paradigma corporificado nas demais constituições do Brasil, a Lei Maior de 1934 garantiu a liberdade sindical, (art. 120), isonomia salarial, salário mínimo capaz de atender as necessidades do trabalhador, jornada de oito horas de trabalho, proteção do trabalho das mulheres e proibição do trabalho aos menores de quatorze anos, repouso semanal, férias anuais remuneradas (1º do art. 121). O Estado interventor reaparece na Carta Maior de 1937, ao estabelecer através de lei, a unidade sindical com vínculo institucional com Estado brasileiro, possibilitando a intervenção constante e direta em suas atribuições. Estabeleceu-se a competência normativa dos tribunais do trabalho, para dirimir os conflitos das relações entre empregadores e empregados (art. 139). De característica democrática, a Constituição de 1946 rompe com o corporativismo da Constituição anterior, inovando com a obrigatoriedade da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (art. 157, IV), concedeu o repouso semanal remunerado (art. 157, VI), estabilidade para o trabalhador urbano e rural (art. 157, XII), direito de greve (art. 158), além de manter os direitos inseridos na constitucional anterior. A Constituição de 1967 manteve os mesmos direitos trabalhista das Constituições anteriores, art. 158. O Estatuto Político sucessor, de 1969, inseriu no art. 165, os direitos trabalhistas, das constituições antecedentes.

(CONCLUSÃO) A Carta Cidadã de 1988, segundo a melhor doutrina, superou as demais, tanto pela criação de novos direitos, quanto na proteção e garantia dos direitos individuais e coletivos. Uma vez que introduziu direitos mínimos de proteção aos trabalhadores urbanos e rurais, também aos empregados domésticos e aos trabalhadores avulsos, os quais terão seus direitos igualados aos trabalhadores com vínculo empregatício permanente. Além disso, o texto constitucional privilegiou a organização sindical. Não obstante, o direito de greve foi instituído, porém, necessitando de regulamentação posterior. Trata-se, portanto, de um texto moderno, sendo eleita pela doutrina como a mais importante para o constitucionalismo brasileiro e até mundial.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIFERENÇAS ENTRE O CPC DE 1973 E DO PLS 166/2010

Autor(es):

Raphael Rodrigo Correia Santos Rodrigues Trindade: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Igor Adriano Nascimento Mesquita de Medeiros: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Gabriella Nogueira Tomaz da Silveira: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Jose Albenes Bezerra Junior

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Visa o presente artigo descrever através de uma análise comparativa, em exposição didática e sistemática, as principais diferenças entre o Código de Processo Civil de 1973 e o PLS 166/2010.

(METODOLOGIA) O presente artigo teve como a sua principal fonte um trabalho escrito pelo aluno do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil da PUC/SP, o Juiz José Undário Andrade, tendo como Professor Titular/Orientador o Dr. Donaldo Armelin, além da referência bibliográfica: MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. O projeto do CPC: crítica e propostas. São Paulo: RT, 2010.

(RESULTADOS) Demonstração analítica das características entre os dois códigos.

(CONCLUSÃO) Com o presente estudo notamos a necessidade evolutiva do direito para a vida em sociedade e, com o surgimento das normas materiais também se fez necessário o aparecimento das normas processuais e suas evoluções.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: AONDE ESTÁ O ESTADO?

Autor(es):

Monick Ezequiel Chaves: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Raquel Maria da Costa Silveira: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Ao longo dos anos, houve uma significativa mudança no tratamento destinado a crianças e adolescentes. O marco dessa transformação foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), que regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal. A nova legislação, além de instituir novos parâmetros de tratamento, elencou os responsáveis pela proteção dos seres em particular estado de desenvolvimento, definindo como personagens responsáveis por essa proteção a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Estado. Nesse sentido, para que seja possível a apropriação sobre o direito da criança e do adolescente, busca-se analisar o papel de cada um dos agentes elencados pelo diploma legal, dando ênfase ao papel do Estado. Deste modo, procura-se fazer uma análise sobre como o Estado influencia na concretização dos direitos da criança e do adolescente, além de verificar como este mesmo agente viola o direito daqueles. Tais fatores a serem analisados dizem respeito aos direitos fundamentais de uma criança ou adolescente, como saúde, educação, liberdade e dignidade. É ainda objetivo deste trabalho demonstrar a necessidade de atuação conjunta e concatenada dos entes para a implementação de uma política efetiva diante da realidade de descaso com que os jovens vem sendo encarados ao longo dos anos.

(METODOLOGIA) Para a análise acima citada foi necessário o desenvolvimento de pesquisa de caráter bibliográfico e documental.

(RESULTADOS) Os resultados apontam para uma realidade em que o Estado se apresenta como o principal violador dos direitos de crianças e adolescentes, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente sugira que ele deve ser responsável pela efetivação do bem estar destes seres em desenvolvimento. Diante da realidade constatada, mostrou-se como resultado a necessidade de estudos e análises do contexto atual das crianças e adolescentes no Brasil, além de uma concreta mudança de paradigma na elaboração das políticas públicas que efetivamente possam garantir os direitos estabelecido no Estatuto.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, ser necessário romper o modelo de Estado como o principal violador de Direito da Criança e do Adolescente para um Estado garantidor, pois, a mudança parece ter ocorrido apenas na legislação, e não, de forma concreta. Ainda prevalece a realidade de jovens sem muitas políticas eficazes que os atraiam mais que o caminho das drogas. Pode-se assim concluir que as crianças e adolescente têm violados os principais direitos estabelecidos no próprio texto constitucional, como à vida, à saúde, à educação, já que em nenhum destes fatores eles têm sido atendidos, pois não há leitos suficientes nos hospitais e não há vagas e escolas suficientemente preparadas para educá-los. É neste sentido, que a marginalização do jovem vem aumentando devido ao distanciamento das políticas propostas com a realidade, já que, muitas vezes, o modelo proposto não é atrativo o suficiente para arrancar o jovem do mundo de marginalidade. Diante das constatações, é necessário que se implemente um conjunto de ações de forma complementar, a fim de introduzir de forma concreta a mudança de paradigma instituída pelo Estatuto, tais como: considerar como destinatárias das políticas as crianças como um todo e não apenas um grupo delas; existir uma preocupação global com o contexto em que a criança ou adolescente está inserido e elaboração de políticas devidamente planejadas, a fim de evitar desperdícios de energia e recursos, sem que haja perspectivas de uma concreta solução da questão.

A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA E O PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA: PONDERAÇÕES RELEVANTES

Autor(es):

Luciano Silva Santos: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Marlos Victor Bezerra Alencar dos Santos: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho
Instituição de Ensino: FARN
Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente projeto de pesquisa visa demonstrar o impacto e repercussão do Pacto de São José da Costa Rica, tratado internacional de proteção dos direitos humanos no sistema jurídico brasileiro em especial nos Artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Constituição de 1988. No âmbito estritamente acadêmico, esta pesquisa oportuniza a relação dos conhecimentos acerca dos tratados internacionais, que mesmo não sendo uma fonte de direito, os Estados podem proceder à luz do que pactuaram por força do princípio *pacta sunt servanda*, que é o princípio e desdobramento fundamental do direito das gentes. No que tange à pesquisa jurídica, espera-se que se encontre uma contribuição para o reconhecimento da importância da proteção dos direitos humanos pelo Brasil ratificado, a inserção deste pensamento e a aplicação de todos os direitos e garantias fundamentais, transcendendo para os direitos individuais, coletivos e sociais insculpidos nos Artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Carta da República.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento desta pesquisa, necessário se faz a discussão antes de tudo, de como os Direitos Humanos circunscreve e a sua importância na órbita do Direito Pátrio. E se no plano externo o Brasil estar sujeito a responder quando no interno não apresentar respostas satisfatória na proteção dos direitos humanos. Esta pesquisa se delimitará na influência do Pacto de São José da Costa Rica na concepção atual para aplicação de todos os direitos e garantias fundamentais, transcendendo para os direitos individuais, coletivos e sociais insculpidos nos Artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Carta da República.

(RESULTADOS) A ratificação do tratado de São José da Costa Rica e a sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro, além de influenciar a temática acima discutida, demonstra, ainda mais, a obrigatoriedade da proteção dos direitos humanos pelo Brasil ratificado e a garantia dos direitos civis e políticos, além de elevar os direitos econômicos, sociais e culturais ao mesmo patamar.

(CONCLUSÃO) O princípio da *pacta sunt servanda* e a sua característica de obrigatoriedade revelam-se fundamental no tratamento com as matérias jurídicas do nosso ordenamento e também no plano internacional com a ratificação do Pacto de São José da Costa Rica e a ratificação do Brasil que deverá respeitá-lo, trouxe um impacto positivo ao nosso ordenamento, vez que trata de matérias essenciais a sociedade brasileira, principalmente aos direitos humanos. Vê-se com isso, principalmente no que se refere aos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da nossa Carta Magna que se remete ao direito internacional, direitos individuais e coletivos, propriedade, social, trabalhista e processual uma maior importância e obrigatoriedade do nosso ordenamento na proteção desses direitos.

PSICOPATIA: DESVIOS DA MENTE

Autor(es):

Danielle Saturnino Corrêa: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Aldenir Rodrigues dos Reis: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Danielle Lirio de Brito: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Roberta Pereira Garcia de Araújo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Pretendemos investigar os elementos básicos da construção do diagnóstico para a psicopatia, seus limites e variações. Nosso intuito é construir o alicerce conceitual necessário em torno do problema da psicopatia, com esse intuito direcionamos a pesquisa para a elucidação dos principais critérios presentes na literatura médica e psicológica. Esse percurso é elementar como ferramenta de resposta para questão: estes indivíduos são doentes ou se trata apenas de um desvio moral? A relevância de trazer esta problemática à tona, é contribuir para esclarecimento do debate em torno desse transtorno de personalidade. No campo jurídico esses efeitos podem ser ainda mais importantes, já que existem vários aspectos relacionados ao problema. Entre eles a recorrência do fenômeno, a questão da abordagem do profissional do direito, do tratamento, da pena, e o que consideramos mais relevante: a questão da ressocialização dessas pessoas.

(METODOLOGIA) Afim de cumprir tal investigação, realizamos um levantamento bibliográfico, no sentido de melhor compreender como se dá o diagnóstico de psicopatia, bem como se haveria algum tipo de tratamento para submeter o portador do transtorno. Nesse intento, levantamos uma pesquisa exploratória para identificar o grau de discussão e debates em que esse tema se situa, para identificar o contexto em que o referido assunto se encontra na atualidade e como a sociedade anda lidando com o mesmo.

(RESULTADOS) Os resultados da nossa pesquisa não foram conclusivos, pois o material explorado até o momento não foi suficiente para um total convencimento de uma teoria única a qual submeter o diagnóstico da psicopatia. Isso se dá pelo fato de que existem diversos posicionamentos distintos e ainda não exaustivamente repetidos para a criação de uma tese "incontestável". Visto isso, o grupo continuará a pesquisar a pesquisar a exaustiva bibliografia sobre o assunto até que se forme um conjunto amplo de conhecimento capaz de comprovar que existe ou não um correlato entre a fisiologia do cérebro e o comportamento do indivíduo, para que desta forma seja possível apresentar a forma correta de como o direito deve tratar as pessoas que sofrem deste transtorno de personalidade anti-social.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, que o assunto tem que ter um estudo mais aprofundado, já que apesar de se saber qual é o diagnóstico de um psicopata, não podemos ainda afirmar como a sociedade e o Direito devem lidar com os indivíduos percebidos, geralmente, como sendo frios e calculistas; com uma capacidade incrível de mentir, seduzir, dissimular e manipular; incapazes de sentir empatia, compaixão, culpa ou remorso; além do desrespeitar e da violar os direitos alheios.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

VÁRIAS FACES DE WITTGENSTEIN: USOS E MAUS USOS NA APLICAÇÃO DE WITTGENSTEIN AO DIREITO

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Jose Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O neoconstitucionalismo, momento atual pelo qual o direito tem atravessado, fundamenta-se na Reviravolta Linguístico-Pragmática, sendo que esta por sua vez surge do pensamento do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, demonstrado em trabalho no X CONIC da FARN: “Novas Perspectivas: Neoconstitucionalismo como Reviravolta Linguístico-Pragmática rumo à Hermenêutica”. Assim, este trabalho busca desenvolver um manejo dos princípios, seguindo uma ótica de principialismo neoconstitucionalista, com base no pensamento do 2º Wittgenstein, com enfoque nos diálogos travados entre os acadêmicos americanos, em especial Brian Bix e Anil Shankar.

(METODOLOGIA) Foi utilizado o método dialético. Foi contraposto o ponto de vista de Brian Bix no capítulo 2 de seu livro, “Law, Language and Legal Theory” com o de Anil Shankar em seu artigo, “Wittgenstein and the Rule of Law”. Buscou-se desconstruir as críticas do Brian Bix por meio dos argumento de Anil Shankar.

(RESULTADOS) Na doutrina jusfilosófica de língua inglesa se têm desenvolvido discussões sobre a relação entre Wittgenstein e a teoria legal. Neste contexto, Brian Bix vem justamente fazendo uma revisão de literatura sobre o tema, na qual mapeou as diversas aplicações de Wittgenstein ao Direito conforme os posicionamentos seguintes: (1) aqueles que fazem uma leitura cética de Wittgenstein, gerando indeterminismo legal; (2) aqueles que o lêem como um determinista legal. Para Bix, uma abordagem cética baseada em Kripke, inverte o foco de Wittgenstein, pois ele nem queria dizer que as regras têm essência em si, nem negar que a regra determina a sua aplicação. Já a abordagem que enxerga em Wittgenstein uma maneira de determinar a regra legal, erra ao dizer que este sentido é fixado no consenso. Porque para Bix, isso implicaria dizer que na verdade a prática da lei é como a aplicação do termo “vermelho” nas Investigações Filosóficas e que não seria necessária uma justificação. Esta idéia estaria incorreta ao retirar do contexto as idéias do Wittgenstein, invalidando, por isso, este posicionamento. Bix conclui dizendo que as aplicações de Wittgenstein são limitadas. Shankar, por outro lado, encara tanto a indeterminação, como a determinação, como facetas do ceticismo. Ele concorda com Bix que o Kripke faz uma leitura incorreta, mas mesmo rejeitando este posicionamento, afirma que os questionamentos céticos não podem ser negados e que não há nada que assegure que uma norma está correta. No entanto para Shankar isso não nos leva a um indeterminismo radical. Ele acredita que o significado de uma regra, em Wittgenstein, teria relação com uma estrutura normativa da qual somos parte socialmente (jogo de linguagem) e essa estrutura nos guiaria, e justificaria nossas escolhas, não fixando um sentido, como diriam os deterministas que Bix critica, e não se reduzindo ao social.

(CONCLUSÃO) Shankar aponta para o fato de não podermos ter uma verdade absoluta em relação às normas, ainda que não se possa dizer que estas mesmas normas são indeterminadas, uma vez que há este “campo social” do “jogo de linguagem”. Uma maneira de se delimitar o sentido da norma seria com a argumentação. Utilizando-se em especial a teoria de Neil MacCormick, conforme exposto anteriormente no IX CONIC da FARN no trabalho “Princípios como argumentos: o Constitucionalismo Argumentativo”, fica claro que MacCormick indica uma metodologia para manejar os princípios que é totalmente operacional, conforme demonstração de uso no trabalho “Biodireito e o Projeto de Lei Castração Química: Uma análise Constitucional” apresentado no X CONIC da FARN.

O VALOR PROBATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL SOB O ENFOQUE DOUTRINÁRIO

Autor(es):

Itarlindo de Oliveira Costa: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Larissa Maria Menezes da Silva: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Marciano Fernandes Teixeira Lopes: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Luiz Carlos de Freitas Pinheiro: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Eliane Maria dos Santos Pinheiro: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) CIÊNCIAS HUMANAS - A3 – DIREITO – DIREITO PROCESSUAL PENAL Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte/FARN. Autores: Eliane Maria dos Santos Pinheiro Itarlindo de Oliveira Costa Larissa Maria Menezes da Silva Luis Carlos de Freitas Pinheiro Marciano Fernandes Teixeira Lopes Orientador: Luis Eduardo Marinho Costa O VALOR PROBATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL SOB O ENFOQUE DOUTRINÁRIO **INTRODUÇÃO:** O presente trabalho trata da investigação científica consubstanciando a seguinte problemática: O valor probatório do inquérito policial sob o enfoque doutrinário. O inquérito policial é um procedimento administrativo e preliminar presidido pelo delegado de polícia com intuito de identificar o autor do ilícito e os elementos que atestam a sua existência contribuindo para a formação da opinião delitiva do titular da ação penal, possuindo natureza jurídica de índole eminentemente administrativa. A prova colhida no inquérito, como qualquer outra tem valor relativo, ou seja, deve ser avaliada de forma conjuntural sempre com as demais provas e não isoladamente. Por ser prova obtida sob enfoque inquisitorial e unilateral, não tendo sido acolhida por juiz de direito, do promotor de justiça, do réu e seu advogado aprova de inquérito policial está desprovida do manto da judicialidade, da ampla defesa e do contraditório, assim deverá ser reproduzida em juízo, ainda que parcialmente, conferindo-se as partes a possibilidade de impugná-la e valorá-la, entendendo-a como instrumento usado pelos sujeitos processuais para comprovar os fatos da causa, com intuito de dar certeza ao juiz convencendo-o a acreditar ou não na existência de um fato. O inquérito policial objetiva precipuamente subsidiar ao órgão estatal incumbido da persecução criminal os elementos introdutórios para o ajuizamento da ação penal, relativos à materialidade e autoria dos fatos apontados como penalmente típicos.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA: A metodologia a ser empregada será pesquisa bibliográfica dos autores e doutrinadores renomados em âmbito nacional, gerando embasamento teórico para a referida pesquisa, possibilitando assim a obtenção de resultados com a respectiva conclusão.

(RESULTADOS) RESULTADOS: Alguns doutrinadores afirmam que o inquérito policial gera atos de investigação, com uma função endoprocedimental, no sentido de que sua eficácia probatória é limitada, interna a fase. Servem para fundamentar as decisões interlocutórias tomadas no seu curso e para fundamentar a probabilidade do *fumus commissi delicti* que justificará o processo ou o não processo, ademais a prova oral, sempre que possível, deverá ser repetida em juízo, a pericial, normalmente não; havendo impugnação fundamentada, o exame poderá ser refeito se ainda for possível. As provas cautelares e periciais, normalmente não repetíveis, estão sujeitas ao contraditório diferido, ou seja, possibilita impugnação e questionamento na fase judicial.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO: A doutrina entende que o juiz não pode fundamentar uma decisão exclusivamente em prova colhida inquisitorialmente, mais nada impede que faça uma avaliação conjuntural entre os elementos probatórios obtidos em sede de inquérito com outros colhidos em juízo. A utilização da prova só do inquérito policial não é permitida. Trabalho de Iniciação científica Palavras-Chave: Inquérito policial, provas e doutrina

ALIENAÇÃO PARENTAL

Autor(es):

Danielle Saturnino Corrêa: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Aldenir Rodrigues dos Reis: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Danielle Lirio de Brito: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Roberta Pereira Garcia de Araújo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Pretende-se, através do presente trabalho, tratar de um problema bastante antigo, mas de pouco conhecimento tanto por parte da sociedade como do próprio judiciário (apesar de já existirem estudos sobre o assunto desde 1985). A alienação parental ocorre, na maioria das vezes, quando acontece a separação do casal com filhos: o cônjuge que detém a guarda dos menores começa um processo de deturpação da imagem do outro com o intuito de prejudicar a relação dele com seus filhos. Alguns casos indicam que esse problema se inicia de uma forma despercebida pelo próprio cônjuge detentor da guarda, onde sua raiva pelo ex-parceiro acaba sendo transmitida de forma totalmente incoerente para as crianças, iniciando-se assim um processo obsessivo de querer mantê-los longe do outro genitor, buscando apossar-se da vida dos filhos, como se fossem apenas seus, alegando com isso que estão protegendo do outro genitor, sob a justificativa de que este seria desequilibrado e não teria condições de protegê-los de forma satisfatória. O nosso maior objetivo é lançar um olhar mais atento a esse problema, trazê-lo a discussão para tentar compreender melhor a prática da alienação parental. Nossa hipótese é que essa questão há muito existe de modo oculto e pouco esclarecido, carece, portanto, da atenção necessária ao grau de importância e recorrência do fenômeno, com consequências geralmente devastadoras às vítimas dessa ação.

(METODOLOGIA) Tendo como finalidade a investigação e melhor compreensão desse fenômeno, realizamos uma pesquisa com base em fontes bibliográficas, documentais e atuais. Essa pesquisa é de cunho pesquisativo e explicativo.

(RESULTADOS) Mesmo sendo um assunto pouco conhecido, o material ao qual tivemos acesso nos forneceu resultados. Elencamos, a seguir, alguns impactos da síndrome avaliados a partir do entendimento de especialistas na área infanto-juvenil: desorientação emocional do parceiro, comprometimento da relação afetiva entre pais e filhos, problemas psicológicos diversos decorrentes da ausência do outro genitor e das pressões psicológicas exercidas pelo alienador, perda de desempenho escolar, dificuldade de relacionamento, fragilidade emocional, traumas, manias, fuga da realidade, entre outros. No campo jurídico, descobrimos a existência de uma lei elaborada exatamente com o intuito de coibir a prática da alienação.

(CONCLUSÃO) Nesse primeiro momento da pesquisa chega-se ao entendimento que a prática da alienação parental é algo que deve ser debatido, esclarecido e principalmente punido como forma de inibir tal conduta, tendo em vista que os alienadores nem sempre conseguem compreender que seus atos desorientados atingem não só o ex-parceiro, como também compromete a saúde psicológica dos filhos submetidos a esse processo. Tal conduta fere os direitos da criança e do adolescente, presentes tanto na Carta Magna como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

EMENDA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA O TRIBUNAL DO JURI TER COMPETÊNCIA DE JULGAR OS CRIMES RELACIONADOS À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Autor(es):

Renatha Zulma Rodrigues Pinheiro: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Monique Martins da Câmara: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Mariana Figueiredo de Barros: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Luiz Felipe da Paz Vianna de Lima: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por escopo trazer à academia a alteração sobre a inclusão, na Constituição Federal em vigor – através de uma hipotética emenda constitucional – de uma nova hipótese de competência do tribunal do júri: os crimes relacionados à improbidade administrativa. O tribunal do júri é uma instituição judiciária composta por um juiz de direito, que preside o tribunal, e por vinte e um jurados, sete dos quais constituem o conselho de sentença, ao qual compete o julgamento de certos crimes com exclusividade. Sob esta ótica, a intervenção do júri nos julgamentos criminais garante o interesse público, as liberdades e a justiça social, tendo em vista que transmite ao cidadão, ao popular, o poder decisório sobre o destino jurídico do réu. Destarte, objetiva-se por meio deste trabalho promover uma reflexão acerca da viabilidade de criação de uma emenda à Constituição Federal para incluir no âmbito dos julgamentos do Tribunal do Júri os crimes de improbidade administrativa, que dispõem sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, bem como nas hipóteses em que causam prejuízo ao erário ou descumprem princípios que fundamentam a atividade administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992).

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada é a da pesquisa jurídica, tendo como método de abordagem, principalmente, o dialético. A pesquisa baseia-se na legislação, jurisprudência e doutrina jurídica e criminal, nas quais se debruçam no estudo da improbidade administrativa, no tribunal do júri e nos direitos sociais.

(RESULTADOS) Verifica-se que, somente no ano de 2010, o Supremo Tribunal Federal – um dos órgãos competente para julgar crimes de improbidade administrativa - recebeu 41.014 processos das mais diversas classes. Portanto, a análise destes números, disponíveis no sítio do STF (www.stf.gov.br), demonstra a impossibilidade do mesmo em julgar todos os processos relacionados aos crimes de improbidade administrativa. Nesse sentido, a atribuição da competência ao tribunal de júri em julgar tal crime seria uma maneira de efetivar a punição dos agentes que o cometem. Hodiernamente, a Constituição Federal atribui ao tribunal do júri apenas a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, quais sejam: homicídio, aborto, infanticídio e instigação ao suicídio. Mas não se pode olvidar que os atos de improbidade, inquestionavelmente, retiram do cidadão, direitos sociais constitucionalmente garantidos. Afinal, o desvio de verba pública, v.g., repercute na prestação do sistema educacional e de saúde. Certamente o “direito à vida” – que não pode ser interpretado tão-somente como o direito de permanecer vivo, mas, mais do que isso, de viver com dignidade, é afetado, apunhalado – especialmente o dos mais carentes, que necessitam de mão do Estado.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir com o presente trabalho, que a sugerida emenda atribuiria ao povo não somente o poder de escolher os seus representantes, mas também de julgá-los na eventualidade de desvios de conduta com a res pública. O legislador foi particularmente infeliz por limitar todo o processo democrático a uma escolha de governantes, negando à sociedade o direito de submetê-los a um julgamento popular. Assim, torna-se imprescindível a inserção dos crimes de improbidade administrativa no rol de delitos passíveis de serem julgados pelo tribunal do júri, a fim de conceder ao povo a possibilidade de exigir de seus representantes uma conduta coerente com o seu respectivo cargo, e de julgá-los caso os mesmos cometam os então chamados de “crimes de colarinho branco”.

REFLEXÕES ACERCA DAS ALTERAÇÕES OCASIONADAS PELA LEI 12.403/2011

Autor(es):

Karyne Fagundes Barbosa: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Lysandra Rayssa da Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Édesio Delano Farias Diógenes: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Paula Gabriele Justino de Medeiros: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Thaís Aline Cruz Aquino: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O código de Processo Penal Brasileiro está em vigor desde de 1941, contudo o mundo vem se transformando e as leis precisam se adaptar a realidade atual. Por isso desde de 2008 tal legislação está passando por alterações. A mais recente é a que ocorreu em Julho desse ano, com a lei 12.403/2011, modificou as regras da prisão provisória/preventiva. Tal modificação é polêmica e divide opiniões já que para uns é a chave para manter a impunidade e para outros um benefício válido para os réus que apesar de cometerem crimes considerados leves passam meses presos esperando uma sentença definitiva, o que causa uma lotação desnecessária no Sistema Penitenciário, que precisa urgentemente de reformas. Portanto, a pretensão da pesquisa é aprofundar o conhecimento nas mudanças e analisar se ela tem mais benefícios ou malefícios e os impactos que poderão causar na sociedade.

(METODOLOGIA) O presente trabalho trata-se de uma orientação meramente acadêmica sobre a Lei 12.403/11 que modifica vários pontos do Código de Processo Penal (Lei 3.689/41). Com este projeto pretendemos pôr em discussão quais as conseqüências que estas mudanças ocorridas no Código de Processo Penal podem causar no Direito brasileiro, além de buscar maneiras eficientes de aplicá-lo a sociedade.

(RESULTADOS) Ao longo da pesquisa verificou-se que a Lei 12403/2011 provocou inúmeras mudanças, a regra após a vigência da lei passa a ser a liberdade. A prisão preventiva passa a ser subsidiária, utilizada então, de forma excepcional, podendo utilizar-se outras medidas cautelares com prioridade. O legislador se preocupou em evitar a antecipação da pena. Hoje, o indivíduo só permanece preso em caso de prisão preventiva e prisão temporária, não existindo mais a prisão em flagrante como hipótese de prisão cautelar garantidora do processo. Evidencia-se que as transformações objetivam principalmente evitar a superlotação penitenciária no nosso país.

(CONCLUSÃO) A Lei 12403/2011 amplia o rol de medidas cautelares, utilizadas para garantir a investigação de maneira correta e a preservação da ordem pública. Possuindo assim como todas as leis pros e contras. As mudanças geradas pela lei, se pautam principalmente na proteção ao direito de liberdade do homem, baseados no princípio da dignidade da pessoa humana. Objetivam a humanização da prisão provisória, contribuindo assim para o esvaziamento das prisões, possibilitando o não carceramento.

Há quem discorde, por alegar que a nova lei gera insegurança e afirmem que esses diversos benefícios em favor do acusado permitem na verdade uma maior impunibilidade. Independente das conseqüências obtidas com a utilização desses novos mecanismos cautelares, teve o legislador preocupação com o ser humano, evitando, desta forma, prisões arbitrárias, desprovidas de fundamentação, além da superlotação nas cadeias públicas de pessoas que cometem delitos de menor potencialidades lesivas.

OS LIMITES DOS ATOS DISCRICIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Avner Alexander Costa da Câmara: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Kayo César Alves dos Santos: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Raquel Andreia de Souza: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Roberta Cristina de Souza Soares da Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Neste estudo pretende-se analisar quais os limites dos atos discricionários da administração pública sob a ótica dos princípios constitucionais. Entende-se que o poder discricionário é a liberdade que a Administração Pública tem de agir conforme a sua conveniência e oportunidade dentro dos limites legais com o fim do bem coletivo. No entanto, em alguns casos, mesmo os agentes públicos agindo na forma legal, produzem efeitos que são contrários aos princípios constitucionais que regem a administração pública. Nestas situações, é possível haver o controle jurisdicional dos atos discricionários praticados pela Administração Pública, pois a Constituição Federal é a lei maior na qual todas as leis e administração estão sujeitos. Este trabalho apresenta uma relevante importância a fim de melhorar direitos coletivos. O problema se coloca quando a administração dentro dos limites que a lei permite, ou seja, age sem observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Por exemplo, a lei dar a liberdade para o Poder municipal definir os valores do IPTU do município, bem como é legítimo que a prefeitura faça os reajustes necessários, conforme a valorização da área e do imóvel. Mas, questiona-se se é razoável que esse reajuste seja astronômico, de modo, que afeta consideravelmente a renda de pessoas mais humildes, que não dispõe de recursos financeiros para arcar com tais reajustes. Diante do exposto, tem-se como questão de pesquisa: quais os limites do poder discricionário da Administração Pública?

(METODOLOGIA) O Estudo foi de natureza teórica e jurisprudencial, que foi desenvolvido a partir da análise da doutrina de Celso Antônio de Melo, cujo método de análise foi o dialético.

(RESULTADOS) Quando a Administração pública utiliza da discricionariedade, seu poder não chega ao ponto de encobrir arbitrariedades ou má-fé uma vez que a lei impõe limites a liberdade de ação, pode-se dizer que a lei pode ser interpretada, sendo assim existe uma certa liberdade de sentido e aplicação da norma que poderia, por algum motivo, trazer interesses terceiros, que não ao da coletividade, no entanto, deve-se afirmar que, os princípios é que estabelecem um sentido, uma direção normativa e assim controlam os limites da discricionariedade. Importante ressaltar que não existe discricionariedade judicial, caso contrário não existiria uma segurança jurídica, sendo assim o Judiciário interpreta as normas legais ao caso concreto e aplica a decisão de forma definitiva. A Constituição traz em seu artigo 37 princípios basilares da Administração Pública, são eles; legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, Celso Antônio Bandeira de Melo defende que o artigo 5º, XXXV, da Constituição é um dos princípios mais importantes, uma vez que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” Analisando casos jurisprudenciais, se extrai do REsp Nº 1.041.197 – MS, que o Poder Judiciário antes limitado a análises extrínsecas da administração, agora analisa os motivos de conveniência e oportunidade devido a critérios de moralidade e razoabilidade, e ainda do EDcl no REsp Nº 879.188 – RS, que a liberdade normativa para a discricionariedade pode ser mitigada ou extinta diante de um caso concreto cuja atuação do administrador esteja vinculada. Neste caso, a interferência Poder Judiciário não infringirá o princípio da separação dos Poderes, mas restaurará a ordem jurídica.

(CONCLUSÃO) A doutrina vem debatendo as fronteiras dos atos discricionários, mas o assunto ainda não está pacificado. Violar um princípio é extremamente proibido, no entanto, com a análise deste trabalho, concluímos que a ocorrência desta transgressão é de certa forma, bastante corriqueira. Sendo assim é importante que o administrador público tome um maior cuidado antes de praticar atos administrativos que apresentem discricionariedade, a fim de garantir os valores fundamentais para a coletividade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A "LACUNA" COMO CARÁTER NÃO-LÓGICO DE FINALIDADE, FECHAMENTO E UNIDADE PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO-NORMATIVO BRASILEIRO - UMA ANÁLISE IN CONCRETO DO PROCESSO ADPF-54

Autor(es):

Ruan Fernandes da Silva: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Jose Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O artigo se limitará a analisar o fator unidade e coesão da norma pelos critérios lógicos da não-contradição científico normativa que aduz Lourival Vila Nova, tomando como caso de análise a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADF n° 54, que transita no Supremo Tribunal Federal. E assim tentamos vislumbrar uma melhor resposta para a pergunta: por que a “lacuna jurídica” se preenche com a normativa para evitar a falibilidade da validade do próprio sistema normativo?

(METODOLOGIA) Para esta pesquisa, seguindo as orientações dos autores da fundamentação metodológica científica o método adotado é o Indutivo, pois no raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. A forma estrutural da pesquisa é a Exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com os problemas e assim, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Para o fim deste artigo as formas de exploratórias desenvolvidas foram as Pesquisas Bibliográficas e o Estudos de caso. Estes verificados nos procedimentos técnicos utilizando-se a Pesquisa Bibliográfica, na consulta e exame detalhado da principal fonte de estudo do artigo, a ADF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54, como estudo de caso e verificação das variáveis existentes quanto a exortação de seus ideias preconizados tanto pela instância superior do STF, como pelos postulantes e o meio social.

(RESULTADOS) Não é fácil compreender diante da subjetividade os fatores determinantes da lógica jurídica. Assim, esta mesma lógica não é capaz de determinar o conteúdo da proposição decisória, principalmente tratando-se de tema extralógico. Para tanto se faz necessário segundo o observado, a consulta à experiência e uma aproximação com o sistema social. Segundo Norberto Bobbio a lógica jurídica não possui a titularidade da competência para decidir quando se empregue a inferência indutiva, ou a análoga, ou a via do argumento a contrario sensu, que é problema nitidamente extralógico. Assim, a análise da ADF-54 poderia compreender um fechamento para que apenas exprima-se a continuidade normativa, o estado de sucessão dos níveis de proposições deonticas do sistema, ou seja, de que o dever-ser provém do dever-ser. Nas palavras de Lourival Vilanova “Não que seja completo por sua referência ao universo de conduta humana. Empiricamente é a Sociologia; filosoficamente, é a Ontologia da conduta, que dá a solução positiva ou negativa. Não a lógica. Mas, é a lógica que atribui ordem e forma as estruturas do sistema.”

(CONCLUSÃO) Conclui-se então que segundo o exposto pelo trabalho de análise desenvolvido é possível através das relações de concepção de lei, formação lógica, interpretação jurídica e exortação jurisprudencial das decisões, ter um sistema que entenda ser concebível o benefício da “antecipação terapêutica de aborto” para a gestante portadora de feto anencefálico, sem que esta possa ser junto com os profissionais de saúde que lhe auxiliem, denunciados num processo crime, pressupondo uma combinação dos motivos autorizadores das duas espécies de excludente da ilicitude. Dado ao fato de que se deve levar em conta a necessidade de tutelar a integridade física e, principalmente, mental da gestante e a sensibilização à sua difícil situação de gerar um ser inviável e, talvez, que sequer possui uma vida humana. Do que se depreende na análise positiva da lógica jurídica que o processo de auto-composição e auto-integração do Direito compreendido pelo professor Lourival Vilanova demonstra a fragilidade das “lacunas legais” quando expõe a limitação do STF na manutenção do conservadorismo do ideal de segurança jurídica para os casos que exporiam a fragilidade do sistema legal do âmbito da hierarquia de norma geral para norma individual.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

OVERRULING, TÉCNICA DE COMBATE AO ENGESSAMENTO JURISPRUDENCIAL BRASILEIRO: SUA APLICABILIDADE COMO EXCEÇÃO AO § 1º NO ART. 518 DO CPC.

Autor(es):

Pedro Flávio Cardoso Lucena: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Edinaldo Benício de Sa Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O universo jurídico sempre foi fortemente marcado por duas correntes, que de forma geral, bipolarizam o direito na parte ocidental do mundo, a Civil Law e a Common Law. Comumente conhecido como formas antagônicas, sua atuação conjunta era inimaginável, mas os dias de hoje provam o contrário. Essa idéia foi derrubada e na prática, o que se vê é uma grande disseminação de ferramentas tanto de uma quanto da outra sendo utilizadas de forma recíproca, levando assim a uma homogeneidade de institutos do direito. Diante do crescimento da utilização e da força de institutos como súmulas, precedentes jurisprudências, e súmulas vinculantes, poderíamos afirmar que o direito brasileiro segue um caminho de aproximação estabelecido entre Common Law e Civil Law? Tais institutos causam de alguma forma o engessamento do direito pátrio, ou seria a sua utilização de maneira inadequada que ocasionaria um envelhecimento e descompasso existente entre o direito e a sociedade brasileira? Tendo em vista ser o engessamento do direito brasileiro um grande problema, quais são as técnicas da Common Law utilizadas para o enfrentamento dessa questão, e em especial como se dá a utilização do "overruling" no ordenamento pátrio?

(METODOLOGIA) A partir de um estudo de direito comparado, será feito um estudo bibliográfico, procurando explicitar a problemática através da análise da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, que envolva o tema em análise, além do exame de casos práticos procurando compreender a aplicabilidade do tema estudado.

(RESULTADOS) "O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal." Essa é a redação do § 1º no art. 518 do CPC e em uma interpretação literal, o que se vê é uma total vinculação do magistrado à sumulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, porém se o apelante trazer em suas razões fundamento novo, não examinado pelos precedentes que geraram o enunciado da súmula do STF ou STJ permitirá o "overruling" desses precedentes, fazendo com que o antigo paradigma hermenêutico perca o seu valor vinculante. Isso abrirá o caminho necessário para que o magistrado receba a apelação dando andamento ao processo. Assim, utiliza-se a técnica do "overruling" como instrumento de interpretação e atualização da jurisprudência pátria, tendo em vista a crescente importância que ela vem ganhando no ordenamento brasileiro ante a sua força vinculativa seja ela real (Súmula vinculante) ou idealizada (jurisprudência e súmula sem força necessariamente vinculativa).

(CONCLUSÃO) Desta forma, a utilização dos precedentes jurisdicionais, idéia importada da Common Law, não gera um engessamento jurídico nas decisões prolatadas pelos tribunais brasileiros, pois existem técnicas de interpretação para atualização do direito com o intuito de combater o problema anteriormente exposto. Uma dessas técnicas é o "overruling" e tendo em vista não existir qualquer norma constitucional ou infraconstitucional que a impeça, é possível a sua aplicabilidade no ordenamento brasileiro garantindo assim a sua modernização. Isso nada mais é do que fazer com que o direito acompanhe o fato social.

A DEFICIÊNCIA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL EM FACE DA PSICOPATIA

Autor(es):

Ingrid de Lima Ribeiro: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Jessica Lima de Moraes: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Rafael da Escossia Walraven: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Jordana Celli Bulhões Campos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) o presente trabalho teve como objetivo conhecer e analisar o que a LEP - Lei de Execução Penal (Lei Nº 7.210) aborda a respeito da condenação de indivíduos classificados com Transtorno de Personalidade Psicopática (DSM-IV - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). A motivação para realização desse estudo partiu do contato do grupo com as informações veiculadas pela mídia, nas quais recorrentemente são divulgadas cenas de violência e de atos criminosos cruéis, executados com perversidade e por motivos fúteis. Além disso, seus autores parecem desconsiderar os princípios inerentes à dignidade da pessoa humana, como o direito à vida, tão resguardados pela Constituição Brasileira e tão intrínsecos à nossa realidade cultural e social. Por sua vez, quando condenados a uma pena privativa de liberdade, parece não serem afetados pelo princípio da ressocialização, proposto pela LEP. A relevância do estudo reside na importante análise crítica do tratamento que a LEP dá a esses casos, possibilitando reflexões sobre o Direito Penal e as condições psicológicas dos autores dos atos criminosos, classificados como “psicopatas”.

(METODOLOGIA) o trabalho foi realizado numa abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando-se para coleta de dados a estratégia da pesquisa bibliográfica baseada nas seguintes fontes literárias: livros, artigos e revistas indicados pela professora orientadora como também buscados pelo grupo. Em seguida, as informações obtidas foram analisadas a partir do referencial teórico adotado que se fundamenta nas idéias de autores da Sociologia, do Direito e da Psicologia.

(RESULTADOS) verificou-se que em seu texto a LEP não faz referência direta a critérios de condenação dos indivíduos classificados com Transtorno de Personalidade Psicopática. O legislador usa a terminologia genérica “perturbação da saúde mental” para referir-se aos indivíduos semi-imputáveis, tornando a letra da Lei imprecisa quanto à sistematização de uma condenação aos indivíduos “psicopatas”. Verificamos ainda na literatura estudada a impossibilidade de ressocialização dos psicopatas, por serem pessoas com comprometimento patológico na formação do caráter, não havendo tratamento que garanta a sua cura. A partir desse dado identificou-se a deficiência da LEP em relação ao tratamento penal desses indivíduos, já que seu objetivo é o de recuperá-los e reintegrá-los à sociedade. Na LEP são tratados como se tivessem uma “perturbação da saúde mental”, o que reduz a sua pena ou a transforma em Medida de Segurança. Destaca-se aqui o risco da diminuição de seus efeitos enquanto ferramenta de transformação social e a ineficácia da Medida de Segurança para essas pessoas.

(CONCLUSÃO) os dados analisados permitiram-nos concluir que: (1) a LEP não dispõe de medidas de condenação precisas para os indivíduos classificados com Transtorno de Personalidade Psicopática; (2) a impossibilidade de ressocialização dos mesmos e a inexistência de uma pena ideal que promovesse uma mudança na postura dessas pessoas diante da sociedade. Como possíveis soluções para superação dessa realidade sugerem-se a revisão da LEP por parte dos legisladores; a criação de prisões específicas para “psicopatas” ou a separação dos mesmos dos demais presos na unidade prisional. Sabe-se que não são soluções perfeitas e definitivas, mas pretende-se com isso mostrar que as personalidades psicopáticas merecem mais atenção na LEP e necessidade de uma projetos políticos mais específicos que garantam a segurança social.

OS FUNDAMENTOS DE UMA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL EM SANTO AGOSTINHO

Autor(es):

Elbia Moura de Miranda Henriques: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordao

Instituição de Ensino: FARN

Ronaldo Alencar dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Um olhar ao passado possibilita-nos o reconhecimento de um direito interestatal, embrião do atual Direito Internacional, e permite-nos perceber que questão recorrente e de difícil solução nos sistemas jurídicos internacionais sempre foi a legitimidade de suas fontes, e, conseqüentemente, o caráter cogente de suas normas. A realidade enseja a indagação: é possível universalizar um regime jurídico, fundamentado em princípios jusnaturalistas, em prol da paz entre as nações? Para respondê-la, faz-se necessário refletir à luz da História, filosófica, conceitual e ideologicamente sobre a paz, bem como, identificar modelos jurídico-globais vigentes até hoje, e nessa esteira, responder qual a contribuição da teoria de Santo Agostinho para os fundamentos do referido regime. O paradigma da União Européia e dos blocos de integração regional, e das diversas organizações internacionais criadas, sobretudo, no pós- guerra, com o objetivo principal de estabelecer e manter da paz, e defender os direitos e garantias fundamentais atualiza o tema e legitima seu estudo pela comunidade jurídica. O trabalho visa analisar, preliminarmente, os conceitos chave da obra Agostiniana, a partir da legitimidade conferida pela mesma à Civitas Christiana, enquanto sistema de direito internacional

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa teórica pura de fonte bibliográfica, com aporte nas obras de Agostinho partindo de uma análise conceitual-tópica dos seguintes elementos: Direito, justiça, injustiça, paz, obediência as leis profanas, hierarquia, sanção, ordem e desordem. A análise dar-se-á pelo viés da Filosofia do Direito, contemplando o modelo da res pública cristã enquanto positivação de uma ordem internacional.

(RESULTADOS) Identificou-se modelos de uma ordem jurídica internacional. Refletiu-se sobre os aspectos filosóficos, conceituais e ideológicos da paz, ancorando-se nas idéias de Agostinho o qual defendeu a paz perpétua como sendo escatológica, distinguindo-a da paz social terrena. Constatou-se que na Idade Média e Moderna, a paz foi concebida positiva, negativa, quantitativa e qualitativamente. Verificou-se que durante pouco tempo prevaleceu a estabilidade de um sistema internacional, a partir da instituição da república universal cristã enquanto forma de universalizar normas de condutas entre os povos, a qual, apesar de preservar a autonomia das soberanias, colocou na figura do Papa a tutela, a criação e a interpretação de normas internacionalmente válidas devido a hegemonia religiosa. Analisou-se que em Agostinho: a paz terrena baseava-se na tranqüilidade externa, na segurança dos bens e da vida enquanto que a paz celestial, na tranqüilidade da ordem; sua concepção de justiça sobreveio da máxima “a justiça é Deus, é o que Deus quer, é a ordem estabelecida por Ele; a idéia de hierarquia desenvolveu-se a partir do argumento- se Deus não é soberano, toda a hierarquia desmorona por falta de fundamento, conseqüentemente, toda a ordem jurídica está privada de justiça; justiça é aliada ao equilíbrio individual, por isso, quando a desordem se instala no indivíduo, também deixa de haver ordem social; a lei terrena, apesar de injusta, deve ser obedecida, por advir de uma autoridade constituída e legitimada por Deus; o principal fundamento da obediência é o fato de existirem pazes inferiores, que impulsionam tranqüilidade à Cidade Terrena e o Estado através de suas leis promove a ela, provisoriamente, sossego e segurança, bem como, que a verdadeira sanção advém do governo divino, sobretudo através da história.

(CONCLUSÃO) Comprovou-se a importância do estudo da obra Agostiniana e percebeu-se que a análise preliminar dos conceitos Direito, justiça, injustiça, obediência as leis profanas, hierarquia, sanção, ordem e desordem, a partir da legitimidade conferida por ela à Civitas Christiana, enquanto sistema de direito internacional, elucida a problemática apontada, respondendo afirmativamente que é possível universalizar um regime jurídico fundamentado em princípios jusnaturalistas que objetive a paz entre as nações como fim maior.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

**O DIREITO PENAL ISLÂMICO E O CASO DA IRANIANA SAKINEH MOHAMMADI ASHTIANI SOB A ÓTICA
TAMBÉM DO DIREITO PENAL BRASILEIRO.**

Autor(es):

Thaíza Felipe dos Anjos: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Marla Karenina Guedes Davim Silveira: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Jose Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Sabe-se que o direito islâmico é um direito totalmente vinculado a religião e nascido na idade média, que possui diferentes hábitos, tradições e uma vasta e riquíssima cultura, mas que no entanto é alvo de distorções e de um radicalismo intenso, daí o interesse de se falar sobre tal temática, sobretudo o que confere ao sistema penal islâmico. Pois bem, faz-se mister aqui nesse trabalho retratar e exemplificar através de um caso prático, o da iraniana Sakineh Mohammadi Ashtiani de como é o sistema penal islâmico e de como são punidos os indivíduos que lá cometem algum tipo de delito, utilizando-se para isso das fontes do Direito Muçulmano (sunas, alcorão, sharia), bem como da legislação penal brasileira, ou seja, de como seria o mesmo analisado, caso a prática de tal infração penal viesse a acontecer no Brasil, utilizando-se, portanto de todo o arcabouço jurídico nacional, isto é, do Código Penal Brasileiro, fonte esta, imediata do Direito Penal. Logo, o objetivo a que este se destina é o de comparar o mesmo caso, mas em Direitos, valores e costumes diferentes, mostrando a relevância, a importância e mais do que isso, a influência de que um sistema, uma lei causa na vida de uma pessoa, na sociedade e na comunidade internacional.

(METODOLOGIA) O presente trabalho contou com uma vasta gama de referências bibliográficas, desde pesquisas a sítios eletrônicos, artigos científicos; bem como visitas à associação beneficente muçulmana do Rio Grande do Norte em Natal, o qual nos foi disponibilizado além de entrevistas com o sheik da comunidade, questionamentos à muçulmanos natalenses que se converteram à religião islâmica, bem como folhetos esclarecedores acerca da mesma e livros bem elucidativos e representativos do Direito Penal Islâmico, concedidos por eles; além de claro participações nas suas reuniões e cultos.

(RESULTADOS) Alguns dos resultados descobertos foram um tanto curiosos como o fato de que o Islã é a religião que mais cresce no mundo e ainda que a Indonésia, embora não seja um país árabe, comporta mais muçulmanos que todos os países juntos. Outros não foram tão surpreendentes, mas nos chamaram bastante a atenção, talvez pelo caos que afronta os países muçulmanos, seja pela deturpação da sua religião pelo próprio povo de lá, deturpação esta causada por aqueles que detém o poder, governantes e milícia; seja pela também distorção da imprensa internacional, a qual inferioriza, denega e rebaixa o povo islã e com isso os ensinamentos trazidos pelo Direito Islâmico. Enfim, o que se ficou claro, é que o Direito Penal Islâmico ainda é muito retrógrado, com leis que não sofreram qualquer respaldo na mudança do seio social e que é alvo de uma população machista, mas que mesmo assim, não podemos desrespeitar e impor uma cultura, um Direito socialmente diferente em outro país e mais que isso em toda uma história de vida e ensinamentos.

(CONCLUSÃO) A dupla concluiu que além de ser um sistema penalmente submisso à população masculina e dessa forma comprometendo a boa execução quando na aplicação para homens e mulheres, o Direito Penal Islâmico em nada se compara ao Direito Penal Brasileiro, principalmente no que diz respeito ao crime de adultério, aqui abolido desde 2005 e nos países muçulmanos não há nem essa possibilidade e se quer cogitação disso vir a ocorrer, seja por já estar enraizado no povo islã, seja pela minoria quem detém o poder pouco importar a quem atinge.

MEDIDAS CAUTELARES E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Autor(es):

Raphael Rodrigo Correia Santos Rodrigues Trindade: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Igor Adriano Nascimento Mesquita de Medeiros: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Gabriella Nogueira Tomaz da Silveira: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Jose Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro traz como uma de suas propostas mais interessantes a aproximação entre tutela cautelar e tutela antecipada. O processo cautelar e as ações cautelares nominadas foram extintos, passando a existir as figuras da tutela de urgência e tutela de evidência.

(METODOLOGIA) O presente estudo é resultado de uma pesquisa tendo como referencial teórico e bibliográfico o projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro (Projeto de Lei do Senado nº 166/2010). Com relação às tutelas de urgência e de evidência, o que o Projeto de Novo Código de Processo Civil fez foi aprimorar as inovações inseridas no Código de Processo Civil vigente, e sistematizá-las de maneira mais abrangente e correta.

(RESULTADOS) No projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro (Projeto de Lei do Senado nº 166/2010) a imagem das medidas cautelares saem de cena e dão lugar as figuras da tutela de urgência e tutela de evidência.

(CONCLUSÃO) O estudo mostra que a principal diferença entre a Tutela de Urgência e a Tutela de Emergência, reside no fato de que em relação à tutela de evidência não há necessidade de demonstrar o "periculum in mora", bem como ocorre na tutela de urgência.

ADOÇÃO INTERNACIONAL

Autor(es):

Julio César Junqueira e Silva: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Marluce de Amorim Moreno Lamas: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo de tal pesquisa é entender como, o porquê e o que vem ser a adoção internacional. Além disso, é essencial compreender como o mundo vê tal instituto atualmente e a evolução histórica de tal fenômeno, mas com enfoque no Brasil e no seu sistema jurídico. Visto que se trata de assunto extremamente delicado, por se tratar não apenas dos pais, mas principalmente das crianças, torna-se de extrema relevância a compreensão do assunto para que o ordenamento jurídico pátrio ofereça total proteção para aqueles que estão em uma situação vulnerável, o que pode se agravar ainda mais no momento em que, estando no exterior, a intervenção estatal brasileira fica, por demais, reduzida em nome da soberania do outro Estado.

(METODOLOGIA) Para que os objetivos acima descritos sejam alcançados, é preciso ir um pouco mais além da literatura doutrinária no momento em que pesquisa, mas sempre com foco, naturalmente, na área jurídica do tema. Porém, é preciso que haja entrevistas com pessoas do judiciário que tenham maior contato no cotidiano com esse tema. E também é notável que por mais que seja com enfoque jurídico tal pesquisa, o lado humano é tão evidente que não há como falar das normas legais para o procedimento de tal tipo de adoção sem valorizar também o depoimento daqueles que viveram tal situação, como é o caso do depoimento da família Uhl, uma família alemã que adotou dois meninos brasileiros.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos são baseados em estatísticas que diferem de acordo com algumas fontes, sendo assim é melhor que sejam analisados no próprio trabalho, mas é interessante citar alguns fatos como o que diz que há famílias suficientes para o número de crianças com inscrição no cadastro nacional para adoção. Os resultados da pesquisa sobre a etnia das crianças a serem adotadas, tanto as institucionalizadas quanto as não-institucionalizadas, é variável por diversos fatores, mas pode-se ter uma idéia das porcentagens, no entanto, não sendo algo que podemos ter certeza absoluta até por causa de estar em constante mudança tal quadro de crianças que precisam ser adotadas, será citado somente no próprio trabalho, pois são necessários esclarecimentos mais profundos.

(CONCLUSÃO) O que se pode concluir com todos os dados e fatos, depois de confrontados, são questões amplas que atingem tanto o âmbito jurídico quanto o sociológico. Existindo por norma legal uma vedação a separação de irmãos isso dificulta que haja a adoção muitas vezes, pois sendo o cadastro nacional, é bastante comum que o adotante tenha que deixar o estado onde vive, mas com irmãos, tal norma não permite que se concretize a adoção. No âmbito sociológico, é clara a falta de preparo da sociedade em enfrentar o que não condiz com aquilo que esperavam de forma, muitas vezes, fantasiosas e utópicas. É essencial haver uma instrução social no sentido de recepcionar o adotante e aceita-lo como é, principalmente se os fatores biológicos são os que estão em questão. Compreendendo que mesmo nas gravidezes, a crianças podem não condizer com o modelo imaginado pelos pais, talvez haja uma maior flexibilidade e tais crianças, que hoje esperam, terão atendido seu Direito, até mesmo natural, de ter uma família.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

QUEM SÃO “TODOS”? O ENSINO OFERECIDO AOS DEFICIENTES VISUAIS (CEGOS) NO UNIVERSO DA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, PROFESSOR CELESTINO PIMENTEL.

Autor(es):

Fernanda Nóbrega Bezerra: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN
Pedro Henrique Cordeiro Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No atual contexto histórico do Estado Democrático de Direito, percebe-se uma grande busca pela igualdade material, em detrimento da formal na efetivação dos direitos aos casos concretos, e não só nos textos das leis. Este trabalho possui o objetivo de analisar o trato dedicado aos deficientes visuais (cegos), no que tange o seu acesso a educação, conseqüentemente, análise do grau de aplicabilidade conferido aos princípios fundamentais do Estado, previstos na Constituição Federal, em especial ao que visa “promover o bem de todos” (Art. 3º, inciso IV: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação). Na realização deste intuito, será utilizado o caso da Escola Municipal Prof. Celestino Pimentel, enquanto recorte social do município de Natal/RN, de validação dos argumentos. A Pergunta que se formula a princípio é: O deficiente visual tem encontrado amparo de acesso ao ensino público no nosso município? Quais têm sido os obstáculos encontrados por estes nas instituições de ensino de caráter público? Qual o grau de efetividade dado ao disposto constitucional citado no art. 3, IV da C.F? Este trabalho tem o objetivo de mostrar a realidade deste problema, sob a análise do caso de um jovem estudante da referida instituição, como meio de elucidar a realidade sob a qual se lança o problema.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa pautada na análise do caso de um jovem de 23 anos, cujo não tem o pleno acesso a educação devido à incapacidade da instituição, com o intuito de relacionar criticamente a realidade fática com as referências estudadas. Como aporte teórico, possui seu maior expoente na obra de Paulo Freire (1996), que mostra em seus escritos que o ensino precisa ser transformado de modo que este possa ser adequado a criação de sujeitos autônomos do conhecimento e, para tanto, é necessária a instrumentalização das instituições à realidade dos alunos.

(RESULTADOS) De acordo com as teorias, a função do Estado é reduzir as diferenças, porém, a partir das análises realizadas referentes à educação no município de Natal/RN, pôde-se constatar que, apesar de existirem previsões legais visando garantir “igualdade aos desiguais”, ainda faltam maiores esforços para que seja possível proporcionar um desenvolvimento equivalente em relação ao dos demais cidadãos aos deficientes visuais (cegos).

(CONCLUSÃO) O trabalho teve como escopo a investigação da eficácia do artigo 3, inciso IV da Constituição Federal de 1988 e o que pôde ser comprovado é que na realidade então observada este não vêm sendo aplicado. No que se refere aos deficientes visuais cegos, apesar de ainda haver muito que ser desmistificado e superado, as experiências vem mostrando que a ausência de visão não interfere nos processos de aprendizagem, ou seja, é possível promover o aprendizado desses indivíduos no ambiente das escolas municipais de Natal/RN, desde que haja o acervo necessário, não só materiais, mas principalmente profissionais devidamente especializados.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DEFESA DE PAGAMENTOS DE HONORÁRIOS À DEFENSORIA PÚBLICA QUANDO ESTA ATUA NA QUALIDADE DE CURADOR ESPECIAL NAS DEMANDAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM CRIME DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Autor(es):

Dayana Gabriella Fidelis de Souza: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto

Instituição de Ensino: FARN

Larissa Lopes Matos

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante do Estado Democrático de Direito e do dever constitucional de garantias processuais que viabilizam o acesso a Justiça, a conjuntura Processual necessita respeitar princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da isonomia processual. O respeito aos princípios fundamentais existe para que o exercício da Jurisdição ocorra adequadamente. O Estado viabiliza meios de acesso à justiça através da Assistência Jurídica e da Gratuidade Processual, benefícios distintos aos que comprovarem a insuficiência de recursos. Da Assistência Jurídica nasce as Defensorias Públicas como órgão legítimo para conferi-la aos que comprovarem a insuficiência econômica, devendo proteger o interesse público de não admitir que quem não seja pobre se utilize indevidamente do serviço. Ocorre que comumente a Defensoria Pública é nomeada como Curadora Especial em casos de demandas referentes à Improbidade Administrativa. Debruçando-se sobre tal instituto nos casos de Enriquecimento Ilícito, e sobre os princípios e formas de sanção dos atos de Improbidades, comentar-se-á, objetivamente, da análise da necessidade e da possibilidade que quando Defensoria Pública atuar no patrocínio da defesa do réu em processos de improbidade que, ao final ou até mesmo durante a instrução processual, se descobre que o réu apresenta condições de arcar as custas processuais, deverá este ser condenado para ressarcir os cofres do Estado. Busca como principal resultado dar ênfase que seja aplicável em demandas de improbidade nos casos que se descobre que o agente político possui viabilidade econômica para cobrir as custas processuais, o não reconhecimento da Assistência Gratuita e de Gratuidade Processual, quando nos autos houver a elementos suficientes para demonstrar à inexistência da situação de pobreza, impedindo que benefícios processuais ocorra em casos que claramente se detecta a falta de necessidade e motivação para tais benefícios.

(METODOLOGIA) Fundamenta seus conceitos e conteúdo em pesquisa bibliográfica e documental através de livros doutrinários, revistas jurídicas, jurisprudências e em leis reconhecidas pelo ordenamento nacional, cuja reunião e resultado dão suporte à solução que busca fundamentar a possibilidade de aplicação de honorários e custas processuais.

(RESULTADOS) A Gratuidade Processual não se confunde com Assistência Judiciária, sendo benefícios perfeitamente distintos a quem fazem jus as pessoas carentes de recursos. Demonstra-se que o papel das Defensorias Públicas corresponde ao dever Estatal de promoção de Assistência Jurídica em respeito aos princípios fundamentais do Direito Processual. A condenação as custas processuais, no patrocínio de defesa de réu revel ou considerado indefeso, que ao final se descobre como capaz de garantir às custas processuais, evita que aqueles que para quem o serviço não foi dirigido dele usufruam em detrimento do atendimento aos realmente carentes. Tal probabilidade é uma atitude harmoniosa com o sentido das sanções previstas para o enriquecimento ilícito de agentes políticos, bem como manutenção aos princípios do Estado Democrático de Direito e a aplicação correta de Justiça Gratuita e Gratuidade Processual apenas aos que comprovam insuficiência de recursos.

(CONCLUSÃO) A existência de pagamentos de honorários a Defensoria Pública, bem como dos gastos processuais, diante da ocorrência de Curadoria Especial, onde se descobre posteriormente ou durante a marcha processual que o agente político possui viabilidade de adimplir as custas processuais, configura-se, ao mesmo tempo, como um modelo possível de sanção e de favorecimento/reconhecimento da importância das Defensorias Públicas, em conjunto e harmonicamente com as sanções para os casos de enriquecimento ilícito. Tal regra é realizável em nossa conjuntura política nacional por ser realidade aprimorada de acordo com as necessidades atuais de punição às improbidades e de efetivação das estruturas das Defensorias Públicas.

A RELEVÂNCIA DO CONVÍVIO FAMILIAR NA VIDA DO ADOLESCENTE INFRATOR

Autor(es):

Ana Priscyla Braga Lima: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A violência urbana é uma realidade preocupante para a população da região metropolitana de Natal, bem como para a de todo o país. Tal preocupação se torna ainda mais intensa quando verificada a massiva quantidade de atos de violência que trazem como protagonistas adolescentes. Atos infracionais análogos a crimes praticados contra a pessoa ou contra o patrimônio ocorrem com maior frequência na sociedade. Fatores como drogadição, carência no sistema educacional e má distribuição de renda já são consagrados como propiciadores de uma condição que aproxima o adolescente da atividade infracional. Entretanto, falaremos aqui de um outro direito fundamental: a convivência familiar. A adolescência já traz consigo várias alterações biopsicológicas que, unidas à pressão social da qual o adolescente é vítima, propiciam a ocorrência diversas mudanças comportamentais. Para que essas mudanças não sejam prejudiciais, é imprescindível ao adolescente confrontar-se com adultos que não fraquejem, que resistam à sua destrutividade e que sirvam de referência para ele. A presente pesquisa tem como objetivo, analisar as relações familiares de 391 adolescentes infratores a partir de dados como declaração de paternidade e convívio familiar e concluir qual a relevância destes na conduta infracional do adolescente.

(METODOLOGIA) A partir de uma visão transdisciplinar da ciência e uma cartografia simbólica proposta por Boaventura de Sousa Santos, realizada em processos de apuração de atos infracionais que tramitaram na 3ª Vara de Infância e Juventude da Comarca de Natal/RN no ano de 2008, foi realizada a interpretação de dados. Realizou-se um levantamento dos 1085 processos autuados, delimitando-se uma cartografia dos 322 processos que possuíam o questionário do Sistema de Informação para a Criança e o Adolescente – SIPIA. As informações coletadas foram distribuídas em duas fichas cadastrais, uma com os dados do processo e a outra com os dados dos adolescentes infratores, identificando-se, os atos infracionais praticados, a declaração de paternidade e o convívio familiar destes adolescentes.

(RESULTADOS) Com a análise do quesito filiação, obteve-se um total de 69 (17,64%) adolescentes que não possuem e 322 (82,35%) que possuem pai declarado. Quanto ao convívio (familiar), vimos que dos 391 adolescentes, 02 (0,51%) moravam em instituição governamental, 03 (0,76%) com amigos, 04 (1,02%) sozinhos, outros 04 (1,02%) com responsáveis, 06 (1,53%) na rua, 22 (5,62%) com o pai, 36 (9,2%) com companheira(o), 47 (12,02%) com familiares, 106 (27,10%) com pai e mãe e 154 (39,38%) com a mãe.

(CONCLUSÃO) Ao confrontar os dados de filiação e convívio familiar, constata-se que mesmo com a expressiva quantidade de declarações de paternidade: 82,35%, destes adolescentes, apenas 39,75% usufruem da convivência com o pai e, menos ainda: 32,91% convivem com o pai e a mãe simultaneamente. Outros 13,04% do total de adolescentes convivem com pessoa responsável ou parente. Daí, conclui-se que a ausência da figura paterna ou materna, ou mesmo de uma pessoa adulta que sirva como exemplo para o adolescente, traz prejuízos ao desenvolvimento deste indivíduo. Seria errôneo atribuir o envolvimento do adolescente com atos infracionais somente ao problema familiar, entretanto é inegável o papel substancial do relacionamento familiar na vida do adolescente. A intervenção da família é indispensável na prevenção da conduta infracional, durante eventual cumprimento de medida socioeducativa e após o cumprimento, no combate à reincidência.

OS RESQUÍCIOS DA TEORIA CAUSAL NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1940

Autor(es):

Renan Franco Camilo Barros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Leonardo José de Lima: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Felipe Nascimento Bezerril: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Jéssika Ezequiel de Brito: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo acerca das teorias da ação é imprescindível para o entendimento do Direito Penal. As diversas visões sobre a relação entre a ação humana e o resultado observável foram responsáveis pela modificação do pensamento punitivo ao longo do tempo. Desse modo, em sede de introdução, são apresentadas algumas das teorias da ação, quais sejam: a teoria causal, considerada superada, e a teoria finalista, a qual reside no Código Penal Brasileiro de 1940. Após as respectivas elucidações sobre tais conceitos, houve o seguinte questionamento: sendo a teoria causal enquadrada como ultrapassada e defasada, é possível encontrar resquícios de tal doutrina no Código penal supracitado? O objetivo da pesquisa é ir de encontro a tais vestígios para comprovar a existência da teoria naturalista em tipos penais vigentes.

(METODOLOGIA) A pesquisa se baseou numa revisão bibliográfica, onde foram levantadas opiniões doutrinárias, bem como os conceitos de artigos científicos da área penal. O entendimento sobre as teorias adveio da busca em obras da parte geral do Código Penal de 1940.

(RESULTADOS) A observação das teorias da ação e a investigação de eventuais marcas da teoria causal no Código Penal mostraram que, mesmo em meio ao apogeu da teoria finalista, pode ser observada a preocupação do legislador em punir o fato que advém da conduta do agente, quando da observância da prática dos crimes de rapto e extorsão mediante sequestro. Sendo, portanto, inobservada a intenção do transgressor, elemento fundamental para o entendimento do fenômeno criminal e da posterior pretensão punitiva do Estado, fica constatada a presença do naturalismo em meio ao finalismo. Dessa forma, nos delitos pontuais que aprovam a teoria naturalista, temos a volta ao tempo em que o Direito Penal não obedecia a critérios axiológicos, já que a legislação prevê aumento de pena para o fenômeno exterior e não para o elemento subjetivo, qual seja: a intenção do agente.

(CONCLUSÃO) É sabido que há poucos conceitos em meio ao Direito que podem ser definidos como absolutos. Não há que se falar em superação total da teoria causal da ação, já que a punição do fato nos crimes de rapto e extorsão mediante sequestro implica no uso do método de observação do simples nexos entre a conduta e o resultado, elementos fundamentais da teoria naturalista. Pode-se falar que o legislador, ao fazer uso desse resquício, mesmo que de forma inconsciente, cuida em punir o agente por um resultado, evidentemente, não quisto. O infrator que, quando da prática de um dos crimes em questão, se vendo em meio aos fatos oriundos de sua ação inicial, tem sua pena aumentada pela produção de fatos diversos dos almejados, é penalizado pela cicatriz naturalista deixada no Código Penal. Este, por sua vez, se vê distante de seus próprios conceitos acerca da pena equitativa e da análise de intenção do agente, sendo esta última o elemento fundamental na compreensão e tipificação da conduta

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

EDUCAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

Autor(es):

Joana Van Rooijen Cysneiros: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Maria Lúcia da Câmara Pinheiro: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Pedro Henrique Cordeiro Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Trata-se de projeto de pesquisa a ser desenvolvida em âmbito de iniciação científica, no Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, em relação com a disciplina de Direito Constitucional, onde estabelecemos as bases da pesquisa a ser desenvolvida e a metodologia que será usada. A pesquisa se dará nas áreas de Direito Constitucional, Filosofia do Direito e Teoria do Estado com o intuito de pensar a educação jurídico-constitucional do cidadão como forma de efetivação de direitos fundamentais e concretização do Estado Democrático de Direito.

(METODOLOGIA) Esta análise será realizada a partir de uma consistente revisão bibliográfica sobre obras especializadas em Direito Constitucional e Educação jurídico-constitucional especificamente. Serão observadas produções científicas e acadêmicas acerca da temática, onde constem a definição de conceitos e a descrição da realidade jurídica e social. Atentando-se em livros de referência do Direito contemporâneo, que versem sobre a temática, com o objetivo de destacar a realidade atual desses conceitos, e que possibilitem a comparação e a análise crítica. A revisão bibliográfica possibilitará, através da leitura de diferentes textos, a análise de múltiplas perspectivas oferecidas por teóricos do Direito e o conhecimento de diferentes pontos de vista sobre a temática propiciando, deste modo, a ampliação da compreensão do grupo e a reflexão crítica sobre o tema.

(RESULTADOS) Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral possibilitar a iniciação científica através da elaboração de uma pesquisa que será concretizada a partir de uma sistemática revisão bibliográfica sobre a educação jurídico-constitucional como forma de efetivação dos direitos fundamentais. Pretendemos analisar a importância da educação do Direito Constitucional no ensino básico para a formação do cidadão e as suas repercussões sobre o Direito na atualidade. E diante da nossa realidade social propomos o desenvolvimento de uma pesquisa com o intuito de estabelecer o pensamento crítico a cerca do que realmente é um Estado Democrático de Direito e o que se mostra necessário para que ele seja efetivado de fato.

(CONCLUSÃO) Trataremos então, de forma clara e objetiva, o porquê da necessidade de ser ter uma EDUCAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL E COMO PODEREMOS PARTICIPAR PLENAMENTE DO ESTADO DEMOCRÁTICO já que O Estado Democrático de Direito é uma construção social, portanto, enquanto resultado de um longo processo histórico, tem a sua existência fundada na participação da sociedade em sua conformação. O cidadão é o cerne, a causa e o fim, deste Estado, que para ser efetivado funda-se através de uma Constituição. Desse modo, destaca-se a importância da educação jurídico-constitucional no ensino básico para que seja possível a formação do cidadão, atuante em seus Direitos fundamentais. Desse modo, destaca-se a importância da educação jurídico-constitucional no ensino básico para que seja possível a formação do cidadão, atuante em seus Direitos fundamentais, pois o Estado Democrático de Direito só pode ser efetivado na presença deste sujeito-cidadão.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A LEGITIMIDADE DA TEORIA DO VALOR DO DESESTÍMULO ENQUANTO IMPRESCINDÍVEL FERRAMENTA PARA PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES.

Autor(es):

José Haroldo Dias Xavier Junior. Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A prática constante e reiterada de condutas abusivas por parte de fornecedores e prestadores de serviços que oneram, em demasia, os hipossuficientes com os quais, por determinação normativa, devem se obrigar a estabelecer uma relação negocial justa e equilibrada - os consumidores, não é reprimida pelo judiciário brasileiro, na esfera em que lhes compete atuar, isto é, no exercício da jurisdição. Isto se dá porque a jurisprudência tende a não fazer uso da Teoria do Valor do Desestímulo, pela qual as decisões judiciais devem aferir condenações que não apenas restituam o dano causado pelo vencido, mas que o coaja a não mais cometer o mesmo ilícito, obrigando-o a dedicar numerário que cause expressivo reflexo econômico em seu patrimônio. A temática em exame tem o condão de efetivar o uso de uma doutrina hábil a devolver o equilíbrio às relações consumeiristas, majorando o valor das condenações em sede de direito do consumidor. Ora, deve o judiciário ater-se a promover a justa pacificação social, ou a evitar o suposto enriquecimento ilícito de uma parte fragilizada na relação processual? A aplicação da Teoria do Valor do Desestímulo é legitimada pelo interesse público subjetivo, existente em cada demanda judicial que visa obter reparação pela atuação abusiva dos fornecedores e prestadores de serviços.

(METODOLOGIA) Para a correta intelecção da temática trazida a baila neste trabalho, utilizou-se de uma detida análise de caso, observando a resposta do Estado-Juiz aos poucos consumidores que tutelam a restituição dos danos sofridos na relação consumeirista, exteriorizando os efeitos da atual postura do judiciário ao apreciar demandas desta natureza, apontando a necessidade de utilização de uma teoria que é fundamentada no ideário aristotélico de Justiça, pelo qual o equilíbrio nas relações intersubjetivas é a máxima expressão do Justo.

(RESULTADOS) Do estudo do cenário jurídico analisado neste trabalho, evidencia-se o surgimento de uma crescente massa de ações ajuizadas em face de empresas que têm alcançado o rol de maiores demandados judicialmente no Brasil, sendo que, se percebe, de plano, que as constantes condenações em seu desfavor em nada obstam as práticas danosas, por elas laboradas, em desrespeito ao consumidor. Deste modo, infere-se que, uma vez que o judiciário tem sido avocado à solução de um fato social que se tornou um problema de grandes proporções, cabe a este atuar de modo a evitar a impunibilidade dessa conduta antinormativa por parte de empresas de grande porte econômico.

(CONCLUSÃO) Por todas as razões aqui expostas, impõe-se o reconhecimento da necessidade de uma mudança na conduta da magistratura brasileira, no sentido de que, ao dizer o direito, adote a aplicação da teoria do valor do desestímulo, sempre que proferir sentenças que apreciem a violação de direitos de hipersuficientes na relação de consumo, efetivando a punibilidade desta conduta desleal, transformando esta lucrativa prática abusiva em uma conduta efetivamente reprimida pelo Estado, promovendo, desta maneira, o restabelecimento de um equilíbrio violado nas relações sociais, satisfazendo, por fim, a razão de ser de seu poder jurisdicional.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INSTÂNCIA COLEGIADA EM AÇÕES PENAIS QUE COMPROMETAM A IMPARCIALIDADE DO JUÍZO SINGULAR.

Autor(es):

José Haroldo Dias Xavier Junior. Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem o objetivo de promover a efetivação da garantia de um julgamento imparcial, proferido por um juízo criminal desvinculado de qualquer elemento externo que venha a corromper o objeto de sua atuação jurisdicional. Notadamente, nos últimos meses, a mídia e os meios de comunicação têm veiculado informações e notícias sobre perseguições que os juízes criminais têm sofrido ao longo de todo país: homicídios e ameaças que afrontam a imparcialidade necessária a sua atuação profissional, uma vez que, nesses casos, o juiz é coagido a favorecer determinado acusado, não em troca de favores pessoais, mas tão somente pela certeza de que a sua vida estará resguardada, ferindo a imparcialidade do respectivo julgador. Neste contexto, vislumbra-se a necessidade de, considerando a matéria deduzida em juízo, bem como os sujeitos sobre os quais recaem a pretensão punitiva, que as ações que envolvam risco ao magistrado sejam julgadas em segunda instância criminal, por órgão colegiado, afinal, até que ponto o magistrado criminal atua sem o receio de represália de ordem pessoal? Faz-se necessário que, em determinados casos, o juiz não seja exposto individualmente ao apenado, a fim de assegurar a imparcialidade de seu julgamento.

(METODOLOGIA) Para a caracterização da possibilidade de se promover uma alteração na estrutura organizacional da justiça criminal, em tamanhas proporções, utilizou-se de uma análise de casos observados em uma pesquisa de materiais divulgados pelos mais variados meios de comunicações, de modo que, corroborado o fato de que o próprio Estado não tem fornecido os meios necessários para a livre atuação profissional do juiz, enfatiza-se a imediata necessidade de se construir uma estrutura hábil a proteger os elementos que legitimam a diferenciada qualidade punitiva do direito penal, quais sejam, os princípios orientadores desse ramo do direito, no caso, a imparcialidade do julgador. Utilizou-se, para tanto, de um critério garantista, que fomenta a estrita observação dos preceitos constitucionais na construção do vigente modelo penal.

(RESULTADOS) A proposta deste trabalho oferece a adoção de uma medida que trará uma efetiva solução a um problema que a magistratura tem vivenciado, a incerteza de que sua integridade física será devidamente protegida pelo Estado, de modo que a irresignação criminosa do apenado em desfavor do juiz que o condenou não apenas tem levado muitos juízes ao comprometimento do aplicação da norma jurídica, como, em determinados casos, certos magistrados têm levado uma vida reclusa, fruto de constantes ameaças que sofrem.

(CONCLUSÃO) Considerando que prover a solução para a problemática em exame é responsabilidade objetiva do Estado, que tem a obrigação de proporcionar os meios adequados para que o magistrado possa exercer a jurisdição em sua plenitude, de modo a efetivar a devida tutela dos bens jurídicos protegidos pelo direito penal, é defeso ao Estado manter a atual estrutura do sistema penal, sendo necessário que determinados crimes, seja em razão de sua natureza jurídica, ou ainda em razão das partes neles envolvidas, sejam julgados em segunda instância, visto ser uma instância colegiada, uma vez que o julgamento desses casos em juízo singular pode ferir a imparcialidade do julgador, que expõe sua identidade e, muitas vezes, corre sérios riscos de ver violada sua integridade física.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE CAPACIDADE SOBRE A PERSPECTIVA DO NEGÓCIO JURÍDICO, NA MODALIDADE DE CONTRATO, DO DIREITO ROMANO A ATUALIDADE

Autor(es):

Maria Lúcia da Câmara Pinheiro: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Bianca Eugênia de Medeiros Trindade: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Joana Van Rooijen Cysneiros: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Vanessa de Paiva Maia: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Pedro Henrique Cordeiro Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente texto constitui um projeto de pesquisa sobre o conceito de capacidade para o Direito contemporâneo, em suas repercussões sobre os contratos firmados na esfera privada, enquanto modalidade do Negócio Jurídico, destacando, como fundamento da análise crítica, o arcabouço teórico que descreve a evolução histórica da noção de Capacidade Jurídica, requisito necessário à validade dos Contratos. A presença do Negócio Jurídico, dos contratos, remonta aos primórdios da civilização, ainda que não plenamente estruturados e sistematizados, essas práticas são inerentes ao convívio humano em sua negociação de interesses.

(METODOLOGIA) O conceito de capacidade será analisado, sobre a perspectiva do negócio jurídico, exemplificado em sua modalidade de contrato, a partir de sua evolução histórica desde a regulamentação promovida pela civilização romana até os dias atuais. Serão destacadas as influências do Direito produzido em Roma sobre o Direito vigente no Brasil, em sua nítida herança dos institutos romanos para a formação dos conceitos jurídicos utilizados no país na atualidade. Este percurso histórico será traçado a partir de uma consistente revisão bibliográfica sobre obras especializadas em história do Direito e do Direito Romano especificamente. Serão observadas produções científicas e acadêmicas acerca da temática de institutos romanos, onde constem a definição de conceitos e a descrição da realidade jurídica vivida em Roma quanto à noção de capacidade. Atentando-se em livros de referência do Direito Civil contemporâneo, que versem sobre a modalidade de contrato, com o objetivo de destacar a realidade atual desses conceitos, e que possibilitem a comparação e a análise crítica da formação destes institutos.

(RESULTADOS) Considerando a forte influência exercida pelo Direito Romano sobre os institutos contemporâneos do Direito, é importante dizer que os romanos não sistematizaram este conceito de Negócio Jurídico, tal qual conhecemos hoje, pois os juristas romanos não formularam uma teoria do Negócio Jurídico em sua forma mais ampla e sistematizada. Embora a doutrina atual tenha fundamento em fontes romanas para o desenvolvimento de conceitos vigentes, no entendimento de como surgiram as fórmulas e o simbolismo que foram usados no Direito Romano, não se encontram nos textos romanos muitas elaborações sobre o tema, mas já existiam importantes noções sobre o assunto (REALE, 2003).

(CONCLUSÃO) A presença constante do negócio jurídico, em sua modalidade de contrato, na esfera do direito civil privado da atualidade suscita reflexões sobre o tema, tendo em vista o poder criativo que confere as partes envolvidas, enquanto expressão da autonomia da vontade, constituindo uma norma jurídica individual. O ato de autonomia privada com o qual o particular regula por si os próprios interesses não está totalmente determinado pela lei, entretanto, exige requisitos mínimos que determinam a sua validade e existência, dentre eles, a manifestação das vontades de pessoas legitimadas para fazê-lo. Estes termos tocam a noção de capacidade para o Direito civil e exige reflexões, pois sua definição é estabelecida através de uma construção histórica e envolve os institutos herdados do Direito romano. São conceitos dinâmicos que perpassam pelo processo histórico sofrendo transformações a mercê das mudanças ocorridas na realidade social.

O ERRO JUDICIAL DE MACAÉ E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS IRREGULARIDADES PROCESSUAIS PENAIS

Autor(es):

Waldeny Pereira Filho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Filizolina Elba Araujo Moura Raulino: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Érika Matias Pimentel: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Jacinto Martins de Souza: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho objetiva a análise dos procedimentos dos institutos e princípios do Direito Processual Penal, utilizados para o oferecimento da denúncia, julgamento, condenação e recursos da defesa dos acusados de crime de homicídio em grau máximo, que culminaram na execução à pena de morte do fazendeiro Manoel da Motta Coqueiro e seus cúmplices, Faustino Pereira da Silva, Florentino da Silva e o escravo Domingos, todos, supostamente, envolvidos nas mortes de Francisco Benedito da Silva e mais sete pessoas da sua família, os fatos ocorreram na zona rural de Macaé-RJ, no dia 12 de setembro de 1852. Dos dez acusados pela mortandade, somente quatro foram condenados e executados à força, o último a sofrer a punição foi Motta Coqueiro, possível mandante do crime. O caso ficou conhecido como o erro judicial de Macaé, uma distorção no sistema jurídico pátrio, de modo que o Superior Tribunal de Justiça recusou todas as apelações, cabendo a Pedro II conceder o perdão judicial, o que foi negado, sendo aplicada a sentença morte, em 7 de fevereiro de 1855. De acordo com as informações da imprensa, o crime teria motivações diversas, estimulada por paixão, interesses políticos, econômicos, infidelidade conjugal. De certo é que, o principal suspeito negou veemente todas às acusações. A carnificina envolveu adultos e crianças provocando nas pessoas a mobilização social, incentivada pela classe dominante, que tinha interesses desfavorável aos acusados, cuja finalidade teria o condão de persuadir e manipular a opinião pública, de acordo com as suas conveniências, sob a égide das injustiças, caracterizada pela intervenção do poder econômico e político nas decisões do Poder Judiciário, prática comum à época.

(METODOLOGIA) O estudo ora apresentado consiste na análise comparativa de literatura jurídica, sociológica, documentos históricos, tendo como norte, a obra do jornalista Carlos Marchi, “A fera de Macabu”, O maior erro da justiça brasileira. A pesquisa obedece ao método analógico comparativo, mediante o qual se apresenta as falhas processuais e as manobras mais importantes, utilizadas por pessoas interessadas na condenação dos réus e pelos órgãos da Administração Pública, e da Justiça, que muito contribuíram para o resultado trágico, que ceifou a vida dos condenados.

(RESULTADOS) Sobre o assunto, constatou-se que as autoridades responsáveis pelo processo cometeram irregularidades absurdas, influenciadas por pessoas ligadas às lideranças políticas regionais, que exerciam o tráfico influência junto à monarquia, em defesa de interesses escusos na condenação dos réus. Pois tinham acesso livre ao soberano, que demonstrava empenho para dar cabo processo criminal. O que possibilitou na produção de pareceres duvidosos em resposta aos recursos impetrados pela defesa dos condenados, ao desconsiderar uma caixa contendo roupas ensanguentadas das vítimas, encontrada sob o catre da escrava Balbina, amásia de Fidélis, a importante informante no processo; pesando sobre eles fortes indícios para condenação de ambos, como os principais envolvidos na chacina. Os únicos contra os quais existia uma prova material privilegiada, no entanto, não foram denunciados. Além disso, a acusação sustentava seus principais argumentos no depoimento de escravos os quais, além de proibidas por lei de testemunhar contra o seu senhor, apresentavam no processo declarações pontuadas por contradições. Aberrações diversas, que colaboraram para a condenação e enforcamento dos condenados.

(CONCLUSÃO) Portanto, nossa pesquisa aponta para uma conspiração para enforcar Coqueiro, porque após a execução dos condenados, dois escravos foram presos e indiciados pela participação no crime, os quais isentaram de culpa Motta Coqueiro, apontando Úrsula das Virgens, esposa do fazendeiro, como mandante do extermínio. Os efeitos negativos das execuções, não somente mobilizaram a sociedade, mas ainda a opinião pública contra a pena de morte, de forma que influenciou o Imperador Pedro II, que passou a substituir, a pena capital pela de galés.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

BATALHA ENTRE GIGANTES: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DO CONFLITO ENTRE APPLE VERSUS SAMSUNG COM ENFOQUE NO TRADE DRESS

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Cláudia Rayanne Miranda Bernardo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Luize Araújo Coutinho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A propriedade intelectual é um instituto jurídico que protege por certo tempo o direito do autor, abrangendo os domínios: (1) industrial; (2) científico; (3) literário; e (4) artístico. No trabalho em análise, pretende-se estudar a influência da propriedade intelectual no direito e seus reflexos na economia, com foco na batalha das empresas Apple x Samsung, analisando especificamente a questão do Trade Dress, ou Conjunto-imagem, que é uma forma de combate à prática de copiar sutilmente o design tanto de marcas quanto de produtos confundindo assim o consumidor e tirando vantagem da marca de sucesso.

(METODOLOGIA) O trabalho em questão utilizou-se da pesquisa bibliográfica no meio da doutrina especializada em Propriedade Intelectual, com base nas idéias do pesquisador Denis Borges Barbosa. Além disso, foi buscado na mídia informações sobre o caso Apple x Samsung de forma a poder ser realizado o presente estudo de caso.

(RESULTADOS) O litígio entre duas das principais empresas tecnológicas da atualidade, Samsung e Apple, teve início na Corte da Califórnia em Abril de 2011, quando a Apple processou a Samsung alegando a quebra de diversas patentes, com enfoque no Trade Dress, este seria a proteção jurídica ao conjunto de imagem de determinada empresa ou produto. Este embate jurídico se repetiu em diversas Cortes do mundo, sendo elas: EUA, Austrália, Itália, Alemanha, Holanda, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Japão, Inglaterra e País de Gales. A Samsung foi obrigada a retirar o Galaxy Tab do mercado na União Européia, e proibida de vender o novo na Austrália. Nos tribunais em que foi acionada, a Samsung negou todas as acusações referentes ao Trade Dress, afirmando que além de seus produtos poderem ser diferenciados dos da Apple pelo consumidor, o estilo desse novo design, apesar de ter sido a Apple precursora do mesmo, é uma tendência neste ramo de negócios, sendo o que permite uma melhor utilização dos recursos oferecidos. Além disso, a Samsung iniciou alguns desses embates como forma de revide à Apple, em que foi alegado que esta na verdade também estaria quebrando patentes de telecomunicações que lhe pertenciam, sendo que a análise dessas alegações não é objeto de estudo deste trabalho específico, uma vez que não se enquadram na questão do Trade Dress que queremos abordar.

(CONCLUSÃO) Ao analisar o caso em questão percebe-se que este não possui apenas relevância jurídica, mas também econômica. Muito além de uma proteção dos seus direitos revela-se também uma estratégia mercadológica, que visa a queda da concorrência. Com os produtos da Samsung retirados do mercado e vice-versa, a empresa elimina seu principal concorrente. Desse modo, percebe-se a importância da propriedade intelectual não só como proteção jurídica, mas também como proteção econômica devido à intervenção econômica em um mundo globalizado.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

UM FAZ DE CONTA QUE ACONTECE: UMA ANÁLISE DO DIREITO DO TRABALHO DENTRO DO JOGO WORLD OF WARCRAFT

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Cláudia Rayanne Miranda Bernardo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Luíze Araújo Coutinho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Marcelo Mauricio da Silva
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito do trabalho nasceu da necessidade de normatização das condições do trabalhador na Revolução Industrial. Pois, ainda que em outros períodos históricos também houvesse uma desenfreada exploração do trabalho, foi durante a Revolução Industrial que houve a formação de uma consciência de classe. Dentro desta mudança paradigmática surge o conceito de condições de trabalho insalubre, ou seja, uma atividade que causa danos à saúde do trabalhador. Com base neste contexto, analisaremos a questão do trabalho insalubre a luz das novas perspectivas do direito internacional com foco no estudo de caso sobre o “gold farming” no jogo World Of Warcraft da empresa Blizzard.

(METODOLOGIA) Foi realizada pesquisa na mídia para levantar informações sobre a questão do “gold farming”, além de ter sido utilizado um estudo do Banco Mundial do ano de 2010 sobre Economia Virtual, bem como pesquisa na doutrina trabalhista internacional e as normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

(RESULTADOS) World of Warcraft (WoW), é um jogo de realidade virtual criado pela empresa Blizzard no qual o objetivo do jogador é evoluir as características de um personagem, sozinho ou em conjunto com outros jogadores, lutando contra monstros. Para isso são necessários equipamentos comprados com ouro virtual. O “Gold farming” é a prática de buscar por este ouro virtual, no jogo. As “gold farms” são empresas não filiadas à Blizzard, em sua maioria chinesas, que cuidam de procurar por este dinheiro virtual e que o vendem a outros jogadores por dinheiro real. Esta prática é condenada pela Blizzard em seu contrato de serviço; como também pelo governo chinês em sua legislação, ela floresceu com maior intensidade na China por três fatores: (1) internet, (2) computadores baratos e (3) mão-de-obra barata. Sendo esta mão-de-obra formada por chineses pobres e sem escolaridade, que nesta atividade laboral são expostos a jornadas de 12 horas em que permanecem sentados ao computador jogando para tentar atingir suas cotas diárias de coleta, ganhando salários às vezes menores do que o da capital e vivendo em alojamentos precários. Além disso, em razão das longas horas passadas jogando, muitos ficam viciados, sofrendo de graves dificuldades adaptativas tanto à vida em sociedade quanto para outros trabalhos em potencial, bem como vários outros problemas de saúde.

(CONCLUSÃO) Em sua convenção nº 01, a OIT normatiza a quantidade de horas de trabalho, sendo 8 horas dia e 48 horas por semana, recomendando aos países que fiscalizem as empresas para isto não ocorrer. No caso em análise, o que se percebe é que há uma falta de regulamentação e controle dos países e da empresa produtora do jogo, que permitem que as “gold farms” se proliferem. Uma solução para esta situação foi proposta pelo Banco Mundial em um estudo sobre a economia virtual, em que foi revelado alguns fatos interessantes, entre eles: (1) que essa economia movimentava mais de três bilhões de dólares por ano, sendo as “gold farms” responsáveis pela fatia de 75% deste montante; (2) quanto mais próximo do trabalhador estiver o comprador final maior será o seu lucro. Portanto, o “gold farming” ganha importância insuspeita, pois ainda este negócio não tenha tanta relevância quanto a indústria cafeeira para os países em desenvolvimento, há oportunidade de expansão. De maneira que, por esses negócios se localizarem em sua maioria nesses países será neles que ficará a maior parte deste dinheiro, ocorrendo uma distribuição de renda. Desse modo, uma porcentagem desse dinheiro que é paga pelos países ricos será repassada ao trabalhador, sendo esta uma forma de se buscar uma solução equitativa para que o dinheiro virtual gere bons empregos reais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DEU A LOUCA NOS JOVENS: UMA ANÁLISE POLÍTICA DO DIREITO À MANIFESTAÇÃO FRENTE AOS DEVERES SOCIAIS

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Luize Araújo Coutinho: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN
Cláudia Rayanne Miranda Bernardo: Discente do Curso de Direito (matutino) da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN
Marco Aurelio de Medeiros Jordao
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Revolução Francesa de 1879 é certamente um marco dos movimentos de contestação. Foi nela que os cidadãos pela primeira vez efetivamente obtiveram mudanças sociais e econômicas por meio de uma revolução popular. No decorrer das décadas foram observados inúmeros movimentos em busca de mudanças sociais, como por exemplo, Maio de 68 na França ou o Movimento Hippie “Flower Power” na década de 70 nos EUA. Nesse contexto, podemos incluir os movimentos atuais, “Primavera Árabe”, revoluções juvenis no Chile, Espanha, entre outros; dentro desta luta histórica contra uma sociedade vista como opressora. Dentro do panorama descrito, os movimentos em Totenham, na Inglaterra, surgem em destaque pelo largo emprego da violência em ambos os lados, jovens e polícia, e pela ampla divulgação midiática. Com base no exposto acima, este trabalho objetiva uma análise dos movimentos de contestação atuais, com enfoque nos movimentos na Inglaterra, tentando entendê-los por um viés político.

(METODOLOGIA) O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica feita com base nos teóricos especializados em filosofia política, em especial Norberto Bobbio, em sua obra “A era dos direitos”. Além disso, foi feita uma pesquisa documental com informações da mídia especializada sobre os tumultos em Totenham, Londres/Inglaterra.

(RESULTADOS) O estopim da revolta popular ocorreu no dia 05 de Agosto de 2011 quando um homem foi morto pela polícia londrina. Tal momento foi filmado e não demorou para que este vídeo fosse divulgado na internet, causando indignação nas mídias sociais. A população reagiu com manifestações, algumas até consideradas violentas, tendo a primeira eclodido na madrugada do sábado (06.08). Eles protestavam por melhores condições socioeconômicas, entre as alegações estavam a falta de emprego, um tratamento truculento por parte da polícia e os cortes de políticas sociais realizados pelo governo. Em contrapartida, o governo reprimiu veementemente as manifestações, realizando uma “caçada” aos seus participantes, tendo inclusive convocado diversos magistrados para realizar julgamentos rápidos dos acusados. Além disso, foram cortados os benefícios sociais que eram concedidos aos manifestantes e seus familiares, que em sua maioria não tinham participação nos protestos. Tais movimentos seriam legítimos sobre uma ótica do Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau, no qual a origem da sociedade seria um acordo das vontades individuais para viverem em relativa harmonia sobre a égide de um Estado que traria bem-estar aos indivíduos. Os protestos em Totenham seriam uma resposta à quebra do Contrato Social pelo Estado; onde ao falhar em oferecer bem-estar aos seus cidadãos, ensejaria que ele se rebelassem contra este Estado.

(CONCLUSÃO) Este movimento só foi possível pela mudança do que Bobbio chama de uma concepção orgânica, nela o indivíduo é sujeito de deveres em relação a este Estado; para uma concepção individualista, na qual o indivíduo é antes sujeito de direitos, frente a este Estado, sendo esta visão a adotada em um governo democrático. Historicamente, o Art. 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 seria a consagração desta concepção. Filosoficamente, tal mudança é demonstrada pela doutrina do Contrato Social de Rousseau. Assim, o que se percebe é que as reações de criminalização dos protestos em Totenham, tanto do Estado, como da opinião pública, são na verdade um resquício da concepção orgânica.

A NOÇÃO DE JUSTIÇA PARA EPICURO.

Autor(es):

Tiago Fernandes Freire: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN
Larissa Danielle de Andrade Santos: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Antes, porém, é importante ter em mente que para eles todas as ações humanas visam eliminar ou pelo menos amenizar a dor e encontrar o prazer. O que irá possibilitar a chegar a ataraxia (imperturbabilidade da alma) e a eudaimonia (felicidade).Tendo em vista que todas as ações humanas convergem para a eliminação do temor e do sofrimento A noção de Justiça de epicuro onde a justiça é um acordo "nem para prejudicar,nem ser prejudicado", deu origem para o complexo sistema de obrigações legais,contratuais e consensual que definem o nosso conceito de justiça e iremos mostra isso na apresentação.

(METODOLOGIA) O método de pesquisa utilizado pelo grupo será o de mult meios, como estratégia para fazermos um estudo desse assunto. Através de todos os meios que temos disponíveis como os Livros e a internet afim de encontrar os elementos que compõe o pensamento do filósofo sobre o tema e ampliar o material que nos permite melhor conhecê-lo, e assim possamos passar todo o conteúdo de uma forma clara e objetiva para os participantes do Conic. A justificativa da escolha de tais métodos é a necessidade de uma ampliação de conhecimentos por diversos meios que temos disponíveis e nem sempre usamos todos esses meios e como uma forma do grupo interagir cada vez mais através de debates onde não só iremos analisar somente o que nos foi dado em sala de aula e nos mult meios como também colocaremos as nossas opiniões nos nossos debates, somando.

(RESULTADOS) Temos como resultado mostra que a justiça é um pacto entre a coletividade,que anseia nem prejudicar nem ser prejudicado,entendendo o homem justo como um ser tranqüilo, sereno e equilibrado, que não causa problemas nem gera o ódio nas outras pessoas e que se contrapõe com o injusto que é um ser perturbado e desequilibrado, pelo medo constante de ser pego e punido, ou de ser excluído pelo grupo social a que pertence, tudo isto por causa de ter violado algumas regras do pacto social no qual esta inserido. Mostraremos que para os epicuristas, a justiça só existem nas relações sociais,não existe por si e em si.Entendem que ela é útil para a sociedade e que pode causar injustiça.pois não se aplica de modo igual para todos,e algumas vezes o que é justo para um povo, pode ser injusto para outro,e vice e versa. Portanto procuramos expor os conceitos epicuros acerca da justiça,relacionando-a com a busca do prazer prudente por eles empreendida.

(CONCLUSÃO) Conclui-se pois que a doutrina filosófica fundada por Epicuro,situa-se no período histórico do Helenismo,momento em que houve a fusão da cultura grega com a oriental e onde ocorreu uma série de transformações tais como:a pessoa deixa de ser cidadão para tornar-se súdito e o surgimento de uma visão cosmopolita.Tomando estas metamorfoses,percebemos quais as influências sofridas por Epicuro na construção do seu pensamento no que concerne a justiça e as similaridades com os acontecimentos corriqueiros.A partir daí,buscaremos esclarecer o pensamento do filósofo e demonstrá-lo através de exemplos atuais. Pode se perceber pelas pesquisas realizadas,que a justiça varia de lugar para lugar,onde o que é injusto para um povo pode ser o justo para o outro

AS RECENTES REFORMAS DO CÓDIGO PENAL E SEUS EFEITOS NO SISTEMA PRISIONAL

Autor(es):

Doralice Tavares Figueiredo: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

Carlos Thompson Costa Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As mudanças explicitadas no texto foram harmonicamente reformuladas no intuito de acelerar o processo, claro que, considerando e respeitando o princípio constitucional da celeridade processual. O intuito do legislador é resolver a lide em apenas uma audiência, implicando assim em, definitivamente haver eficácia e capacitação dos profissionais do direito.

(METODOLOGIA) A recente lei nº 11.719/08 e 11.690/08, que modificou os artigos 63, 257, 265, 362, 363, 383, 384, 387, 394 a 405 e 531 a 538 do código de processo penal, perpetuou esse diploma legal. Consequentemente, dentre as mudanças, podemos mencionar que torna-se facultativo ao juiz criminal fixar a indenização devida à própria sentença penal condenatória, o ato processual pode ser adiado na ausência do defensor, se justificada previamente, caso o réu não seja encontrado, e não se configure a hipótese de citação por hora certa, será aplicado o artigo 366 do código de processo penal, que continua em vigor sem qualquer alteração, a partir de agora, o juiz poderá, ao alterar a capitulação do delito imputado ao réu, valer-se do instituto da suspensão condicional do processo, a partir de agora, quando houver a descoberta de novos fatos ao longo da instrução criminal, que alterar a definição jurídica dos eventos constantes da denúncia a iniciativa da peça preambular acusatória, caberá exclusivamente ao órgão ministerial, proferida sentença condenatória recorrível por parte do juiz, deverá o mesmo se manifestar a cerca da prisão do réu condenado, o procedimento sumário será cabível, apenas, para o processamento e julgamento dos crimes cuja pena máxima for igual a três anos, a defesa preliminar deverá ser apresentada antes da superaudiência, o julgamento antecipado da lide com o fim à absolvição sumária, aceleração do processo através de audiências de instrução, conhecidas como: "sumarizado", a produção de novas diligências somente se dará quando a sua necessidade de produção derivar de um fato constatado na própria audiência.

(RESULTADOS) As mudanças explicitadas no texto foram harmonicamente reformuladas no intuito de acelerar o processo, claro que, considerando e respeitando o princípio constitucional da celeridade processual. O intuito do legislador é resolver a lide em apenas uma audiência, implicando assim em, definitivamente haver eficácia e capacitação dos profissionais do direito.

(CONCLUSÃO) As mudanças explicitadas no texto foram harmonicamente reformuladas no intuito de acelerar o processo, claro que, considerando e respeitando o princípio constitucional da celeridade processual. O intuito do legislador é resolver a lide em apenas uma audiência, implicando assim em, definitivamente haver eficácia e capacitação dos profissionais do direito.

O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E SUAS INTERPRETAÇÕES JURISPRUDENCIAIS

Autor(es):

Marcelo Cavalcanti de Carvalho: Discente do Curso de Direito (noturno) da FARN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

Paulo Renato Guedes Bezerra

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O princípio da isonomia consiste em tratar de forma desigual os desiguais na medida de sua desigualdade para que assim, de fato, se chegue à igualdade. Busca-se a igualdade material e não apenas formal. É tratado por muitos como sinônimo do princípio da igualdade, mas, embora similares e oriundos da mesma fonte constitucional, com este não deve ser confundido. O princípio da isonomia vai além do tratamento igualitário das partes, permitindo e até determinando que as pessoas (como as partes processuais) sejam tratadas de forma desigual, para que desta forma se chegue à igualdade. Fácil perceber a importância deste princípio ao se pensar em processos que versem sobre direito do consumidor e trabalhista, nos quais as partes processuais visivelmente são díspares e, uma vez tratadas de forma igualitária, permanecerá sempre uma parte em superioridade à outra e o equilíbrio processual não ocorrerá. Por serem fontes basilares para qualquer ramo do direito, o estudo dos princípios é de suma importância para a ciência jurídica, especialmente para o direito processual. Um dos princípios mais aclamados pela jurisprudência pátria é o princípio da isonomia, por isso se faz imprescindível conhecê-lo. Magistrados, por vezes, fundamentam decisões e posicionamentos totalmente diferentes no mesmo princípio, merecendo atenção o estudo deste mirando a nossa jurisprudência. Objetiva-se conhecer o princípio da isonomia e suas principais faces, bem como analisar a sua utilização pela jurisprudência brasileira.

(METODOLOGIA) Utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, consubstanciando-se através breve análise de dispositivos legais, de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, através dos sites dos tribunais, no período de 15 a 22 de outubro de 2011.

(RESULTADOS) Após a pesquisa sobre o princípio, constataram-se duas principais faces da isonomia, uma como “igualdade de todos perante a lei” e outra como o “princípio da isonomia processual”. Ao aplicar o princípio da isonomia cada magistrado fez uso de sua bagagem axiológica, moldando o princípio conforme entendeu conveniente, posto que tal princípio apresenta alto grau de abstração, o que permite inúmeras interpretações, até mesmo diametralmente opostas.

(CONCLUSÃO) Inquestionável o uso corrente do princípio da isonomia em nosso ordenamento jurídico. Basta operar o site de qualquer tribunal, como o do Superior Tribunal de Justiça, para que, em breve consulta jurisprudencial, se depare com inúmeros processos cujas decisões versam sobre este importante princípio. Em pesquisa simples, este princípio é encontrado em 2173 acórdãos, mais de 40 mil decisões monocráticas e 43 informativos de jurisprudência. É possível encontrar decisões com delineamentos exatamente opostos, fundamentadas no mesmo princípio, como no caso da aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal (aproveitando determinada situação aos co-réus) ou no caso de aplicação da lei maria da penha à vítima que não seja mulher (recentemente houve decisão deferindo tal aplicação a um transexual em Goiânia). No geral, percebe-se que menos díspares quanto à utilização do princípio da isonomia foram as decisões de processual civil encontradas, embora também ocorram, como nos casos de direito civilista (familiar), em que algumas decisões afirmam a impossibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo e outras decisões afirmam a possibilidade de tal casamento, ambas fundamentadas no mesmo princípio da isonomia, alterando apenas o seu enfoque. Para pôr fim a isto, o Supremo Tribunal Federal proferirá decisão em poucos dias, já tendo se manifestado sobre a igualdade de direitos decorrentes da união estável heteroafetiva em relação à união estável homoafetiva. De qualquer forma, salutar a divergência jurisprudencial, pois a partir dela novos estudos surgem, novos pensamentos eclodem e mais contundentes e justas passam a ser as decisões, fruto da dialética e de uma maior gestação mental, apresentando-se as decisões judiciais como fonte evolutiva do direito, acompanhando as modificações sociais.

INFORMÁTICA

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIIS

XI

2011

CONIC

Congresso de
Iniciação Científica
da FARN

**“A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E
O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE”**

27 a 29 de Outubro



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

CRIMES VIRTUAIS NO BRASIL

Autor(es):

Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Lays Dantas de Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Robson Costa do Nascimento: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o desenvolvimento da tecnologia da informação e o acesso cada vez maior da população às facilidades e serviços que a mesma oferece, alguns aspectos na vida cotidiana mudaram significativamente, tais como a difusão de dados e notícias, as transações comerciais e bancárias, entre outras. A sociedade moderna já não consegue viver sem os computadores, seja no trabalho, na escola, no uso pessoal e nas suas mais variadas tarefas. Aproveitando-se do ambiente favorável que a Internet oferece, a criminalidade tem acompanhado este desenvolvimento e ampliado a tecnologia para o proveito criminal. A justiça por sua vez, tenta muitas vezes sem sucesso seguir esta evolução, discutindo e apresentando leis que coíbam os ilícitos, encontrando dificuldades em muitos aspectos legais. O objetivo é mostrar quais os crimes mais comuns praticados na internet.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada com visitas a sites como também leituras de artigos acadêmicos de estudantes de algumas Universidades Brasileiras.

(RESULTADOS) Dos crimes praticados na internet, os associados à xenofobia foram os que mais cresceram no segundo semestre de 2008. Levantamento feito pela ONG SaferNet e divulgado naquele ano, constatou um aumento de 238,7% em infrações cometidas em toda a web, em análise comparativa ao primeiro semestre do mesmo ano. Ainda segundo a ONG, os crimes que apresentaram maior crescimento foram os de racismo (167,2%), homofobia (131,4%) e pornografia infantil (62%). Os números foram obtidos por meio de denúncias de usuários do site à ONG. De acordo com Thiago de Oliveira, presidente da SaferNet no Brasil, foram registrados os nomes de oito mil pessoas que cometeram crimes na internet. Deles, segundo Oliveira, um número pequeno é punido ou notificado pelas autoridades competentes. O que contesta o especialista em crimes digitais e professor de direito eletrônico da Escola Paulista de Direito (EPD), Renato Ópice Blum. "Só no Brasil, já foram proferidas 17 mil decisões judiciais relacionadas a crimes na internet. Mais do que o dobro de países como Finlândia, Itália, Dinamarca ou Suécia juntos, que devem totalizar 8 mil decisões." Ainda segundo o advogado, apesar de não haver um código de lei que norteie os crimes cometidos na web, os infratores podem ser julgados por calúnia, injúria e difamação. "Alguém que ofende uma pessoa no Orkut, dependendo do teor da ofensa, pode pegar até dois anos de prisão", explicou Blum. "Por não saber que podem ser punidos, os internautas não se intimidam na internet, o que pode ser um grande erro", alertou. Quanto aos crimes de pedofilia, Blum lembrou que no ano passado foi aprovado no Congresso um pacote de medidas que prevê até 8 anos de reclusão a pessoas que armazenam, transmitem ou utilizam materiais pornográficos com a presença de crianças. "É um crime como todos os outros e que vem sendo combatido cada vez mais". Segundo dados da SaferNet, de janeiro a outubro de 2008, foram recebidos pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos 47.711 denúncias de pedofilia na web, das quais aproximadamente 90% são referentes a conteúdos publicados no Orkut.

(CONCLUSÃO) Concluimos, portanto, que o Brasil está atrasado no aspecto jurídico e em crescente progresso na criminalidade informática. O combate á esses crimes depende de medidas futuras de todos os países. Depende de conceitos amplos. Depende de definições sobre competência e jurisdição. Apesar da nossa legislação ser uma das mais completas do mundo, ela ainda apresenta falhas, já que não regulamenta uma questão tão importante como os crimes praticados através da internet, tendo muitas vezes que apelar para a jurisprudência e aplicar o Direito Penal para que se faça justiça, isso quando se consegue, já que na maioria das vezes a impunidade impera pela falta de uma legislação específica.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

A CARÊNCIA DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS: PARALELAS AO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO FARN

Autor(es):

Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Lays Dantas de Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Robson Costa do Nascimento: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a crescente exigência do mercado de trabalho, principalmente nas áreas de “Análise e Desenvolvimento de Sistemas”, surge uma grande necessidade de profissionais não só formados, mas competentes para desenvolver tais atividades. Esta pesquisa foi realizada com intuito de mostrar o quanto é importante o aluno do curso de Sistemas de Informação, está inserido em atividades que complementem a sua vida acadêmica. Quanto dos alunos do curso de Sistemas de Informação estão inseridos nas atividades práticas complementárias.

(METODOLOGIA) Este trabalho desenvolveu uma pesquisa quantitativa, realizando uma pesquisa dividida em duas etapas. Na primeira, foi realizando um levantamento das atividades auxiliares oferecidas pelo curso de Sistemas de Informação da FARN. Para tanto, foi feito entrevistas com um questionário estruturado, junto à coordenação do curso. Enquanto a segunda, teve como base a inferência estatística, onde o principal objetivo era estimar a proporção de alunos, que participam dessas atividades complementares ao curso. Foi utilizado um questionário autoexplicativo, onde cada aluno respondia o seu, e a técnica de amostragem por conglomerado por ser a mais indicada nesta situação. Todos os dados foram tabulados, criticados e analisados utilizando o software Microsoft Excel.

(RESULTADOS) De acordo com os dados obtidos, verificou-se que existe na faculdade atualmente duas atividades sendo desenvolvidas em paralelo ao curso de Sistemas de informação: O Projeto Clínicas Integradas e as Técnicas de Modelagem 3D-“Blender”. Outro fato a ser considerado é que menos de 20% dos alunos participam das atividades complementares, desenvolvidas pelo curso de Sistemas de Informação. No projeto de Análise e Desenvolvimento Sistemas: “Clínicas integradas” Coordenados pelos professores: Rômulo Fagundes Catanhede, Alexandre Damasceno, Ricardo Wendell e Joseane Pinheiro, o projeto surgiu em agosto 2010 e conta hoje com 23 envolvidos dentre os quais professores e alunos da instituição, as atividades são desenvolvidas aos sábados alternados. O projeto tem como objetivo fortalecer o nível de aprendizado dos alunos e professores, de forma a vivenciar na prática um cenário da vida real de um profissional da área de Sistemas de Informação. As tecnologias utilizadas são: plataforma Java EE, JSF, JSP, Hibernate, Bancos de Dados (postgres), servidor (Apache Tomcat), plugins (SVN). Já as Técnicas de Modelagem 3D, comandado pelo professor Luiz Gonzaga Damasceno, visa o desenvolvimento de habilidades em criação de design gráficos, utilizando a plataforma de desenvolvimento 3D “Blender”, hoje o projeto conta com 15 envolvidos, as atividades são desenvolvidas também aos sábados. Além das atividades citadas acima a participação dos alunos em estágios e trabalho na área, também conta com uma atividade complementar ao curso, hoje 74% dos alunos BSI-FARN, ou trabalham ou fazem estágios na área de Sistemas de Informação.

(CONCLUSÃO) Portanto constatou-se que os projetos beneficiam a faculdade tanto no âmbito da melhoria da qualidade do ensino como também garantindo o seu fortalecimento tecnológico, pois as atividades desenvolvidas têm como objetivo beneficiar a própria faculdade. Os dados levantados sobre os projetos desenvolvidos pela FARN, levam as seguintes conclusões: que as atividades citadas pode contribui para uma excelência do curso de Sistemas de Informação esta fortemente ligado a estes projetos. Uma sugestão seria aumentar o número de áreas oferecidas, como por exemplo na área de Redes de Computadores, já que já existe as atividades de Desenvolvimento de Sistemas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

A UTILIZAÇÃO DO IMC (INTELLIGENT MANAGEMENT CENTER) NO GERENCIAMENTO DE REDES CORPORATIVAS

Autor(es):

Fausto Batista da Cunha Filho: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A necessidade de se manter disponível aos usuários o mais próximo de 100% do tempo, cria uma grande responsabilidade aos ombros dos administradores e gerentes de redes de computadores. Estes profissionais vêm sendo exigidos cada vez mais, uma vez que a heterogeneidade de equipamentos e serviços produz uma grande quantidade de informações que devem ser analisadas e interpretadas por estes, a fim de evitar, ou ao menos minimizar os problemas que venham a ocorrer, além de garantir uma maior eficiência e transparência dos serviços da rede para os usuários e clientes. Com toda esta responsabilidade é preciso realizar o controle de equipamentos em uma rede de computadores da forma mais simples e prática possível. Para auxiliar o administrador de redes, existem ferramentas que ajudam a detectar os problemas quando eles ocorrem, ou, antes mesmo deles ocorrerem. A proposta deste trabalho é analisar a importância das ferramentas de Gerência de Redes para auxiliar a sua administração, apresentando as principais funcionalidades e vantagens.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizou-se a ferramenta IMC (Intelligent Management Center) da 3COM. Instalou-se a ferramenta em um ambiente corporativo, tendo como objetivo efetuar uma avaliação prática de maneira real de seus recursos, analisando as facilidades que sua interface gráfica pode proporcionar, assim como seu desempenho em uma rede de médio porte, com uma faixa média de 120 hosts, entre computadores, switches gerenciáveis, servidores e impressoras de rede.

(RESULTADOS) Com a implantação do sistema de Gerenciamento Inteligente de Redes, o IMC, permitiu-se cadastrar todos os equipamentos e serviços que possuem um número de IP (Internet Protocol) e que compõe o Parque de Tecnologia da Informação. Foi possível cadastrar informações dos equipamentos como: tipo, nome, IP e Sistema Operacional de cada equipamento, além de permitir monitorar de forma contínua estes dispositivos, exibindo em tempo real o status de cada um. Este gerenciamento proporciona uma maior eficiência na solução de problemas e falhas nos componentes da rede. Esta eficiência gera maior velocidade na atuação dos profissionais responsáveis pela gerência e manutenção da estrutura de informática da SEMARH. Com o sistema de monitoramento, é possível manter um histórico de cada equipamento, sabendo quando apresentou problemas, ou quando foi ligado e desligado por exemplo.

(CONCLUSÃO) Apesar de não possuir, em quantidade satisfatória, material de referência sobre o software IMC, sua interface intuitiva, permite que sua configuração seja realizada de forma descomplicada. Com a configuração realizada, sua operação proporcionou agilidade à gerência dos equipamentos e serviços da rede. Com a exibição do status, em tempo real, de cada equipamento, permitiu à equipe de informática se antecipar aos problemas decorrentes das falhas e erros apresentados pelos dispositivos e serviços que compõe a rede, seja com a manutenção, correção do erro, ou pela substituição do dispositivo, possibilitando uma maior transparência para seus usuários e clientes.

INK2CANVAS - CONVERTENDO SVG EM HTML5 NO INKSCAPE

Autor(es):

Karlisson de Macedo Bezerra: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN
Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo desse trabalho é desenvolver a Ink2canvas, uma extensão para o software de ilustração vetorial Inkscape que provê a funcionalidade de conversão do formato de arquivo SVG (Scalable Vector Graphics) para código HTML5. A tag Canvas do novo padrão HTML5 possibilita criar ilustrações e animações diretamente no navegador sem a necessidade de plugins adicionais. O SVG é adequado para simulações de designs de aplicativos e ilustrações estáticas, enquanto o Canvas é recomendado para jogos e aplicações em tempo real. Apesar de ser possível criar animações em SVG com Javascript, o Canvas apresenta uma melhor performance para animações mais complexas. O SVG, porém, possui a vantagem de prover acessibilidade por ser um arquivo em texto puro e legível. Softwares de ilustração vetorial como Adobe Flash e Adobe Illustrator já possuem o recurso de converter seus formatos próprios para o HTML5. O Inkscape, por ser um projeto de software livre, permite que qualquer pessoa possa contribuir com melhorias no código e novos recursos. A Ink2Canvas foi proposta como uma alternativa livre para esse recurso presente nos programas citados. Ela converte o SVG para comandos da API Javascript do Canvas. Isso facilita a criação de gráficos em HTML5 através do uso de uma ferramenta de ilustração, automatizando a criação de código, eliminando a necessidade de desenvolvê-lo diretamente.

(METODOLOGIA) A extensão foi desenvolvida a partir de pesquisa em livros técnicos sobre os formatos HTML5 e SVG, além de portais como o da Mozilla e o wiki do Inkscape. Foram estudados detalhes do funcionamento do HTML5 em relação à renderização dinâmica de gráficos através da tag Canvas e da API Javascript. Foi realizado também um estudo comparativo entre os dois formatos para definir o esquema de conversão através do uso de bibliotecas Python para o tratamento e abstração dos dados do SVG, com o objetivo de listar as vantagens e desvantagens de cada tecnologia.

(RESULTADOS) Como resultado desse estudo, foi desenvolvida uma biblioteca orientada a objetos em Python para ler e abstrair os elementos SVG a serem convertidos, extrair e formatar os dados. Os dados são utilizados pela biblioteca para criar objetos abstratos gerar um arquivo HTML com o código Javascript. A API Canvas é composta de atributos e métodos de baixo nível, o que permite uma maior performance na execução, mas em compensação torna extremamente difícil a criação de imagens diretamente pelo código. A extensão Ink2canvas elimina essa dificuldade, extraíndo os dados vetoriais do SVG e gerando automaticamente o código para o Canvas. Ela suporta a maioria dos recursos oferecidos pelo Inkscape e continua em desenvolvimento, por ser um projeto de software livre.

(CONCLUSÃO) O HTML5 é um padrão recente e ainda em desenvolvimento, mas já oferece uma gama de recursos que podem mudar o desenvolvimento de sites, animações e jogos. O Ink2canvas comprovou sua eficiência na conversão de arquivos SVG para o formato HTML5. A complexidade do formato SVG exigiu um nível de abstração e modularidade maior do projeto para viabilizar melhor a conversão. Futuramente pode-se estender essa pesquisa para criar gráficos Canvas de forma mais fácil, além de gerar código mais organizado e reutilizável por outros projetos, facilitando a divulgação e adoção ainda maior do padrão HTML5.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

SISTEMA ACADÊMICO PARA O NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE NATAL - SANTE

Autor(es):

Denilton Silveira de Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ricardo Wendell Rodrigues da Silveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Segundo Albertin e Albertin (2005) as organizações tem procurado um uso cada vez mais intenso e amplo das Tecnologias da Informação e Comunicação-TIC, como uma poderosa ferramenta empresarial que altera as bases da competitividade e estratégias empresariais. O Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE de Natal, embora trabalhando diretamente com o uso dos recursos tecnológicos e sua aplicação na prática pedagógica das escolas da rede municipal de educação, ainda mantinha processos administrativos de gerenciamento e controle acadêmico em arquivos físicos, impressos em papel e armazenados em pastas. O Sistema Acadêmico do Núcleo de Tecnologia Educacional – SANTE, se apresenta como uma solução para esta grave limitação no âmbito do NTE de Natal.

(METODOLOGIA) Utilizou-se a metodologia Extreme Programming (XP) na análise e desenvolvimento do projeto SANTE. Extreme Programming (XP) é uma metodologia de desenvolvimento de software, nascida nos Estados Unidos ao final da década de 90. Vem fazendo sucesso em diversos países, por ajudar a criar sistemas de melhor qualidade, que são produzidos em menos tempo e de forma mais econômica que o habitual. Tais objetivos são alcançados através de um pequeno conjunto de valores, princípios e práticas, que diferem substancialmente da forma tradicional de se desenvolver software.

(RESULTADOS) Com a recente implantação do SANTE no âmbito no NTE de Natal, já podemos ver uma grande melhoria no controle e gestão, especialmente na área administrativa, do NTE, com resultados que vão desde o consumo zero de papel, com seus óbvios benefícios, até uma agilidade e eficácia muito superior às observadas com os processos anteriores.

(CONCLUSÃO) Como todo sistema, especialmente um recentemente implantado, o SANTE em sua dinâmica carece de muitas melhorias, mas os benefícios já observados nos permite dizer que acertamos na proposta. Nas palavras de uma de nossas secretárias: "Este sistema é a concretização de um sonho para nós que trabalhávamos na secretaria". Entendo que os outros envolvidos no processo ainda não assimilaram totalmente a proposta mas assim que isso acontecer os resultados ainda serão bem mais significativos, especialmente na área acadêmica.

SISTEMA DE APOIO A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Jose Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: FARN

Joseane Alves Pinheiro

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O uso de sistemas de informação nas mais diversas áreas não é novidade. Além disso, a informática, de um modo geral, vem cada vez mais sendo usada em assistência e acompanhamento de processos. Nesse sentido facilita acesso e controle de conjunto de dados, possibilitando, desse modo, planejar e estabelecer diretrizes mais acertadas, bem como economizar recursos. Acrescenta-se, ainda, a utilidade de se obter assistência e acompanhamento em determinado processo. E, é claro, diante de tais assertivas, destaca-se que o direito também utiliza da informática para melhorar suas atividades. Porém foi detectado uma carência de automação na argumentação jurídica. Assim este trabalho visa propor um sistema que simule um laboratório virtual para argumentos jurídicos, possibilitando o armazenamento, a construção e a crítica de argumentos de matéria criminal, objetivando contribuir para a qualidade da argumentação jurídica brasileira. Esclarece-se que este trabalho dá continuidade ao Plano de Trabalho PIBIC-FARN, que identificou padrões e repetições em alguns modelos de argumentação no acervo de decisões sobre matéria criminal que foi analisado no período agosto/2010 - julho/2011.

(METODOLOGIA) Para elaboração do sistema de argumentação primeiro foi estudado a forma como é elaborada a fundamentação de decisões judiciais a partir da análise de decisões de Juízos de Estado do Rio Grande do Norte, exclusivamente sentenças e acórdãos de matéria criminal. Em seguida, para delimitar regras que nortearam o modo pelo qual os argumentos jurídicos serão armazenados, construídos e/ou criticados utilizou-se da teoria argumentativa de Stephen TOULMIN; conseqüentemente foram estudados os esquemas argumentativos de Douglas WALTON para delimitar critérios específicos para aprimorar um argumento. Das ferramentas da tecnologia da informação: utiliza-se do Ruby on Rails para desenvolvimento desse sistema; do PostgreSQL para armazenamento de dados; e do Javascript e AJAX para aprimorar a relação do usuário com o sistema. Finalmente, ao sistema foram submetidos argumentos oriundos daqueles Juízos mencionados para realizar os testes de aplicabilidade e operabilidade.

(RESULTADOS) Como resultado foi obtido uma web application que atende as exigências estabelecidas inicialmente, ou de outro modo, um sistema que sem complicações: armazena, constrói e/ou critica qualquer tipo de argumento jurídico até então estudado; possibilita inserir doutrina e jurisprudência para determinado argumento; e, igualmente, possibilita o aperfeiçoamento do argumento, oferecendo questões que assistem na correção de falhas dos elementos que o constituem ou que determinam o raciocínio do usuário.

(CONCLUSÃO) Por fim, pretende-se hospedar essa solução e submetê-la aos profissionais ou estudantes do direito que trabalham na esfera penal para que, de fato, os resultados elencados anteriormente sejam verificados, bem como para que sejam apontadas necessidades de aprimoramento. Outrossim, há uma perspectiva futura de gerar e sugerir documentos jurídicos com esse sistema, considerando a facilidade de manipulação dos argumentos armazenados.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

ANÁLISE E IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA PARA GERÊNCIA DA REDE DE COMPUTADORES, UM ESTUDO DE CASO NA LIGA DE ENSINO DO RN

Autor(es):

Gebson Victo Alves Feitoza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Rômulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em um mundo cada vez mais interconectado por redes de computadores e tecnologias de alto nível, nota-se que obter uma infraestrutura segura e confiável é primordial para qualquer organização que almeja ter seus dados preservados e disponíveis. Uma rede de computadores pode estar sujeita a inúmeras ameaças. Observa-se que garantir o pleno funcionamento de uma rede, onde as tecnologias mudam em um curto espaço de tempo, associados a diversos recursos computacionais distribuídos não é uma tarefa simples, para auxiliar na administração de uma infraestrutura computacional. Na Liga de Ensino do RN foi adotado o Zabbix, que é uma ferramenta open source, onde a análise da implantação desta ferramenta será o alvo do presente artigo, tendo como objetivo o impacto da implantação do Zabbix.

(METODOLOGIA) Para a realização do artigo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, baseadas em livros artigos e publicações periódicas, para a instalação do sistema de gerenciamento de redes foi preparado um servidor, com todos os softwares necessários para o funcionamento do Zabbix. Em seguida foi instalado e configurado o Zabbix no servidor, por fim foram configuradas as funcionalidade, para auxiliar no gerenciamento da rede de computadores.

(RESULTADOS) O Zabbix depois de implantado na rede da Liga de Ensino possibilitou o monitoramento de todos os ativos de rede gerenciáveis através do protocolo de monitoramento – SNMP, uma vez configurado todos os serviços e equipamentos no Zabbix, nota-se que o mesmo, é de fundamental importância para garantir o pleno funcionamento da rede, visto, que no surgimento de um problema o mesmo, informa em tempo real, através de e-mail, onde ocorreu o problema e em qual equipamento, hora, data, o tipo do ocorrido, além da gravidade. Vale ressaltar que todas as configurações, dos ativo monitoráveis, são realizadas em sua interface WEB. Notou-se também que houve um impacto natural no desempenho dos equipamentos, pois os mesmos estão sendo consultados constantemente pelo servidor do Zabbix, para fornecerem o seu estado atual. Através do Zabbix foram criados gráficos que exibem as informações de tráfego de rede de determinado equipamento, auxiliando o administrador da rede na identificação de problemas. Foi possível elaborar um mapa onde visualiza-se o estado de cada equipamento, e onde estão localizados no parque tecnológico da Liga de Ensino, proporcionando uma ampla visão do estado da rede de computadores e se torna simples a localidade do equipamento.

(CONCLUSÃO) A implantação do Zabbix na Liga de Ensino do RN necessitou no primeiro momento um esforço para a implantação de mecanismos de gerência na infraestrutura de redes de computadores da instituição. Visto que a mesma ainda não dispunha de um sistema de tal nível, com a análise realizada no artigo, observa-se que o Zabbix foi satisfatório nas funções em que foi empregado, principalmente no monitoramento dos ativos de rede. Tornou-se útil na notificação de eventos ocorridos na rede, informando de forma pró-ativa qualquer contratempo que ocorra na disponibilidade dos equipamentos e serviços monitorados.

ESCALABILIDADE DE APLICAÇÕES UTILIZANDO BANCOS DE DADOS NOSQL

Autor(es):

Allan Albino Collier: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ricardo Wendell Rodrigues da Silveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Atualmente o crescimento para muitas empresas pode ser medido através da quantidade de seus usuários de sistemas web. Para garantir que esses sistemas estejam sempre disponíveis devem ser considerados diversos fatores, entre eles sua escalabilidade. Com o crescimento exponencial de aplicações web surge a necessidade de que os sistemas suportem cada vez mais uma carga maior de usuários e requisições, mesmo que por pequenos períodos de tempo. Quando se pensa em escalabilidade utilizando sistemas tradicionais bancos de dados relacionais esse procedimento torna-se dispendioso e trabalhoso. Como uma alternativa para o problema de escalabilidade eficiente em banco de dados relacionais existem soluções, tais como os banco de dados não-relacionais ou NoSQL.

(METODOLOGIA) A pesquisa exploratória foi usada com o objetivo de encontrar vários conceitos e fazer uma varredura em vários tipos de documentos, tais como livros, internet, etc. Também foi usado a Pesquisa Bibliográfica para elaborar a partir de materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos de periódicos, internet, citações e referências.

(RESULTADOS) Desse estudo foi verificado que para aplicações web com grande fluxo de consultas e grande carga de usuários é necessária escalabilidade para manter o sistema online atendendo satisfatoriamente a todos os usuários. Como alternativa para reduzir os custos de escalabilidade com banco de dados relacionais, foram desenvolvidas diversas alternativas, conhecidas como bancos de dados NoSQL. Estas escalam o sistema com baixos custos, mas possuem alguns problemas, como por exemplo em alguns casos a não garantia completa da integridade dos dados.

(CONCLUSÃO) Após o estudo foi constatado que tanto os bancos relacionais quanto os bancos não relacionais são extremamente úteis em seus melhores âmbitos, sendo os não relacionais melhor adaptados para escalabilidade, porém os bancos relacionais garantem a integridade dos dados seguindo o ACID (Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade).

CASO DE USO. GERENCIA INTELIGENTE DE DOCUMENTOS COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Autor(es):

Robson Costa do Nascimento: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Lays Dantas de Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O crescimento, integração e sofisticação da tecnologia da informação e comunicações estão mudando nossa sociedade e economia. Um dos principais desafios é tornar o fluxo de informações geradas eletronicamente confiável e seguro, não permitindo dessa forma que as mesmas sejam fraudadas. Neste contexto, uma tecnologia que está cada vez mais sendo implantada em órgãos governamentais e empresas é a certificação digital. Para tanto é usado a criptografia das mensagens no intuito de proteger dados para que ninguém que não seja autorizado os leia. Além de criptografar os dados, através de formulas matemáticas, as técnicas de criptografia também são usadas para garantir que os dados transmitidos não sejam modificados até chegar ao seu destino e verificar se os dados recebidos foram realmente enviados pelo emissor. Através da assinatura digital os documentos podem ser assinados digitalmente diminuindo dessa forma a possibilidade de ações fraudulentas por conta, principalmente, de falsificação da assinatura escrita. Como o sistema DocFlux da empresa Khronus Soluções aumentou a agilidade e segurança no processo?

(METODOLOGIA) Este trabalho é um estudo de caso do sistema DocFlux da empresa Khronus Soluções, onde foi analisado os fluxos da gestão de documentos entre os vários setores ao qual o mesmo é despachado, desde de sua origem, passando por todos os departamentos que compõem o fluxo exigidos para a sua resolução, objetivo ao qual o mesmo se propõe. Em um segundo momento foi analisado o processo de certificação digital utilizado no sistema que é usado tanto para o seu acesso de forma segura, quanto para garantir que os documentos que estão tramitando seja utilizado pelas pessoas e setores corretos.

(RESULTADOS) O processo se dar da seguinte maneira: o usuário, para acessar o sistema, necessita ter passado por um processo de certificação que consiste em um cadastramento em uma autoridade certificadora. Ao ser gerado o seu certificado, o mesmo recebe um "token", hardware capaz de gerar e armazenar as chaves criptográficas que irão compor os certificados digitais. Uma vez geradas estas chaves estarão totalmente protegidas, pois não será possível exportá-las ou retirá-las do token (seu hardware criptográfico), além de protegê-las de riscos como roubo ou violação. Para acessar o sistema, o usuário insere seu token no computador, acessa via browser o sistema que verifica o seu certificado e se o mesmo é válido, solicitando na sequência a sua senha pessoal. Uma vez no sistema, o usuário terá acesso somente aos documentos despachados para ele e dará seguimento ao fluxo assinado-os digitalmente. Falando mais especificamente da criptografia, são utilizadas fórmulas matemáticas para gerar chaves privadas e públicas necessárias para comprovar a autenticidade do certificado digital.

(CONCLUSÃO) Com isso, podemos comprovar a eficácia do sistema DocFlux ao que ele se propôs, tanto no tocante a agilizar o fluxo de documentos, quanto torná-los mais seguros. Nota-se que as escolhas dos processos e tecnologias usadas deu o resultado proposto. Pode-se verificar que o sistema DocFlux tornou o processo mais agil, uma vez que cada tipo de documento tem fluxo pré-definido e existe um acompanhamento do seu andamento. Verifica-se também que os processos tornara-se mais seguros com a implantação da certificação digital, tanto no acesso, quanto no despacho dos documento, garantindo que os responsáveis pelos despachos são os únicos que poderão dar andamento ao fluxo ou ter acesso a sistema.

O UTILIZAÇÃO DA COMPUTAÇÃO GRÁFICA APRESENTANDO NOVOS RECURSOS

Autor(es):

Antonio Braz Salsa Papaleo: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Luiz Gonzaga Damasceno
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Atualmente, a infra estrutura administrativa da FARN se encontra dividida em polos localizados em blocos distintos. Visando a unificação dos setores administrativos, se deu inicio a construção da reitoria da FARN, estando contida nela, os principais setores administrativos da Instituição. Sendo um novo prédio, o qual visa melhorias na hora de atender as necessidades dos alunos e funcionários, é necessário que estes tenham conhecimento dos setores nele contido. A utilização da computação gráfica pode ser uma opção viável para auxiliar na apresentação desta nova reitoria. Ela pode estar nas formas de duas ou três dimensões. Sendo em três dimensões (3D), a que mais atua nas mais diversas áreas, como por exemplo, na engenharia mecânica, desenvolvendo protótipos virtuais, ou no ramo cinematográfico, desenvolvendo animações gráficas. Um tour virtual seria feito pela reitoria em animação, e sendo assim o aluno ou funcionário não necessariamente deveria estar dentro dela para conhecê-la.

(METODOLOGIA) Utilização da ferramenta de computação gráfica 3D, o 3Ds Max, para produzir uma animação 3D da reitoria da FARN. Inicialmente, foi modelado sua estrutura seguindo fielmente suas dimensões, utilizando uma planta baixa da mesma, e um cenário meramente ilustrativo para que a estrutura não ficasse “flutuando” em um espaço virtual. Após a modelagem da estrutura e do cenário, seguiu-se a fase da texturização, na qual se relaciona com a fase de dar vida com cores e texturas nas estruturas projetadas. Então, deu-se inicio a produção da iluminação do cenário, possibilitando uma noção de profundidade e realismo, utilizando recursos de sombreado e rastros de luzes direcionados. E finalizando as etapas de desenvolvimento do ambiente, foi produzido a animação das câmeras para que possam “filmar” o cenário virtual. Com estas etapas concluídas, foi possível renderizar o cenário produzido utilizando as principais etapas de criação de uma animação. Elas consistem em processar os dados deste ambiente tridimensional produzido, e formar um produto final na forma de arquivos gráficos, sendo no formato de imagem do tipo TIFF. Este arquivos de imagens são arquivos sequenciados seguindo uma time line, para poder assim, compor animações em arquivos de vídeos no formato AVI, no caso, fazendo a utilização de um software de edição de vídeos, o Adobe After Effects, na qual é importada a sequencia de imagens e renderizado o projeto em arquivos finais de vídeo no formato escolhido previamente.

(RESULTADOS) Com a finalização das renderizações, foi produzido um produto final, composto por uma série de imagens em alta qualidade no formato TIFF e arquivos de vídeo no formato AVI, utilizando-se dois programas gráficos, o 3Ds Max para ambientes tridimensionais e o Adobe After Effects para a produção da animação através de uma sequencia de imagens de acordo com uma time line.

(CONCLUSÃO) Com o estudo de conceitos gerais de animação, não necessariamente só em animações 2D ou 3D, e conceitos de produção de animações tridimensionais, sendo utilizados estes conceitos para a modelagem, texturização, iluminação, animação de câmeras e renderização do projeto 3D, e um pouco de conceitos de edição de vídeo. Assim, observando o projeto final, rico em recursos gráficos, e observando as imagens e animações renderizados, pode-se notar como a computação gráfica estar presente como ferramenta para auxiliar em fins de demonstrações em novos projetos reais, não somente sendo eles de estruturas de concretos, podendo ser também, protótipos de qualquer área.

CONEXÃO DE PROVEDOR RÁDIO FREQUÊNCIA VS TELEFONIA MÓVEL.

Autor(es):

Luiz Carlos Barbosa de Lima: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto

Instituição de Ensino: FARN

Ytalo Rosendo do Amaral

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Atualmente vivemos em um mundo onde a comunicação é de fundamental importância na vida das pessoas. Sem a devida informação ficamos parados no tempo, e uma grande provedora de informação é a internet. Passou o tempo onde ficávamos presos a um computador de mesa (desktop) ligado a uma linha telefônica para poder ter acesso a internet. Hoje em dia podemos acessar a internet de qualquer lugar a qualquer hora, seja através de um desktop ou um telefone celular e, além disso, não precisamos mais ficar presos a fios para que essa conexão exista, podemos contar com as conexões sem fio (wi-fi), através de modems e roteadores onde conseguimos nos locomover e estar conectado ao mesmo tempo. Em cidades distantes dos centros urbanos como é o caso de São José de Mipibu/RN, a qual será objeto de estudo para este trabalho, a distribuição de internet é feito através de provedores à rádio frequência. Vendo isso as empresas de telefonia móvel também vêm apostando nesse tipo de serviço, investindo em tecnologia desde o início da década de 80 no século passado com os sistemas NMT até nas mais modernas, como por exemplo a 3G, e já em desenvolvimento a tecnologia 4G (já em uso em alguns países da Europa). Este trabalho se propõe a realizar um estudo das tecnologias de comunicações para desktops e dispositivos moveis através de conexão sem fio, disponibilizadas pelos provedores via rádio frequência e telefonia móvel na cidade acima citada.

(METODOLOGIA) Na primeira etapa deste estudo, foram estudados conceitos da comunicação sem fio e transmissão de dados pela telefonia móvel e rádio frequência. Em seguida, focando o trabalho para o seu principal objetivo que é o comparativo entre a conexão via provedores de internet por rádio frequência e telefonia móvel. Para esse comparativo foi utilizado um serviço gratuito, disponibilizado pelo site: <http://www.abeltronica.com>, onde se tem um velocímetro (responsável por medir a velocidade de conexão), que envia um arquivo com tamanho de 260Kbps para a máquina e calcula o tempo que esse arquivo leva para baixar em sua máquina (velocidade de download) e logo em seguida submeter o arquivo para o próprio site (velocidade de upload) e com isso gera um relatório com os resultados. Nessa primeira fase de testes foram utilizados 2 (dois) provedores: Cortez Online (rádio frequência) e a operadora Claro (telefonia móvel).

(RESULTADOS) Nesses testes preliminares foi verificado o tempo de conexão ativa, a transferência de dados, a velocidade de upload e de download, a velocidade proposta e a velocidade real de cada tipo de conexão, tanto na conexão de provedores por rádio frequência, como por provedores de telefonia móvel. Esses testes foram realizados em dias distintos, o primeiro dia no sábado, o segundo na segunda-feira e o terceiro na quinta feira, para se ter um melhor resultado.

(CONCLUSÃO) Concluiu-se que o provedor Cortez Online via rádio frequência é mais estável, e cumpre dentro do proposto aos clientes, quanto aos testes realizados. Já a operadora Claro, principalmente em dia útil não cumpre o proposto aos clientes. Sendo assim mediante os testes preliminares do projeto piloto do trabalho ficou verificado que a melhor opção para clientes de São José de Mipibu/RN continua sendo os provedores via rádio frequência.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

ESTUDO DE CASO DA METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE UTILIZADA NO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE DA FARN

Autor(es):

Vandson Santos de Lima: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Rômulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Analisando o cenário de produção de software, dentre os maiores problemas enfrentados por empresas de desenvolvimento de software destaca-se o aumento significativo do custo em relação ao custo inicial, a alteração de cronogramas e produtos com baixa qualidade. Para suprir tais necessidades, empresas utilizam de abordagens para o desenvolvimento de software que possam garantir uma qualidade dos seus produtos em um curto tempo. A meta deste projeto é desenvolver um estudo sobre as falhas e dificuldades existentes na metodologia utilizada para desenvolver softwares no núcleo de desenvolvimento de software da FARN. Apontando como solução a utilização de metodologias ágeis para as atividades do núcleo.

(METODOLOGIA) Está sendo utilizada a pesquisa literária, com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca das metodologias de desenvolvimento de software, apontando soluções cabíveis para o melhor funcionamento do núcleo e uma maior qualidade no produto final. Essa pesquisa é do tipo pesquisa-ação já que serão verificadas no núcleo, características referentes aos métodos utilizados para o desenvolvimento e suas etapas, tais como a análise de requisitos, levantamentos de casos de uso, distribuição de tarefas e responsabilidades dentro do núcleo e testes com validações.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos por esta pesquisa foram avaliados baseados nos itens citados no tópico anterior. Constatou-se que há uma falta de participação do cliente na priorização de itens a serem desenvolvidos. A análise de requisitos nem sempre é feita em conjunto com o cliente, o que pode ocasionar em requisitos que não atendam à suas necessidades. Há também uma falta de cumprimento dos prazos estabelecidos para cada tarefa, o que ocasiona em atrasos para a entrega do sistema. A rotatividade de membros do núcleo é relativamente alta, o que influencia no aumento dos prazos para a entrega do produto. As atividades de testes e validação ainda não foram incorporadas ao processo de desenvolvimento dos sistemas, mas é feita de forma individual por cada participante que atua na codificação.

(CONCLUSÃO) Baseado nos resultados obtidos através da análise do presente trabalho, conclui-se que o núcleo necessita reavaliar métodos utilizados atualmente, para que se possa suprir as dificuldades e necessidades encontradas na execução de suas atividades, para tanto, indica-se a implementação de uma proposta de implantação da metodologia Scrum, que tem como foco a simplicidade, software funcional no início das iterações, flexibilidade e intensa comunicação tanto internamente quanto com clientes, além de rápida reposta a mudança.

ALTA DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS UTILIZANDO POSTGRESQL

Autor(es):

Álisson Daniel Saraiva Dantas: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Rômulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Para assegurar a constante operação dos negócios da empresa é necessário garantir o funcionamento contínuo dos sistemas de informação dos quais eles dependem. Visto que os sistemas de informação se tornam indispensáveis para o funcionamento da empresa. O propósito deste trabalho é desenvolver um estudo sobre a Replicação de banco de dados, as suas vantagens e desvantagens. Como também estratégias e modelos de replicação de dados e como este método de replicação funciona no servidor de banco de dados PostgreSQL.

(METODOLOGIA) Foi utilizada pesquisa bibliográfica para este trabalho dentre eles artigos relacionados a replicação de banco de dados e exemplos práticos de replicação com um servidor de banco de dados objeto-relacional de código aberto PostgreSQL.

(RESULTADOS) Tendo como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre Replicação de Dados, tais como suas vantagens e desvantagens. Estratégias e Modelos de Replicação e o funcionamento da Replicação de dados em um servidor de banco de dados objeto-relacional de código aberto utilizado por grandes e médias empresas. PostgreSQL.

(CONCLUSÃO) Baseado nos resultados obtidos através da análise do presente trabalho, conclui-se que o uso da Replicação de dados é importante quando a empresa se faz necessário. Visto que objetivo primordial da replicação de dados é aumentar a tolerância a falhas no acesso ou na utilização do objeto replicado aumentando sua disponibilidade. Assegurando a constante operação dos negócios da empresa, principalmente se tratando de empresas que precisam estar constantemente com seus sistemas on-line e em funcionamento.

ASPECTOS DE SEGURANÇA NO E-COMMERCE

Autor(es):

Paulo Roberto Barbosa da Rocha Vianna: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a grande popularização das compras efetuadas através da internet, a preocupação com a segurança dessas transações vem crescendo cada vez mais. Segundo dados publicados pela WebShoppers e E-bit (empresas que analisam e-commerce no Brasil) o país teve um crescimento de 24% nas compras realizadas através da internet o que representa montante de R\$ 8,4 bilhões em bens de consumo.

(METODOLOGIA) Para a pesquisa parte-se de uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos de periódicos e artigos encontrados na internet, para conhecimento dos conceitos e estado da arte do assunto. Depois para uma pesquisa exploratória em sites que utilizam esses recursos.

(RESULTADOS) De acordo com pesquisa realizada pela WebShoppers 58% dos usuários não se sentem seguros para realizar compras através da internet, contra 78% no ano de 2009. A utilização de protocolos de segurança tais como SET (Secure Electronic Transaction) desenvolvida pela IBM® e do SSL (Secure Socket Layer) desenvolvido pela Netscape® podem garantir um percentual altíssimo de segurança nas transações realizadas com cartões de crédito, mas nunca teremos uma internet 100% segura. Publicações apontam que os maiores riscos estão relacionados às transações efetuadas utilizando o internet banking, por esse serviço ser constante alvo de ladrões virtuais. Recentemente a gigante dos eletrônicos, Sony, teve sua loja virtual invadida por ladrões virtuais, o comunicado oficial da empresa diz que o grupo teve acesso a informações pessoais dos usuários da PSN(Playstation Network) de mais de 77 milhões de usuários. Estima-se que a Sony teve um prejuízo de 24 bilhões de dólares.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que os usuários não se sentem seguros em usar serviços e-commerce. Em contrapartida acontece o crescimento acelerado das compras através da internet, através de empresas de todos os portes (pequeno, médio e grande). Essas empresas estão cada vez mais preocupadas com a segurança de suas transações, e por isso investem cada vez mais em segurança, minimizando os riscos e transmitindo mais confiabilidade para seus consumidores o que conseqüentemente aumenta o volume de vendas. No Brasil entretanto o problema não é segurança mas sim questões ligadas a logísticas.

SEGURANÇA EM REDES WIRELESS

Autor(es):

Rennê Paulo Freitas: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto

Instituição de Ensino: FARN

Ytalo Rosendo do Amaral

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A cada dia que passa a tecnologia sem fio vem crescendo, conquistando os ambientes corporativos, domésticos, públicos e até em transportes como carro, navios, trens e etc. As redes sem fios podem alcançar distancia cada vez maiores, por causa da sua característica de mobilidade ela torna-se muito mais atraente e necessária por suprir melhor as necessidades dos usuários, embora ainda não superem o desempenho e a segurança da rede cabeada. Hoje em dia, o mercado está apostando em novas e revolucionarias tendências tecnológicas: A comunicação por redes sem fio é uma delas, pois com aumento de dispositivo moveis na área pessoal e empresarial, uma comunicação mais ágil e livre de fios se faz necessária. Temos que entender que as redes sem fio introduzem uma serie de vulnerabilidades não existentes nas redes cabeada. Algumas dessas vulnerabilidades permitem acesso e furto de informações critica, ou mesmo algum invasor interrompa algum serviço critico de uma grande empresa, causando um grande prejuízo pessoal e corporativo. Por esses motivos devemos entender e compreender quais os riscos e quais medidas preventivas temos que tomar para usar a rede wireless com maior segurança.

(METODOLOGIA) A pesquisa bibliográfica realizada foi executada através de fontes secundárias como livros, dissertações, artigos, monografias, sites de internet. A mesma tem um caráter descritivo no enfoque de identificar as principais funcionalidades das redes wireless e as principais falhas de segurança e se possíveis apresentar soluções para se obter um ambiente de rede mais seguro.

(RESULTADOS) De acordo com os estudos realizados percebe-se que o padrão mais utilizado nas redes wireless, o 802.11b, não é capaz de proporcionar uma boa segurança. Isso por causa do seu principal protocolo de segurança, WEP, que apresenta muitas falhas de segurança, existindo padrões de segurança mais eficientes como TKIP, WPA e o WPA Enterprise que é o mais recomendável para ambientes corporativos por usar o padrão 802.i que exige a utilização de um servidor Radius para a autenticação e monitoramento se seus usuários.

Observei ainda que existem varias opções de melhoria da segurança de redes wireless, como por exemplo, mudanças no protocolo de criptografia, utilização de firewalls, utilização de redes virtuais (VPNs) que trabalham com túneis de informações de criptografados e soluções mais robustas como servidores de autenticação.

(CONCLUSÃO) As redes wireless estão se tornando a cada dia mais comuns. Utilizadas em locais de difícil acesso, ou por causa de mobilidade que oferece. Junto com as redes wireless estão às vulnerabilidades que comparadas com as redes cabeadas possuem maiores riscos. Apesar dos esforços de se proteger uma rede sem fio, utilizando chaves criptográficas cada vez mais complexas com tecnologias cada vez mais eficazes, ainda assim é possível a quebra e o acesso a rede, mais com uma boa política de segurança, os pontos críticos da rede irão diminuir bastante, dificultando o trabalho dos hackers e crackers, tornando sua rede wireless mais segura.

SISTEMA WEB PARA ACADEMIA FITNESS

Autor(es):

Fábio Rogério Galdino Bezerra: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ricardo Wendell Rodrigues da Silveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o passar do tempo e com a modernidade dos dias atuais, homens e mulheres têm procurado manter a forma. Pode-se notar que as academias de musculação estão expandindo e atraindo um número cada vez maior de adeptos. Isso ocorre porque as pessoas já tomaram conhecimento que as fórmulas consideradas milagrosas prejudicam a saúde e muitas delas não apresentam os resultados prometidos. Com a evolução das academias de musculação e o avanço tecnológico, os empresários começaram a apostar mais em aparelhos computadorizados, modernos, que complementam a exigência do mercado competitivo. Com esses avanços juntamente com a expansão desse setor, é notável a necessidade de softwares direcionados para este público-alvo. A tomada de decisão constitui uma ação que requer conhecimento técnico, lógica, dados e informação disponíveis, equacionando as alternativas possíveis. Para isso existem os Sistemas de Informação.

(METODOLOGIA) Sistemas Web é o termo utilizado para designar, de forma geral, sistemas de informática projetados para utilização através de um navegador, na internet ou em redes privadas (intranet). Trata-se de um conjunto de programas que é executado em um servidor de HTTP (Web Host). O desenvolvimento da tecnologia web está relacionando, entre outros fatores, a necessidade de simplificar a atualização e manutenção mantendo o código fonte em um mesmo local, de onde ele é acessado pelos diferentes usuários. Para o desenvolvimento desse sistema foi utilizado a linguagem PHP com o banco de dados MySQL, segue as ferramentas utilizadas: PHP Designer: é uma linguagem interpretada livre e utilizada para gerar conteúdo dinâmico na World Wide Web. HeidiSQL: é um programa para abrir, editar e criar bancos de dados do MySQL. Ele permite acesso local ou remoto por meio de login com seu nome de usuário e senha em um banco de dados existente. É possível, também, criar uma conta anônima, mas esta oferece um grau de segurança menor porque poderá ser acessada por qualquer pessoa.

(RESULTADOS) No levantamento de requisitos para criação do sistema foi entrevistado os próprios professores que juntos relataram as principais dificuldades encontradas para administrar os alunos da academia, que são: 1. Cadastro de alunos: onde foi informado que se tornava difícil a forma que estava sendo utilizada (cadastro preenchidos em papel), pois quando precisava adicionar alguma informação no cadastro do aluno sempre rasurava o cadastro feito. 2. Histórico de treinamento: ficava complicado o manuseio do histórico, por ser em papel também sem rasurava quando precisava realizar alguma modificação no histórico de treinamento do aluno. 3. Geração de relatórios: encontramos uma dificuldade na geração de relatório, os professores sempre que precisavam gerar alguma informação desde financeira até o próprio histórico dos alunos sempre encontravam muita dificuldade, pois tinham que reunir muitos papeis para gerar uma única informação. 4. Consultas: como foi citado acima eles também alegaram que uma simples consulta eles tinham que reunir muitos papeis, isso dificultava o trabalho deles.

(CONCLUSÃO) Esse trabalho foi muito válido, pois agregou diversos valores, dentre outros se podem citar a aprofundamento no conhecimento de novas técnicas na área de sistemas de informação. Na área de educação física foi utilizada dentre outros meios a experiência de conhecidos que possuem anos de experiência dentro de academias de musculação. Finalmente esse sistema foi criado a partir de uma ideia que surgiu de facilitar o dia-a-dia de uma academia, em que o professor tem que se dividir entre procurar cronogramas de alunos entre centenas de cronogramas, acompanhar e auxiliar os alunos nos exercícios, calcular o percentual de gordura de cada aluno e a formular o cronograma propriamente dito de cada aluno. Na concepção geral essa facilidade está sendo alcançada com sucesso, graças ao desenvolvimento do sistema de informação para uma academia fitness.

COMPUTAÇÃO NAS NUVENS. A VISÃO DOS ALUNOS DE BSI DA FARN

Autor(es):

Adelton Nascimento Sales: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: COMPUTAÇÃO NAS NUVENS A Computação nas nuvens é um assunto ainda um tanto nebuloso: Um modelo de TI? Um modelo de negócios? Uma tecnologia? Mas afinal, o que é e para que serve a Computação nas nuvens?

(METODOLOGIA) 2. METODOLOGIA A realização deste estudo se dará por meio de uma pesquisa bibliográfica, a qual será realizada na biblioteca da FARN, bibliotecas on-line de outras universidades e consultas a artigos que versam sobre o tema Computação nas Nuvens. Também faz parte da metodologia utilizada neste estudo a aplicação de questionários junto aos alunos do curso de BSI da FARN.

(RESULTADOS) Partindo do conceito, para caracterizar o perfil de mudança tecnológica, buscou-se conhecer o modo como ela foi realizada, através dos elementos de pressão, dos fatores condicionantes, e das ações de inovação para a mudança tecnológica. A tabulação e análise dos dados como um todo mostrou o seguinte perfil tecnológico dos alunos(as) do Curso de BSI da FARN:

(CONCLUSÃO) 4. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DO PROBLEMA DE PESQUISA Muitos dos alunos entrevistados se mostraram extremamente satisfeitos com a qualidade da pesquisa e, em consequência, com a experiência vivida no local da entrevista. Podemos afirmar que, o trabalho de busca constante no aperfeiçoamento da área tecnológica e, em computação nas nuvens, a qual vem ao longo dos anos empreendendo cada vez mais, foi de inteira gratificação, pois, pôde se perceber as mudanças e melhorias na área.

COMPUTAÇÃO NAS NUUVENS: A VISÃO DOS ALUNOS DE BSI DA FARN

Autor(es):

Kandell Alberto Andrade de Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Joel Sotero da Cunha: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Adeilton Nascimento Sales: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Vitor Eduardo Saraiva Coelho: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Computação nas nuvens é um assunto ainda um tanto nebuloso: Um modelo de TI? Um modelo de negócios? Uma tecnologia? Mas afinal, o que é e para quê serve a Computação nas nuvens?

(METODOLOGIA) A realização deste estudo se dará por meio de uma pesquisa bibliográfica, a qual será realizada na biblioteca da FARN, bibliotecas on-line de outras universidades e consultas a artigos que versam sobre o tema Computação nas Nuvens. Também faz parte da metodologia utilizada neste estudo a aplicação de questionários junto aos alunos do curso de BSI da FARN.

(RESULTADOS) Partindo do conceito, para caracterizar o perfil de mudança tecnológica, buscou-se conhecer o modo como ela foi realizada, através dos elementos de pressão, dos fatores condicionantes, e das ações de inovação para a mudança tecnológica.

(CONCLUSÃO) Muitos dos alunos entrevistados se mostraram extremamente satisfeitos com a qualidade da pesquisa e, em consequência, com a experiência vivida no local da entrevista. Podemos afirmar que, o trabalho de busca constante no aperfeiçoamento da área tecnológica e, em computação nas nuvens, a qual vem ao longo dos anos empreendendo cada vez mais, foi de inteira gratificação, pois, pôde se perceber as mudanças e melhorias na área. O que mais chamou a atenção no término do questionário, foi o fato de que, geralmente os alunos da área tecnológica têm alguma percepção em relação a computação nas nuvens e, com os respectivos estudos abordados, eles poderiam converter essa percepção ora adormecida, em um número quantitativo no aumento de conhecimentos.

ESTUDO DE CASO DA SURVEYMONKEY

Autor(es):

Vilmondes Eracton de Queiroz: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Rômulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Um Survey é um sistemático método de coleta de informações a partir de (uma amostra) entidades com o propósito de construir dados quantitativos dos atributos de uma grande população, no qual as entidades são membros desta população. A palavra “sistemático” é importante para distinguir surveys de outras formas de coleta de informação. O termo “amostra” aparece em destaque porque em alguns momentos surveys tentam medir uma população inteira, e outras vezes apenas uma amostra (Robert Groves et al., 2009). A survey é apropriada como método de pesquisa quando: se deseja responder questões do tipo “o que?”, “por que?”, “como?” e “quando?”, ou seja, quando o foco de interesse é sobre “o que está acontecendo” ou “como e por que isso está acontecendo” (Jean Mascarola et al., 2000). Esse estudo tem como objetivo fazer um estudo da ferramenta online SurveyMonkey mediante ao que uma solução survey deve se propor a fazer.

(METODOLOGIA) Comparativo entre a proposta de solução survey da SurveyMonkey com os modelos genéricos de ferramentas de levantamento online.

(RESULTADOS) Foi observado que além de ser uma solução fácil de se utilizar, é também bastante poderosa, podendo atender a variadas necessidades. A versão gratuita permite ser realizado até 10 perguntas por questionário e 100 respostas por cada. É possível fazer a coleta dos dados via e-mail, twitter, compartilhando através do Facebook ou disponibilizando um link dentro de um site. Foi percebido também que a ferramenta conta com várias opções de análise estatística dos relatórios, como filtragem, tabulação cruzada e diversos tipos de gráficos e diagramas, além de ter versão em diversos idiomas (contendo o português), versão PDF imprimível e suporte 24h por dia. Fazendo uma análise e lendo alguns depoimentos sobre outras ferramentas populares como Zoomerang e QuestionPro, percebe-se que as funcionalidades são muito semelhantes, onde o grande diferencial do SurveyMonkey é a versão paga que é mais barata, possuir uma versão em português disponível e sua facilidade de uso. O Facebook, Roche e Samsung são exemplos de empresas que utilizam/utilizaram o SurveyMonkey.

(CONCLUSÃO) O SurveyMonkey, pelo levantamento realizado, oferece uma vasta quantidade de funcionalidades que suprem as necessidades de pequenas e grandes empresas dependendo do plano escolhido, além de ser uma solução muito fácil de ser usada, e com um bom custo benefício, já que todas as funcionalidades para se fazer um levantamento de pesquisa estão agregadas em uma ferramenta de fácil utilização focando necessidades distintas e, para quem necessita de módulos mais robustos, sua versão paga mais utilizada custa R\$ 49,90 mensal.

CONTRIBUIÇÕES DO APRENDIZADO DE INFORMÁTICA PARA TERCEIRA IDADE

Autor(es):

Eder Brendo da Silva Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Luiz Felipe Varela Lima de Gois: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Tiago Targino de Sousa: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Evandson da Costa Maranhao: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Valdenilson Lopes Gomes: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN
Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Devido ao crescimento da população idosa no Brasil e o avanço pertinente das tecnologias de informação, boa parte dessas pessoas estão tendo dificuldades em se habituar a esse novo mundo totalmente tecnológico. A utilização das tecnologias de informação pelos os idosos proporciona vários aspectos positivos como o melhor desenvolvimento da memória, a tomada de decisões, além de desenvolver um melhor raciocínio lógico. Dessa forma há a necessidade de inserir os idosos nesse novo mundo transformando-o em um cidadão crítico e globalizado. O projeto Bem Viver, vinculado a Clínicas Integradas da FARN, promove o encontro com Idosos e trabalha conteúdo de saúde e também Informática. Tornando possível a interação entre o idoso e o computador, sugerindo também soluções que facilitem o uso das principais ferramentas tecnológicas. Este trabalho fez levantamento com os idosos do projeto que frequentam as aulas de informática para saber como eles se envolvem com a tecnologia, e qual as atenções especiais que eles precisam.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo foram observados idosos que frequentam as aulas de informática do projeto. Buscou-se analisar como esses se relacionam com o computador. Foram lidos alguns artigos sobre como é a interação dos mesmos com a máquina e quais os benefícios desse uso. Com base nos estudos, algumas estratégias didáticas foram adotadas.

(RESULTADOS) A pesquisa foi realizada com 10 idosos, onde foram observadas algumas dificuldades durante o aprendizado que está relacionado à memória, à limitação visual e principalmente à falta de coordenação motora. Durante todo o curso foram utilizados vários métodos pedagógicos como palavras cruzadas, quebra-cabeças e jogos de memória para melhorar a capacidade de raciocínio. Os participantes do projeto relataram que houve um melhoramento na sua vida social de modo a aumentar sua autoestima, pois nessa idade isso se torna um fator importante em sua vida. Os resultados obtidos no projeto Bem Viver mostram o quanto é importante se trabalhar dinâmicas em grupo com essas pessoas, deixando-as mais felizes e comunicativas. Durante o projeto foi observado em alguns idosos o melhoramento da coordenação motora, por consequência também houve um melhor domínio do mouse, que era uma das grandes dificuldades encontradas por eles. Os idosos em contato com a internet foram postos a realizar várias tarefas como a criação de um correio eletrônico, onde poderiam se comunicar com seus familiares que residem em outro Estado e fizeram o uso de jogos de memória, onde desenvolveram seu raciocínio lógico.

(CONCLUSÃO) Com os resultados obtidos durante o projeto concluímos que boa parte dos idosos começou a utilizar o computador devido a sua família já utilizar essa tecnologia. Essa ferramenta proporcionou a eles uma possibilidade de fazer novas amizades assim como a realização de novas atividades de lazer. Observou-se que a ferramenta pelo qual eles tinham mais interesse era o e-mail, pois era nele que poderiam se comunicar com seus parentes e amigos. De uma forma geral, os resultados adquiridos mostram que, mesmo com um grande medo de manuseio do computador, há nessas pessoas uma grande vontade de aprender.

COMPUTAÇÃO NAS NUVENS NO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO BRASILEIRO

Autor(es):

Emmanoel Carlos da Cunha: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Cada vez mais, empresas estão investindo em novas tecnologias para auxiliarem nos trabalhos desenvolvidos e na diminuição de custos e aumento de produtividade. Novas ferramentas estão disponíveis para otimizar o aproveitamento das práticas empresariais que antes eram difíceis de serem realizadas rapidamente sem os recursos que surgiram com a Internet. Uma dessas ferramentas que, apesar de não ser um conceito novo, está em evidência no momento é a computação nas nuvens. Nesta tecnologia, as ferramentas de trabalho, bem como outros auxiliares de trabalho ficam todos armazenados e sendo processados em servidores ao redor do mundo. Há uma gama de produtos na nuvem que auxilia no corte de gastos e na melhoria da produtividade, além da facilidade de compartilhamento de informações. Esta pesquisa procura ampliar o foco em como a computação nas nuvens pode trazer benefícios para o mercado brasileiro, assim como mostrar os desafios culturais, estruturais e de oferta local que o mercado enfrenta para o bom uso dos serviços oferecidos na nuvem.

(METODOLOGIA) No desenvolvimento deste estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, além da análise do tráfego e da banda da infraestrutura da rede de internet brasileira, tal como dos serviços oferecidos para computação nas nuvens e do que cada serviço de da mesma oferta para os interessados nesta tecnologia. Houve a análise da viabilidade do uso dos serviços e dos benefícios que eles podem trazer em relação à diminuição de custos e ajuda nas práticas da empresa. Também foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o conceito e serviços de cloud computing.

(RESULTADOS) Realizando a análise dos serviços e de como eles poderiam auxiliar as empresas em diversas áreas de atuação, foi possível perceber que é uma vantagem a utilização destes serviços baseados na nuvem. Foi perceptível a economia de energia na utilização de clientes magros contra computadores normais com processadores. Um outro fator positivo encontrado nos serviços da nuvem foi a escalabilidade facilitada para seus clientes, onde é possível contratar o serviço dependendo da demanda e não é necessário investir dinheiro na compra de maquinário servidor para a empresa. Problemas foram encontrados e podem interferir na utilização da nuvem como ferramenta corporativa. Um dos problemas é a falta de datacenters localizados no Brasil. Isso pode interferir negativamente na velocidade e latência de acesso dos usuários às suas estações de trabalho, que podem estar localizadas em qualquer lugar do mundo. Outro aspecto relevante é a disparidade entre os preços das empresas locais comparados aos preços oferecidos por empresas estrangeiras. Questões relacionadas à segurança também são um dos principais motivos que desencorajam ou levantam dúvidas em relação aos serviços ofertados na nuvem.

(CONCLUSÃO) É perceptível que o serviço de computação nas nuvens é uma tendência e irá a cada dia se popularizar, seja entre usuário normais, ou principalmente para os clientes corporativos. O Brasil, apesar de ser um bom utilizador destes serviços, ainda peca pela oferta de produtos competitivos por empresas nacionais bem como pelas conexões ao serviço que ainda deixam a desejar. O advento da popularização da computação nas nuvens irá trazer benefícios ao país, principalmente em matéria de serviços e estruturas de alta tecnologia, como datacenters. Assim como traz benefícios financeiros, a computação nas nuvens traz benefícios sociais relevantes como a diminuição do consumo de energia, tal como a diminuição da utilização de matérias-primas na fabricação de computadores completos, quando podem ser usados apenas clientes magros para o serviço onde se usa a nuvem. Foi clara a noção que os serviços quando amadurecerem e se popularizarem, irão trazer benefícios para uma área em que, cada vez mais, todos os segmentos estão ligados à rede.

ORIENTAÇÃO A ASPECTOS NA ARQUITETURA DE SOFTWARE

Autor(es):

Fernando da Cruz Lopes: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Rômulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente projeto tem com finalidade realizar uma análise da metodologia de desenvolvimento utilizando orientação a objetos (OO) e programação orientada a aspecto (POA), demonstrando em que situações se deve utilizar a POA, na qual, a programação OO não atende. Será utilizado para tal finalidade a linguagem de programação Java utilizando-se do framework AspectJ, que permitirá a visão geral de como o POA pode ser utilizada para resolver problemas de códigos duplicados, quebra de modelo de programação, interceptação de informações, tratamento de excessões, sincronização de objetos concorrentes e implementação de auditoria.

(METODOLOGIA) Esse estudo foi embasado na pesquisa bibliográfica dos livros Programação Orientada a Aspectos em Java dos autores Antônio Maria Pereira de Resende e Claudiney Calixto da Silva (2005), e também do livro AspectJ - Programação Orientada a Aspectos com Java dos autores Vicente Goetten Junior e Diogo Vinícius Winck (2006) além de leituras de artigos disponíveis na internet. Algumas das técnicas abordadas no estudo foram implementadas e testadas em uma ambiente de desenvolvimento afim de verificar as soluções que a linguagem tem como proposta, identificando seu pontos forte, fraco e realizando análises de quando se utilizar.

(RESULTADOS) Programação orientada a aspecto obteve um resultado satisfatório, atendendo as expectativas de resolução dos problemas transversais e de restrições arquiteturais. Constatamos também uma fácil integração com outras tecnologias que foram testadas em conjunto para facilitar o desenvolvimento de sistemas.

(CONCLUSÃO) A orientação a aspecto é um paradigma de programação que aborda de forma mais elegante questões que a orientação a objeto não atende de maneira adequada devido ao aumento inerente da complexidade dos softwares, isso não significa que está ultrapassada, apenas é preciso que sejam criados reforços e os pontos fracos eliminados.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL - ESTUDO DE CASO DA CONIMPE ENGENHARIA

Autor(es):

Jorge Guilherme Bezerra de Medeiros Júnior: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Rômulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O modelo de gestão da informação nas organizações está diretamente ligado ao tipo de negócio estabelecido e as práticas de gestão da empresa. O objetivo desta pesquisa é identificar estas práticas de gestão e solucionar problemas do gerenciamento de recursos humanos, dos processos operacionais (obras e projetos) e apoio a decisões da empresa, modelar um sistema que integre e organize os processos (Operacionais, Gerenciais e Táticos), disponibilize informações em tempo real aos gestores, que seja viável, principalmente, do ponto de vista econômico e simples de utilizar, visando solucionar duas das principais barreiras que dificultam a aquisição de um sistema integrado de gestão empresarial, o custo de desenvolvimento do software e a cultura organizacional familiar, que percebe-se ser bastante resistente as mudanças e as novas tecnologias. Por ser modelado sob demanda, ou seja, direcionado aos problemas da empresa, o sistema terá uma padronização dos processos semelhante aos já conhecidos da Conimpe, visando diminuir o tempo de aprendizado e como consequência obter aumento de produtividade, aumenta também o controle dos gestores, pois a informação estará disponível em tempo real. Atualmente os processos da conimpe são gerenciados de forma separada, não existe integração nem disponibilidade em tempo real das informações, muitas das informações estão disponíveis apenas em papel, outras utilizam ferramentas diversas, como Word ou Excel. Outro ponto, é a centralização destas informações que diminui a agilidade de respostas a eventuais problemas de canteiro de obras.

(METODOLOGIA) Foram realizadas entrevistas e reuniões com os gestores da empresa para um levantamento dos requisitos de sistema para a customização dos módulos em decorrência das necessidades específicas da empresa, visita in-loco ao setor de produção, elaboração de artefatos UML, documento e diagrama de casos de uso, documento de análise de requisitos, diagrama de fluxo, acompanhamento do desenvolvimento das funcionalidades por parte do cliente.

(RESULTADOS) No caso do estudo realizado na Conimpe Engenharia, foram identificados vários setores onde a automatização de processos deve ser implementada, para o setor de RH foi projetado um sistema de gerenciamento de força de trabalho, que gerenciará os dados pessoais de cada funcionário, sua documentação, os cursos que deve possuir, a quantidade de dependentes entre outras funcionalidades. Para o setor operacional foram elaboradas soluções distintas para as duas frentes de atuação da empresa: obras e projetos. No sistema de obras é possível aos gestores obter informações do canteiro de obras em tempo real, pois haverá um funcionário (técnico em edificações), que irá enviar e receber informações sobre estoque, andamento de tarefas, tomada de decisões. Esse mesmo funcionário poderá também acessar informações da obra, como a planta, especificações ou normas técnicas. No sistema de projetos os gerentes poderão criar grupos de trabalho separados por projeto, definindo tarefas e metas de conclusão.

(CONCLUSÃO) Apesar da resistência natural as mudanças e a dificuldade em elaborar de forma concreta os requisitos específicos, o sistema tem obtido sucesso a cada módulo elaborado provando que a aquisição de um sistema integrado de gestão melhora os processos da empresa, aumenta a organização e como consequência sua produtividade.

ALTA DISPONIBILIDADE COM WINDOWS 2008 SERVER

Autor(es):

Marckson Tadeu Cavalcanti Fernandes de Negreiros Junior: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Juliano Diego Damásio de Souza Braga Ponte: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Rômulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Um cluster de Fail-over é um conjunto de computadores independentes conectados por cabos físicos e por software que trabalham em conjunto para aumentar a disponibilidade de aplicativos e serviços. Se um dos nós do cluster falhar, o outro nó começará a fornecer o serviço. Os usuários vivenciam um mínimo de interrupções nos serviços. Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de testar esta estrutura na prática, significando que teremos dois ou mais servidores conectados a um dispositivo de armazenamento compartilhado (Storage Lscsi), utilizando esta função do Windows 2008 Server R2.

(METODOLOGIA) Para este estudo foi criado um ambiente de testes virtualizado usando o VmWare Workstation 8.0, onde foi criada uma máquina virtual para o Storage, utilizando o Sistema Operacional FreeNas, e mais duas máquinas virtuais utilizando o Windows 2008 Server R2 que serão utilizadas como os “nós” do Cluster.

(RESULTADOS) Desenvolvemos um ambiente onde estão disponibilizados vários serviços pelos servidores Windows server, tendo em vista, que caso algum pare de funcionar, o outro responde automaticamente por ele, fazendo com que os serviços estejam sempre disponíveis e o problema fica imperceptível para os usuários, criando um ambiente de alta disponibilidade.

(CONCLUSÃO) Concluímos que a utilização da função Cluster Fail-over, apesar do seu alto custo é uma necessidade para as empresas que precisam de total disponibilidade dos seus serviços, uma vez que a paralisação dos serviços acarretaria uma perda enorme em vários aspectos.

COMO OS ALUNOS DA FARN ELIMINAM O SEU LIXO ELETRÔNICO

Autor(es):

Matheus Lucena Marques: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Felipe Eduardo Cabral Vianna de Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Jose Amaro Silva dos Santos: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Donato Silva Barbosa: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Pedro Targino de Farias: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Devido ao grande crescimento da indústria tecnológica, assim como facilidade de acesso, o baixo custo de grande parte desses equipamentos eletrônicos e do crescente número de usuários da internet, tem surgido uma dúvida: para onde os usuários e empresas estão destinando o seu lixo eletrônico após a sua inutilidade e depois de se tornarem obsoletos? Esta pesquisa tem como objetivo verificar para aonde se destina o lixo eletrônico de um grupo de alunos da FARN que estão cursando uma área tecnológica.

(METODOLOGIA) Utilizando o método de pesquisa quantitativa para a realização do trabalho, com a finalidade de conhecer como é destinado o lixo eletrônico de um grupo de trinta alunos da FARN que estão cursando o primeiro ano.

(RESULTADOS) Os alunos da FARN que estão no primeiro ano do curso de bacharelado em sistema de informação foram questionados de como descartam os equipamentos eletrônicos que deixam de ser utilizados e foram obtidas as seguintes porcentagens: 45% dos alunos guardam o material eletrônico que não é mais usado, 40% jogam o lixo eletrônico no lixo comum e somente 15% mandam o lixo para a reciclagem.

(CONCLUSÃO) Ficou constatado com essa pesquisa que os alunos da área da tecnologia da informação não tem conhecimento do que fazer com o lixo eletrônico e a grande maioria acaba acumulando esses objetos em casa e outros descartam no lixo comum. Ao descartarem no lixo comum, esses materiais acabam parando em aterros sanitários onde são lançados ao ar livre e podem contaminar o solo e a água com produtos químicos pesados. Pela falta de informação, somente uma pequena porcentagem dos alunos entrevistados tem o conhecimento de onde ser descartado o lixo eletrônico para que possa ser reciclado. Esse material eletrônico deveria ser descartado em locais onde existem pontos de coleta que tratam esses objetos de maneira adequada. Uma empresa presente na cidade de Natal que possui essa coleta é o Nordestão que recebe pilhas e baterias em geral para que sejam recicladas. Em comparação com o artigo, o que os alunos das séries finais do ensino fundamental fazem com o lixo eletrônico? . Dos autores Schneider, Eduarda Maria; Vieir, Luciana Paula; Sousa, Ana Carolina; Ferra, Daniela Frigo, o percentual que continua semelhante é os que destinam o lixo eletrônico para reciclagem. O percentual dos que guardam esse material aumentou cerca de 20% e os que jogam os objetos no lixo comum caíram 7%.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

ANÁLISE DO CENÁRIO NATALENSE DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - UMA PERSPECTIVA SOBRE O DESEMPENHO EM PROJETOS

Autor(es):

Bruno Matheus Oliveira Cavalcante Antunes: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Nancy Franklin Azevedo da Silva Mateus: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Eduardo Thales Pereira da Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Wellington Nascimento Dantas: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Júlio Santos da Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Lívia Maria Martins da Silva

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante da grande quantidade de informação sobre processo de desenvolvimento de software, e das diversas literaturas existentes que abordam as melhores práticas que devem ser utilizadas no mesmo, ainda é notável a quantidade de projetos descontinuados, de projetos cujos custos excedem o estimado, que ultrapassam o prazo, que não atendem as reais necessidades do cliente e que gastam tempo e dinheiro em funções raramente utilizadas. Sendo assim este trabalho pretende mapear a situação do setor de desenvolvimento de software da cidade de Natal (capital do Rio Grande do Norte) e comparar os resultados com a pesquisa realizada pelo Standish Group International (Extreme Chaos) que abordam as situações acima relatadas, e apontar os pontos positivos encontrados e os pontos que carecem de aperfeiçoamento.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória com empresas (Softhouse, departamento de TI de empresas de outras áreas de atuação) da cidade através de um questionário que coletava informações sobre a empresa, o modelo de negócio, as tecnologias utilizadas, o histórico de projetos de desenvolvimento versus desempenho, metodologias usadas, frameworks utilizados, guias de boas práticas seguidos, qualidade de software, interações com o dono do software, estrutura física do ambiente de trabalho, jornada de trabalho e benefícios aos funcionários. Essas informações foram importantes para a nossa análise e para a comparação com a pesquisa Extreme Chaos. As empresas responderam o questionário proposto o mais rápido possível e em seguida foi realizada a análise dos dados coletados.

(RESULTADOS) Na análise e comparação dos resultados com a outra pesquisa (Standish Group International – Extreme Chaos) foi possível perceber que o cenário natalense de desenvolvimento de software tem atingido resultados positivos concluindo com êxito muitos projetos, entretanto percebemos que aspectos como cumprimento do prazo continuam sendo um problema presente e que faltam avanços no controle do ciclo de desenvolvimento e do processo de fabricação de software, CMMI ainda não está presente na maioria das empresas assim como teste automatizados.

(CONCLUSÃO) Essas informações permitem concluir que o desenvolvimento de software em Natal precisa avançar em direção da busca pelo controle do processo de desenvolvimento de software e pelo aprimoramento da qualidade desse processo, portanto percebe-se que a grande necessidade das empresas concentra-se em aspectos ligados a governança de TI e a gestão de projetos. Apesar dessas necessidades as empresas natalenses tem alcançado excelentes resultados no que diz respeito a sustentabilidade do setor e ao fornecimento de soluções satisfatórias, e atualmente tem ocupado posições elevadas na região juntamente com outras empresas de diferentes ramos de atividade.

BALANCEAMENTO DE CARGA

Autor(es):

Eduardo Thales Pereira da Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Wellington Nascimento Dantas: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Júlio Santos da Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Bruno Matheus Oliveira Cavalcante Antunes: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Rômulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o expressivo aumento de acessos a internet, tem-se uma grande necessidade de aumento de capacidade e desempenho dos equipamentos e tecnologias existentes na rede mundial, em específico dos servidores de conteúdo e serviços. Tal necessidade demanda avanços tanto em hardwares quanto em softwares dos servidores, sendo assim, são necessários investimentos em tecnologia (o que pode tornar estes upgrades enviáveis, diante de possíveis limitações financeiras de algumas instituições). A solução para “dar conta” dessa demanda crescente das instituições é utilização de clusters de servidores, esta é uma técnica onde alguns servidores são configurados para estarem visíveis uns aos outros compartilhando através de algoritmos de balanceamento as cargas as direcionadas ao domínio. As requisições são distribuídas de forma eficiente, com ganhos expressivos em capacidade e velocidade nas respostas as requisições dos usuários. Essa técnica é utilizada sem que os usuários percebam a existência deste “agrupamento” de servidores e nem qual máquina é responsável pelo atendimento das requisições. Não só a transparência, mas também a escalabilidade, alta disponibilidade e previsibilidade são benefícios ao se fazer uso de clusters. Existem muitos motivos para se usar o balanceamento, mas podemos citar como principais a escalabilidade, alta disponibilidade e previsibilidade. O balanceamento de carga por DNS (domain name system) é uma técnica de balanceamento e ainda a mais usada, por ser responsável pela resolução dos nomes de domínios na rede

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento deste artigo foi utilizado à pesquisa de natureza bibliográfica, que busca estudar o meio em que a computação se insere, assim como verificar a eficiência dos clusters, a distribuição da carga entre os servidores, a empregabilidade de algoritmos, por exemplo, o round robin, least connection entre outros que possam ser utilizados. Através de consultas em um vasto material para entender a utilização de clusters balanceados e o uso do DNS, focando em artigos disponíveis na internet.

(RESULTADOS) Na análise dos artigos estudados podemos perceber vários benefícios da utilização do balanceamento como, por exemplo, a alta escalabilidade que é a flexibilidade em adicionar novas máquinas de forma simples e rápida ao cluster de servidores, mantendo a transparência para o usuário; Alto desempenho que faz a verificação dos servidores menos ocupados e, portanto, capazes de fornecer o tempo de resposta mais baixo e alta escalabilidade e recuperação de desastres, caso uma aplicação ou servidor falhe o balanceamento de carga pode automaticamente redistribuir as solicitações de serviço do utilizador final para outros servidores pertencentes ao cluster.

(CONCLUSÃO) Percebeu-se que a adoção do balanceamento de carga baseados em cluster por ser uma opção viável e barata é utilizada em servidores cujas requisições são altas ou demandem um poder computacional maior que oferecidos pelos computadores, sites de comércio eletrônico, provedores de internet entre outros. O que demanda uma mão de obra qualificada, pois os usuários estão cada vez mais exigentes. Da mesma forma que os clusters estão se popularizando pela sua transparência, eficiência e segurança, ajudando na resolução de problemas complexos, como: simulações, cálculos científicos entre outros, tudo isso a um custo menor do que supercomputadores.

USABILIDADE EM SITES DE COMPRAS COLETIVAS.

Autor(es):

Rinaldo Gomes da Silveira Neto: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O foco principal deste trabalho é fazer uma análise de usabilidade com métodos previamente definidos em sites de compras coletivas que estão no comércio virtual os chamados e-commerce. Busca-se direcionar o trabalho para os testes de usabilidade, mostrando como uma melhor apresentação pode ser útil para um sistema WEB. Apresentar e ser capaz de propiciar ao seu usuário uma maior navegabilidade, funcionalidade e rapidez nas apresentações de seus casos de uso. Ligando logicamente usabilidade a produtividade.

(METODOLOGIA) Esse trabalho foi feito uma abordagem quantitativa e uma outra qualitativa. O método utilizado para verificação da usabilidade dos sites de compras coletivas será a avaliação heurística. Segundo Nielsen apud Prates (2003), podemos afirmar que a avaliação heurística é um método analítico que busca identificar problemas de usabilidade conforme um conjunto de diretrizes. O teste foi aplicado com a primeira parte quantitativa, aonde cinco participantes responderam um questionário com 30 questões, cada questão tendo peso de 1 ponto e uma parte qualitativa aonde os participantes tiveram acesso ao testes dos outros testadores e discutiram os principais erros cometido e como solucioná-los.

(RESULTADOS) Os sites que foram realizados o teste de usabilidade são; Peixe Urbano, Grupon sendo esses dois elevados a nível nacional, Tanaiska e o Natal Urbano sendo de nível regional, pois foram criados em Natal-RN. O site Peixe Urbano obteve 117 pontos e o Grupon obteve 110 pontos. E o site Tanaiska apresentou um total de 96 pontos, sendo que o Natal Urbano apresentou 74. Cada site poderia atingir um total de 150 pontos no total. De acordo com o método heurístico aplicado os principais problemas acordados pelos testadores após a realização do teste foi erros de ortografia, poluição visual e falta de informações aos usuários inerentes ao funcionamento do site.

(CONCLUSÃO) Ao analisar dois sites de e-commerce de grande porte e com uma maior consolidação no mercado sendo eles o Peixe Urbano e o Grupon, e dois de baixa expressão desenvolvidos em Natal-RN. No fim do trabalho é possível observar por meio dos dados obtidos que entre os sites de nível nacional o Peixe Urbano comprovou que possui uma maior usabilidade em relação ao Grupon. O Tanaiska obteve maior usabilidade que o Natal Urbano. Vale salientar que o Peixe Urbano e o Grupon tiveram um melhor desempenho de navegação e apresentação de sua interface para os seus usuários, em relação aos regionais, que tiveram dificuldade nas utilizações de cores de fundo e imagens de animação.

O OLAP CONCEITOS, VANTAGENS E APLICAÇÃO DO CONCEITO: CASO DE USO DA CDA NATAL

Autor(es):

Joaz da Silva Vieira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A atual situação do mercado comercial exige que as médias empresas com certa maturidade de mercado tenham informações com mais velocidade e precisão. Diretores, gerentes e supervisores se vêem cada vez mais pressionados a resolver problemas e tomar decisões estratégicas em tempo real. Nesta situação, a única ferramenta será somente suas experiências. É certo que isso não basta, sendo não eficaz, totalmente subjetivo e pessoal. Muitas dessas empresas já têm maturidade com seu ERP (Sistema integrado de gestão), porém seus relatórios gerenciais e ferramentas de auxílio a tomada de decisão são precários. A tecnologia OLAP vem ganhando mercado, pois trabalha, de maneira diferenciada, os dados já existentes em base de dados do ERP. Dinamicamente essas estruturas ressaltam falhas, objetivos, metas e auxiliam de maneira precisa a necessidade de cada empresa. OLAP é um mecanismo de cálculo que dá suporte a toda a gama de aplicações analíticas avançadas, inclusive planejamento, orçamento, previsão, vendas e marketing, para ajudar na identificação das principais tendências de negócios e na criação de modelos de cenário de negócio complexos.

(METODOLOGIA) Este trabalho teve por finalidade estudar e por em prática a ferramenta da Oracle já definida pela empresa CDA para criação e implantação do OLAP. Para esta tarefa foi feita uma vasta pesquisa na internet e em um ambiente disponibilizado pelo desenvolvedor da ferramenta. Para a execução deste trabalho, foi preciso analisar os requisitos, levantando a necessidade da empresa, estudando a ferramenta para entender seu funcionamento e benefícios que serão aplicados, além de sugerir aos envolvidos novos relatórios e informações estratégicas. Em seguida, os dados foram montados de maneira multidimensional, em cubos e agregados, com o mecanismo relacional da Oracle.

(RESULTADOS) Diante desta pesquisa, o projeto proposto já está em fase de implantação, sendo possível coletar resultados que apontam os benefícios que a tecnologia OLAP trará para a empresa envolvida. Observa-se, também, o indicativo de que os resultados ajudarão na melhora do desempenho nos processos de negócio e no crescimento dos lucros da empresa CDA, trazendo formas de evitar erros estratégicos, redução no TCO (Custo total de propriedade – Redução de custo e simplicidade da TI), ganho excepcional com tendências e metodologias aplicadas a equipe de vendas e controles de estoque. Foram elaborados relatórios gerenciais com métricas inexistentes no ERP, trazendo toda evolução das vendas como um todo (Produtos, fornecedores, despesas, vendedores, supervisores, impostos, margem de lucratividade), além do desempenho das equipes de venda.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a construção e continuidade deste projeto trarão inúmeros benefícios para esta corporação, tais como: aumento nos lucros, melhora na logística, maior produtividade, maior lucratividade, melhor aproveitamento de recursos e tempo, e a melhor gestão global. Dessa forma, fica claro que o uso das ferramentas pesquisadas é fundamental para a empresa em questão.

ANÁLISE DE QUANTITATIVA DOS SISTEMA DE PROXY DA LIGA DE ENSINO DO RN

Autor(es):

Igor Vitor da Costa Basílio: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Lívia Maria Martins da Silva

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Um sistema é um conjunto de elementos inter-relacionados que desempenham certa função. Na ciência e engenharia da computação, sistemas prestam serviços, os quais, em conjunto, permitem a utilização dos computadores para fins práticos. A prestação de um serviço envolve dois tipos de entidade principais: o cliente, que atua como consumidor do serviço; e uma entidade que realiza o serviço, conhecida como servidor. Dentre as finalidades práticas de sistemas computacionais, atualmente, possui grande destaque o acesso à Internet, seja realizado por usuários domésticos ou por corporações. Existem diversos sistemas envolvidos no fornecimento de acesso à Internet, dentre os quais é possível destacar um sistema de grande utilização em corporações e provedores de acesso à Internet, conhecido como proxy. Será utilizada uma abordagem do sistema de proxy utilizando aspectos da Teoria das Filas, produzindo um modelo geral de sistema de proxy. O sistema em que se baseia o estudo é o Squid.

(METODOLOGIA) Este trabalho pode ser visto como uma análise quantitativa de variáveis que serão consideradas como relevantes para apresentar aspectos relativos a atividade do sistema. As amostras foram obtidas através dos logs do sistema. Para tanto foi realizada uma coleta de dados dos registros de um mês. Os dados foram tabulados e então foi realizada uma análise dos dados em função de períodos do dia, referentes à atuação do sistema, ou seja, o período de expediente da instituição

(RESULTADOS) Os resultados esperados são referentes ao comportamento das variáveis estudadas. Poder ter um embasamento sobre o fluxo de informações do sistema. Por exemplo, ter noção da quantidade de requisições que são realizadas em um período do dia considerado "crítico". Além disso, uma análise a quantitativa somada a Teoria das filas e a ferramentas estatísticas, podem servir para modelar o comportamento do sistema. Sendo esse trabalho um dos passos para chegar ao ponto citado.

(CONCLUSÃO) Concluí-se que o estudo de um sistema visa não apenas obter detalhes a respeito de suas atividades rotineiras, mas sim modelar seu comportamento visando uma melhora na sua performance. Através da análise das variáveis presentes no sistema.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

ANÁLISE DA SEGURANÇA DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DO NATAL

Autor(es):

Luciano Araújo de Medeiros: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN
Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A cada dia que passa, a informática vem adquirindo cada vez mais relevância na vida das pessoas. Sua utilização já é vista como instrumento de aprendizagem e sua ação no meio social vêm aumentando de forma rápida entre as pessoas. Para se adequar a essa nova realidade, Instituições de ensino, principalmente as de Ensino Superior (IES), implantaram laboratórios de informática em suas instalações para que seus alunos se familiarizem com o ambiente, desenvolvam seus trabalhos, projetos e pesquisas escolares. Um problema comum em laboratórios de informática é a falta de políticas de segurança para utilização dos recursos da rede, permitindo que alunos, “sem se identificar” - não possuem login e senha para acesso a rede, acessem sites inadequados, com conteúdo impróprio e não didático, instalem programas através de “pen drivers” (“USB flash drives”) infectados por “malwares” - programas especificamente desenvolvidos para causar danos em computadores, servidores ou redes de computador. Esse mesmo aluno pode usar os computadores do laboratório para envio de “spam” - mensagens eletrônicas não solicitadas enviadas para um grande número de pessoas, realizar ataques de negação de serviço (DoS) contra outras instituições, invadir outras máquinas ou qualquer atividade ilícita. O objetivo deste estudo é analisar os mecanismos de segurança adotados nos laboratórios de informática de algumas IES da cidade do Natal, identificar os principais problemas, dificuldades e propor melhorias para a atual situação.

(METODOLOGIA) O trabalho foi desenvolvido através de entrevistas pessoais e coleta de dados por meio de questionários previamente elaborados, respondidos pelos responsáveis pelo setor de TI (Tecnologia da Informação) de algumas Instituições de Ensino Superior, localizadas na cidade do Natal, as quais foram objetos de uma pesquisa quantitativo-descritiva, a fim de obter informações sobre as políticas de segurança adotadas em seus laboratórios de informática, eventuais problemas e dificuldades.

(RESULTADOS) Verificou-se que todas as IES pesquisadas possuem rede administrativa e acadêmica independentes. Os laboratórios fazem parte da rede acadêmica e em 100% deles existem monitores (pessoas) responsáveis por controlar o acesso e auxiliar os alunos, antivírus e portas USB ativos nos computadores, servidores de firewall e filtro de conteúdo. Dentre eles 75% já tiveram problemas com envio de spam, utilizam um usuário padrão sem privilégios de administrador para se autenticar nos computadores, possuem wi-fi aberta sem necessidade de senha para acessá-la, câmeras de segurança (CFTV) dentro dos laboratórios e servidores proxy com função de armazenar as páginas mais acessadas pelos usuários, para assim disponibilizá-las de forma mais rápida, além de garantir a segurança do sistema impedindo o acesso a sites impróprios. Em 50% deles existem controle da velocidade de acesso à Internet (controle de banda) e sistemas de IDS (Intrusion Detection System - Sistema de Detecção de Intrusão) com função de detectar atividades maliciosas ou anômalas em um computador ou em uma rede. Em apenas 25% houve casos em que o laboratório foi utilizado para realizar ataques a outras redes.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto conclui-se que as políticas de segurança adotadas nos laboratórios das IES não são suficientes para impedir que pessoas identificadas ou não venham a cometer algum crime digital dentro dos laboratórios, pois segundo a pesquisa mais da metade delas já tiveram problemas com envio de spam e em algumas o laboratório foi utilizado para atacar outras redes. Uma solução para tentar minimizar seria aplicar mecanismos de autenticação em toda a rede, pois assim seria possível identificar quem realizou tal ação e aplicar as medidas cabíveis relativas à prática cometida.

IDENTIFICAÇÃO POR RADIO FREQUÊNCIA

Autor(es):

Geraldo Bezerra de Souza Neto: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho a seguir abordará aspectos inerentes a Identificação por radio frequência como projeto de desenvolvimento para o Rio Grande do Norte, mostrando mecanismo de comunicação, aparelhagem, funcionalidade e aplicabilidade, bem como benefícios e questões a serem discutidos sobre essa tecnologia. O tema torna-se muito polêmico por questões de segurança, que também serão abordadas neste trabalho. Atraindo a atenção de todos os ciclos sociais para mais esse passo tecnológico que está sendo difundido mundo a fora em varias sociedades. A identificação por rádio frequência usa como instrumento dois equipamentos, sendo um receptor e outro transmissor de ondas de rádio. Esse equipamento é capaz de guardar informações sobre seu portador que podem ser lidas num receptor preparado para ler uma determinada frequência. Isso pode ser aplicado de infinitas maneiras: animais de estimação, objetos a serem controlados numa loja, carros, sistemas de alarme, pessoas, dentre outras aplicações. A pesquisa tem como objetivo geral mostrar os benefícios que esta tecnologia tem para o desenvolvimento do RN de acordo com suas características e aplicações, mostrando seus benefícios para a comunidade como um todo, além de ser apresentada para a sociedade Potiguar.

(METODOLOGIA) O trabalho contará com pesquisas bibliográficas sobre a Identificação via Rádio Frequência, em livros e internet para esclarecimento de sua funcionalidade e operação. Usando também de pesquisa qualitativa, afim de explicar fenômenos conhecidos causados pelo uso da tecnologia e demonstrar usos desta na sociedade, exemplificando como ela pode ser útil para o desenvolvimento norte-rio-grandense.

(RESULTADOS) A aplicação desta tecnologia na sociedade como um todo mostra um aumento significativo do controle de informações e melhor aproveitamento da mesma, o trafego da informação em tempo real e o poder de rastreamento dos portadores desta tecnologia fornecera melhores parâmetros para tomadas de decisão, proteção e rastreamento de mercadorias, animais de estimação, controle de objetos no varejo, logística, prisioneiros, preferências de consumo.

(CONCLUSÃO) A partir dos resultados apresentados podemos perceber, de maneira básica, o entendimento dos mecanismos da tecnologia, sua aplicação e beneficio, assim como o impacto que produzirá na economia Norte-rio-grandense.

PÓS-GRADUAÇÃO

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIIS

XI

2011

CONIC

Congresso de
Iniciação Científica
da FARN

**“A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E
O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE”**

27 a 29 de Outubro



Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

TI VERDE – SUBSTITUIÇÃO DE DESKTOPS TRADICIONAIS POR NETTOPS OU THIN CLIENTS

Autor(es):

Marcus Brandão de Moura: Discente do Curso de Especialização em Redes de Computadores da FARN

Orientador(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Seguindo os mais recentes conceitos de desenvolvimento sustentado em Tecnologia da Informação (TI Verde), surgem os thin clients modernos como o equipamento corporativo de TI a oferecer a maior conscientização verde ou ecológica e apresentando o menor reflexo negativo em relação ao meio ambiente. Por isso ele pode ser considerado um importante pilar de sustentação da TI Verde, bem como os nettops em ambiente doméstico e em Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Este artigo apresenta uma visão geral criticada sobre TI Verde no Brasil, suas influências externas e o emprego de nettops e thin clients como substitutos de computadores desktops tradicionais, constituindo assim um dos mais importantes pilares de sustentação da TI Verde. Para tal, uma análise incipiente é realizada, baseada nas informações fornecidas pelos próprios fabricantes dos equipamentos.

(METODOLOGIA) Garantindo uma maior abrangência do tema TI Verde, uma análise do atual panorama brasileiro sobre desenvolvimento sustentado em Tecnologia da Informação é realizada levando-se em consideração o mais atual cenário da matriz energética nacional e suas implicações. Influências externas sobre o modelo de desenvolvimento sustentado em Tecnologia da Informação aplicado no Brasil são feitas corriqueiramente, a ponto de serem levadas a patamares cujas veracidades e perfeita aplicabilidades sejam inquestionáveis em todo território nacional. Isso é desmistificado após as análises realizadas.

(RESULTADOS) A análise de normas nacionais, internacionais, Leis e documentos técnicos apontaram para uma grande viabilidade de se aplicar os conceitos referentes à TI Verde nos projetos, empresas e até mesmo residências no Brasil. Isso é muito importante, sobretudo se considerarmos o cenário a curto prazo de a matriz energética brasileira sofrer uma redução em suas fontes renováveis em produção de energia elétrica, constituindo uma grande decepção, sobretudo para o Rio Grande do Norte que já é líder em produção de energia elétrica a partir de fonte eólica. Também foi constatada a notoriedade com a qual se “importa” e se aplica nacionalmente conceitos estrangeiros, principalmente referentes às emissões de gás carbônico na atmosfera, inadequados ao cenário energético nacional.

(CONCLUSÃO) Considerando o consumo de energia elétrica os modernos thin clients e nettops oferecem vantagens frente aos clássicos desktops corporativos. A adoção desses equipamentos em uma rede corporativa ajudará a disseminar e popularizar a aplicação do conceito de TI Verde, contribuindo para a redução do custo total de propriedade, do consumo de energia elétrica, do aquecimento do ambiente de trabalho, do nível de ruído, do investimento financeiro para aquisição, da frequência e dificuldade de manutenção. A boa procedência dos novos equipamentos thin clients e nettops nos apresenta uma cadeia produtiva moderna que atende ao que preconiza o conceito de TI Verde tanto em relação às matérias-primas e processos fabris quanto ao funcionamento dinâmico do equipamento, já no ambiente de trabalho. Portanto, a substituição de um computador desktop por um thin client ou nettop é perfeitamente possível e aconselhável.

REALIZAÇÃO



www.farn.br

INFORMAÇÕES:

Núcleo de Pesquisa
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000, Tirol – Natal/RN
CEP: 59014-540
Tel.: (0xx84) 3215-2917 e 3215-2936

E-mail: farn@farn.br
Website: WWW.farn.br